

Construção do Conhecimento Agroecológico

Novos Papéis, Novas Identidades



Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia



**ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA**

Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia

Construção do Conhecimento
Agroecológico

Novos Papéis, Novas Identidades

Articulação Nacional de Agroecologia

Junho de 2007

Produção:

Grupo de Trabalho sobre Construção do Conhecimento Agroecológico da Articulação Nacional de Agroecologia (GT-CCA / ANA)

Edição :

Paulo Petersen

Organização:

Paulo Petersen e Ailton Dias

Comissão editorial:

Ailton Dias, Eugênio Ferrari, Lilian Telles,
Marcelo Galassi e Romier Souza

Copidesque:

Rosa Peralta e Paulo Petersen

Revisão:

Gláucia Cruz

Projeto gráfico e diagramação:

I Graficci

Impressão:

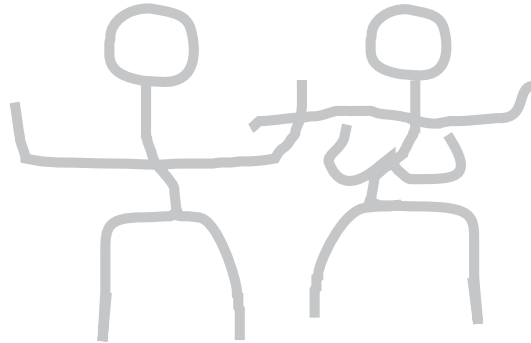
Gráfica Popular

Tiragem:

1.500 exemplares

SUMÁRIO

Introdução	5
Seção 1 – Sínteses de experiências em redes	17
Construção do conhecimento agroecológico: síntese de dez experiências desenvolvidas por organizações da Articulação Nacional da Agroecologia.....	19
Articulação Mineira de Agroecologia: o papel das redes na construção do conhecimento agroecológico	37
A trajetória da Rede Ater Nordeste: construindo conhecimento agroecológico pelo Nordeste brasileiro	56
Seção 2 – Experiências institucionais	71
Produzir sem destruir: a experiência da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste (RO)	73
Multiplicação dos conhecimentos agroecológicos: a experiência de extensão rural na região Tocantina (Pará)	88
Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Pólo Sindical da Borborema.....	103
Promoção da Agroecologia na cidade: reflexões a partir do programa de agricultura urbana da AS-PTA	131
O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e sua experiência com a criação e assessoria à Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão.....	141
A experiência do Grupo de Agricultores, Experimentadores e Monitores de Sistemas Agroecológicos no Vale do Rio Doce (MG).....	155
Estruturação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar com experimentação e gestão participativa	164
O Programa de Formação de Agricultores(as): uma estratégia para a construção coletiva de conhecimentos em Agroecologia	174
Construção participativa de um modelo de formação de educadores(as) comunitários(as) em segurança alimentar e nutricional e agricultura urbana.....	194
Multiplicação de Sistemas Agroflorestais: a experiência do Centro Sabiá no agreste pernambucano.....	217
Caminhos metodológicos para a transição agroecológica: a experiência na região de Sobradinho e do baixo Sul da Bahia	233
Seção 3 – Artigos sobre educação	255
Educação do campo e Agroecologia.....	257
Escola Família Agrícola Paulo Freire: iniciativas para vivenciar a Agroecologia na formação dos jovens	268
Anexo	279



Introdução

As profundas transformações ocorridas na agricultura brasileira a partir da década de 1960 foram promovidas pelo Estado por meio de um amplo e integrado conjunto de políticas indutoras e instrumentos de regulação social. Coube às instituições oficiais de ensino, pesquisa e extensão rural um papel preponderante nesse processo. Condiçionadas pela ideologia do progresso, elas foram peças-chave na legitimação da então denominada modernização da agricultura perante a sociedade. Foram também responsáveis pela formação de corações e mentes de profissionais que atuaram para colocar em marcha a estratégia modernizadora junto às comunidades rurais.

Tendo operado como o principal elo do Estado para a efetivação dessa estratégia no campo, os serviços de extensão rural orientaram-se essencialmente para a difusão do modelo de agricultura industrial com base na suposição de que os agricultores familiares (camponeses) precisavam ser retirados do atraso em que se encontravam. A base teórica que deu sustentação científica a esse pressuposto e que fundamentou o método difusionista é oriunda da escola norte-americana de sociologia rural. Segundo Everett Rogers, expoente dessa tradição acadêmica que exerceu grande influência sobre os sistemas de extensão rural no Terceiro Mundo, as comunidades camponesas são regidas por valores e modos de vida que necessitam ser ultrapassados para que os caminhos da modernização sejam abertos. Em seu livro *Modernização entre camponeses*, ele enumera um conjunto de características da cultura camponesa que deveriam ser superadas, entre elas a

falta de espírito inovador, a desconfiança nas relações pessoais, o baixo nível de aspirações de futuro, etc. O corolário dessas afirmações é que mudanças sociais no campo só se processariam caso os agricultores viessem a incorporar tecnologias modernas.

Passados mais de 40 anos do início do processo modernizante na agricultura, sobram evidências de que seus efeitos sobre o mundo rural, em particular, e sobre a sociedade em geral foram desastrosos. Os impactos negativos da Revolução Verde nos planos social e ambiental estão fartamente documentados e vieram para exacerbar o histórico padrão anti-popular e anti-ecológico da agricultura brasileira. Não é sem razão que muitos denominam esse processo de modernização conservadora.

A despeito da magnitude sem par em nossa história da crise socioambiental engendrada pelo avanço da agricultura capitalista (ultimamente denominada simplesmente de agronegócio), seus efeitos perversos não se limitaram ao recrudescimento da exclusão social e da degradação dos ecossistemas. A difusão de tecnologias industriais no campo também exerceu profundo impacto negativo sobre as ricas e diversificadas culturas rurais que se desenvolvem em sintonia com os biomas brasileiros. A desarticulação dos sistemas de valores preexistentes, a desorganização de formas tradicionais de sociabilidade e a dissolução de identidades locais são fenômenos facilmente perceptíveis nas comunidades rurais que incorporaram as tecnologias da agricultura industrial em suas rotinas de produção. Nesse sentido, falar em difusão (ou transferência) de tecnologias nada mais é do que um eufemismo, na medida em que o que efetivamente procurou-se difundir foi um novo modo de vida.

No lugar das agriculturas de perfil artesanal ajustadas aos diversificados contextos socioecológicos, a lógica técnico-econômica do agronegócio introduziu o padrão industrial de produção agrícola. As primeiras são fundamentadas em sistemas de policultivo manejados com base no aproveitamento dos recursos da natureza localmente disponíveis, enquanto o último depende do contínuo aporte de insumos externos para reproduzir os sistemas técnicos de suas monoculturas. O sistema técnico empregado nas agriculturas camponesas implica em trabalho complexo e qualificado, na medida em que é definido pelo próprio agricultor. Já na agricultura industrial, são as técnicas que condicionam os sistemas de trabalho que, por isso mesmo, tornam-se padronizados e desqualificados.


Assim, de forma insidiosa, a introdução das técnicas industriais na agricultura retira do agricultor o domínio do conhecimento associado ao

seu próprio trabalho. Trata-se de um mecanismo que ao mesmo tempo expropria o saber-fazer das comunidades rurais e transfere esse poder para as empresas produtoras das modernas técnicas agrícolas. Dessa forma, a dependência tecnológica converte-se em dependência cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local e, com isso, reduzindo as margens de manobra para que famílias e comunidades rurais se auto-determinem por meio da permanente atualização de suas estratégias técnicas e econômicas. Um dos maiores desafios do movimento agroecológico, diante desse contexto, é restabelecer maiores graus de liberdade para que as populações rurais retomem as rédeas de seus destinos.

Situando-se no pólo oposto aos pressupostos fundadores das abordagens difusionistas sistematizadas por Rogers, a Agroecologia se desenvolveu como ciência a partir da constatação da existência de sofisticadas racionalidades ecológicas em agriculturas camponesas. Assim como nos sistemas agrícolas tradicionais, a Agroecologia aproveita os recursos da natureza localmente disponíveis para desenvolver agriculturas que assegurem produções estáveis e satisfatórias para atender às necessidades econômicas das famílias agricultoras e que, ao mesmo tempo, possuam elevada capacidade de se auto-reproduzir técnica, cultural e ecologicamente. No enfoque agroecológico, essas agriculturas são apreendidas como a expressão de estratégias coletivas de produção econômica e de reprodução sociocultural. São, portanto, o produto do exercício da inteligência criativa de populações rurais na construção de melhores ajustes entre seus meios de vida e os ecossistemas e não uma manifestação de um atraso cultural a ser superado.

Em última instância, o enfoque agroecológico ressalta o fato de que a produção e a transmissão de conhecimentos são atividades próprias do ser humano, exercidas individual ou coletivamente por meio das culturas. Reservar essas atribuições sociais a alguns poucos membros da sociedade, como é próprio do difusionismo tecnológico, representa o desperdício de aptidões cognitivas inerentes a toda e qualquer pessoa. Sob essa perspectiva, o difusionismo é um método de gestão de conhecimento anti-ecológico e desumanizador.

A partir dessa nova compreensão sobre as estratégias da agricultura camponesa, a Agroecologia se desenvolveu rompendo com o positivismo lógico que desconhece a validade de conhecimentos que não sejam produzidos pelo método científico. Com efeito, a construção do conhecimento agroecológico se faz mediante a revalorização das sabedorias locais sobre uso e manejo dos recursos naturais e a sua integração com os saberes de origem acadêmica.



A sinergia entre *cultura* e *ciência* em processos locais de inovação agroecológica dinamiza a produção de conhecimentos necessários para que as agriculturas evoluam fundamentadas na otimização das potencialidades ecológicas locais e na convivência com suas limitações. Por intermédio de procedimentos metodológicos que colocam a sabedoria popular e o saber acadêmico em uma relação de complementaridade, a Agroecologia permite que as famílias e comunidades rurais se apropriem de conhecimentos que dificilmente teriam condições de construir sem o aporte do método científico. Dessa forma, elas aumentam os seus horizontes de possibilidades para gerirem autonomamente os recursos que têm à disposição para aprimorar seus meios de vida, entre eles a criatividade coletiva.

Como praticantes de um novo enfoque científico que coloca em xeque os fundamentos conceituais e metodológicos do paradigma convencional de desenvolvimento rural, os agroecólogos têm pela frente o desafio de aprimorar seus métodos e instrumentos de ação. Em particular, cabe a eles desenvolver abordagens metodológicas inovadoras que permitam romper com o sentido vertical e unidirecional do difusionismo tecnológico, favorecendo a criação de canais horizontais de diálogo entre os conhecimentos dos(as) agricultores(as) e os dos(as) técnicos(as). Trata-se, nesse sentido, de erigir metodologias-ponte entre os procedimentos intuitivos, integradores e não-lineares de produção de conhecimento dos(as) agricultores(as) e os procedimentos racionais, analíticos e lineares dos(as) técnicos(as).

Profundas reformulações nas instituições dedicadas ao ensino, pesquisa e extensão rural são necessárias para que essas novas abordagens metodológicas sejam exercitadas e desenvolvidas. Esse é um desafio de grande envergadura uma vez que interpela o paradigma científico que organiza essas instituições e seus métodos de ação. Orientando simultaneamente a instituição e seus profissionais, o paradigma se auto-reproduz ao estabelecer um duplo bloqueio à sua superação: as inovações nas concepções institucionais dependem de inovações prévias das concepções de seus profissionais e vice-e-versa.

A internalização da perspectiva agroecológica nos métodos de ação de instituições oficiais dedicadas ao desenvolvimento rural tem sido fomentada mais recentemente a partir dos esforços envidados por universidades e escolas técnicas, por empresas estaduais de pesquisa agropecuária, pela Embrapa e, finalmente, por empresas estaduais de extensão rural, estas últimas fortemente condicionadas pelas diretrizes do Plano Nacional de

Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Independentemente do grau de avanço dessas diferentes iniciativas, poderosos bloqueios ainda dificultam que essas instituições escapem das formas de organização e das rotinas metodológicas moldadas pela concepção difusionista.

Os maiores avanços nesse campo têm sido verificados naquelas organizações que realizam esforços no sentido de incorporar metodologias voltadas para favorecer a participação de agricultores(as) na condução dos seus projetos institucionais. No entanto, de forma geral, esses esforços correm o risco de se limitar aos aspectos meramente formais da participação, ao se restringirem à introdução de técnicas de animação e dinâmicas de grupos que, embora tenham a virtude de facilitar o diálogo entre técnicos(as) e agricultores(as), não chegam a pôr em xeque as tradicionais relações de poder estabelecidas entre os(as) primeiros(as) e os(as) últimos(as).

Seja pela maior autonomia e flexibilidade institucional, pelo trabalho estreitamente vinculado ao cotidiano das comunidades rurais ou mesmo pela adoção já em suas origens de uma perspectiva crítica no que respeita ao modelo hegemônico de desenvolvimento, são as organizações da sociedade civil que têm apresentado os maiores avanços nesse campo. Como resultado de quase três décadas de experimentação metodológica, as ONGs e organizações locais da agricultura familiar integradas ao movimento agroecológico vêm promovendo inovações importantes no que se refere a abordagens metodológicas para a construção do conhecimento agroecológico

O refinamento das percepções sobre as principais evoluções em curso nesse campo é uma condição fundamental para que sejam mais bem definidos os desafios que permanecem para o aprimoramento dos enfoques metodológicos atualmente empregados e os caminhos para superá-los.

* * *

Sem lugar a dúvida, o movimento agroecológico brasileiro é herdeiro, direta ou indiretamente, do movimento das comunidades eclesiais de base (CEBs), organizado a partir da década de 1970, durante o momento de excepcionalidade política que representou a ditadura militar. Ao reprimir os movimentos e organizações populares contestadores do *status quo* no mundo rural, o regime militar obrigou os produtores familiares a encontrarem novos canais de participação cívica e ação política, como a Igreja Católica e algumas igrejas de confissão protestante, instituições de grande

capilaridade no meio rural que escapavam aos controles repressivos exercidos pelo Estado.

A implantação das CEBs em todo o país criou ambientes comunitários em que as famílias agricultoras redescobriram a Igreja não apenas como espaço de expressão e de renovação da fé religiosa, mas também de reflexão crítica e sistemática sobre os obstáculos sociais, políticos e econômicos impostos pelos rumos das dinâmicas de transformação no campo que se processavam à época. Esse exercício de vivência e reflexão coletiva se deu por intermédio do método *ver-julgar-agir*, um enfoque dialético que prima por vincular as práticas concretas da vida cotidiana com a leitura crítica do evangelho.

Três dos princípios de ação das CEBs podem ser identificados atualmente em práticas metodológicas de organizações do campo agroecológico. O primeiro refere-se ao fato de que as CEBs organizavam suas ações a partir das questões colocadas pelo cotidiano das famílias. Mesmo os mais abrangentes temas mobilizadores da reflexão e da ação comunitária eram interpretados à luz de suas manifestações concretas na vida material das comunidades. Essa ligação do geral com o particular, do macro com o micro, do genérico com o específico permitia que as dinâmicas sociais locais não se desvinculassem das dimensões mais amplas relacionadas à luta contra o modelo excludente de desenvolvimento.

O segundo relaciona-se ao estímulo às iniciativas de inovação técnica e de cooperação social. Do ponto de vista sócio-organizativo, disseminaram-se diversificados processos coletivos e de ajuda mútua para a gestão de recursos ou para a execução de serviços comunitários. As casas de farinha, as roças coletivas, os bancos de sementes, os mutirões e outras modalidades de associativismo são alguns exemplos nesse sentido. Do ponto de vista técnico, irradiaram-se práticas e métodos alternativos aos pacotes tecnológicos modernos, tais como a adubação orgânica, a adubação verde, as plantas medicinais e os métodos naturais de controle de pragas. A *libertação do povo* era a idéia-chave de todo o processo social de construção de soluções aos problemas locais.

O terceiro princípio liga-se ao fato de que as CEBs enraizavam suas ações nas práticas de convívio social preexistentes nas comunidades. Criavam novos laços de interação comunitária sem que para isso os antigos fossem desatados, reforçando os mecanismos de sociabilidade local. Dessa forma, as CEBs foram capazes de associar seu desenvolvimento à revitalização das culturas locais, incrementando-as com novos conceitos para a leitura

da realidade e novas metodologias de ação. Nesse sentido, o seu método era estimulador da plena participação dos membros das comunidades nos processos de transformação de suas próprias realidades, valendo-se da criatividade da vida comunitária como força social transformadora.

A partir do início da década de 1980, a construção do movimento agroecológico se processou essencialmente por meio da interação das comunidades rurais e organizações de base estimuladas pelas CEBs com instituições de assessoria comprometidas com a viabilidade social e econômica da agricultura familiar (camponesa) e portadoras de uma proposta de agricultura alternativa à Revolução Verde. No entanto, a convergência de alguns dos princípios de ação das entidades de assessoria agroecológica (sobretudo ONGs) com os fundamentos do método das CEBs não foi imediata, mas vem se fazendo como resultado de um longo processo de experimentação e aprimoramento metodológico.

Com efeito, o encontro das assessorias com as organizações de base se fez mediante um verdadeiro choque epistemológico. Por mais comprometidas politicamente com a causa do campesinato e por maior sensibilidade que tivessem com relação à importância da sabedoria popular para o desenvolvimento local, as assessorias técnicas eram então compostas majoritariamente por profissionais formados academicamente com base nos princípios técnicos e metodológicos dos cursos superiores e médios de ciências agrárias, desenvolvidos para viabilizar a expansão das formas capitalistas de produção no campo. Portanto, embora criticassem o modelo técnico convencional, no primeiro momento as assessorias encontraram dificuldades de se desvincular do viés produtivista e da perspectiva difusionista de atuação. Ademais, desconheciam instrumentos metodológicos para apreender as racionalidades técnicas, econômicas e ecológicas da agricultura familiar, o que lhes impedia de elaborar leituras complexas sobre as realidades nas quais viviam e produziam as famílias de agricultores que assessoravam.

Dessa forma, o foco da crítica à modernização agrícola ficava restrito essencialmente à natureza das tecnologias, o que dificultou inicialmente a incorporação de um ponto de vista problematizador com relação aos métodos difusionistas. Não é sem razão que a perspectiva de difundir tecnologias alternativas marcou predominantemente esse período inicial de atuação das assessorias. Grande ênfase foi dada à identificação, sistematização e difusão de tecnologias geradas nas próprias comunidades rurais. A lógica subjacente a esse método estava na crença de que, embora os agricultores

familiares fossem inovadores eficientes, a sua característica de baixa mobilidade social limitaria a sua capacidade de difundi-las para públicos mais amplos. Sendo assim, um dos papéis das assessorias seria o de identificar e sistematizar essas práticas para, posteriormente, difundi-las por meio de cursos, seminários, impressos e outros meios de extensão rural.

A formação de agricultores monitores (também conhecidos como promotores ou multiplicadores) foi uma das inovações metodológicas introduzidas já nos primórdios da ação de muitas ONGs. Esse método exerceu importante papel ao romper com o monopólio dos técnicos como portadores de novos conhecimentos, aspecto esse associado a duas idéias-chave das estratégias já então empregadas: a de promover os agricultores como agentes de transformação social e a de revalorizar conhecimentos populares nos processos de desenvolvimento.

Não obstante o inquestionável avanço que essa inovação metodológica representou com relação aos métodos convencionais, ela não logrou romper com a verticalidade das relações de poder entre assessores e assessorados. Ao receber formação intensiva e, em alguns casos, recursos materiais para operar como multiplicadores em suas próprias comunidades, esses agentes de promoção tecnológica aos poucos se diferenciavam de seus pares ao incorporarem os discursos e os códigos de apreensão da realidade empregados pelos(as) técnicos(as). Em alguns casos, chegaram a ser explicitamente identificados como representantes das entidades de assessoria nas comunidades.

A baixa eficiência das metodologias difusionistas quando também aplicadas à agricultura alternativa não tardou a ser percebida e problematizada. Os métodos adotados expressavam claras contradições: por um lado, incorporavam o viés dos enfoques convencionais fundados na lógica de transferência de tecnologias; por outro, continham os germes da ruptura com esses enfoques, em particular o reconhecimento de que agricultores(as) são também portadores de conhecimentos úteis para o desenvolvimento local.

A proximidade física e a convivência com as comunidades exerciam um papel fecundador das reflexões sobre abordagens metodológicas. Permanentemente submetidas às evidências da realidade imediata, as entidades se viam estimuladas a refletir sobre suas estratégias de intervenção. Além disso, a articulação de redes que favoreceram a interação sistemática entre as entidades, criou ambientes propícios aos intercâmbios de aprendizados, abrindo espaço para que os enfoques metodológicos fossem aos poucos sendo criticados e aprimorados.

A introdução do conceito de Agroecologia no Brasil, no final dos anos 1980, foi um fator determinante na orientação desse processo dialético de aprendizagem metodológica vivenciado coletivamente por um grande número de entidades de assessoria. Portador de conceitos que permitem uma melhor compreensão da realidade em que vive e trabalha a agricultura familiar, o enfoque agroecológico abriu novos horizontes para o desenvolvimento de abordagens metodológicas mais consistentes com o objetivo de promover uma agricultura alternativa à Revolução Verde. A incorporação do agroecossistema como unidade para organização do conhecimento, em particular, criou novas perspectivas para que os(as) técnicos(as) pudessem apreender as racionalidades e estratégias dos grupos de agricultores(as) assessorados(as). Entre outras razões porque permitiu a superação do enfoque metodológico centrado em tecnologias pontuais, passando a abordá-las a partir de uma perspectiva sistêmica, ou seja, pelas suas funções como mediadoras de relações ecológicas e socioeconômicas nos agroecossistemas.

Essa mudança de perspectiva com relação ao papel das tecnologias desencadeou um conjunto de evoluções nas abordagens metodológicas: em vez de conceber a tecnologia como um produto acabado, volta-se, cada vez mais, para o estímulo aos processos sociais de inovação tecnológica. Em lugar de apenas sistematizar e difundir inovações de agricultores(as), procura-se também sistematizar e dar visibilidade aos processos de experimentação que levaram a essas inovações. Em vez da procura por soluções geniais potencialmente generalizáveis, procura-se incentivar os gênios criativos que se encontram em estágio de latência e isolamento social nas comunidades rurais. Com esses procedimentos, desloca-se a atenção exclusiva dos produtos da inovação (as tecnologias) para que a ação dos agentes de inovação técnica também seja focalizada. Assim, de passivas receptoras das tecnologias, as famílias são estimuladas a assumirem ativamente seu papel como agentes de inovação e disseminação de conhecimentos.

A evolução das concepções metodológicas vem permitindo também o estabelecimento de novas relações entre as assessorias e as comunidades. Com isso, a noção de assistência técnica vai aos poucos sendo superada, criando condições para o empoderamento dos(as) agricultores(as) e suas organizações na medida em que os conhecimentos acadêmicos deixam de ser concebidos como a expressão de verdades inquestionáveis validadas cientificamente e passam a ser apreendidos como novos insumos para a inovação local.

A decorrência natural da incorporação de uma concepção de construção do conhecimento voltada para o cultivo das potencialidades de auto-

expressão e da criatividade tem sido a adoção de novos enfoques de trabalho, que têm pela frente o desafio de superar os bloqueios de natureza política e cultural que limitam o exercício dessas capacidades por determinadas pessoas ou grupos sociais. A naturalização, pela cultura, de processos de dominação de alguns indivíduos e grupos sobre outros é, sem dúvida, um dos fatores que necessitam ser enfrentados para que essas potencialidades latentes se concretizem. A incorporação do enfoque de gênero no trabalho das entidades de assessoria tem dado, nesse sentido, grande contribuição ao fortalecimento dessa concepção de desenvolvimento. Ao introduzir essa dimensão em suas estratégias, as entidades têm favorecido o equilíbrio do poder decisório entre mulheres e homens, tanto no âmbito do núcleo familiar quanto no da esfera pública. Fazem isso ao tirar o trabalho e as capacidades inovadoras das mulheres da invisibilidade socioeconômica, cultural e política. Assim, além de ser um imperativo ético, a construção da equidade de gêneros nas comunidades e organizações rurais vem exercendo um papel determinante na promoção da Agroecologia.

Entretanto, as evoluções das abordagens metodológicas vêm se processando de forma desigual entre as organizações do campo agroecológico, o que explica a convivência atual de distintos enfoques adotados. Os avanços têm sido mais consistentes nas instituições e redes que conseguem manter o questionamento sistemático sobre suas próprias formas de atuação e que estabelecem processos continuados de aprendizado com base na sistematização de suas experiências metodológicas e no intercâmbio com outras organizações que desenvolvem projetos semelhantes. Independentemente do contexto em que essas evoluções se processam, elas decorrem de debates cujo objeto está sendo precisado aos poucos e que implica, necessariamente, no desafio de integrar o conceito de Agroecologia nas abordagens metodológicas que norteiam as estratégias de trabalho das assessorias.

* * *

Este livro é fruto de um esforço coletivo de produção e socialização de conhecimentos sobre as abordagens metodológicas empregadas por organizações de assessoria vinculadas à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Os textos aqui publicados foram elaborados durante a preparação do II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA), realizado em junho de 2006, em Recife (PE).

Os artigos expressam o resultado de sistematizações realizadas pelas entidades que submeteram suas experiências de assessoria agroecológica aos debates críticos em dois momentos do II ENA: o *Seminário sobre Construção do Conhecimento Agroecológico*, do qual participaram 343 pessoas, entre técnicos(as) e agricultores(as), e a oficina *A Perspectiva Agroecológica na Educação do Campo: um desafio para os movimentos sociais*, realizada com cerca de 90 pessoas. Esses momentos, além da oficina sobre pesquisa em Agroecologia, foram coordenados pelo Grupo de Trabalho sobre Construção do Conhecimento Agroecológico da ANA (GT-CCA), espaço constituído por representantes de entidades e redes regionais que integram a ANA (para saber mais sobre a ANA e o GT-CCA leia o anexo desta publicação).

Para orientar a elaboração das sistematizações apresentadas no seminário, as entidades tomaram como base um termo de referência metodológico produzido pelo GT-CCA. Assim conduzido, o processo que levou a esta publicação teve início nos esforços de reflexão sobre práticas concretas de assessoria agroecológica realizados, de forma simultânea e descentralizada no âmbito nacional, pelas entidades assessoras, tendo várias delas envolvido nessa empreitada representantes das organizações de agricultores(as) assessoradas. Nesse sentido, os leitores não encontrarão aqui análises acadêmicas sobre metodologias de extensão e ensino. Os textos que compõem o livro foram produzidos pelos próprios sujeitos envolvidos nas experiências analisadas e revelam a enorme diversidade de caminhos pelos quais as organizações vêm procurando aprimorar suas ações.

Em vez de certezas metodológicas, os artigos ressaltam os avanços alcançados e os obstáculos ainda enfrentados pelas entidades em suas trajetórias evolutivas. A riqueza do conjunto está justamente no fato de que há um claro sentido de complementaridade entre as experiências descritas e analisadas, sobretudo porque os avanços de umas ainda apresentam-se como limitações a serem superadas por outras e vice-versa.

O investimento realizado nesse processo de sistematização e intercâmbio produziu resultados cuja soma é positiva para o conjunto das organizações envolvidas. Os ganhos começaram já na fase da sistematização. Mais do que destacar os pontos positivos das experiências, as sistematizações permitiram às entidades identificarem os pontos de fragilidade que devem merecer atenção na seqüência de suas trajetórias institucionais. A análise crítica dos avanços e das dificuldades encontradas em cada experiência particular foi uma condição essencial para que o intercâmbio no II ENA houvesse efetivamente funcionado como espaço de aprendizado coletivo.

O intuito desse processo não foi o de definir as melhores abordagens de ação visando generalizá-las. Pelo contrário: a intenção do GT-CCA é incentivar a criatividade e a pluralidade metodológicas, de forma que as entidades aprimorem seus métodos de ação à medida que os ajustem aos contextos socioambientais objetivos em que desenvolvem seus trabalhos.

Essa perspectiva de ação coletiva baseada na interatividade horizontal entre as instituições, visando o contínuo aprimoramento dos referenciais metodológicos, também tem sido exercitada em redes regionais e estaduais articuladas à ANA. Cabe aqui destacar as iniciativas nesse sentido da Rede Ater Nordeste, articulação que envolve treze entidades de nove estados daquela região, e da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), que congrega onze organizações de Minas Gerais.

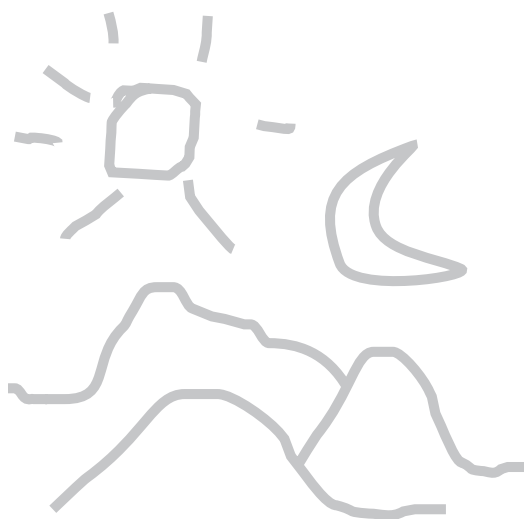
Em sua primeira parte, o livro apresenta a síntese de experiências sistematizadas e debatidas no II ENA durante o Seminário de Construção do Conhecimento Agroecológico, em um seminário da AMA realizado durante a preparação do II ENA e nos eventos de intercâmbio metodológicos promovidos pela Rede Ater Nordeste. Em seguida, são apresentados os textos preparados pelas onze entidades que apresentaram experiências no II ENA. Finalmente, na última seção, são apresentados dois textos relacionados ao tema da educação do campo.

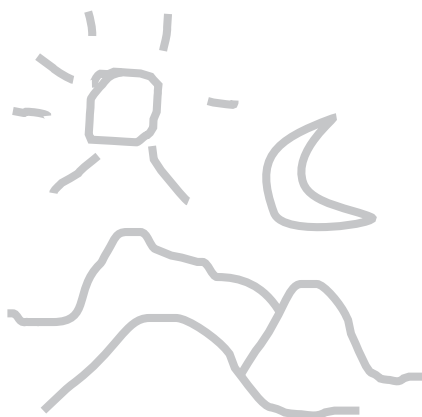
O GT-CCA da ANA considera esta publicação como o produto de um processo que está em curso. Trata-se, portanto, da sedimentação provisória de acúmulos que vêm sendo coletivamente construídos. A continuidade desses esforços deve ser assumida conjuntamente pelas entidades, pelas articulações locais e regionais em que as primeiras estão inseridas e, finalmente, pela própria ANA.

Por fim, os acúmulos obtidos até aqui também fornecem importantes subsídios para o processo de incorporação da perspectiva agroecológica pelas instituições oficiais de ensino, pesquisa agrícola e extensão rural. Nesse sentido, a publicação surge em um momento oportuno, no qual iniciativas promissoras nessa direção vêm sendo desenvolvidas.

Paulo Petersen
Coordenação do GT-CCA da ANA
Diretor Executivo da AS-PTA

Seção 1 – Sínteses de experiências em redes





Construção do conhecimento agroecológico: síntese de dez experiências desenvolvidas por organizações vinculadas à Articulação Nacional da Agroecologia¹

Ailton Dias dos Santos ²

1. Introdução

O termo *construção do conhecimento agroecológico* vem sendo cada vez mais usado pelas organizações e movimentos sociais que compõem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Ele se refere a processos de elaboração de novos saberes sobre a Agroecologia a partir dos conhecimentos tradicionais dos agricultores e agricultoras e da sua interação com o saber técnico-acadêmico.

O termo também representa um contraponto conceitual aos modelos convencionais de pesquisa agrícola e assistência técnica e extensão rural (Ater). Nesse sentido, aponta para a noção de que o desafio atual das organizações de promoção da Agroecologia não é o de prestar uma *assistência* às famílias que adotam ou querem adotar esse modelo de produção e nem tampouco o de fazer a extensão ou difusão dos conhecimentos gerados nas instituições de pesquisa. Isso explica, em parte, o desconforto com o termo Ater, embora se reconheça o papel fundamental e a importância estratégica dos órgãos oficiais do setor.

Ao buscar alternativas metodológicas aos modelos convencionais de Ater, as organizações da ANA percebem que o verdadeiro desafio está na

construção do saber agroecológico por meio da interação entre os conhecimentos tradicional e técnico-acadêmico. Nessa abordagem, o conhecimento resulta de processos que envolvem agentes diferentes que atuam num dado contexto social, político e econômico. Assume-se que o conhecimento agroecológico não está acabado e pronto para ser difundido. Ele está em permanente construção, o que implica a escolha de métodos, procedimentos e práticas pedagógicas que facilitem a emergência de novos saberes.



A realização do seminário *Construção do Conhecimento Agroecológico*, durante o II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), representou uma oportunidade ímpar para se conhecer e refletir sobre os diferentes caminhos que as organizações da ANA estão trilhando para desenvolver esses novos saberes agroecológicos.

As experiências apresentadas e discutidas neste livro são uma amostra da grande diversidade de processos de construção do conhecimento agroecológico em curso nas várias regiões do Brasil. Para efeito de síntese, é possível agruparmos essas experiências em algumas categorias apresentadas a seguir, de acordo com os tipos de processos, estratégia metodológica ou arranjo institucional adotados³.

- Nas duas experiências de promoção da agricultura em bairros periféricos das cidades de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, o enfoque agroecológico tradicionalmente utilizado em ações no meio rural sofre uma adaptação em função do contexto específico do meio urbano.
- Seis experiências têm como estratégia a experimentação e formação de agricultores - inovadores visando a conversão agroecológica de sistemas de produção.
- Pelos menos seis experiências utilizaram as visitas ou intercâmbios de experiências como parte de um processo de formação de agricultores ou de troca de saberes e conhecimentos.
- Uma das experiências é conduzida por uma organização de agricultores, sendo o trabalho de geração e disseminação de conhecimento coordenado e realizado pelas próprias lideranças locais, com o apoio de uma equipe técnica.

O objetivo desta síntese é apresentar interfaces, questões comuns, similaridades e discrepâncias entre as várias abordagens utilizadas pelas organizações nesses processos. Não se trata de avaliar seus procedimentos e práticas metodológicas, mas sim de identificar aspectos relevantes para o debate a partir de três eixos principais:

- Manifestação dos conceitos da Agroecologia nas abordagens metodológicas empregadas pelas organizações.
- Papéis das organizações dos agricultores no processo de construção do conhecimento agroecológico.
- Articulações realizadas entre os saberes dos agricultores e agricultoras e o conhecimento acadêmico-científico.

Esses três eixos de análise estavam contidos no Termo de Referência que orientou as sistematizações de experiências.

2. O enfoque agroecológico e a evolução das práticas metodológicas adotadas

Segundo o Termo de Referência, o papel das organizações que atuam na promoção da Agroecologia é:

(...) dinamizar processos sociais de inovação agroecológica que permitam a vinculação entre o corpo de conhecimentos dos agricultores sobre o manejo dos seus agroecossistemas e o conhecimento científico acadêmico. Esses processos locais são espaços de interatividade social voltados não só para o avanço da Agroecologia em sua dimensão técnica, mas também em sua dimensão sociopolítica (GT-CCA / ANA, 2006).

Essa formulação reflete o momento atual do movimento agroecológico no Brasil, marcado pela percepção mais clara de que o avanço da Agroecologia está vinculado a processos sociopolíticos sobre os quais as organizações devem atuar.



A figura 1 ilustra as fases da evolução gradual dos meios e metodologias de intervenção das organizações de promoção da Agroecologia com vistas à ampliação do enfoque agroecológico enquanto estratégia de desenvolvimento.

Na última década, organizações do campo agroecológico operaram mudanças em suas abor-

Figura 1 - Tendência evolutiva dos enfoques metodológicos de organizações de assessoria

1ª fase	2ª fase	3ª fase
<ul style="list-style-type: none">• Ênfase na busca e adaptação de tecnologias como estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar.• Intervenções segundo a lógica da disseminação tecnológica, com transferência de saber dos técnicos para os agricultores.	<ul style="list-style-type: none">• Intervenções a partir da leitura (diagnóstico) da realidade e identificação de problemas e temas prioritários, para além das questões tecnológicas.• Experimentação e visão mais integrada das práticas agroecológicas nas propriedades e no seu contexto.	<ul style="list-style-type: none">• Abordagem sistêmica.• Agroecologia considerada como processo social.• Intervenções na forma de facilitação de processos.• Valorização dos fluxos de saber entre os próprios agricultores para a geração de conhecimentos agroecológicos.



dagens metodológicas, passando da primeira para a segunda fase. No momento atual, há o desafio de se passar da segunda para a terceira fase. Por se tratar de um processo dinâmico, essas abordagens evoluem à medida que são superados e reinventados os modelos de intervenção das organizações.

Ao analisarmos os textos das sistematizações, é possível visualizar uma diversidade de caminhos e de escolhas feitas pelas organizações na promoção da Agroecologia que, em maior ou menor grau, confirmam a tendência enunciada na figura 1. Ao mesmo tempo, as sistematizações apresentadas expressam claramente os dilemas envolvidos nessa transformação. Como fazer da Agroecologia um processo social de mudança e, portanto, de construção de novos saberes e novas práticas? Como superar o modelo de intervenção vertical, pautado na transferência de saberes (dos técnicos para os agricultores ou de agricultores *mais qualificados* para os *menos qualificados*)?

As sistematizações oferecem ainda pistas importantes que podem ajudar a responder essas questões. Parece evidente que as organizações estão em busca de modelos de intervenção onde o fluxo de conhecimento ocorra de forma mais horizontalizada. Então a análise das sistematizações deve indicar não apenas o quanto as organizações estão mais próximas ou mais distantes de um modelo desse tipo e sim os aprendizados que elas oferecem para a construção desse modelo.

3. Refletindo sobre o modelo de intervenção das organizações

Alguns elementos das experiências apresentadas, identificados pelas próprias organizações promotoras, justificam a necessidade de mudança nos modelos de intervenção. Alguns exemplos:

- A construção do conhecimento a partir dos diagnósticos da realidade levou as organizações a priorizar determinados problemas ou temas a serem trabalhados levando, muitas vezes, a uma especialização da intervenção. Passou-se, portanto, de um enfoque mais tecnológico (primeira fase) para uma abordagem mais temática. Porém, ao se trabalhar no sentido da especialização temática (café orgânico, sistemas agroflorestais, por exemplo) há um evidente risco de se perder a dimensão sistêmica que o saber agroecológico deve ter, subvertendo os parâmetros de equidade social, diversificação produtiva, resiliência, etc. Esse risco foi identificado por várias organizações, que perceberam a necessidade de mudar seu modelo de intervenção – como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e o Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (Sasop), por exemplo –, levando-as inclusive a reformular suas estratégias de construção do conhecimento.
- A especialização temática em algumas experiências está diretamente ligada a uma lógica de intervenção voltada para o mercado. Em alguns casos, os grupos de agricultores envolvidos nos processos de construção do conhecimento estiveram também engajados na criação de organizações orientadas para a comercialização, a exemplo de cooperativas. Em que pese a importância dessas organizações, há o risco de que a lógica de mercado (que envolve aspectos econômicos, administrativos, financeiros, etc.) prevaleça sobre as dimensões sistêmicas da Agroecologia.
- A intervenção do tipo temática, mesmo quando originada de processos de diagnóstico da realidade, pode dar origem a *rotinas sem reflexão*. Nesses casos, as pessoas das organizações dedicam a maior parte de seu tempo na execução das atividades com raras oportunidades para refletir e sistematizar seus aprendizados e lições. Quando as organizações têm dificuldade de *parar para refletir* o conhecimento se estanca, assim como as práticas metodológicas. Nos processos de construção coletiva do conhecimento, a reflexão assume um papel crucial. Todas as organizações que passaram por mudanças no seu enfoque em direção a modelos mais horizontais de construção do conhecimento o fizeram a partir de um rico processo de debate interno.

Os elementos apresentados suscitam o questionamento de como tem se dado o processo de organização e circulação do conhecimento no âmbito de cada experiência e, portanto, de cada contexto social específico. Como as organizações estão organizando e difundindo conhecimentos? A partir de uma orientação de mercado? A partir de uma tecnologia considerada prioritária? A partir de problemas identificados no diagnóstico da realidade? A partir de uma cadeia produtiva ou produto? Qual a distância entre esses formatos de organização do conhecimento e os princípios da Agroecologia?

Aqui será importante refletir sobre o papel das sistematizações das experiências das pessoas e grupos e sua relação com a geração de novos saberes. As sistematizações podem ocorrer segundo lógicas verticais ou horizontais de geração e disseminação do conhecimento. Nas experiências analisadas há importantes pistas que podem subsidiar a formulação de novos modelos de intervenção e construção do conhecimento de maneira horizontalizada. Para tanto, há escolhas a serem feitas: o que sistematizar? Por que sistematizar? Com que objetivo?

Outra pista importante apontada por algumas organizações tem a ver com processos de comunicação social que possam tornar públicos tanto os conhecimentos gerados quanto os meios para acessá-los. Várias organizações relatam que estão elaborando boletins, informes, programas de rádio e outros instrumentos para a difusão ampla de saberes e práticas.

Por fim, um elemento que praticamente não foi abordado nas experiências, mas que parece estar intrínseco às mesmas, é o sentido ético da construção do conhecimento. Por ser uma fonte de poder, o livre acesso das pessoas ao conhecimento implica também a distribuição de poder na sociedade.

Persistência do modelo difusionista

Uma das maiores dificuldades metodológicas observada nos relatos das experiências diz respeito à permanência do enfoque difusionista, mesmo em iniciativas de inspiração agroecológica. Ao negar o modelo produtivo da chamada Revolução Verde, várias organizações procuraram alternativas tecnológicas que pudessem viabilizar os sistemas produtivos da agricultura familiar em bases sustentáveis. Mas, ao esboçar os métodos que as levariam a um novo modelo produtivo, essas organizações recorreram aos mesmos procedimentos de difusão de tecnologias enraizados na formação acadêmica da

maioria dos técnicos de ciências agrárias: instalação de experimentos, áreas demonstrativas e formação de agricultores–multiplicadores (inovadores).

Assim, embora empregando uma estratégia de mudança tecnológica, o saber permanecia como prerrogativa dos técnicos que o repassavam a agricultores com potencial de atuação como multiplicadores para que estes fizessem a irradiação, difusão ou o convencimento de outros agricultores para a adoção das novas práticas. Nesse caso, o fluxo do conhecimento mantinha o mesmo modelo difusionista de Revolução Verde, ou seja:

técnicos(as)  *agricultores(as)*

Em algumas experiências apresentadas, a intervenção se fundamentava inicialmente na formação de grupos de agricultores–experimentadores que ficariam responsáveis pela implantação de módulos de sistemas agroflorestais (SAFs), sendo esta a proposta que as entidades de assessoria pretendiam difundir. No entanto, com o passar do tempo e em função da avaliação dos próprios agricultores, as experimentações deixaram de acontecer no âmbito dos módulos ou áreas demonstrativas e passou-se a trabalhar na propriedade como um todo e de uma maneira mais sistêmica. Esse é um exemplo de como os agricultores e agricultoras podem desempenhar um papel-chave nas mudanças de enfoque.

Foram os próprios agricultores que romperam as fronteiras das ADs (áreas demonstrativas), ampliando e aperfeiçoando o processo de experimentação. Novas experiências foram desenvolvidas a partir dos princípios agroecológicos apropriados pelos agricultores nas áreas de cacau, de guaraná, nos quintais, nas áreas financiadas, etc. As práticas agroecológicas foram sendo adaptadas às condições de solo, aos cultivos locais, à disponibilidade de mão-de-obra e às demandas de cada família. (SASOP, 2006)

A reformulação da estratégia, incorporando a participação autônoma dos grupos de agricultores, leva a um fluxo de conhecimentos de caráter bilateral e pautado no diálogo entre agricultores e técnicos.

técnicos(as)  *agricultores(as)*

O intercâmbio entre grupos de agricultores também tem sido uma estratégia amplamente utilizada, como demonstram as experiências em tela. Nesses casos, busca-se o fortalecimento da relação agricultor-agricultor no processo de geração e aplicação de novos conhecimentos.

agricultores(as)



agricultores(as)

Porém, muitas vezes esses processos de intercâmbio parecem se restringir a *visitas técnicas*, não estando claro quais são os instrumentos metodológicos que as entidades têm utilizado para promover esses eventos formativos. Nessa perspectiva, abriu-se um importante campo de debate sobre como aperfeiçoar e qualificar os fluxos de comunicação *entre agricultores(as)*, visando à geração e disseminação de novos conhecimentos, bem como sobre o papel das organizações de assessoria nesses processos.

O lugar dos(as) agricultores(as) nos modelos de intervenção

Pode-se observar que na maioria das experiências apresentadas as organizações têm feito investimentos importantes em processos de formação ou assessoria a agricultores e agricultoras enquanto ação estratégica para a geração e difusão do conhecimento agroecológico. A análise desses processos permite identificar tanto a forma de organização do conhecimento quanto o modelo de intervenção das organizações em termos de promoção da Agroecologia. Para efeito de síntese desses processos formativos, destacamos alguns elementos para análise e debate:

O primeiro aspecto importante tem a ver com o *público-alvo* dos processos de assessoria e/ou formação. Os relatos mostram que existe uma variedade de critérios para a escolha desse público ou das pessoas que tomarão parte das ações de geração e difusão do conhecimento.

Algumas entidades de assessoria têm como público-alvo o quadro de associados dos STRs e organizações a eles vinculadas, o que reflete as relações estabelecidas na própria origem daquelas entidades. Ou seja, a *participação nos sindicatos ou organizações adjacentes é um critério básico* para a escolha das pessoas que passarão pelos processos formativos. Isso pode se dar pela manifestação espontânea de grupos de agricultores quanto ao seu interesse em participar das iniciativas agroecológicas ou por meio de critérios de seleção previamente definidos entre as organizações representativas e as equipes de assessoria técnica.

Houve, porém, casos em que as próprias iniciativas dos grupos de agricultores agroecológicos deram origem a organizações do tipo cooperativista, no entorno das quais passou a se organizar todo o processo de construção e difusão do conhecimento, além, é claro, da estruturação

dos canais de comercialização. O público-alvo aqui é formado por *famílias envolvidas mais diretamente nas cooperativas*, muito embora as mesmas tenham se originado do próprio movimento sindical, com o qual mantêm vínculos políticos.

Considerados os fatores acima, algumas entidades tendem também a adotar um critério de *representatividade territorial* para a escolha do público-alvo dos processos formativos e/ou de experimentação. Dessa forma, procura-se garantir uma atuação regionalizada e que considera tanto a área de abrangência da ação das organizações quanto os processos de articulação em torno do desenvolvimento dos territórios. Assim, são definidas algumas pessoas ou famílias por municípios e/ou comunidades para que atuem como ponto focal dos processos de geração e disseminação do conhecimento em nível local.

Com relação às experiências de agricultura urbana, a definição do público prioritário parece se pautar mais nas redes de relações que se estabelecem entre organizações de bairro (formais e informais), igrejas, instituições religiosas, pastorais e entidades de assistência social.

O segundo aspecto diz respeito à expectativa das organizações promotoras quanto ao trabalho a ser realizado pelas pessoas capacitadas em seu local de origem e/ou junto ao seu grupo social. Em geral, espera-se que essas pessoas cumpram uma *função* específica que envolve, além da experimentação em busca de alternativas, a difusão dos conhecimentos sedimentados nos processos formativos. Essa função de promotores locais da Agroecologia pode assumir diversas denominações, tais como:

- experimentadores e monitores agroecológicos;
- mobilizadores locais;
- monitores;
- educadoras e assessoras comunitárias;
- agricultores-multiplicadores;
- agricultores-experimentadores;
- monitoras de segurança alimentar e nutricional (SAN);
- agricultores-técnicos.

O terceiro aspecto tem a ver com os dois anteriores e diz respeito à construção de uma *identidade* de agricultor(a)-experimentador(a) e à maneira pela qual este ou esta operacionaliza os princípios e valores da

Agroecologia em sua família, comunidade, município ou grupo social. Embora essa identidade seja valorizada e trabalhada nos modelos de intervenção das organizações, em muitos casos os parâmetros de representação e da função a ser exercida pelos(as) agricultores(a) tendem a se sobrepor, assumindo lugar central nos projetos.

Por fim, no caso da Associação dos Produtores Alternativos de Rondônia (APA-RO), o processo de construção do conhecimento se deu no interior de uma organização de agricultores familiares com critérios próprios para a escolha dos produtores-técnicos, que assumiram a função de assessoria junto a outros grupos interessados em adotar práticas agroecológicas.

Os elementos levantados acima permitem visualizar os vários modelos de organização e disseminação do conhecimento agroecológico e o papel específico exercido pelos agricultores e agricultoras dentro de cada modelo. A partir desses aspectos, podemos identificar algumas questões problematizadoras:

O risco de diferenciação social

Há fortes evidências de que os(as) agricultores(as) envolvidos(as) nos processos de geração e difusão de conhecimentos aqui analisados têm contribuído para o avanço das práticas agroecológicas em suas localidades. No entanto, alguns relatos alertam para o risco de se criar uma diferenciação social nas comunidades ou municípios na medida em que, dentro de um grupo social mais amplo, somente aqueles escolhidos segundo critérios predefinidos têm acesso a novas informações, contatos e conhecimentos, sem necessariamente transmiti-los com eficácia a um número maior de pessoas. Isso traz à tona o velho problema da relação entre as lideranças e sua base social e levanta a seguinte questão: será que com isso não se estaria favorecendo a formação de uma *elite* local detentora de informações, conhecimentos e, portanto, de poder?

Agricultores e agricultoras como prestadores de serviços

Ao se atribuir a agricultores-inovadores ou experimentadores a função de difusores de saberes e práticas agroecológicas, os mesmos são elevados à categoria de *prestadores de serviços*. À primeira vista essa estratégia pode parecer uma boa alternativa para as organizações de assessoria que, quase sempre, se deparam com escassez de recursos e pessoal, ao mesmo tempo em que procuram ampliar os impactos das suas intervenções.

Mas atribuir novas funções àqueles agricultores implica em equacionar questões complexas. A implementação de arranjos desse tipo traz consigo

a necessidade de remunerar os agricultores pelos serviços prestados, ou seja, pelo tempo que eles dedicam às ações de difusão ou assessoria a outros grupos. Além disso, há o risco de perda de vínculos orgânicos entre o *agricultor assessor* e o seu grupo social, ocasionada pela diferenciação social, conforme mencionado acima. Como remunerar de maneira justa sem contribuir para essa diferenciação? Como preservar o parâmetro da equidade nos processos de construção e difusão do conhecimento agroecológico?

Verticalização x horizontalização do fluxo de conhecimento

As organizações de assessoria têm dado passos importantes na direção de um modelo de intervenção mais horizontal e pautado na relação agricultor-agricultor. Contudo, a adoção de critérios de *representatividade territorial*⁴ para a escolha das pessoas e a expectativa quanto à *função* a ser exercida por agricultores no processo de difusão tendem a criar uma estrutura verticalizada de organização e difusão do conhecimento. Isso demonstra que a relação agricultor-agricultor não é, necessariamente, de natureza horizontal. Então, como organizar a geração do conhecimento segundo parâmetros mais horizontais e menos verticais em consonância com os princípios da Agroecologia?

A própria sistematização das experiências parece oferecer algumas pistas para responder essa questão. Em que pesem os dilemas relacionados acima, é importante reconhecer que muitas organizações de assessoria têm procurado orientar sua intervenção considerando os processos sociopolíticos que ocorrem em territórios definidos.

A estruturação de programas de desenvolvimento local e/ou territorial tem se tornado um instrumento comum a várias organizações. Nesse caso, há um desafio latente de se organizar o processo de construção e disseminação do conhecimento agroecológico dentro dos próprios programas de desenvolvimento de base territorial e não como estratégias metodológicas à parte e atendendo a públicos específicos.

Os processos sociopolíticos de articulação, construção coletiva de propostas, planejamento e implementação de ações parecem ser providenciais em termos de construção e disseminação do conhecimento agroecológico. Aqui, a *identidade* de agricultor-experimentador ou agricultor agroecológico deve ter um papel determinante. Fortalecer a sua rede de relações com a coletividade de famílias e atores sociais do território pode ser mais importante do que atribuir aos mesmos uma função de difusores do conhecimento.

Saber tradicional como base do processo de reflexão

Na maior parte das experiências apresentadas os saberes tradicionais dos agricultores foram a principal fonte de informações para o processo de (re)elaboração de novos conhecimentos. Mas essa percepção não se deu de forma imediata. Várias iniciativas foram inicialmente desenhadas seguindo os pressupostos das *áreas demonstrativas*, que tinham como objetivo difundir conhecimentos oriundos dos técnicos das entidades de apoio e não dos próprios agricultores. Alguns relatos atestam que foi necessária uma avaliação crítica dessa estratégia para que os agricultores pudessem se inserir no processo não simplesmente como receptores e sim como provedores de conhecimentos a serem re-trabalhados pelo coletivo.

Na experiência relatada pelo Capa-Erexim, por exemplo, foi necessário não apenas considerar os saberes dos agricultores, mas também resgatar aqueles saberes que já haviam sido esquecidos e que poderiam se converter em novas alternativas no processo de transição agroecológica.

Herança cultural como fonte de saberes

A herança cultural dos agricultores pode constituir uma valiosa fonte de saber. Esse é um ponto de convergência entre as duas experiências de agricultura urbana apresentadas. Em ambos os casos, as pessoas que praticam agricultura em ambientes de urbanização intensa recorrem sempre a um referencial dado por uma história de vínculos com a agricultura. Essas referências não são apenas técnicas ou relacionadas aos conhecimentos e habilidades necessários às práticas agrícolas, mas remetem também a aspectos subjetivos ou simbólicos, relacionados com a identidade das pessoas e com seus valores. Estruturar os processos de construção do conhecimento a partir desse universo cultural dos grupos humanos é um dos maiores desafios e toca diretamente na questão da *identidade* anteriormente citada.

Talvez por se tratarem de casos extremos (maior distância do meio rural), as experiências de agricultura urbana situam essa herança cultural como uma importante fonte de saber. Esse elemento também está presente em várias outras experiências, ainda que de maneira menos explícita. Uma questão que emerge é: como as práticas metodológicas voltadas para a construção do conhecimento podem acessar esse patrimônio sociocultural enquanto fonte de saberes que podem ser re-significados no contexto das intervenções?

Incorporação da abordagem de gênero

A maioria das experiências apresentadas expressa uma preocupação com a busca pela equidade de gênero nos processos de construção do conhe-

cimento, mas os diferentes graus de aprofundamento do tema nos documentos não nos permitem fazer generalizações. Mesmo assim, é possível apontar algumas tendências mais marcantes:

- Alguns relatos demonstram que as organizações promotoras das experiências vêm realizando importantes debates internos sobre a adoção de abordagens de gênero em suas práticas e estratégias metodológicas. O efeito mais direto desse debate é a busca pela equidade de gênero nos processos formativos, na experimentação e difusão do conhecimento. Nesses casos, há uma ênfase na criação de condições para a participação mais efetiva das mulheres. Em alguns casos, procura-se o envolvimento tanto de mulheres quanto de jovens (gênero e geração).
- Em outros relatos, a participação das mulheres é contemplada, mas está mais ligada a referências identitárias. Por exemplo, em algumas experiências, há evidências claras de que o envolvimento de mulheres se dá em estratégias relacionadas à segurança alimentar e nutricional (SAN), o que parece decorrer de uma preocupação ou identificação prévia dos grupos de mulheres com esse tema específico. Podemos encontrar essas referências em experiências que ocorrem em diferentes contextos, como as do Sasop, da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas de Belo Horizonte (Rede-BH) e da APA-RO. Essa constatação nos leva a refletir se dentro do movimento agroecológico haveria nichos específicos onde a participação de mulheres ocorra de maneira mais efetiva. Seria então o tema segurança alimentar e nutricional um catalisador da participação feminina nos processos?

Parte das experiências não apresenta evidências diretas acerca de estratégias promovidas pelas organizações com relação à abordagem de gênero. Isso não significa, no entanto, que no dia-a-dia das organizações essa perspectiva não esteja presente.

Agroecologia e segurança alimentar

As duas experiências de agricultura urbana possuem como eixo estratégico de suas ações a segurança alimentar e nutricional (SAN), também presente na intervenção do Sasop e de várias outras organizações, embora muitas vezes não de maneira direta. No caso da experiência da Rede-BH, a formação de monitoras em SAN trouxe à tona a questão da função das pessoas no âmbito das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar. Aqui aparecem, mais uma vez, a necessidade de remunerar os monitores pelos serviços prestados, o dilema da profissionalização, entre outros.

4. O papel das organizações de produtores e produtoras na condução dos processos de construção do conhecimento

Praticamente todas as experiências apresentadas expressam claramente o objetivo ou a preocupação de fortalecer as organizações dos(as) próprios(as) agricultores(as). No entanto, fica claro que existe, dentro do movimento agroecológico, uma grande diversidade de caminhos e meios para se atingir esse objetivo. Alguns exemplos:

A experiência da APA-RO pode ser considerada um caso particular, uma vez que o processo de construção do conhecimento está estruturado efetivamente *dentro* de uma organização de agricultores. Trata-se de uma associação que aprimorou de maneira exemplar o seu processo interno de reflexão, de busca por novos conhecimentos, de formação de agricultores agroecológicos, de capacitação pela dinâmica agricultor-agricultor, de comercialização, entre outros aspectos. A forma de estruturação da APA demonstra que a organização buscou fortalecer a sua autonomia e independência, inclusive com relação às entidades de assessoria e serviços de extensão rural, o que parece ser um dos elementos mais importantes dessa experiência.

Em alguns casos, a estratégia de intervenção se pauta na capacitação/formação de grupos informais que passam a assumir uma dinâmica própria, muitas vezes dando origem a uma nova organização. Há vários exemplos de grupos de agricultores-experimentadores que iniciaram sua atuação no âmbito do movimento sindical, com o apoio de organizações de assessoria, mas que atualmente se agregam em novas organizações de caráter cooperativo ou associativo, sem, no entanto, abandonar seus vínculos sindicais. Tendências desse tipo podem ser observadas nas experiências no semi-árido do Sasop, do Centro Sabiá, do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) e do Centro de Agricultura Alternativa (CAA), por exemplo.

Nesses casos, fica evidente que houve uma orientação das ações segundo uma lógica comercial ou de mercado, assim como uma busca de uma estrutura organizativa formal. Isso nos leva a refletir sobre o futuro dos trabalhos focados em grupos informais. Tenderiam esses grupos a permanecer na informalidade ou a se consolidar em estruturas formais? Como esse processo de formalização afeta, positiva ou negativamente, a construção do conhecimento agroecológico?

Entretanto, em algumas das experiências, o foco da intervenção permanece sendo os STRs e não as *novas organizações* de orientação mais co-

mercial, conforme mencionado. Um fato relevante é que tanto nos casos de ações voltadas para cooperativas e/ou associações quanto naqueles em que há uma vinculação mais direta com os STRs, os processos tendem para arranjos institucionais mais complexos, em que a articulação em rede e a construção de parcerias assumem um papel importante. De fato, as experiências estão inseridas em processos complexos, com clara interface entre políticas públicas, redes de articulação e fluxos de recursos e saberes os mais diversos.

Dessa forma, o fortalecimento das organizações não resulta simplesmente dos processos de construção do conhecimento agroecológico e sim de um turbilhão de informações e conhecimentos que circulam intensamente nos contextos social e político das experiências, onde há uma grande diversidade de saberes em jogo: conhecimento sobre as políticas públicas, dos mecanismos de captação de recursos, gestão de projetos, gestão organizativa, comercialização, mercados, entre outros.

Obviamente há uma contribuição específica que o conhecimento agroecológico pode oferecer aos processos de fortalecimento das organizações, especialmente em termos de sustentabilidade dos mesmos. Essa contribuição pode ocorrer ao confrontarmos os princípios da Agroecologia e as dinâmicas de fortalecimento das organizações. Os textos apresentados, contudo, exploram pouco essa reflexão.



As experiências de agricultura urbana também são relevantes nesse debate, uma vez que as organizações de promoção se deparam com uma situação institucional extremamente complexa. Quais são as organizações que devem ser fortalecidas nas regiões periféricas de grandes cidades, onde se desenvolvem práticas agroecológicas tão peculiares? Aqui não fica evidente quais organizações se pretende fortalecer, havendo, portanto, a necessidade de ampliar a reflexão sobre a sustentabilidade dos processos no que diz respeito ao fortalecimento das organizações dos agricultores.

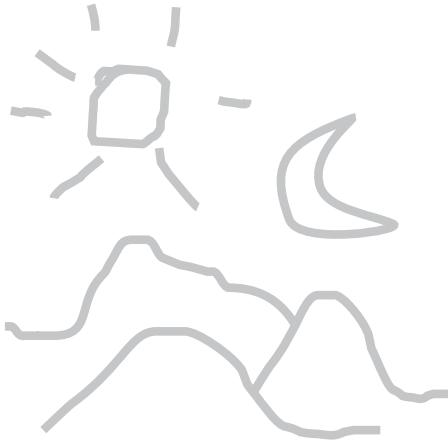
5. Interação entre conhecimentos técnico-acadêmicos e saberes tradicionais

Como já foi abordado em tópicos anteriores, a relação entre saber técnico-acadêmico e conhecimentos tradicionais no âmbito do trabalho desenvolvido entre as entidades de assessoria e grupos de agricultores(as) vem passando por mudanças significativas nos últimos anos. É possível afirmar, no entanto, que ainda há um longo caminho a se percorrer em termos de resgate, sistematização e valorização dos saberes tradicionais.

No passado recente, muitas entidades centraram a sua atuação em propostas tecnológicas predefinidas, ainda que houvesse uma grande abertura de diálogo com os agricultores em torno das mesmas. Entretanto, essa forma de atuação parece decorrer muito mais das limitações metodológicas dos técnicos das entidades do que de uma intenção deliberada de sobrepor o saber técnico ao tradicional. Lentamente, e por meio de inúmeros processos de avaliação e reflexão coletiva, a relação *saber técnico-saber tradicional* vai passando para uma condição onde prevalece a construção conjunta de alternativas tecnológicas e organizacionais.

Algumas experiências apresentadas demonstram claramente esse processo. Apesar disso, não se pode afirmar que os *sistemas de conhecimento* estão consolidados e, menos ainda, que eles dispõem de métodos eficazes de resgate e valorização dos saberes tradicionais.

A aproximação da equipe do CAA com outras áreas do conhecimento, a exemplo da antropologia, oferece uma pista do potencial inovador e positivo da relação entre saberes tradicionais e acadêmicos. Talvez os novos caminhos para o avanço das metodologias de intervenção das entidades estejam situados em outros campos do saber e não exclusivamente nas ciências agrárias. Nesse caso, torna-se importante refletir sobre como as



organizações têm incorporado profissionais de outras áreas do conhecimento (educação, antropologia, geografia, etc.) em suas equipes. Qual tem sido a contribuição desses profissionais em termos de organização do conhecimento difuso que se produz nas intensas redes de relações e processos sociais em curso nos territórios em que as experiências se desenvolvem

Na maioria das experiências sistematizadas, observa-se uma fraca interação entre as organizações do campo agroecológico e pesquisadores que se dedicam ao tema a partir de suas instituições acadêmicas ou científicas. Apesar disso, algumas entidades vêm dando passos importantes no sentido de estreitar esses laços numa perspectiva estratégica para o avanço do conhecimento agroecológico.

O CAA-NM, por exemplo, enfatiza a construção e o fortalecimento das redes *sociotécnicas* em torno da Cooperativa Grande Sertão como uma estratégia fundamental para o avanço dos conhecimentos e das identidades sociais dos agricultores do território norte mineiro. Essas redes têm como princípio o estreitamento da relação entre as organizações dos agricultores e pesquisadores e instituições científicas ou acadêmicas.

Situações similares podem ser identificadas em outros territórios onde as entidades de assessoria e organizações dos agricultores se inserem em processos mais amplos de articulação, negociação de políticas públicas, financiamento de projetos, etc., no âmbito de programas de desenvolvimento local ou territorial.

Instituições de ensino e pesquisa (acadêmicas) podem ter um papel diferenciado quando comparadas às instituições de pesquisa agropecuária. No primeiro caso, há um compromisso mais claro com processos educacionais, por mais formais que sejam. Já no segundo caso, prevalecem processos de geração de tecnologias em ambientes controlados, a exemplo das estações de pesquisa. A relação das instituições de pesquisa com organizações dos agricultores e ONGs é marcada pela tensão entre os conceitos de transferência e/ou validação de tecnologias em oposição à construção coletiva de conhecimentos.

A atuação de pesquisadores sensíveis às demandas das organizações e que se identificam com os princípios da Agroecologia tem sido mais importante do que os vínculos institucionais formais, uma vez que pode desempenhar um papel determinante na busca de relações de complementaridade entre o saber científico e o saber popular.

Para finalizar, vale registrar um elemento-chave em todos os artigos reunidos neste livro: eles foram escritos quase sempre por profissionais engajados nas próprias experiências e processos aqui relatados, discutidos e analisados. Nesse sentido, os textos representam um rico exercício de reflexão voltado tanto para o aperfeiçoamento dos processos e métodos internos às organizações quanto para a construção do conhecimento em Agroecologia em sua dimensão social e política mais ampla. São, portanto, uma contribuição e ao mesmo tempo um convite ao debate.

Bibliografia

GT-CCA / ANA. *Sistematização de abordagens metodológicas empregadas na promoção da Agroecologia*; Termo de referência. Rio de Janeiro, 2006.

¹Este texto apresenta a síntese de dez dos artigos reproduzidos na segunda parte desta publicação.

²Agrônomo, MS em Extensão Rural, coordenador de programa do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

³Uma experiência pode ser agrupada em mais de uma categoria. O objetivo aqui não é elaborar categorias estanques e sim orientar as análises subseqüentes.

⁴Ao usarmos o termo *representatividade territorial* não nos referimos a um possível papel de *representante* a ser assumido pelos agricultores e agricultoras, mas sim à necessidade de que todas as subunidades territoriais (municípios, comunidades) estejam minimamente contempladas nos processos formativos.



Articulação Mineira de Agroecologia: o papel das redes na construção do conhecimento agroecológico

Claudia Luz¹

1. Introdução

O presente artigo busca refletir sobre como a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) vem atuando nos processos de construção do conhecimento agroecológico e avaliar em que medida essa atuação cria referências para a implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. As experiências de algumas das entidades que integram essa articulação são temas de artigos específicos nesta publicação, portanto, aqui privilegiaremos uma análise do conjunto, enfocando a dinâmica de compartilhamento de conhecimentos e vivências que caracterizam as relações em rede.

A AMA, constituída em setembro de 2003, é uma rede estadual de entidades representativas das agricultoras e agricultores familiares – sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e associações – e organizações de apoio e assessoria aos mesmos – ONGs – que atuam nas diferentes regiões de Minas Gerais. Fazem parte dessa rede: o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM); o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM); o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV); o Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo Vale) e o Instituto dos Trabalhadores na Agricultura do Vale do Jequitinhonha (Itavale), com atuação no Vale do Jequitinhonha; o Centro de Assessoria Sapucaí, com atuação no Sul de Minas; a Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores (Armicopa), com atuação no Vale do Mucuri; a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede), com atuação na região metropolitana de Belo Horizonte e no Leste de Minas; o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR), com atuação no Vale do Rio Doce.

Muitas dessas entidades e organizações têm uma experiência de quase duas décadas na prestação de serviços, convencionalmente denominados de assistência técnica e extensão rural (Ater). Tais serviços se baseiam nos princípios agroecológicos e na utilização de metodologias participativas, mesmos eixos orientadores da recém elaborada Política Nacional de Assis-

tência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que visa a criação de um modelo novo e universal de Ater. No campo agroecológico, o trabalho, desenvolvido junto aos agricultores e agricultoras, assentados da reforma agrária e populações tradicionais, como indígenas e quilombolas, é concebido como processo de construção do conhecimento. Nesse contexto, faz-se necessário apontar as contribuições que a experiência da AMA traz, tanto para os agentes de Ater estatal como para o público beneficiário dessa política.

Para empreender esta análise, devemos considerar as contradições do cenário sociopolítico brasileiro. De um lado, as reformas neoliberais e a conseqüente reestruturação do papel do Estado como gestor de políticas e repassador de recursos. De outro, devemos também levar em conta as mudanças na cultura política da sociedade civil, resultantes do exercício da cidadania sob a forma ativa, que opera via participação dos cidadãos nas arenas públicas, interferindo, interagindo e influenciando na implementação das políticas. Ao atuarem na perspectiva do *público não-estatal* (Gohn, 2005), as organizações da sociedade civil elaboram saberes a partir de suas experiências, que estão sendo aplicados nas parcerias estabelecidas com o Estado no gerenciamento de políticas públicas. Contudo, é importante que os problemas e avanços decorrentes da relação ou parceria entre o Estado e as ONGs sejam debatidos e divulgados para que as mesmas, como representantes de sujeitos políticos, possam contribuir para a maior eficácia das políticas e o aperfeiçoamento do processo democrático.

Buscando propiciar uma reflexão em torno dessas questões, a AMA está realizando um processo de sistematização como parte das atividades do projeto coletivo apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)², em que os agentes e beneficiários envolvidos no trabalho das entidades apresentam e debatem suas experiências de abordagens metodológicas nos processos de construção do conhecimento agroecológico. O projeto propõe a execução de atividades de monitoramento e sistematização de programas de fortalecimento da agricultura familiar com enfoque agroecológico e participação social, envolvendo 4.352 agricultoras e agricultores, distribuídos em 77 municípios, localizados em seis das 12 mesorregiões administrativas mineiras: Vale do Mucuri (Armicopa); Vale do Jequitinhonha (CAV, Itavale e Campo Vale); Vale do Rio Doce (CAT/ADS/PJR); Leste de Minas (Rede); Sul de Minas (Sapucaí); Zona da Mata (CTA-ZM) e Norte de Minas (CAA) (AMA, 2005).

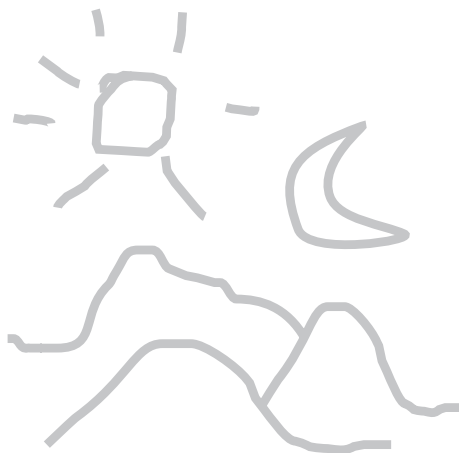
Entre as oito experiências sistematizadas, cinco se referem a processos de formação de agricultores e agricultoras em sistemas agroecológicos de

produção e metodologias participativas de diagnóstico, planejamento e trabalho comunitário, sendo uma delas com enfoque em segurança alimentar e agricultura urbana. As outras três estão ligadas a experiências de assessoria, a organizações de mulheres, escolas famílias agrícolas (EFAs) e cooperativa de agricultores familiares e extrativistas.

Para uma análise dessas experiências, torna-se imprescindível, também, compreender sua inserção no contexto mineiro, já que a aplicação do princípio da sustentabilidade requer que a Agroecologia seja desenvolvida em estreita interação com as dinâmicas ecossistêmicas e socioculturais de cada lugar.

No Projeto Ater/AMA (2004), Minas Gerais é descrita como o estado da diversidade, tanto em termos ecológicos como culturais, além de apresentar uma economia notadamente variada. Da mesma forma, as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões mineiras também são profundas. É nessa paisagem múltipla e singular, onde estão presentes três grandes biomas – a Mata Atlântica, o cerrado e a caatinga –, que se assenta uma agricultura diversa, movida por diferentes matrizes de racionalidade, conformando uma fisionomia social rica e complexa. É nesse cenário que a agricultura familiar subsiste e permanece ocupando a maioria absoluta da população rural em Minas Gerais, apesar do contexto adverso resultante das políticas de desenvolvimento rural historicamente implementadas pelo Estado. Segundo dados do Censo Agropecuário 1995/96, de um total de dois milhões de pessoas que vivem no campo em Minas Gerais, cerca de 1,3 milhões encontram-se absorvidas pela agricultura familiar, especialmente na região norte, nos vales do Jequitinhonha, Rio Doce e Mucuri e na Zona da Mata. Esses mesmos dados sinalizam a crescente ocupação pelo agronegócio no noroeste, Triângulo Mineiro e região central (AMA, 2004).

Vale destacar que a área de atuação das organizações que compõem a AMA abrange essa diversidade ecossistêmica, cobrindo as seis mesorregiões administrativas do estado notadamente de maior concentração de agricultores familiares.



Assim, a análise que se segue sobre os processos de construção do conhecimento agroecológico desenvolvidos pelas entidades da AMA focalizará algumas questões centrais que têm orientado o debate no campo agroecológico: primeiro, como as entidades vêm pondo em prática o conceito de Agroecologia; segundo, como as estratégias metodológicas vêm contribuindo para o protagonismo e a autonomia das organizações de agricultores e agricultoras; terceiro, como as metodologias propiciam a construção de pontes entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico; e, finalmente, quais elementos podem ser extraídos das experiências para estabelecer um diálogo em torno da implementação de políticas públicas.

2. O conceito de Agroecologia impulsionando mudanças

É possível apontar nas experiências sistematizadas pelas entidades da AMA quatro dinâmicas impulsionadas a partir da abordagem agroecológica para promoção da agricultura sustentável.

Dinâmicas e processos de construção do conhecimento agroecológico

Várias entidades da AMA vêm colocando em prática processos de produção de conhecimentos agroecológicos viabilizados por programas continuados de formação, intercâmbio, experimentação e pesquisa, envolvendo agricultores, associações, sindicatos, cooperativas, ONGs, pesquisadores de universidades e de centros de pesquisa. Tais dinâmicas têm estimulado o desenvolvimento e a expansão de práticas de adensamento e manejo da biodiversidade funcional, manejo de solos e de biomassa, desenvolvimento de produtos e marcas, revitalização de feiras, criando novos cenários de reposicionamento econômico para os municípios rurais de Minas Gerais.

Esses processos se manifestam com bastante expressão nos impactos promovidos pelo programa de formação do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), que tem fomentado interações horizontais entre agricultores e agricultoras, comunidades, educadores(as) e pesquisadores(as), criando um ambiente favorável para a produção de conhecimentos agroecológicos. A iniciativa se mostra como um poderoso instrumento para a mudança da paisagem rural da Zona da Mata, estimulando a diversificação da produção, o uso de insumos locais e introduzindo elementos de competitividade à cafeicultura praticada pela agricultura familiar.



No Sul de Minas, o trabalho desenvolvido pelo Sapucaí consiste no monitoramento de propriedades com uso de georeferenciamento, realizado por agricultores e agricultoras e utilizado como subsídio para o planejamento e a certificação da produção orgânica. Esse trabalho também está ligado à manutenção de uma feira orgânica em Pouso Alegre, responsável pela sobrevivência de nove famílias de agricultores, além de 35 famílias de Poço Fundo, expandindo as plantações de café orgânico de alta qualidade, que hoje é exportado e envolve 200 famílias. A atuação da entidade vem se irradiando por 12 municípios da região.

No Vale do Rio Doce, destaca-se o processo de aprendizagem do Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), no percurso do trabalho com sistemas agroflorestais, que são disseminados por um *grupo de agricultores-experimentadores e monitores de sistemas agroecológicos* (Aemas). Entre os aspectos mais relevantes do trabalho, apontamos o processo de apropriação e tradução das propostas de manejo agroflorestal para os arredores da casa e o refinado conhecimento que os agricultores e agricultoras desenvolveram nessa caminhada, passando da condição, nas suas próprias palavras, de *doidos para convictos*, fazendo com que o grupo seja referência para o debate de propostas agroecológicas na região.

No Norte de Minas, as ações em torno da articulação que o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) denomina de *redes sócio técnicas*, constituídas por uma complexa teia de relações entre instituições, agricultores(as), e pesquisadores(as) de diversas áreas, envolvidos na construção de conhecimentos agroecológicos, resultam num arrojado projeto regional de estruturação de quatro cadeias produtivas – mel, cana-de-açúcar, frutas e sementes crioulas –, com a participação de 1.500 famílias de agricultores.

Elaboração de políticas públicas que criem condições favoráveis para a reprodução da Agroecologia

Embora sendo tratada de forma tangencial na reflexão das organizações da AMA, a criação de condições institucionais, de logística e de infraestrutura favoráveis para a reprodução da Agroecologia é apontada como dimensão relevante por todas elas, o que é uma manifestação explícita do entendimento das entidades de que a Agroecologia não se realiza isolada

do contexto institucional, político e legal mais geral. Em todas as regiões de Minas Gerais, as organizações do campo agroecológico têm lutado por políticas públicas que assegurem e favoreçam o fortalecimento ou expansão das iniciativas em curso, dando um salto do caráter experimental dessas iniciativas, antes circunscritas a espaços de conversações, para a disputa de projetos na sociedade.

No caso da Armicopa, essa questão é central, pois a reflexão tem como objeto sua rica experiência enquanto organização de agricultores e agricultoras na construção de alianças para a criação de políticas públicas no Vale do Mucuri, em um ambiente institucional, inicialmente, bastante desfavorável.

Inúmeras outras iniciativas podem ser citadas, tais como:

- do CAA, CTA, Armicopa, CAV, que consistem na negociação de investimentos em infra-estrutura e logística de apoio, por meio do programa de desenvolvimento territorial (SDT/MDA), com a implantação de agroindústrias para processamento de produtos agroecológicos, tanques de expansão, escolas, caminhões para escoamento da produção, centros de armazenamento e distribuição, etc;
- do Centro Sapucaí, na criação de leis municipais para a compra direta e/ou preferencial de produtos agroecológicos dos agricultores e agricultoras familiares para o fornecimento de creches, asilos, escolas municipais e estaduais, Apaes, hospitais, etc;
- do CAA-NM e Cooperativa Grande Sertão, que atuam no direcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos (Ministério do Desenvolvimento Social e Conab) para aquisição e distribuição de volumes significativos de produtos agroecológicos no Norte de Minas. As duas entidades assumem também uma agência implementadora da Coordenadoria de Agroextrativismo (SDS/MMA), para financiamento de iniciativas agroecológicas com recorte agroextrativista; e
- de apoio a processos reivindicatórios de arranjo de políticas de acesso à terra, articulados à defesa dos ecossistemas e paisagens naturais, exigindo novas abordagens para a reforma agrária.

Abordagem agroecológica como estratégia de acesso aos mercados

A abordagem agroecológica também tem sido âncora para diferenciação de produtos e, dessa forma, sendo usada como estratégia de competição nos mercados, onde novos produtos estão sendo desenvolvidos e inse-

ridos. Nesse sentido, brotam inúmeras iniciativas ligadas ao trabalho das organizações da AMA: cafés de alta qualidade no Sul de Minas e na Zona da Mata mineira; frutas desidratadas, mel e artesanato no Vale do Jequitinhonha; polpa de frutas, cachaça, mel, sementes crioulas e rapadurinha na região Norte, além de uma diversidade de outros produtos. Hoje, esses produtos e projetos ofertados disputam a hegemonia ideológica no mercado justamente por se apresentarem como diferenciados na sua origem, no seu manejo e na sua história.

Segurança alimentar e nutricional por meio de dinâmicas de agricultura urbana

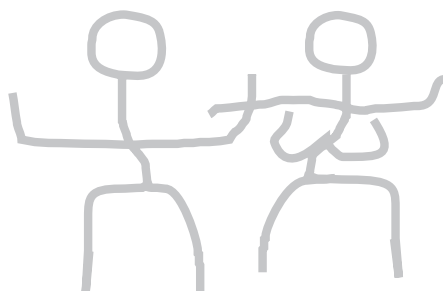
A quarta e última dinâmica se manifesta no trabalho de agricultura urbana desenvolvido pela rede. Esse trabalho de segurança alimentar e nutricional, baseado nos princípios da educação popular e da Agroecologia, é desenvolvido em bairros e favelas formados na periferia da expansão da região metropolitana de Belo Horizonte. A formação aborda questões relacionadas a plantas medicinais, segurança alimentar e nutricional, resíduos sólidos (lixo) e relações sociais de gênero. Além disso, tem como ponto de partida a valorização e recuperação dos hábitos alimentares tradicionais da cultura local e a afirmação do *direito humano à alimentação* enquanto fator determinante na conquista da própria cidadania. Ainda que em um contexto de alta fragmentação e vulnerabilidade social, o processo de formação consolidou um grupo de educadores(as) comunitários(as) com capacidade de incentivar dinâmicas locais de aprendizagem, experimentação e criação coletiva de novas idéias, práticas e produtos, participando ativamente de espaços de gestão de políticas urbanas.

3. Protagonismo das organizações de agricultores e agricultoras nos processos de desenvolvimento: o papel das metodologias

Considerando que o papel central das entidades da AMA é o de *fortalecer as capacidades políticas, organizativas, técnicas e metodológicas das organizações de agricultores(as) familiares para que elas assumam o protagonismo na condução dos processos de desenvolvimento local* (GT CCA/ANA, 2006), as experiências das entidades, focadas na ação de agricultores e agricultoras para a promoção da Agroecologia, trazem diversos elementos para o debate.

As metodologias de formação baseadas na valorização dos saberes, recursos e modos de vida nativos e nos intercâmbios de conhecimentos

entre agricultores(as), técnicos(as) e pesquisadores(as) propiciam a construção de capacidades, laços de confiança e reciprocidades entre os sujeitos, por serem sustentadas por uma disposição dialógica, aliando teoria e prática da Agroecologia adaptada às paisagens e aos agroecossistemas próprios de cada lugar. Esses elementos fundamentam a



emergência do que passa a ser cunhado como *protagonismo dos agricultores e agricultoras nos processos de construção do conhecimento agroecológico*. Vista por esse prisma, a Agroecologia se insere nas paisagens talhadas pela *geo-história* de cada povo, de cada lugar.

São inúmeras as manifestações nesse sentido, que vão desde a articulação de sindicatos e associações na Zona da Mata, de associações e assentamentos nos vales do Mucuri e do Rio Doce e no Norte de Minas, até a integração entre cooperativas, sindicatos e associações quilombolas e indígenas, dentre outras. Essas experiências evidenciam que estão sendo forjados, a partir da ação dessas instituições, novos sujeitos liderando processos de produção de conhecimentos e alinhando dinâmicas locais e regionais de desenvolvimento.

O protagonismo, como resultado de um processo de construção da autonomia, requer, fundamentalmente, o rompimento com mecanismos socialmente criados de subordinação e subalternização da agricultura familiar, como a falta de acesso à terra, à renda, a informações e à participação em espaços decisórios. Esses mecanismos se impõem de forma mais aguda em relação às mulheres, jovens, negros e outras expressões étnicas não-ocidentalizadas. O enfrentamento de alguns deles é evidenciado nas experiências das organizações da AMA, na medida em que trabalham junto a agricultores e agricultoras que estão assumindo novas funções na sociedade, como de monitores(as), educadores(as), mobilizadores(as), coordenadores(as) de programas, gestores(as) de empreendimentos, além de terem presença cada vez mais significativa em cargos públicos.

As metodologias empregadas contribuem para o protagonismo e a autonomia dos(as) agricultores(as) e suas organizações ao criarem oportunidades para que os mesmos ampliem sua compreensão e participem de articulações e debates mais amplos em outros cenários. A autonomia é aqui

entendida como um processo que não é espontâneo, mas construído gradativa e coletivamente, e cujo alcance depende da intencionalidade das ações e de uma postura político-pedagógica que possibilite ao sujeito ler e re-interpretar o mundo, compreender e se expressar por conta própria.

A atuação dos agricultores e das agricultoras como protagonistas em diversos espaços institucionais provoca a explicitação de preconceitos sociais e discriminações veladas, trazendo essas questões para o debate público. Provoca também reações da Ater pública convencional, que considera o público rural como quem precisa de *assistência* técnica, ou precisa do técnico para estar mediando os processos associados ao desenvolvimento (tecnológico) rural.

Os depoimentos desses *novos sujeitos*, presentes nos relatos das organizações da AMA, apontam que se perdeu o medo de *ocupar* espaços políticos, de prestar assessorias, que têm servido como uma alternativa para a sustentabilidade dos agricultores e agricultoras, assim como do próprio trabalho que desenvolvem. Novas lideranças têm surgido com uma percepção mais abrangente e crítica da sociedade, do desenvolvimento e da sustentabilidade, com capacidade de ampliar seu raio de atuação e contribuir em outros processos junto a outros movimentos sociais.

O desafio que se apresenta é conseguir o reconhecimento e legitimação desses serviços exercidos por agricultores e agricultoras como sendo comunitários e públicos, devendo, portanto, ser financiados. Ao mesmo tempo, é necessário romper com o entendimento presunçoso de que a ação de desenvolvimento se realiza na relação técnico x agricultor e superar deformações acadêmicas decorrentes da *arrogância interventora* da ciência ocidental moderna.

4. Pontes entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico: o desafio da dialogia

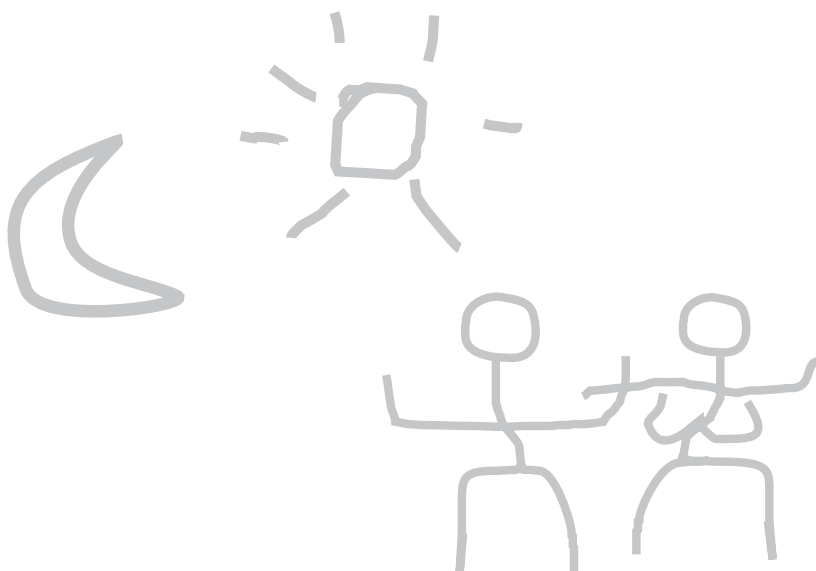
Na reflexão das organizações da AMA, duas contribuições teóricas são trazidas para iluminar o debate em torno das metodologias fundadas em processos dialógicos: uma do campo da pedagogia, outra do campo da antropologia.

No campo da pedagogia, resgata-se de Paulo Freire a defesa da relevância do saber popular e a idéia de que conhecimento não se transmite. O respeito aos saberes dos agricultores e agricultoras deve estar vinculado ao horizonte do contexto em que eles são produzidos. Sem entender esse

contexto não se pode ir além dele. Segundo a teoria da aprendizagem significativa, *uma nova informação deve encontrar na estrutura cognitiva do aprendiz um ancoradouro que lhe receba e que lhe dê sentido, sendo incorporada, assimilada e até modificada, gerando uma nova organização na estrutura cognitiva* (CTA/ZM, 2006). Isso gera a emancipação ou consciência das próprias experiências, o que significa que elas passam a atuar como estímulo para vivenciar outras experiências. O pressuposto que deve orientar a construção do conhecimento agroecológico é o de que *a aprendizagem só tem sentido quando se apreende a razão de ser do conteúdo, do assunto, do objeto em questão* (CTA/ZM, 2006).

A concepção pedagógica fundada no diálogo requer uma postura de incentivo ao debate: mesmo as propostas agroecológicas consideradas boas e adequadas para determinado contexto devem ser colocadas em discussão para ver em que medida elas coincidem com a leitura de mundo das outras pessoas envolvidas diretamente no processo. *Conceber o processo de construção de conhecimentos como sendo dialógico não o torna sem direção ou sem intenção. A ética está justamente em assumir a educação como diretiva e política* (CTA/ZM, 2006).

Num grupo heterogêneo, cujos participantes vêm de contextos socioculturais diferentes, as metodologias devem propiciar a construção de signos comuns e criar situações em que pessoas com consciência de suas experiências em diferentes níveis e assuntos possam interagir.



No campo da antropologia, a avaliação é de que a incorporação de suas contribuições nos processos de construção do conhecimento agroecológico propicia uma maior compreensão da lógica da agricultura nativa, mesmo que a visão da entidade ainda esteja baseada na concepção generalizante de agricultura familiar. A partir dessa compreensão inicial, a abordagem antropológica nos possibilita chegar a uma percepção cada vez mais aprofundada sobre a diversidade de identidades e territorialidades incluídas na agricultura familiar, contribuindo para o entendimento de suas especificidades. No processo de construção do conhecimento agroecológico, ao discutirmos estratégias de manejo da biodiversidade, por exemplo, buscando a valorização das matrizes genéticas locais, temos que considerar as *peças, seus sistemas de valores, a adaptação aos condicionantes ecossistêmicos e culturais, o que nos exige olhar a produção considerando os sistemas nativos de produção, os sistemas cognitivos das populações locais, agregando novos elementos e produzindo outros conhecimentos* (CAA, 2006).

Os princípios do método etnográfico trazem elementos para uma mudança significativa na forma de *ler a realidade* dessas populações nativas, reorientando a postura pedagógica no sentido de compreender as distintas racionalidades socioambientais e culturais, conseguir desvendar o que lhes é significativo e, ao mesmo tempo, conectar essas especificidades, reconstruindo uma visão da totalidade da sociedade na qual estamos inseridos. Isso possibilita a articulação de lutas e projetos comuns, que buscam a *superação da condição de subalternidade* em que essas populações foram colocadas e a *construção de uma sociedade que os engloba, mas não os aniquila* (CAA, 2006). Assim, o desafio no processo de construção do conhecimento é não dissociar os elementos políticos, culturais e sociais da dimensão técnica e econômica.

A discussão metodológica em torno do trabalho de pesquisa antropológica, visto sob o prisma de um encontro dialógico, traz elementos para a reflexão sobre as interações entre conhecimento tradicional e ciência no processo de construção do conhecimento agroecológico. O encontro dialógico ocorre quando os sujeitos em relação, a partir de suas visões de mundo diferenciadas, se permitem atravessar uns pelos outros. Ambos saem com outras compreensões do mundo. A Agroecologia, ao afirmar o valor do conhecimento e do modo de vida tradicional dessas populações, agregando elementos que permitem que os mesmos sejam atualizados e incorporando questões para além dos seus contextos locais, contribui para o

seu empoderamento, não apenas do ponto de vista da produção, mas também do político, cultural e intelectual. A partir dos processos de construção do conhecimento agroecológico, a compreensão de agricultores e técnicos se complexifica, uns sendo formados e transformados pelos outros.

Nas relações entre entidades e organizações de agricultores com centros de pesquisa e universidades, verificamos avanços nos diálogos e alguns pesquisadores que passaram a desempenhar papel-chave na criação de um ambiente favorável à Agroecologia dentro das instituições onde atuam. No caso do CAA-NM e da Cooperativa Grande Sertão, por exemplo, constituiu-se uma rede de pesquisadores em torno dos potenciais do cerrado e caatinga na UFMG, Unimontes e Embrapa, desenvolvendo pesquisas e contribuindo com aportes técnico-científicos que servem de suporte aos trabalhos. Dentro da Faculdade de Educação da UFMG (FAE/UFMG) e da Unimontes também existem pesquisadores que integram uma rede social comprometida com a causa das populações nativas do sertão norte-mineiro, fornecendo aportes para o reconhecimento social da diversidade cultural da região.

No caso do CTA-ZM, a parceria no programa de formação com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) serviu como provocação para as entidades refletirem sobre as dificuldades de se construir projetos de pesquisa em sistemas de produção agroecológicos com estratégias que permitam a efetiva participação dos(as) agricultores(as), não só na etapa de *validação tecnológica*. Para os professores do Departamento de Solos da UFV, a parceria em dois encontros temáticos do programa de formação teve reflexos na prática de ensino e extensão.



5. Elementos para um diálogo em torno da implementação de políticas públicas a partir das experiências de construção do conhecimento agroecológico da AMA

Buscamos destacar aqui alguns elementos pontuados ao longo do texto, resultantes da experiência acumulada pelas entidades da AMA, que consideramos relevantes para o desenho de políticas voltadas para o desenvolvimento rural, tendo como plataforma a Agroecologia, a sustentabilidade e o protagonismo dos agricultores e agricultoras.

A criação de novos cenários locais a partir da promoção da Agroecologia

Novos cenários para a agricultura familiar estão sendo criados em dezenas de municípios rurais em Minas Gerais, a partir de diferentes dinâmicas de construção de conhecimentos agroecológicos, ancoradas por programas continuados de formação, intercâmbio, experimentação e pesquisa e envolvendo redes de agricultores(as), associações, cooperativas, sindicatos, ONGs, pesquisadores(as), universidades e centros de pesquisa.

A abordagem agroecológica, em vários contextos, tem servido para dar destaque a certos produtos e tem sido usada como estratégia de competição e acesso aos mercados. Regiões antes vistas como produtoras de *commodities* de baixo valor agregado passam a ofertar produtos com alto grau de diferenciação e de valor agregado.

Tais indicativos evidenciam o enorme potencial dessas dinâmicas na promoção do desenvolvimento regional, desde que abrigadas em políticas públicas de longo prazo que propiciem condições institucionais, de logística e de infra-estrutura favoráveis para a reprodução da Agroecologia, considerando que isso não se realiza isolado do contexto institucional, político e legal. Hoje os impactos das iniciativas em curso mostram sua capacidade de ultrapassar o caráter experimental para apresentar projetos viáveis para a sociedade.

Participação e protagonismo dos agricultores e agricultoras como estratégia central

O elemento central comum a todas as experiências das organizações da AMA é a decisão política de criar condições para que os agricultores e agricultoras atuem como protagonistas dos processos de construção do conhecimento agroecológico. Para tanto, é necessário empreender esforços coletivos no sentido de um reposicionamento do papel social tradicio-

nalmente associado à agricultura familiar no interior da nossa sociedade, ou, como foi traduzido no seminário da AMA, é preciso que ocorra uma *quebra de paradigmas*. As condições abrangem desde a formação técnica, metodológica e política de agricultores e agricultoras até a disponibilização dos meios para que os mesmos assumam a função de monitores(as), agentes, assessores(as), educadores(as) ou mobilizadores(as) – de acordo com a denominação dada por cada entidade – nas comunidades e em espaços mais amplos de articulação e negociação de políticas para a agricultura familiar.

As diversas experiências de formação, baseadas em metodologias participativas e desenvolvidas pelas organizações da AMA, podem ser analisadas a partir da concepção adotada por Maria da Glória Gohn (2005) para refletir sobre os movimentos sociais e o protagonismo da sociedade civil. A autora concebe a participação como um processo de vivência que cria novos significados para o grupo, desenvolvendo consciência crítica, reiterando ou gerando novos valores e práticas e agregando força sociopolítica. Nessa perspectiva, a construção do protagonismo é um processo pelo qual os atores sociais se transformam em sujeitos políticos. Trata-se de um processo de emancipação real e proativa, construído na prática cotidiana, buscando a autonomia dos sujeitos.

Metodologias de formação sustentadas por uma disposição dialógica e por um compromisso com o sentido real de participação propiciam a emergência do protagonismo dos agricultores e agricultoras nos processos de construção do conhecimento agroecológico. Os aprendizados nesse sentido, extraídos das experiências do CTA, do CAT e da Rede apresentadas nesta publicação, apontam que a formação em Agroecologia deve englobar as dimensões técnica e sociopolítica e deve estar conectada às dinâmicas sociais em curso, de forma que funcione como elemento catalisador de processos coletivos.

Os programas de formação devem ser concebidos e coordenados por organizações de agricultores em parceria com as entidades assessoras. A metodologia deve valorizar os conhecimentos acumulados pelos agricultores e agricultoras e privilegiar a troca de experiências entre eles e os(as) técnicos(as) e pesquisadores(as), promovendo uma interconexão entre três elementos – formação, experimentação e socialização de conhecimentos –, tendo as propriedades como referências teórico-práticas, tanto no caso das comunidades rurais quanto no caso dos quintais urbanos. O registro e a produção de materiais que sistematizem a experiência também são fundamentais

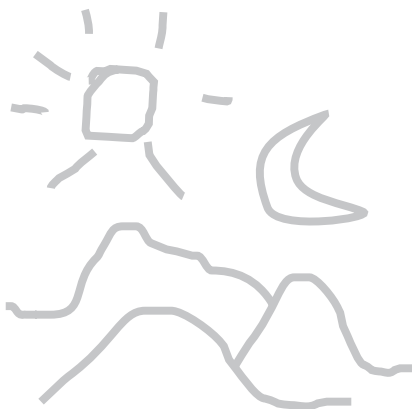
para o aprendizado e para a atuação dos agricultores(as) como educadores(as), estimulando que os mesmos se apropriem de metodologias e instrumentos de comunicação.

Nos processos de socialização de conhecimentos, onde os(as) agricultores(as) desempenham o papel de educadores(as), monitores(as) ou assessores(as) – função tradicionalmente associada aos(às) técnicos(as) –, é que emergem mais fortemente as resistências em relação a uma mudança nos papéis e na correlação de forças no interior da sociedade, explicitando preconceitos sociais e discriminações étnicas, raciais e de gênero.

Os mecanismos de subordinação mais amplos e a falta de autonomia ligada à posição das mulheres e dos jovens no interior da família também são desafios a serem enfrentados nos processos de construção do conhecimento agroecológico. As experiências mostram que a participação equitativa de mulheres como critério na seleção dos participantes dos programas de formação é uma boa estratégia para a incorporação da perspectiva de gênero. Metodologias inclusivas e adequações na infra-estrutura devem ser desenvolvidas para propiciar a participação e a interação de saberes entre homens e mulheres, jovens e pessoas mais experientes. As metodologias devem criar condições para trabalhar a questão de gênero, fazendo emergir o debate a partir de reflexões provocadas pelas místicas, dinâmicas ou pela realidade retratada nos diagnósticos participativos.

Tanto na formação, quanto na experimentação, deve-se proporcionar uma reflexão crítica entre os participantes sobre as crenças enraizadas socialmente como sendo *coisas de homem ou de mulher* (REDE, 2006). Deve-se trazer à tona as tensões existentes nessas situações, mas também trabalhar as temáticas de forma a facilitar a integração entre interesses de homens e mulheres.

A abordagem mais direta e profunda das relações sociais de gênero requer um nível de amadurecimento do grupo que vai sendo conseguido no decorrer do processo de formação, como resultado das próprias situações conflituosas que possibilitam o enriquecimento da experiência do grupo e a percepção da dimensão do desafio que é construir a sustentabilidade também no nível das relações sociais.



A experiência de organizações que vêm, desde alguns anos, investindo no processo de formação de agricultores para atuarem como protagonistas em programas de assessoria técnica mostra que a ação dos mesmos vai se tornando cada vez mais qualificada e complexa, exigindo também novos aportes técnico-metodológicos, políticos e financeiros para a potencialização de suas ações. Dessa forma, o investimento em programas de formação para os(as) agricultores(as) será insuficiente se os mesmos não estiverem mergulhados em um ambiente de interações técnicas, sociais e políticas que possibilite a atualização permanente do conhecimento e a adequação de soluções às novas questões que se apresentam.

A experiência desenvolvida pelo CAA na assessoria à Cooperativa Grande Sertão demonstra que a opção por uma estratégia metodológica de acompanhamento sócio-técnico centrado na relação agricultor(a)-agricultor(a) é favorecida a partir da inserção dos(as) mesmos(as) em redes de interações mais diversas, desde o âmbito local junto às famílias, comunidades, municípios, até em espaços de articulações mais amplas, relacionadas com a gestão de políticas públicas ou com os movimentos sociais, em nível nacional e internacional. Interagindo nesse denso ambiente institucional, os agricultores e agricultoras vão se apropriando de novos elementos e percepções, retroalimentando a sua própria atuação.

Desses processos de construção do conhecimento agroecológico desenvolvidos pelas organizações da AMA, inúmeros agricultores e agricultoras têm assumido os espaços de liderança e, ao mesmo tempo, de diálogo entre o *seu lugar* e o conjunto da sociedade. O desafio que se apresenta é como fazer para que esses serviços prestados por agricultores e agricultoras sejam reconhecidos como serviços comunitários e públicos, devendo, portanto, ser criados instrumentos de financiamento público para viabilizá-los de forma contínua.

A ação em redes

A perspectiva da ação em redes socio-técnicas de construção de conhecimento, orientada por relações horizontais entre agricultores(as), técnicos(as), pesquisadores(as) e instituições, se revela como uma experiência política transformadora na medida em que pavimenta um ambiente institucional em que a cultura corporativista, autoritária e centralista perde o sentido. A inserção proativa dos(as) agricultores(as) e suas organizações no interior dessas redes, ao mesmo tempo em que cria uma postura institucional mais aberta, favorece interações com as dinâmicas locais, cri-

ando cenários de reposicionamento das economias locais e a construção de projetos diferenciados de desenvolvimento regional.

A mobilização em torno da Agroecologia no Brasil tem que se colocar como estratégia fundamental para a concepção de uma sociedade sustentável. A irradiação do conhecimento agroecológico, construído e em construção, está

condicionada à sua inserção em redes de diálogo cada vez mais amplas e, ao mesmo tempo, à capacidade de se inscrever em debates de projetos para o conjunto da sociedade. Daí a importância de articulações como a AMA e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) enquanto espaços privilegiados que, se fortalecidos, podem aumentar muito sua contribuição para o debate nas arenas públicas.



6. Considerações finais

Uma forte evidência das experiências aqui analisadas e sistematizadas pelas organizações da AMA é que a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento depende, em grande medida, da capacidade de se realizar um acompanhamento continuado, inserido e comprometido com as dinâmicas socioambientais existentes. *“A construção do conhecimento e a mobilização para uma ação cidadã, promotora de uma sociedade sustentável, requerem continuidade e compromisso ético com a base social (CAA, 2006).* Nesse aspecto, a fragmentação e descontinuidade das políticas governamentais são questões que têm que ser enfrentadas. Políticas para expansão da Agroecologia no Brasil devem ser garantidas com recursos públicos em caráter permanente. Além disso, são necessárias *políticas públicas multisetoriais que abordem integralmente os territórios rurais e as territorialidades nele inscritas, bem como a indissociabilidade da pesquisa, ensino e irradiação do conhecimento (CAA, 2006).*

A partir dessa perspectiva, a extensão rural clássica, baseada na relação *técnico(a)-agricultor(a)*, não se presta à promoção da Agroecologia. As ações pontuais, por meio de cursos, visitas e dias de campo sobre técni-

cas, sem continuidade e desvinculadas de uma ação de desenvolvimento, tendem a gerar resultados de curta duração e nenhum processo de empoderamento e construção política.

Assim, o que se apreende fundamentalmente dessas experiências é que deve ser feita uma escolha política de atuação enredada com as organizações de agricultores(as), deve haver a disposição de atuação numa perspectiva de diálogo em redes horizontais, uma busca permanente de reconhecimento das estratégias de reposicionamento da agricultura e suas dinâmicas organizativas. O que pressupõe, enfim, assumir co-responsabilidade na construção de um projeto de desenvolvimento que vai ganhando densidade e amplitude no seu desenrolar.

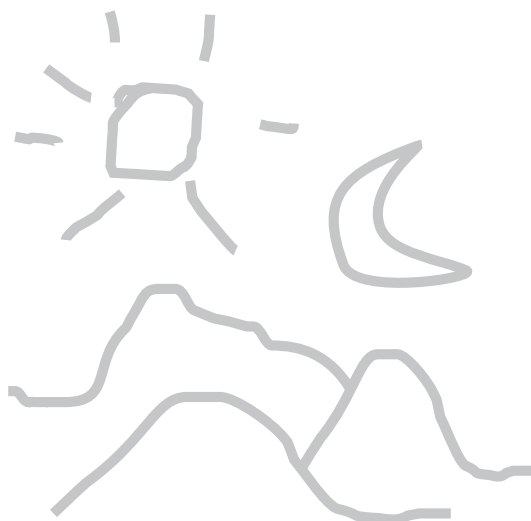
Bibliografia

- ARTICULAÇÃO MINEIRA DE AGROECOLOGIA. *Agroecologia, Territorialidade, Sustentabilidade: uma intervenção em rede em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2004.
- _____. *Relatório do seminário de sistematização das experiências de Ater da Articulação Mineira de Agroecologia*. Montes Claros, 2006.
- CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS. *Sistematização da experiência do CAA*. Rede sócio-técnica no programa de produção agroecológica: a assessoria à cooperativa Grande Sertão. Montes Claros, 2006.
- CENTRO AGROECOLÓGICO TAMANDUÁ. *Sistematização da experiência do grupo de agricultores experimentadores e monitores de sistemas agroecológicos* (grupo Aemsas). Governador Valadares, 2006.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. *Sistematização da experiência do programa de formação de agricultores e agricultoras em sistemas agroecológicos de café orgânico*. Viçosa, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GRUPO DE TRABALHO CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO/ ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. *Sistematização de abordagens agroecológicas empregadas na promoção da agroecologia*; Termo de referência. Rio de Janeiro, 2006.
- REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. *Construção participativa de um modelo de formação de educadores(as) comunitários(as) em segurança alimentar e nutricional*. Belo Horizonte, 2006.

CENTRO DE ACESSORIA SAPUCAÍ. *Sistematização de abordagens metodológicas empregadas pelas entidades da Articulação Minera de Agroecologia (AMA).* Pouso Alegre, 2006.

¹Socióloga, MS em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

²A AMA apresentou à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA o projeto *Agroecologia, territorialidade, sustentabilidade: uma intervenção em rede em Minas Gerais* com o objetivo de construir referências para a consolidação da nova política de assistência técnica e extensão rural no estado.



A trajetória da Rede Ater Nordeste: construindo conhecimento agroecológico pelo Nordeste brasileiro

Marcelo Galassi F. Paranhos¹, Luciano Marçal da Silveira² e Francisco Nogueira³

1. Introdução

No primeiro mandato do Governo Lula, foi estabelecida e passou a ser implementada, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que norteia as ações do governo federal direcionadas para a qualificação, a reorganização e o fortalecimento dos serviços de Ater no Brasil. Sob forte influência das práticas inovadoras de Ater das ONGs e dos movimentos sociais no campo, a Política Nacional de Ater assumiu como prioridade o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da Agroecologia. Frente a essa conjuntura, entidades (primeiro individualmente e em seguida numa perspectiva coletiva) se sentiram desafiadas a dizer e fazer algo por uma nova política de Ater. Nesse sentido, era necessário explicitar os acúmulos institucionais e coletivos, assim como as concepções e práticas vivenciadas na ação em rede.

O diálogo entre o governo brasileiro e ONGs com atuação no campo da agricultura familiar e da Agroecologia foi favorecido com o reconhecimento, pelo Estado, do trabalho e acúmulos históricos de entidades como o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Associação de Orientação à Cooperativas do Nordeste (Assocene), o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra) e Diaconia, além do conjunto de entidades integrantes da antiga Rede PTA no Nordeste, como o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas (Caatinga), o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (Patac), o Centro Sabiá, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), o Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (Sasop) e o Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar. Surgiu, então, a possibilidade de o governo apoiar as ações de Ater por meio do fortalecimento das dinâmicas de redes existentes no Nordeste.

A maioria das entidades que vieram a compor a Rede Ater Nordeste já interagiu em diversas dinâmicas de redes, como a Articulação do Semi-Ári-

do Brasileiro (ASA), a antiga Rede PTA NE, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e articulações temáticas como a Articulação Água no Semi-Árido, a Rede Abelha, etc. Esse conjunto de articulações em rede e relações bilaterais de intercâmbio favoreceu a aproximação das entidades e a percepção inicial de elementos comuns que poderiam fortalecer a construção de uma identidade da rede.

Entretanto, destacamos dois fatores que foram decisivos para a constituição da Rede Ater Nordeste: o primeiro foi o forte compromisso das entidades com a agricultura familiar, elemento unificador da rede e *cimentador* da sua identidade política. O segundo foi o conceito de Agroecologia, enquanto ciência que interpreta e organiza o conhecimento sobre os agroecossistemas e contribui para o aumento da sua sustentabilidade, constituindo-se no principal fio condutor no processo de construção da rede.

A Rede Ater Nordeste é composta, atualmente, por 13 entidades, que estão integradas em espaços político-organizativos formados por dezenas de organizações de base (sindicatos, associações, cooperativas, grupos informais, etc.) que, por sua vez, articulam milhares de famílias agricultoras. A assessoria das entidades a essas redes sociais de inovação vem cumprindo papel de crescente relevância na promoção do desenvolvimento da agricultura familiar nos diversos territórios em que atuam.

Com o apoio do Programa Nacional de Ater (Pronater), a Rede Ater Nordeste vem apoiando os processos de transição agroecológica conduzidos por mais de 13 mil famílias agricultoras de 120 municípios, em 29 territórios nos nove estados nordestinos.

Ainda que os números acima demonstrem a abrangência de atuação de cada entidade participante da Rede Ater NE, eles não evidenciam o efeito multiplicador gerado pelas redes locais, microrregionais e estaduais, ao dinamizarem processos sociais de inovação agroecológica nas diversas escalas e dimensões geográficas.

As redes locais/regionais são abertas e compostas de instituições formais e informais de diferentes naturezas, como ONGs, organizações dos agricultores, igrejas, pastorais, universidades, comunidades, agricultores, extensionistas, etc.

A Rede Ater NE vem desempenhando a função de mediadora, ao favorecer a interação entre diversas redes e organizações que atuam na promoção da Agroecologia nos estados e nas microrregiões. Além disso, estabelece as pontes com as redes locais/microrregionais, onde as entidades da

O quadro abaixo expressa, em parte, a abrangência de atuação da Rede:

Entidades	Estados de atuação	Nº previsto de famílias	Nº de municípios	Territórios de Abrangência
Centro Sabiá	PE	800	10	Sertão do Pajeú e Mata Sul
Diaconia	PE e RN	1.500	04	Sertão do Pajeú (PE) e Apodi (RN)
MOC	BA	2.250	10	Sisal
Ascoob	BA	900	08	Bacia do Jacuípe, Paraguassu, Litoral Norte e Recôncavo
Apaeb - Valente	BA	900	16	Sisal e Bacia do Jacuípe
Caatinga	PE	1.000	09	Sertão do Araripe
Patac	PB	995	11	Cariri e Seridó
AS-PTA	PB	1.500	13	Borborema
Cepac	PI	720	06	Carnaubais
Sasop	BA	840	07	Baixo Sul e Sertão do São Francisco
Cetra	CE	800	04	Itapipoca
Esplar	CE	800	07	Sertão Central, Sobral e Inhamuns
Assocene	SE, AL, PE, PB, RN, MA e PI	845	14	Apodi (RN), Cariri e Mata (PB), Mata Sul e Agreste Meridional (PE), Sertão Central (AL) e Sertão Ocidental (SE)
Totais	09	13.850	120	29



Exercício de campo durante o I Encontro de Formação em Agroecologia

Rede Ater NE estão inseridas, bem como interage intensivamente com as grandes redes estaduais, regionais e nacionais, como a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA Brasil), as ASAs estaduais, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e as Articulações Estaduais em Agroecologia.

2. A construção metodológica da rede

O processo de constituição da rede foi baseado no intercâmbio entre as práticas das entidades e seus métodos de promoção da Agroecologia.

Considerando o pluralismo metodológico característico do trabalho dessas entidades, uma vez que cada uma tem processos e práticas próprias e construídas em diferentes contextos locais, buscou-se entender e evidenciar como as mesmas vêm operacionalizando o conceito da Agroecologia, no sentido de promover a sustentabilidade dos agroecossistemas em seus locais de atuação.

Um dos caminhos trilhados pela rede foi o de investir em momentos específicos de formação em Agroecologia voltado para os(as) técnicos(as) do conjunto das entidades. Cada entidade realizou um esforço de sistematização das suas práticas e a relação delas com a realidade dos agroecossistemas locais, compartilhando suas experiências e os conhecimentos produzidos, favorecendo o aprendizado coletivo. A intenção era perceber a abordagem pedagógica e metodológica por dentro da ação das entidades.

Nesses momentos, as entidades demonstraram um elevado grau de maturidade, ao exporem seu trabalho para o debate com o conjunto da rede. Esse *espírito* de abertura, transparência e confiança predominou durante os eventos de formação/intercâmbio.

A qualificação das capacidades institucionais como principal objetivo

Na concepção original do projeto, foi pensado um processo de formação por temas específicos. Assim, a entidade que, supostamente, tivesse mais acúmulo ou interesse sobre determinado tema ficaria responsável por organizar um evento de formação para as demais entidades da rede. Os temas priorizados foram: segurança alimentar; convivência com o semi-

árido; crédito; acesso a mercados; sistemas de produção; barragem subterrânea; renda não-agrícola; e monitoramento. A idéia inicial era, por meio desses momentos de capacitação, nivelar os conhecimentos dos(as) técnicos(as) acerca dos conceitos e conteúdos de importância na Agroecologia.

Ainda durante a fase de preparação do I Encontro de Formação em Agroecologia da Rede, o grupo decidiu mudar a orientação original, fragmentada em temas, para uma abordagem mais integradora, tendo o tema da transição agroecológica dos agroecossistemas como eixo orientador e organizador do processo de formação. Assim, as diferentes temáticas seriam integradas à medida que fossem surgindo das experiências das entidades, segundo o enfoque da transição agroecológica. Seria abordado, por exemplo, como o crédito vem favorecendo a transição agroecológica dos agroecossistemas de uma determinada região de atuação de uma entidade da rede.

Além de empregar uma abordagem mais integradora, optou-se por romper com a lógica de aprendizagem centrada no acúmulo de uma ou mais entidades. O processo de formação foi então reorientado para a interação entre as diversas experiências e os diferentes acúmulos institucionais. O foco dos eventos, ao possibilitar o diálogo entre as experiências das entidades, passou então a ser a aprendizagem mútua e essas experiências, por sua vez, se constituíram na base pedagógica para alimentar o debate.

O processo de aprendizagem também deixou de ter o foco dirigido para a capacitação de técnicos(as) das entidades para assumir um caráter continuado e cumulativo voltado para fortalecer as capacidades institucionais. Dessa forma, cada entidade tem a responsabilidade de dar continuidade a seus processos internos de reflexão metodológica a partir dos conteúdos debatidos nos eventos coletivos da rede.



Exercício de modelização de agroecossistema durante o I Encontro de Formação em Agroecologia

A partir dessa nova concepção, houve um esforço coletivo de preparação dos encontros de formação em Agroecologia. Não só a(s) entidade(s) anfitriã(s), mas todas as entidades da rede assumiam tarefas, que envolviam sobretudo a elaboração de exercícios de análise sobre a sustentabilidade dos agroecossistemas locais e de sistema-

tização das experiências de suas entidades. Após cada encontro, as entidades tinham o compromisso de realizar exercícios nos seus locais de atuação, envolvendo entidades parceiras, agricultores e agricultoras, para socializar os aprendizados, assim como centrar esforços preparatórios de sistematização para o próximo encontro.

Nesses encontros de formação em Agroecologia, as visitas a campo também foram determinantes para favorecer o diálogo entre os conhecimentos dos(as) técnicos(as) e os dos(as) agricultores(as), assim como possibilitaram que as entidades visitantes adquirissem uma percepção mais nítida sobre a forma de atuação das entidades anfitriãs, expressa nos agroecossistemas locais.

O enfoque pedagógico do processo de formação em Agroecologia privilegiou o olhar analítico sobre os agroecossistemas nos locais de atuação das entidades, bem como suas práticas de intervenção na busca de maiores níveis de sustentabilidade. Esse foi, portanto, o ponto de partida para a construção do conhecimento agroecológico: extrair das práticas os conceitos e princípios que as fundamentam.

Por fim, o processo de formação em Agroecologia foi dividido em módulos, cada um trazendo exercícios que permitam a construção dos conceitos da Agroecologia e uma abordagem sistêmica, que sirvam como estra-



Apresentação e debate de exercício de grupo durante o I Encontro de Formação em Agroecologia

tégias para valorizar especificidades dos agroecossistemas locais. Até o momento, já foram realizados três módulos de formação intercalados por exercícios locais.

I Encontro de Formação em Agroecologia

Foi realizado no município de Afogados de Ingazeira, região do Pajeú, estado de Pernambuco, onde atuam Diaconia e o Centro Sabiá. No encontro, refletiu-se sobre os limites do enfoque reducionista e sobre a importância de combinarmos diferentes pontos de vista sobre uma mesma realidade, para compreender a sua complexidade e construir uma abordagem sistêmica. Foi ressaltada ainda a importância estratégica de compartilharmos, entre técnicos e agricultores, os olhares e as informações sobre os agroecossistemas locais para a construção coletiva do conhecimento em Agroecologia.

Nessa perspectiva, foram realizados exercícios com o objetivo de trabalhar conceitos e métodos que descrevessem e interpretassem os agroecossistemas (estrutura e funcionamento, interações, qualidades emergentes, auto-regulação, auto-regeneração, ciclos e fluxos, etc.). Vale destacar que as visitas a campo proporcionaram a aplicação de conceitos e ferramentas na prática, permitindo a elaboração de mapas e diagramas de fluxos para interpretação e análise da sustentabilidade dos agroecossistemas

II Encontro de Formação em Agroecologia

Realizado no município de Valente, região sisaleira da Bahia, onde atuam o MOC, a Ascoob e a Apaeb, teve como objetivo sedimentar e aprofundar o debate sobre conceitos e instrumentos metodológicos, trabalhados no encontro anterior, para descrever e analisar os agroecossistemas e sua sustentabilidade.

O encontro teve início com os exercícios intermódulos realizados pelas entidades em seus locais de atuação. Cada entidade apresentou a descrição de agroecossistemas típicos de suas regiões, assim como as suas percepções analíticas sobre a sustentabilidade dos mesmos.

Semelhante ao primeiro encontro, houve visitas a propriedades de agricultores familiares da região do sisal e exercícios de descrição e interpretação dos agroecossistemas. O debate sobre sustentabilidade procurou abordar as dimensões econômica, ecológica e sociocultural, embora os exercícios em campo tenham aprofundado mais a análise da sustentabilidade econômica.

III Encontro de Formação em Agroecologia

Realizado em Lagoa Seca, estado da Paraíba, teve como objetivo aprofundar o debate sobre as abordagens metodológicas empregadas pelas entidades da rede na assessoria aos processos de transição agroecológica. Além disso, buscou avaliar as implicações da incorporação dos conceitos trabalhados nos dois primeiros módulos (enfoque sistêmico) nas práticas metodológicas e nas formas de organização dos trabalhos das entidades.

À semelhança dos dois primeiros módulos, o evento se pautou pela reflexão crítica sobre práticas concretas desenvolvidas pelas entidades, a partir das sistematizações por elas realizadas no período intermódulo. Também houve visitas e análise das experiências desenvolvidas na Paraíba com assessoria da AS-PTA e do Patac.

O evento procurou ainda refletir sobre os processos sociais de inovação na trajetória de transição agroecológica dos agroecossistemas locais, ao discutir o papel desempenhado por agricultores, suas organizações e entidades assessoras na construção do conhecimento em Agroecologia.

A comunicação como instrumento pedagógico e de visibilidade

A comunicação tem desempenhado um importante papel no fortalecimento da Rede Ater NE, ao favorecer a socialização dos conhecimentos agroecológicos construídos na ação em rede entre seus participantes. Também vem permitindo que um conjunto maior de técnicos se aproprie dos acúmulos gerados, assim como promove um diálogo tanto com as redes locais/microrregionais e estaduais quanto com as redes de alcance nacional. A comunicação tem contribuído, portanto, para a expressão política da rede junto à sociedade e ao Governo Federal.



Exercício de campo durante o I Encontro de Formação em Agroecologia

Um dos importantes meios de comunicação utilizado pela rede é o jornal *Gente da Terra*, que divulga não só as ações coletivas, como também informa sobre as práticas e os temas mobilizadores das entidades componentes da rede. Além disso, socializa uma diversidade de experiências de transição agroecológica de agricultores e agricultoras de diversas regiões do Nordeste. Enfim, esse instrumento de

comunicação tem sido importante para o registro, a valorização e a socialização dos acúmulos conceituais e metodológicos construídos nos eventos de formação em Agroecologia. A terceira edição do *Gente da Terra*, por exemplo, fez uma cobertura completa do II Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Recife, destacando o processo de mobilização e sistematização de experiências no Nordeste e a participação da Rede Ater NE no evento.

O jornal tem possibilitado ainda a participação de dirigentes do MDA, bem como o diálogo sobre a Política Nacional de Ater, reiterando a importância da rede como agente da própria política. Dessa forma, mais uma vez, fica comprovado que o jornal tem sido um instrumento valioso para a afirmação política da rede.

A Rede Ater NE também tem editado vídeos que têm funcionado como instrumentos pedagógicos importantes no apoio à multiplicação dos conteúdos dos eventos de formação em Agroecologia. Os vídeos têm priorizado o registro do enfoque pedagógico e dos princípios agroecológicos evidenciados nos encontros de formação da rede, mas também têm o papel de divulgar externamente as ações e os acúmulos da rede, em redes de diversas escalas, seja de expressão nacional, da sociedade ou do governo.

Para intensificar os processos de comunicação de agricultor para agricultor, as entidades da Rede Ater NE têm fomentado cada vez mais os momentos de intercâmbio. Entretanto, dessas experiências surge um desafio, uma vez que as entidades não só têm que perceber como também buscar estratégias para apoiar esses sistemas informais de comunicação entre os agricultores.

Assim, com o objetivo de potencializar as capacidades de comunicação e socialização de conhecimentos dos agricultores, as entidades da Rede têm feito esforços para sistematizar as experiências de agricultores e dos grupos coletivos. Os recursos visuais, como cartazes, banners, painéis com fotos sobre as experiências, entre outros, têm sido instrumentos importantes no apoio a esse fluxo de comunicação.

Várias entidades da rede têm elaborado e utilizado boletins que descrevem e analisam experiências concretas como um veículo de comunicação eficiente entre os(as) agricultores(as). Esse material é resultado de uma sistematização simples de experiências conduzidas pelos próprios agricultores e suas famílias, em que o foco não está nas técnicas, e sim nos processos de transição agroecológica por eles implementados. Os agricultores se identificam no boletim, uma vez que refletem a sua realidade, e a comunicação se torna uma poderosa ferramenta de resgate dos seus conhecimentos, da sua história e da sua cultura.

Estimulados pela intensificação dos processos horizontais de intercâmbio e comunicação, os agricultores estão assumindo cada vez mais a identidade de experimentadores e difusores/comunicadores das suas experiências, tendo mais voz nos eventos de intercâmbio e nos seminários em que participam e se colocando como sujeitos proativos dos processos de produção e disseminação de conhecimentos agroecológicos.

3. Os acúmulos, resultados e desafios da rede e suas interfaces com a Pnater

O investimento no processo de formação em Agroecologia foi bastante acertado, promovendo mudanças significativas nas práticas das entidades e contribuindo decisivamente para a construção da identidade da Rede Ater Nordeste.

Uma mudança importante é a ampliação da capacidade das entidades de leitura e análise dos agroecossistemas em processos de transição agroecológica, facilitando a identificação dos pontos críticos e elaborando estratégias de superação e de elevação da sustentabilidade. Algumas entidades passaram a se perceber enquanto agentes de promoção da Agroecologia, valorizando suas próprias experiências e, ao mesmo tempo, se desafiando a melhorá-las.

Para um conjunto de entidades, o processo de formação da rede foi um marco na incorporação do enfoque agroecológico à sua ação, promovendo um intenso processo de reflexão interna e impulsionando movimentos de mudanças institucionais.

As entidades também passaram a refletir mais e questionar internamente a forma, na maioria das vezes fragmentada, de organizar o conhecimento agroecológico e sua expressão em termos de estrutura interna e de atuação. Essa reflexão está permitindo uma maior interação entre as diferentes linhas de atuação institucional, incorporando paulatinamente uma abordagem sistêmica da ação local. A partir dessa percepção, as entidades imprimiram esforços que estão provocando mudanças institucionais profundas na forma de ler e inter-



pretar a realidade, na crescente *horizontalização* nas equipes, no reconhecimento e valorização do papel dos agricultores, de suas redes locais e de suas organizações na construção de conhecimentos agroecológicos.

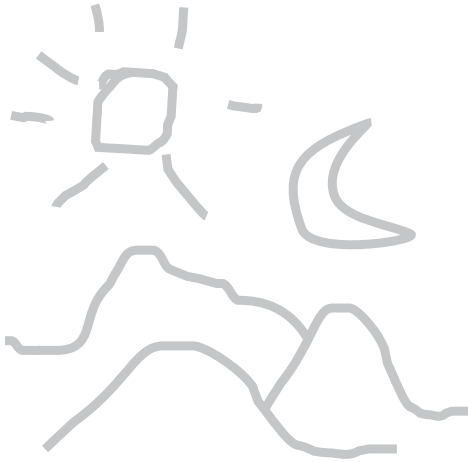
O caminho pedagógico escolhido pela rede no processo de formação em Agroecologia buscou valorizar as experiências das entidades e as realidades locais (contextos, agroecossistemas) como insumos para a construção do conhecimento agroecológico, extraído das práticas os conceitos e princípios que as fundamentam. Essa orientação pedagógica difere significativamente dos cursos corriqueiros de capacitação em Agroecologia oferecidos pelas instituições públicas de ensino, extensão e pesquisa, assim como dos promovidos por algumas ONGs e movimentos sociais, que priorizam a apresentação de conceitos prontos e tecnologias (produtos), muitas vezes não dialogando com as práticas concretas de transição agroecológica. Em outras palavras, enquanto esses cursos visam dar capacidade a quem supostamente não é capaz, o processo de formação da rede procurou valorizar as habilidades individuais e coletivas, estimulando o intercâmbio entre os diversos acúmulos dos(as) técnicos(as) e das instituições.

Outro ponto interessante é que, ao adotar uma metodologia que valorizou os conhecimentos dos técnicos sobre seus espaços de atuação e promover a troca entre esses saberes, o processo de formação também contribuiu para que os técnicos se sentissem efetivamente parte dele. Não de forma passiva, mas aprendendo e ensinando ao mesmo tempo.

Os(as) técnicos(as) e as entidades também passaram a valorizar mais os seus conhecimentos em Agroecologia e a perceber a dimensão agroecológica no seu trabalho e nos agroecossistemas locais. Ou seja, passaram a enxergar mais facilmente os processos de transição agroecológica presentes nos seus locais de atuação.

Os encontros de formação também provocaram mudanças nas relações entre as instituições nos estados, favorecendo uma aproximação e uma maior interação entre elas e, dessa forma, fortalecendo as dinâmicas estaduais de promoção da Agroecologia. Um exemplo dessa interação pôde ser verificado na Bahia, onde o MOC, o Sasop, a Ascoob e a Apaeb promoveram diversos intercâmbios entre si e entre os agricultores e fortalecendo a articulação baiana de Agroecologia.

Ao reconhecer que a promoção da Agroecologia está vinculada a processos sociais de inovação e, portanto, a uma dimensão sociopolítica, a Rede Ater NE exercitou, tanto nos encontros de formação como nos intercâmbios, a habilidade das entidades para perceber a capacidade criativa



dos agricultores em inovar, assim como os mecanismos sociais que fortalecem esses processos de inovação nas diferentes regiões. Nesse sentido, houve um importante investimento das entidades da rede na dinamização das redes locais, microrregionais e estaduais gestoras de processos sociais de inovação e de construção de conhecimentos.

As práticas de atuação das entidades participantes da Rede Ater NE são fortemente orientadas seja pelo estímulo às redes

de interação entre agricultores e agricultoras ou pela inserção em dinâmicas de redes com as organizações locais. A construção de redes é parte da própria configuração das relações locais/regionais. Afinal, a Agroecologia é uma ciência construída no local e na interação com outros locais, favorecendo aprendizados comuns no processo coletivo de construção do conhecimento. Portanto, o fortalecimento e a dinamização das redes locais e a interação destas com outras redes é uma estratégia básica para a promoção da Agroecologia.

A circulação de conhecimentos entre as redes locais, microrregionais e estaduais segue uma lógica de horizontalidade, o que incentivou a multiplicação dos eventos de formação, assim como estimula o fluxo de conhecimentos agroecológicos e dos métodos de promoção da Agroecologia.

Como resultado dessas interações, multiplicaram-se, em várias regiões e estados nordestinos, as feiras de saberes e sabores, os intercâmbios de experiências metodológicas entre agricultores-experimentadores e entre instituições, etc. Esse intenso processo de mobilização das entidades e das dinâmicas locais/microrregionais e estaduais teve como consequência uma participação efetiva da Rede Ater NE nos preparativos do II ENA e do VI Encontro Nacional de Articulação do Semi-Árido (Enconasa). Nesses dois eventos nacionais, houve um número expressivo de experiências de transição agroecológica sistematizadas pelas entidades da rede e redes locais, assim como várias entidades da rede apresentaram, em conjunto com seus parceiros locais, experiências em seminários e oficinas.

4. Considerações finais

As entidades da Rede Ater NE têm buscado quebrar o isolamento social dos agricultores e permitir que, ao interagir com outros agricultores, suas capacidades individuais de inovar desabrochem. Por isso, elas, ao longo de suas trajetórias e também estimuladas pela dinâmica da rede, vêm crescentemente investindo nos intercâmbios entre pessoas de diferentes localidades e favorecendo processos de construção de conhecimentos agroecológicos abertos e horizontais. Esses momentos de troca têm estimulado processos de experimentação local, que por sua vez alimentam novos intercâmbios que estimulam novos experimentos, e assim por diante. O intercâmbio é, portanto, parte essencial de um movimento social de inovação agroecológica, regido por sistemas informais de comunicação e por diversas redes sociais locais.

O enfoque difusionista marcante nas empresas oficiais de extensão rural, e que também ainda se verifica em parte das ONGs e movimentos sociais, vem sendo objeto de debate e reflexão nos eventos coletivos da rede, como os encontros de formação. Percebeu-se que, em vez de difundir tecnologias, as entidades devem perceber, estimular e disseminar os processos sociais de inovação agroecológica protagonizados por agricultores e agricultoras, assim como favorecer as pontes entre o conhecimento dos agricultores e o conhecimento acadêmico.

O monitoramento das ações de Ater também tem o desafio de construir novos instrumentos metodológicos que não estejam carregados com o paradigma difusionista. Este valoriza apenas os aspectos quantitativos (número de famílias, de projetos de crédito, quantidade de insumos, etc.), que não dão conta de identificar as mudanças provocadas por uma intervenção orientada pelo enfoque agroecológico. Nesse sentido, a Rede Ater NE vem construindo indicadores e ferramentas que possibilitem monitorar as mudanças na sustentabilidade dos agroecossistemas e na vida das famílias, assim como perceber os processos sociais que favorecem a transição agroecológica. A construção desses indicadores comuns contribuiu decisivamente para provocar processos internos de mudanças em algumas entidades da rede, que passaram a rever seus métodos de monitoramento e de intervenção para a promoção da Agroecologia.

Há ainda o desafio de consolidar o processo de monitoramento dos projetos e da ação da própria rede, conciliando o fortalecimento de sua identidade e a construção do conhecimento agroecológico com a expressão pública de seus acúmulos metodológicos e dos resultados ao nível das

famílias acompanhadas. Soma-se a esse desafio a necessidade de construir instrumentos metodológicos que garantam o monitoramento quantitativo, que demonstrem o alcance social da ação da rede, assim como possibilitem uma análise qualitativa das mudanças.

Mas para que a rede possa expressar seus acúmulos para fora, é preciso continuar alimentando o processo de acumulação interna, que deve se dar por meio do investimento nos processos de intercâmbio e reflexão sobre as práticas metodológicas de suas entidades na promoção da Agroecologia.

Nesse sentido, é importante que as entidades mantenham seus esforços de sistematização e reflexão de modo a aprimorar o enfoque sistêmico na ação e internalizar o debate sobre os papéis da assessoria, dos agricultores e suas organizações na construção do conhecimento agroecológico.

Da mesma forma, em relação à Política Nacional de Ater, a rede precisa construir uma análise própria a partir da sua prática, para poder se colocar no debate com o governo e a sociedade. Assim, deve refletir como vem se percebendo como parte da própria política, sistematizando referências inovadoras que vem construindo e propor mudanças na política que visem ao fortalecimento das redes locais de construção e disseminação de conhecimentos agroecológicos.

A Rede Ater Nordeste, enquanto um novo ator político regional, mas que também se considera integrante de redes como a ASA Brasil no Nordeste e a ANA em nível nacional, percebe, na sua ação e na ação das entidades que a compõem, caminhos efetivos de implementação da nova Política Na-



cional de Ater. Entretanto, embora esta traga avanços significativos no tocante ao fortalecimento da agricultura familiar e promoção da Agroecologia, a sua implementação ainda se apresenta como em um grande desafio, o que coloca para a rede a necessidade de aprofundar esse debate e refletir sobre o seu papel nesse processo.

Finalmente, a rede não se propõe a construir pacotes fechados, mas sim a se valer da pluralidade de práticas e caminhos metodológicos no apoio aos processos de transição agroecológica em curso no Nordeste brasileiro. Nesse sentido, este foi um primeiro esforço de sistematização da rede, que deve inaugurar uma prática contínua que possa contribuir para a consolidação da nova Pnater.

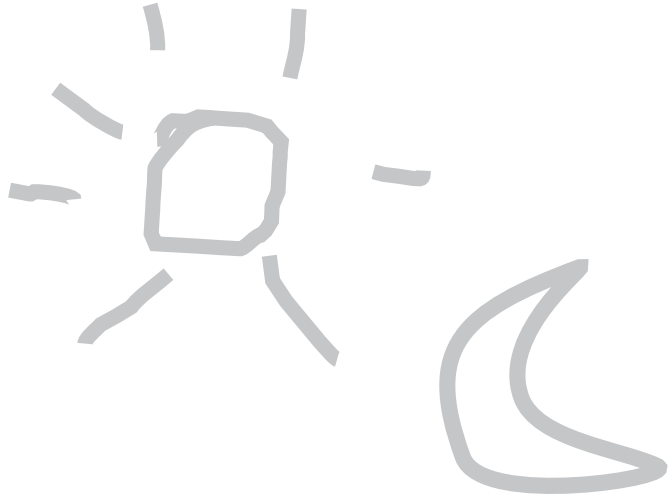
Bibliografia

- CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. *Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: enfrentar Desafios para Romper a Inércia*. Brasília, set. 2006.
- PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. *Rincões Transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro - uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)*. Rio de Janeiro, abr. 2004.
- REDE ATER NE. *Relatório da Reunião Preparatória ao I Encontro de Formação em Agroecologia*. Recife, mar. 2005.
- REDE ATER NE. *Relatório do I Encontro de Formação em Agroecologia*. Afogados da Ingazeira - PE, jun. 2005.
- REDE ATER NE. *Relatório do II Encontro de Formação em Agroecologia*. Valente-BA, nov. 2005.
- REDE ATER NE. *Memória do III Encontro de Formação em Agroecologia*. Lagoa Seca-PB, abr. 2006.
- REDE ATER NE. *Relatório do Encontro de Monitoramento*. Recife, ago. 2006.

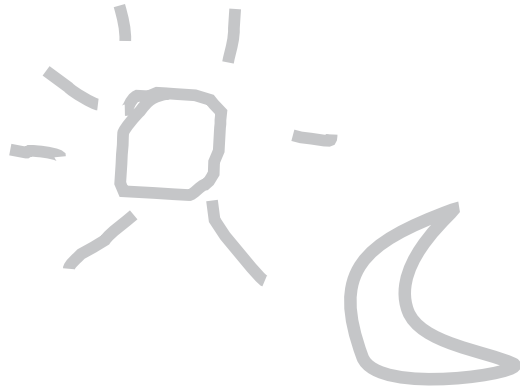
¹Agrônomo, coordenador do programa de desenvolvimento institucional do Sasop

²Agrônomo, coordenador do programa local da AS-PTA na Paraíba

³Médico veterinário, técnico da AS-PTA na Paraíba



Seção 2 - Experiências institucionais



Produzir sem destruir: a experiência da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste (RO)

Luciene Dias Figueiredo¹

1. Introdução

A Associação dos Produtores Alternativos (APA), sediada em Ouro Preto do Oeste, estado de Rondônia, foi criada em 1992 com o objetivo central de desenvolver uma proposta de agricultura sustentável. Sua origem é marcada pelos trabalhos de base da Igreja Católica na década de 1980, por meio das comunidades eclesiais de base (CEBs), da Pastoral da Terra e da ação do sindicato dos trabalhadores rurais (STR) do município. A APA surge a partir da reflexão de algumas lideranças de agricultores familiares sobre o futuro de suas famílias frente à devastação, à pecuarização e ao desenvolvimento da monocultura em Ouro Preto e na região.

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, um grupo de 30 pequenos produtores rurais, homens e mulheres, dirigentes sindicais e militantes da evangelização de base buscaram discutir uma agricultura familiar que não desse continuidade à degradação ambiental e ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos. O caminho encontrado foi intensificar as discussões dentro do grupo acerca de um modelo de agricultura alternativa que *desse sustentabilidade às famílias e garantisse sua permanência na propriedade*, como lembra o senhor Abílio, um dos fundadores da APA. Assim, com o lema de *Produzir sem destruir*, surge uma nova organização volta-

da para a busca e a construção de uma agricultura sustentável que promovesse a fixação das famílias no campo.

Hoje a experiência da APA na implantação de sistemas agroflorestais se desenvolve em vários municípios da região de Ouro Preto do Oeste. Segundo vários depoimentos de mem-



Fotos: Arquivo da APA

SAF na chácara do Sr. Angelino, produtor-técnico da APA

bro da APA, a metodologia central do trabalho é o corpo-a-corpo, realizado sistematicamente pelas lideranças da organização e pelos chamados técnicos-produtores junto aos agricultores familiares, diretamente nas suas propriedades.

Apesar de enfrentar dificuldades, percebe-se que a experiência da APA não se restringe à busca de melhorias no sistema de produção, ao estar ligada a uma visão de mundo sustentável. Com a condução do trabalho, os agricultores familiares envolvidos dão passos importantes para a garantia de sua segurança alimentar por meio da diversificação da alimentação e obtenção de produtos saudáveis tanto para o autoconsumo quanto para o mercado.

2. O contexto da experiência

Nas décadas de 1970 e 1980, o estado de Rondônia foi uma frente de expansão agrícola. Na região de Ouro Preto do Oeste, vivia-se intensa movimentação de migrantes chegando de diversos estados do país, principalmente do Sul e Sudeste. O município é resultado do primeiro projeto integrado de colonização (PIC) da Amazônia².

O incentivo por parte dos órgãos oficiais de assistência técnica e fomento agrícola se voltava para as atividades de desmatamento e implantação de monoculturas, principalmente cacau e café, bem como para a pecuária bovina. Para a agricultura familiar, a única alternativa era a derrubada e a queima para realizar o plantio do arroz, milho, feijão e mandioca.

Segundo depoimentos dos agricultores, a família migrante recebia 100 hectares de floresta que deveria ser derrubada para a formação de pastagem plantada. Se a operação fosse feita com rapidez, a família podia rece-



Corte do palmito para a venda por um sócio da APA

ber outros 100 hectares para proceder da mesma forma. Somando-se a isso, havia o comércio ilegal de madeira, acelerando a devastação da floresta. Na década de 1990, a atividade econômica predominante na região já era a pecuária.

Nesse processo de avanço da fronteira agrícola, alguns produtos tiveram momentos de auge econômico que precediam graves crises. Foi assim com a monocultura do cacau e depois com a do café. Há cerca de três anos a cafeicultura entrou em crise e os preços caíram brutalmente, enquanto o preço do gado aumentou. Nesse contexto, quem já tinha gado aumentou o seu investimento e quem não tinha passou a ter.

No entanto, em 2006, registrou-se um excedente de 40% na oferta, e o preço da arroba do boi caiu. Além disso, o mercado começou a exigir cada vez mais carne e leite de qualidade e garantias de controle de doenças no rebanho. Dessa forma, o discurso predominante atualmente, seja do grande ou do pequeno produtor que tem sua renda baseada na criação de gado, é de que o setor está falido.

O modelo de desenvolvimento não conteve o movimento de migração para a região. Ao contrário, novas fronteiras vêm sendo abertas em estados como Mato Grosso e Amazonas, onde ainda há terra e florestas disponíveis e para onde também se expandem o agronegócio e a monocultura.

O contexto geral é de ameaça à unidade familiar, uma vez que os 100 ou 200 hectares que as famílias receberam nos anos 1970 e 1980 hoje estão tomados por pastagem, não havendo mais terras férteis que garantam a reprodução do modo de vida das famílias. Muitos filhos de agricultores estão partindo para outras fronteiras agrícolas, ou mesmo para outros países como Portugal e Estados Unidos, em busca de melhores oportunidades.

Com relação ao acesso à terra, observa-se uma redução drástica do módulo rural nas últimas décadas. Os projetos de colonização estipulavam 100 hectares por família, com possibilidade de cada uma acumular mais de um lote. Com o tempo, o tamanho médio dos lotes baixou para 50, depois para 25 e atualmente há assentamentos em que o tamanho médio de lotes chega a 15 hectares.

As motivações para a implementação de alternativas agroecológicas

A partir das entrevistas e conversas realizadas com informantes-chave, pudemos concluir que a maior motivação da APA para a busca da Agroecologia foi a incerteza de algumas lideranças, homens e mulheres, sobre o futuro de seus filhos. O grupo que começou localmente a questionar o modelo oficial de exploração da floresta e os incentivos à agricultura da monocultura indagava:

“Muito rápido nossos filhos vão se deparar com a monocultura e vão fazer o que novamente? Repetir a migração que trouxe meu pai pra cá e eu também. E meus filhos vão para onde?” (Abílio).

A motivação vem da própria experiência das famílias, que vivenciaram a falta de terra para a agricultura familiar, os incentivos para grandes projetos, as devastações e o desequilíbrio ambiental, social e econômico. Outro dado que impulsionou o grupo foi o contato com técnicos e pesquisadores externos que apoiaram a implantação dos primeiros sistemas de consórcios agroecológicos.

3. Discussão e análise da experiência da APA

Os loucos

No início, quando poucos acreditavam e pregavam a possibilidade de fazer agricultura de forma diferente, os agricultores que buscavam o caminho da Agroecologia eram, muitas vezes, interpretados como *loucos*. Afinal, eles propunham algo que vinha no sentido oposto ao das políticas oficiais, contrariando a lógica das ações de desenvolvimento planejadas para a região.

As discussões sobre os sistemas produtivos e a própria integração entre pessoas que pensavam semelhante começaram ainda dentro do sindicato de trabalhadores rurais, mas logo percebeu-se que os produtores preci-

savam de uma outra forma de organização voltada para a produção. Surge então a APA como um instrumento para trabalhar especificamente a recuperação dos sistemas produtivos em novas bases de plantio e consórcio.

“Na época, no caso, para a assistência técnica e para a pesquisa [oficiais] nós éramos um grupo de loucos, pois declaramos uma contraproposta ao modelo de assistência técnica e ao incentivo à agricultura, pois o incentivo era de derruba, queima, monocultura e criação de animal solto aí no pasto e nós nos declaramos contra esse modelo” (Abílio, sócio-fundador da APA).

A nova forma de pensar a agricultura proposta pelo grupo de lideranças consistia no trabalho com as culturas de ciclo curto, como o arroz, o milho, o feijão e a mandioca, consorciadas com outras culturas como o cacau, o café e a seringa. A idéia era ter árvores e frutíferas consorciadas com a roça.

“No início, precisamos ir para o pau, pois a proposta de consorciar árvores não era apenas bloqueada pela assistência técnica, mas sim proibida. Mas nós peitamos e fizemos experiências, pequenas experiências diversificadas e consorciadas de cacau, café, pupunha, cupuaçu, açaí e essências florestais.” (Abílio)

Além da preocupação ambiental, a proposta também trazia o elemento da melhoria na alimentação familiar. Segundo os entrevistados, a discussão que orientava era a de que a melhoria da qualidade de vida passa pela qualidade da alimentação. Por isso, decidiram diversificar os plantios direcionando seu aproveitamento para o consumo familiar.

Uma questão a observar é que, desde a constituição do grupo que buscava um novo tipo de agricultura, houve a expressiva participação de mulheres, também consideradas *loucas*. Dentre as lideranças formadas pelo trabalho de base das CEBs, as mulheres se destacaram e também tomaram a frente das iniciativas.

Um pesquisador da Universidade do Federal do Rio de Janeiro apoiou e orientou a implantação dos primeiros sistemas agroflorestais (SAFs) experimentais. Naquele momento, apenas alguns aceitaram o desafio:

“(…) Quando ele terminou de explicar e perguntou quem aceitava fazer uma experiência eu respondi ali mesmo: eu quero. Assim comecei o SAF na minha propriedade. A propriedade era de fazer vergonha e tristeza. Estava toda devastada. Na época, por aceitar essa proposta eu também fui chamada de louca”. (Marly, sócia-fundadora e atual presidente da APA).

Para o contexto da época, até poderiam parecer *loucos*, porém eles mesmos se autodenominavam *produtores alternativos* que se opunham ao sistema que dominava e devastava a região.

4. A execução da proposta

A fase inicial da proposta, denominada pelo grupo de agricultura sustentável, ou agricultura alternativa, estava voltada para atender as necessidades das famílias no que diz respeito à alimentação. Foi nesse sentido que os plantios foram planejados.

A proposta produtiva se iniciou com 12 famílias trabalhando com a produção de mel. Depois as ações foram ampliadas para o enriquecimento de quintais e hortas caseiras.

“Bem no início o mel era o carro-chefe, as primeiras 12 famílias começaram com a criação de abelhas.” (Marly)

Com a produção de mel, o grupo conseguiu despertar o interesse de outras organizações. Foi quando se estabeleceu a parceria com um pesquisador que propôs a realização de experimentos agroflorestais. A partir daí, a proposta da apicultura foi ampliada e surgiram os primeiros ensaios com SAFs. Agricultores que participaram dessa fase inicial se referem à mesma como sendo o período experimental. Tais experimentos foram conduzidos em pequenas áreas e sem maiores investimentos

Ao considerar consolidada a fase dos ensaios, o grupo de idealizadores da proposta decidiu que era tempo de dar um passo a frente. Chegara o momento em que teriam que enfrentar um novo desafio: ampliar a proposta e trabalhar cada etapa da cadeia produtiva, ou seja, a produção, o beneficiamento e a comercialização.

Nessa fase, o número de adeptos cresceu, passando de 12 para 30 e depois para 100 famílias manejando uma área de plantio de pupunha consorciada com outras culturas. O aumento da produção trouxe a necessidade de investimentos no beneficiamento e na comercialização, levando a APA a implantar uma indústria de palmito de pupunha e uma unidade de despolpar frutas.

Todavia, a capacidade de processamento da fábrica e os contatos de comercialização estabelecidos provocaram um déficit na produção, pois os plantios até então realizados eram insuficientes para abastecer a unidade de processamento e atender aos pedidos de mercado. Para contornar o problema, a direção da APA intensifica a sua ação junto aos sócios, visando

à ampliação das áreas plantadas. Além disso, percorre outros municípios da região em busca de novos adeptos.

Alguns entrevistados relataram a preocupação com o desequilíbrio entre a *oferta de produção* e as *demandas comerciais*. Como disse o próprio senhor Abílio:



Beneficiamento do palmito na unidade de processamento da APA

“(...) Nós criamos uma demanda, incentivamos o produtor a plantar, beneficiamos e apresentamos seu produto ao mercado com um rótulo que indica sua origem natural. O mercado respondeu positivamente e pediu uma quantidade de produto que é maior do que a nossa capacidade de atender.”

No momento atual, a relação com o mercado (oferta e procura) se apresenta como um dilema. Ao mesmo tempo em que a direção da APA e seus associados se sentem confortáveis por conseguirem vender toda a produção, também precisam decidir se vão continuar crescendo para atender ao mercado e como vão crescer. Além disso, se por um lado o crescimento pode representar mais famílias agricultoras participando e sendo beneficiadas, por outro, traz para a APA a seguinte questão: como ampliar a escala de produção e produtores e ao mesmo tempo acompanhar e garantir a qualidade dos produtos?

A Agroecologia é um desafio

Para os produtores e lideranças da APA, a Agroecologia é sinônimo de segurança alimentar; comida sadia na mesa; diversificação alimentar; proteção ambiental por meio da manutenção e recuperação de áreas degradadas; e autonomia das famílias.

Entretanto, os agricultores admitem que abolir totalmente o uso do agrotóxico e realizar plantios sem queimada é um processo lento. Nem todos os produtores associados à APA substituíram por completo o uso dos agroquímicos, mas já existem aqueles que estão certificando suas proprie-

dades (e não apenas um produto) como 100% livre de agrotóxicos e 100% livre de queimadas. Também existe um número maior de produtores plantando SAFs, e todos eles o fazem sem o uso de agrotóxicos.

Porém, constatou-se que, principalmente nos assentamentos, não se pode falar em redução de desmatamento, uma vez que a maioria das terras desapropriadas para fins de reforma agrária já se encontravam devastadas pela venda ilegal da madeira, pela implantação de pastagens e pela agricultura de corte e queima.

Mas vale ressaltar que a proposta da APA vai além da implantação de SAFs, embora este seja um grande desafio. Ela abrange o trabalho de recuperação de áreas degradadas, de matas ciliares, de espécies da floresta e o resgate da fauna. Além disso, promove a agregação de valor aos produtos, como o palmito de pupunha, a polpa de diversas frutas, os licores, as geléias, o mesocarpo de babaçu e a multimistura para a merenda escolar e ainda o beneficiamento de madeira morta.

As espécies arbóreas que estão sendo plantadas e que podem ser utilizadas para madeira, além de serem escolhidas com a intenção de no futuro próximo serem beneficiadas e colocadas no mercado, também indicam a preocupação com o restabelecimento do equilíbrio ambiental. Como nos explica o senhor Abílio:

“(…) Ainda não chegamos ao produto final da produção de madeira porque é um produto que demora mais tempo. Mas já estamos chegando ao potencial de produção de madeira das espécies cultivadas. A tatajuba [Bagassa guianensis], por exemplo, além de ser usada como sombreamento e adubação do solo, ainda traz de volta animais da região que já estavam perdidos, como determinados pássaros e outros animais silvestres.”

Uma assistência técnica “de produtor para produtor”

Quando questionados sobre como realizam a proposta agroecológica, chamada de *agricultura diversificada e consorciada* ou *agricultura sustentável*, os agricultores responderam que é no contato direto com os produtores e seus familiares. Esse contato consiste no trabalho de base, que organiza os grupos locais de produção com os quais os diretores e coordenadores da APA mantêm a comunicação sobre os aspectos produtivos e de comercialização.

É interessante verificar que todas as narrativas sobre a experiência de produção da APA falam da importância de produtores qualificados nas técnicas de plantios e manejo de consórcios que não utilizam agrotóxicos e

nem queimadas. A estes cabe a tarefa de orientar outros produtores interessados na adoção da Agroecologia.

“Minha motivação foi quando um sócio da APA mudou para bem próximo da minha casa (...) e eu comecei a ver que a forma dele de trabalhar era diferente da minha forma de trabalho. Eu comecei vendo ele fazer essa coisa de preservar, de plantar árvores, de plantar frutíferas, diferente daquela tradição que eu já tinha de plantar café e plantar capim. Comecei a acompanhá-lo de perto e tomei gosto (...)” (Edvaldo, produtor-técnico da APA)

A declaração do produtor sobre a curiosidade que teve em relação às inovações trazidas pelo vizinho se deu em um assentamento de reforma agrária. Edvaldo parou para refletir sobre seu trabalho e compreendeu que sua forma de conduzir a propriedade (o lote), baseada apenas na monocultura de café e no plantio de pastagem, representava uma insegurança para o futuro de seus três filhos. Hoje, esse mesmo produtor alcançou o status de produtor-técnico e diz:

“(...) Eu tenho o café, o gado, tenho o palmito de pupunha, tenho açaí que já está produzindo. Faço licor e tenho polpas de frutas, especialmente o cupuaçu que tenho mais.”

Uma leitura que podemos fazer da narrativa é que para o agricultor familiar acreditar numa proposta que vai alterar seu sistema de produção é necessário que alguém lhe demonstre na prática que aquilo é possível de ser feito. Não basta apenas querer ensinar se o instrutor não tem domínio prático daquilo que busca transmitir.

Mudar ou fazer adaptações no sistema de produção que o produtor familiar está acostumado tradicionalmente a realizar traz insegurança para



Curso sobre SAFs

o mesmo quanto ao resultado final. Como a manutenção da sua família depende principalmente do seu sistema produtivo, ele não vai aceitar mudanças bruscas que não lhe tragam certeza de retorno. Tomando como exemplo o assentamento Palmares, onde mora Edvaldo e sua família, va-

mos detalhar as técnicas usadas pela APA para disseminar sua proposta junto aos produtores.

Um produtor observou outro fazendo. Quem fazia era um membro da APA, que por sua vez levou a informação para a direção de que havia produtores dispostos a adotar o sistema alternativo de produção. O passo seguinte foi mobilizar uma reunião com os interessados, na qual dirigentes da APA expuseram a proposta. A partir dessa reunião, o grupo de interessados decidiu construir e manejar um viveiro de mudas diversificadas.

A APA entrou com as sementes, as sacolas, a assistência técnica e um motor para irrigar o viveiro. O grupo entrou com a mão-de-obra em sistema de mutirão. Para quem se interessou pela atividade de apicultura, a APA repassou as caixas de abelha, enquanto o trabalho de capturar as abelhas e preparar as caixas foi realizado por cada pessoa.

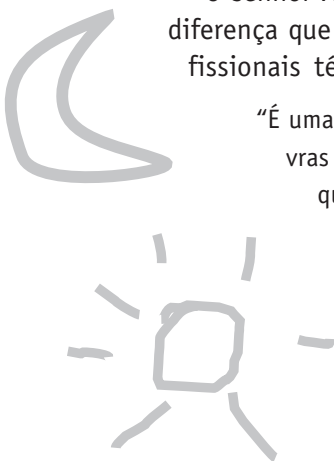
Orientações técnicas aos SAFs

A APA presta assistência técnica aos produtores que implantam o SAFs. Porém, há uma característica bem particular na composição da equipe de assistência técnica: quem faz a orientação são produtores, que levam a denominação de *produtor-técnico*.

O produtor-técnico da APA é aquele que tem prática comprovada em realizar seus plantios seguindo os princípios de abolir o uso de agrotóxicos, de não efetuar queimadas e de buscar a diversificação de cultivos. Além disso, deve ter habilidades para dialogar e ensinar outras pessoas a fazer o mesmo.

O senhor Angelino é dono de uma chácara e ele fala da diferença que sente entre os produtores-técnicos e os profissionais técnicos.

“É uma questão de linguagem. O técnico usa umas palavras difíceis, dá uma volta para falar sobre aquilo, enquanto o produtor-técnico, por ser um produtor, usa a mesma linguagem que o outro produtor. Ele vai direto ao problema. As explicações sobre como plantar, que forma pode ser controlada aquela doença de uma planta, o produtor-técnico sabe ensinar melhor a resolver porque ele já fez aquilo, já experimentou,



já estudou e experimentou de novo.” (Angelino, pré-sócio da APA e agente comunitário no Programa Proambiente³).

Ampliando para ações em rede

Dirigentes e associados consideram que têm o respaldo e a confiança dos produtores da APA, uma vez que contabilizam um crescimento significativo na adesão de novos produtores, com ampliação para outros municípios. Hoje, entre sócios e pré-associados, são cerca de 600 famílias vinculadas à organização. Para se tornar sócio, o primeiro passo é se mostrar interessado.

“Se ele se interessa em implantar uma área de palmito, então, a partir desse momento, ele é um pré-sócio. Aí ele tem o período de um ano para decidir se ele quer ou não ser sócio e para a APA também observá-lo e decidir se ele pode ou não ser sócio.” (Edvaldo).

Os dirigentes também afirmam que a proposta da APA tem tido aceitação positiva em determinados setores do governo federal, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Programa Proambiente, do Ministério do Meio Ambiente. Há também algumas prefeituras e secretarias de educação da região com as quais a APA mantém boas relações de trabalho. Para algumas, a associação fornece produtos para a alimentação escolar e/ou hospitalar, enquanto que com outras desenvolve parceria na sensibilização de produtores para a proposta agroecológica.

A APA também tem estabelecido parcerias com diversos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios da região e com organizações que desenvolvem atividades afins, como a Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua (Acaram) e o Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Projeto Reca).

Fora do estado de Rondônia, a APA integra redes como a de agricultores-técnicos da Amazônia, organizada pelo Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia (GTNA) e pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Além disso, participa de fóruns de discussão sobre Agroecologia, como o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e eventos similares.

5. Outros elementos que fortalecem a proposta

Intercâmbios e cursos de capacitação

Outra forma de conquistar a adesão do produtor são os intercâmbios, que possibilitam aos associados o acesso ao conhecimento de outras expe-

riências em SAFs, ao beneficiamento e à comercialização. Da mesma forma que saem para conhecer, os associados da APA também recebem grupos de produtores, técnicos, estudantes e representantes de órgãos governamentais interessados na experiência.

Os cursos de capacitação também são realizados como forma de preparar o produtor para ter domínio das técnicas de manejo do sistema produtivo e do beneficiamento dos seus produtos. Eles são conduzidos com base no princípio do *aprender fazendo* e também tem por objetivo ampliar os horizontes para fortalecer a visão estratégica de mundo. Esses cursos são muito valorizados pelos agricultores como meios importantes para o fortalecimento da proposta.

O Proambiente executado pela APA

A assistência técnica produtor-produtor tem dado tão certo na APA que a associação assumiu a execução do Programa Proambiente, buscando integrar sua experiência de assistência técnica com o funcionamento do programa na região. Por meio do Proambiente, a APA atende cerca de 500 famílias, que contam com orientações técnicas de quatro profissionais de nível médio, dois profissionais de nível superior e 15 agentes comunitários.

Os dirigentes da APA ressaltam a importância de os agentes comunitários fazerem parte da assistência técnica oficial. O agente comunitário é definido como sendo o produtor que possui espírito de empreendedor/experimentador e que desenvolve, na sua propriedade, experimentos para uma agricultura sustentável. Ao integrar uma equipe de assessoria técnica, ele tem espaço para colocar seus conhecimentos e experiências produtivas a serviço dos técnicos e dos pesquisadores. Além disso, ele tem a oportuni-



dade de interagir com o conhecimento científico, aperfeiçoando a sua atuação enquanto produtor e tornando-se um potencial agente de sensibilização e multiplicação da Agroecologia para outras famílias produtoras.

No caso da APA, esses agentes comunitários são escolhidos pela direção da entidade dentre aqueles produtores que já têm adotado os princípios da Agroecologia e cujas práticas possam servir de exemplo para a realização de intercâmbios, visitas, apresentações. Trata-se, portanto, de um multiplicador.

Uma proposta de mão dupla

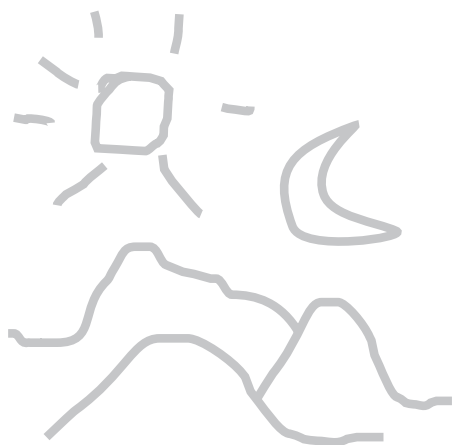
O produtor que recebe apoio da APA deve retribuir esse apoio à organização. Para isso foram definidos alguns mecanismos. No caso da apicultura, as caixas de abelha são repassadas pela APA aos produtores, que pagam o valor correspondente em produto (mel). Para o repasse de mudas de pupunha, as regras passaram por mudanças nos últimos anos. Inicialmente, a cada quatro mudas recebidas da APA, o produtor deveria restituir uma muda. Como essa experiência de devolução não funcionou, a partir do ano de 2002 a regra mudou. Desde então, cada produtor beneficiado devolve, em hastes de palmito (palmito bruto), o correspondente a 25% do total de mudas recebidas, e logo no primeiro corte de palmito. Exemplo: se o produtor recebeu mil mudas, no primeiro corte de palmito que for realizado na sua plantação ele devolverá 250 hastes para a APA.

“Esses 25% de palmito, ou a produção de mel devolvida como pagamento à APA, são revertidos para os associados na forma de cursos de capacitação, de mudas e caixas para novos produtores, de construções da APA, de manutenção de veículos. Enfim, fica dentro da associação mesma” (Edvaldo).

6. Conclusão: questões para refletir

Podemos aprender com a experiência da APA o quanto é importante ter núcleos de agricultores-experimentadores servindo de base para uma proposta ampla de disseminação horizontal. É da relação estabelecida entre o agricultor e o agricultor-experimentador que nasce a confiança de que é possível estabelecer um novo sistema produtivo.

Outra questão de grande importância diz respeito ao equilíbrio entre o que se produz e a capacidade de consumo. Ao fornecer produtos de interesse do mercado externo, essa relação agricultor e mercado pode propiciar entrada de outras rendas para a família agricultora, possibilitando tanto



o fortalecimento da sua economia quanto a própria sustentabilidade dos SAFs. Entretanto, exige-se que o produtor e suas formas organizativas se capacitem na apropriação de todos os mecanismos da cadeia produtiva – o que não necessariamente quer dizer que o produtor ou seu grupo tenha que executar todas as etapas dessa cadeia – para que possam, de forma planejada, traçar o que querem e conseguir realizar o que se espera e se atribui ao mercado.

Claro que aqui se aplica o alerta em tomar cuidados para não ficar refém do mercado.

Percebeu-se ainda que, para iniciar ou mesmo ampliar a proposta, foi necessário contar com parcerias e recursos externos. Os apoios conseguidos via financiamentos governamentais e não-governamentais indicam que as famílias agricultoras não conseguiriam realizar tais sistemas produtivos empregando apenas os recursos próprios. Mais uma razão para reconhecer que estabelecer parcerias e integrar redes de apoio consistem em elementos-chave para o avanço da proposta.

Embora possamos aprender que o forte da experiência da APA está na relação entre o produtor e o produtor-técnico, eles mesmos não negam, pelo contrário, valorizam o contato com profissionais e instituições de pesquisa e capacitação cuja metodologia fortalece localmente o aprendizado de novas técnicas, mas que também aprendem com a realidade local para aprimorar essas mesmas técnicas.

Por fim, podemos dizer que a experiência de sistemas agroflorestais, que combina uma variedade de espécies vegetais numa lógica de recuperação, introdução de outras para fins de mercado e ainda para o consumo familiar, se contrapõe aos modelos oficiais do agronegócio, da monocultura, dos grandes projetos ditos como de *desenvolvimento*, mas que só têm expulsado famílias agricultoras do campo e devastado o meio ambiente.

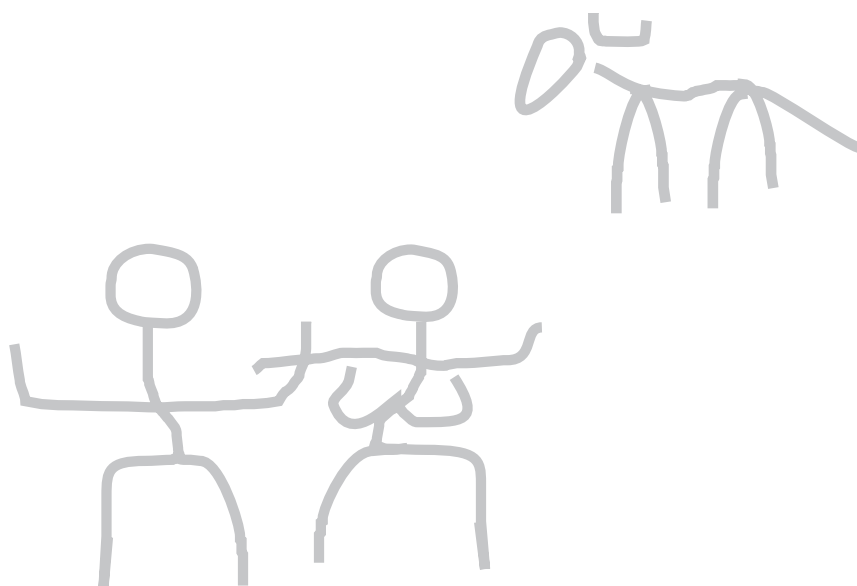
Os dirigentes da APA, aqueles mesmos que foram chamados de *loucos*, falam com emoção de como a experiência idealizada e em curso leva ao fortalecimento dos produtores enquanto cidadãos. Eles buscaram romper com o (pré)conceito da sociedade e dos governos que os viam como *coita-*

dinhos. Mostraram que, tendo acesso a recursos financeiros, tecnológicos e ambientais, o agricultor familiar tem capacidade para definir o que é a sua pobreza e como quer superá-la.

¹Pedagoga, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

²Para saber mais, vide *Diagnóstico de Experiências em Sistemas Agroflorestais*, 2003.

³O Proambiente, política pública denominada Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural, do Ministério do Meio Ambiente, foi originalmente proposta para a Amazônia por organizações do movimento social e entidades de pesquisa. O pólo do Proambiente na região de Ouro Preto tem a APA como entidade executora e envolve 355 famílias, cujos sistemas de produção estão sendo diagnosticados e analisados para posteriormente receber investimentos.



Multiplicação dos conhecimentos agroecológicos: a experiência de extensão rural na região Tocantina (Pará)

Romier Sousa¹, Ruth Corrêa da Silva² e Franquismar Maciel³

1. Introdução

A Associação de Apoio às Comunidades Carentes (Apacc) é uma organização não-governamental fundada em 1994 no município de Belém (PA). A partir de 2000, passou a atuar na região Tocantina do estado, desenvolvendo ações de assessoria técnica, inicialmente no município de Cametá e, recentemente, em Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará. Sua missão institucional é *“estimular e apoiar as reflexões e iniciativas da população de baixa renda que visem à melhoria de suas condições de vida e o pleno exercício de sua cidadania, na perspectiva de construção de uma sociedade justa e democrática”*.

Naquele ano, a Apacc iniciou, em parceria com o sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (STTR) do município de Cametá, o Programa de Formação de Agricultores e Agricultoras Multiplicadores(as) de Conhecimentos Agroecológicos, abrangendo diversas temáticas do conhecimento agroecológico e da área de saúde preventiva. O programa começou com a formação de cerca de mil agricultores(as) divididos em diversos grupos de famílias do município de Cametá. A partir de 2003, houve a expansão do programa para os demais municípios, envolvendo mais 400 agricultores(as).

Para a Apacc, o objetivo da assessoria técnica não era difundir pacotes tecnológicos, e muito menos acompanhar e fiscalizar as operações de crédito agrícola financiadas pelos bancos, mas buscar construir o conhecimento a partir do respeito aos saberes dos agricultores e agricultoras por meio da experimentação, planejamento, multiplicação e uso sustentável dos recursos naturais da região.

Este texto trará elementos de reflexão sobre a condução do programa que foram discutidos numa oficina de sistematização realizada em Cametá, em maio de 2006, envolvendo técnicos(as), agricultores(as) e pessoas de diversas organizações que participaram do desenvolvimento da iniciativa, tais como: a Apacc, o STTR, a Federação Regional dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), a Associação de Micro-Credito de Cametá (ASMIC) e a Prefeitura Municipal de Cametá (PMC).

2. O contexto da região Tocantina

Tocantina é uma das regiões de colonização mais antiga do estado do Pará. Seus municípios são banhados pelo rio Tocantins e seus afluentes, ingrediente essencial na formação sociocultural, ambiental e econômica



Fotos: Arquivo do Apacc

dos habitantes locais. Do ponto de vista ecogeográfico, existem dois grandes ambientes, sendo o primeiro chamado de região das *ilhas*, onde predominam a produção de açaí (*Euterpe oleracea*) e do buritizeiro (*Mauritia flexuosa*), duas palmeiras de fundamental importância para a sobrevivência das famílias. É também nas ilhas que a construção da hidrelétrica de Tucuruí⁴ é mais sentida, pois diminuiu bastante a quantidade de peixes, principal fonte de proteína animal para a população local. A segunda região, conhecida como *terra firme*, se caracteriza por cotas de altitudes bem mais elevadas, com predominância de dois tipos de vegetação: campos naturais e floresta ombrófila densa. A floresta encontra-se, em grande parte, transformada em *capoeira*, ou *capoeirão*, devido à agricultura itinerante ali praticada por mais de um século (Sousa, 2002).

A região Tocantina também é marcada por conflitos pela posse de terra, especialmente nas áreas de terra firme. Um dos grandes destaques dessa luta foi uma comunidade chamada Anilzinho, invadida por fazendeiros que visavam à expulsão dos agricultores familiares da localidade. Essa luta suscitou um sentimento e a necessidade de organização dos(as) agricultores(as), que, mesmo tendo sofrido grandes perdas por mortes de lideranças sindicais, continuaram a resistência na busca da conquista da posse da terra. Em 1975, é criado o sindicato dos trabalhadores rurais no município de Cametá. Um outro fator importante nesse processo histórico foi a participação da Igreja Católica, cuja prelazia em Cametá assessorou política e economicamente os agricultores da região, inicialmente com as cantinas comunitárias, comissões eclesiais de base e por meio da Comissão Pastoral da Terra, que surgiu no município em 1985.

A luta por melhores condições de vida e políticas públicas voltadas para a realidade da pequena produção familiar fortaleceu a organização social na região (Sousa, 2002). Crédito rural, assistência técnica, energia elétrica, estradas e condições de saúde foram as principais bandeiras de reivindicação. Iniciaram-se ações de mobilização social, como os Gritos da Tocantina, do Campo e depois da Amazônia, que culminam em um grande movimento de articulação política dos(as) trabalhadores(as) rurais.

A conquista do crédito deu-se em 1995 e trouxe consigo aspectos importantes que mudaram o manejo e a gestão das propriedades rurais, introduzindo grandes quantidades de insumos externos às mesmas. No final da década de 1990, constitui-se uma nova conformação social, com o aparecimento de inúmeras entidades de representação de classe e de fortalecimento econômico dos agricultores familiares, como colônias de pescadores, cooperativas, associações, ONGs, etc.

Num primeiro momento, o trabalho de assistência técnica e extensão rural (Ater) na região era conduzido pela prelazia de Cametá, por meio de cursos e apoios à produção agropecuária. Nessa época, é realizada a primeira experiência com a formação de *agricultores monitores*, responsáveis por repassar o conhecimento aprendido nos cursos aos demais. O modelo de produção adotado era baseado na difusão de tecnologias com o fomento para compra de adubo químico e utilização de mudas fornecidas pela Igreja. A prelazia discutia ainda com os(as) agricultores(as) uma metodologia de planejamento do sítio como forma de melhoria dos sistemas de produção das famílias.

Também na década de 1990, com a conquista do crédito e a elaboração dos projetos pela Emater (assistência técnica estatal), ocorre o aprofundamento do modelo da Revolução Verde. Muitas famílias passam a implantar os pacotes tecnológicos e projetos de monoculturas – pimenta-do-reino, coco, laranja, muruci –, que, associados à utilização de grandes quantidades de adubos e agrotóxicos, agravaram a crise ambiental na região. A substituição do uso tradicional da mata pelos projetos financiados com recursos oficiais aumentou ainda mais o desequilíbrio ecológico, bastante acentuado em função das constantes derrubadas para exploração de madeira.

A falta de condições da Emater para prestar um serviço de qualidade aos agricultores, além da pouca adaptação das tecnologias à realidade dos mesmos, fez com que muitos não conseguissem implantar seus projetos, ocasionando uma grande massa de pequenos(as) produtores(as) endividados junto aos bancos.

A partir de 1998, emerge um debate entre as organizações sociais do município de Cametá sobre a necessidade de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável, sendo o STTR o primeiro a começar uma articulação nessa perspectiva. Em 2000, a Apacc estrutura seu escritório em Cametá e inicia um programa de Ater baseado nas seguintes estratégias: formação teórica e prática; experimentação e produção; monitoramento e avaliação; intercâmbios; pesquisa; valorização dos conhecimentos locais; e multiplicação de conhecimento acumulados.

3. Discussão e análise da experiência

Diagnóstico: o início do trabalho da Apacc

A Apacc iniciou seu trabalho a partir da realização de uma série de diagnósticos locais, juntamente com alguns grupos comunitários, buscando identificar as demandas, os problemas, as inovações já existentes – inclusive resgatando os conhecimentos locais que haviam sido postos de lado em função da implementação dos projetos oficiais – e, principalmente, procurando envolver os diversos atores no município de Cametá. Seu



Agricultores(as) do Grupo de Formação de Oeiras do Pará

principal parceiro foi o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município.

Naquele momento, os temas destacados foram a produção e o beneficiamento da mandioca, a cultura do açaí e a pesca. Mais adiante, novos assuntos foram incorporados aos debates que se desdobraram com o diagnóstico, entre eles: a apicultura, a recuperação de solos, abelhas nativas, nutrição humana, plantas medicinais e sistemas agroflorestais. Esses temas escolhidos posteriormente estão relacionados à necessidade de diversificação da produção e ao resgate de atividades produtivas que foram deixadas em segundo plano em função das culturas orientadas ao mercado.

O programa de formação de multiplicadores(as)

A partir das demandas e problemas levantados pelos agricultores e agricultoras nos diagnósticos, iniciou-se a formação de grupos de famílias que pudessem, juntamente com os(as) técnicos(as), discutir e buscar as soluções e inovações adaptáveis à realidade local.

O programa de formação de multiplicadores(as) compreendeu duas fases sucessivas. A primeira foi orientada para os grupos nas comunidades rurais e abordava temáticas diversas dos sistemas de produção. Ao fim de cada momento de formação, instalava-se um experimento para que técnicos(as) e agricultores(as) pudessem acompanhar e discutir aquele determinado problema⁵. Esse momento tornou-se muito importante na formação dos(as) multiplicadores(as), uma vez que despertou e amadureceu o senso de pesquisa e inovação, além de ter elevado a auto-

estima por se sentirem responsáveis pela resolução de problemas coletivos a partir do saber tradicional acumulado ao longo dos anos.



Agricultor multiplicador Sergio Luiz e família, comunidade Livramento, Cametá - PA

O programa de formação começou com 40 grupos de famílias, dos quais 31 finalizaram o processo. Inicialmente, os agricultores se mostraram muito arredios, pois achavam que era mais um projeto de crédito. Somente com o decorrer do processo é que começaram a participar mais efetivamente da experimentação. A formação inicial durou cerca de 18 meses. A cada mês os grupos se encontravam dois dias para discutir temáticas previamente definidas entre os mesmos. Cabe ressaltar que existia uma preocupação da equipe técnica da Apacc em não transformar o processo de formação em um mero repasse de conhecimentos acabados. Nesse sentido, a proposição de parcelas experimentais foi fundamental para incentivar a reflexão coletiva.

Além da discussão das temáticas específicas inerentes aos sistemas de produção — a fase inicial —, também foram debatidos os elementos que norteariam a atuação metodológica dos multiplicadores(as) (Quadro 1), sempre buscando diferenciar-se dos serviços convencionais de Ater na região, que se pautavam apenas na transmissão de conhecimentos acabados e no acompanhamento e fiscalização de operações de crédito agrícola.

Quadro 1

Elementos utilizados na metodologia promovida pelos(as) multiplicadores(as)

- Organização de mutirões para a realização de uma atividade em torno da comunidade.
- Reflexão com os demais agricultores e agricultoras sobre as formas de se fazer determinadas atividades, respeitando os conhecimentos locais.
- Formação/capacitação de novos grupos de agricultores(as).
- Realização de visitas técnicas a propriedades das famílias.
- Pesquisa e experimentação.
- Avaliação sobre as atividades desenvolvidas e seus resultados, buscando corrigir os erros.
- Planejamento das atividades, entre os multiplicadores e as comunidades.
- Intercâmbios de experiências entre os(as) multiplicadores(as) e os grupos de agricultores(as).
- Visitas às propriedades dos(as) multiplicadores(as).

Na segunda fase, buscou-se constituir uma rede de multiplicadores(as) das inovações e reflexões realizadas na formação inicial. Nas discussões sobre a rede, definiram-se algumas áreas prioritárias para que seus membros recebessem uma capacitação permanente, buscando estarem atualizados e atuando dentro daquela perspectiva. As áreas prioritárias foram: agricultura (sistemas agroflorestais, açaí, consórcios, leguminosas); apicultura e pequenas criações (galinhas caipiras, patos, porcos); e criação de peixes em cativeiro, bem como a construção coletiva de tanques na região das ilhas.



A fase inicial em Cametá terminou em 2002. Depois, passou-se a trabalhar com novos grupos de famílias nos municípios de Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará. Na segunda formação, houve mais debates sobre o papel dos multiplicadores, inclusive discutindo como eles se auto denominariam, já que, num primeiro momento, a proposta era chamá-los de agricultores(as)-especialistas, em função das temáticas em que vinham sendo formados(as). No entanto, os(as) próprios(as) agricultores(as) tinham restrições ao termo.

A Apacc não estabeleceu nenhum critério para a seleção dos(as) agricultores(as)-multiplicadores(as), que foram escolhidos(as) pela própria comunidade. No entanto, esses(as) agricultores(as) em geral são pessoas de referência nos grupos em razão de suas capacidades de liderança e disseminação de informações.

Contudo, alguns multiplicadores não terminaram a formação, enquanto outros, mesmo tendo chegado ao final do processo, não quiseram continuar na rede. Esse aspecto estava ligado a dificuldades de entendimento da metodologia, falta de recursos para participação em alguns processos de formação e pouca disponibilidade de tempo para se ausentar de sua propriedade. Dos 700 iniciantes, cerca de 50 multiplicadores(as) desistiram (APACC, 2005).

Os experimentos como ponto de partida na formação

Nos projetos de assessoria técnica na região, a adoção de práticas inovadoras encontrou as seguintes dificuldades: a inadequação metodológica, a lógica impositiva implementada por alguns técnicos (verticalismo), a falta de apropriação das propostas por parte dos agricultores, etc. Para contornar esses entraves no projeto de Formação de Multiplicadores(as), foi

proposta a construção de parcelas experimentais como parte integrante da capacitação, pesquisa e reflexão coletiva, o que permitiu que os(as) agricultores(as) participassem efetivamente da construção do conhecimento agroecológico⁵ (Quadro 2).

Quadro 2

Pimenta sombreada em tutor vivo e sistemas agroflorestais

A experiência foi iniciada em 2001 devido à escassez, na região, da matéria-prima para tutor de pimenta-do-reino, causada pela expressiva extração de madeira. Além disso, fortes ataques da *fusariose*⁶ nos pimentais, entre outras doenças; o não aproveitamento de matéria orgânica; o monocultivo de pimentais; e o uso de adubos químicos agravaram a situação. A partir dessas observações, o sr. Osmar (agricultor) decidiu plantar um pequeno pimental, em meio a um sistema agroflorestal, introduzindo várias espécies de plantas regionais e aproveitando outras áreas do lote para aumentar o seu plantio. Dessa forma, ele estaria preservando espécies regionais.

Depois de alguns anos, começou a entender e pesquisar as espécies implantadas. O que lhe chamou mais a atenção foram as poucas pimentas-do-reino que plantou junto a outras espécies. Realizando a comparação com os pimentais implantados por ele via créditos do Fundo Constitucional do Norte (FNO)⁷, sr. Osmar percebeu enormes diferenças.

O pimental, ao crescer junto ao bacurizeiro (na sombra de 60%), a outras frutíferas (cupuaçu, café, laranja, abacate, açai) e a certas essências florestais (acapu, paricá e mogno), demonstrava estar em perfeito equilíbrio natural. O sistema não apresentava doenças ou pragas e não precisava de capinas constantes, pois a sombra facilitava o manejo. Resultado: o sr. Osmar obteve uma boa produção e, de suas primeiras observações em diante, continuou ampliando essa descoberta. No decorrer dessa experiência, participou do Programa de Formação de Multiplicadores(as), aprimorando e trocando seus conhecimentos com técnicos(as) e outros(as) agricultores(as)-multiplicadores(as). Essa experiência proporcionou o surgimento de várias outras no município. Como agricultor-multiplicador, o sr. Osmar recentemente capacitou 14 jovens (entre homens e mulheres), contando com acompanhamento técnico, e tendo como objetivo a diversificação e a gestão da propriedade de forma agroecológica e participativa.

A construção do conhecimento, quando parte da experimentação, reflexão e discussão coletiva, como demonstrado no caso do Quadro 2, revela elementos de participação efetiva dos agricultores(as) no processo de resolução de problemas de seu sistema de produção, no qual os(as) técnicos(as) possuem um papel de promover o debate e facilitar a reflexão e não de levar as soluções prontas.

Os(as) articuladores(as)

Uma das questões observadas nos debates sobre o desenvolvimento das ações de assessoria foi a necessidade de discutir com alguns agricultores a responsabilidade pela articulação política dos grupos de famílias. Assim, nasceu a idéia do *articulador*, que cumpre o papel de mobilizador junto à comunidade e aos órgãos públicos e privados, inclusive em relação à Apacc. Esses(as) articuladores(as) têm uma função importante na construção da rede de multiplicadores(as) de conhecimento agroecológico, uma vez que atuam em conjunto com os(as) mesmos(as). Muitos acabam cumprindo uma dupla função. São eleitos pela própria comunidade e exercem um papel de liderança da mesma.

A evolução do trabalho de gênero a partir do Programa de Saúde Preventiva

Em função das dificuldades de acesso à saúde no município foi pensada uma ação no campo da saúde preventiva, sobretudo para as mulheres. O

trabalho consiste principalmente na discussão sobre higiene e saúde em geral, além da realização de oficinas para produção de remédios caseiros. Inicialmente, essa ação estava desarticulada da formação dos multiplicadores, sendo



Pimenta com tutor vivo na comunidade de Coripi, Cometá - Pará



Pimenta sombreada, comunidade Bucubarana, Cometá - PA

um programa formativo à parte. No entanto, no decorrer da formação, percebeu-se as interfaces possíveis e necessárias entre as duas ações, o que proporcionaria o envolvimento maior das mulheres como multiplicadoras de conhecimentos agroecológicos, principal-

mente em relação à produção de remédios caseiros e gestão financeira das propriedades.

No início da Formação dos(as) Multiplicadores(as), o debate sobre gênero não foi muito aprofundado. No entanto, com a evolução do Programa de Saúde Preventiva, as mulheres passaram a participar mais dos processos de formação e, já na segunda formação, começou-se a discutir o papel das mulheres e homens na gestão da propriedade e da família. As reuniões nas comunidades envolviam homens e mulheres. Os(as) técnicos(as) da Apacc passaram a não trabalhar apenas a questão da saúde da mulher, mas também a importância de sua participação na geração de renda dentro da família, sua inclusão social e organização política na comunidade.

A estratégia para incluir as mulheres na discussão acerca da geração de renda, melhorando assim sua visibilidade, foi a promoção da feira de produtos da agricultura familiar, quando perceberam que a presença feminina era de extrema importância em função de seu espírito empreendedor. Com o desenrolar do processo, verificou-se uma crescente valorização das mulheres, principalmente nas famílias em que os homens são multiplicadores:

“A mulher é mais cabeça do que eu. Quando eu queria derrubar uma ponta de mata, a mulher dizia que não. ‘Aquele é do sítio.’”

(agricultor-multiplicador/2006)

No entanto, avaliou-se a necessidade de aprofundamento do debate de gênero, buscando relacioná-lo com as temáticas trabalhadas pelo pro-

grama de Formação de Multiplicadores(as) (Quadro 3). Outro tema importante para a inserção das mulheres foi a segurança alimentar e a promoção de hortas caseiras para melhoria da alimentação das famílias.

Quadro 3

A participação das mulheres na criação de abelhas nativas

A experiência com abelhas nativas se iniciou em meados de 2004, envolvendo 35 famílias nas quais havia agricultores(as)-multiplicadores(as). O interesse surgiu pela potencialidade de florada e pela diversidade de espécies existentes na região. Além disso, levamos em conta o uso do mel na alimentação e preparação de remédios alternativos, além do complemento na renda familiar, devido ao fato de os custos serem baixos e a criação ser de fácil manejo.

Essa experiência se desenvolveu por meio de cursos e oficinas envolvendo diagnósticos participativos para levantamento de informações, intercâmbios entre multiplicadores(as) e até mesmo entre agricultores(as) de fora do município que tivessem grande experiência na atividade. Começou com muitas pesquisas de campo conduzidas por técnicos(as) e agricultores(as) sobre florada; adaptação das espécies nas ilhas e terra firme; sistema de manejo; e produção estimada por espécies. Na realização das pesquisas e oficinas, com o apoio da Apacc, foram implantadas 35 caixinhas junto aos agricultores(as)-multiplicadores(as). A atividade obteve tanto sucesso que, dois meses depois, com a multiplicação nas comunidades, já havia três caixinhas por família, totalizando aproximadamente 105 unidades. A idéia inicial não foi a produção de mel, mas a multiplicação por meio da divisão de colméias, prática muito simples, com caixinhas adequadas e adaptadas pelos agricultores(as).

A criação dessas abelhas vem sendo realizada em grande parte pelas mulheres, pelo fato de a organização e a produção de mel serem ingredientes indispensáveis para a fabricação de remédios alternativos a partir de plantas medicinais, integrando as ações de formação e de geração de renda pelo conjunto das famílias.

A Casa Família Agrícola (CFR) como elemento de formação dos agricultores(as) e de seus filhos

A associação denominada Casa Familiar Rural de Cametá (CFR Cametá) foi fundada em novembro de 2001 e tem como principal objetivo o desen-

volvimento econômico e social do município por meio da educação e da qualificação profissional da sua população rural. A CFR teve como maior apoiador a Apacc, que construiu e ainda destina uma contribuição para a manutenção da mesma. A CFR foi constituída como estratégia para formar *novos(as)* agricultores(as) numa perspectiva agroecológica.

Na CFR, vem sendo adotado o sistema de *pedagogia da alternância*, em que os jovens permanecem uma semana na casa de formação e duas em sua propriedade. A conclusão do curso se dá quando é atingido o número de 39 alternâncias, sendo que, durante esse período, o jovem estuda o conteúdo programático sugerido pela Secretaria Estadual de Educação e recebe também um ensino técnico integrado a partir de um *tema gerador*, voltado para a realidade do sistema de produção. A formação dos jovens também depende das atividades que eles irão desenvolver em sua família e comunidade. O processo de experimentação na propriedade é freqüente, o que possibilita a construção de uma consciência crítica em relação à gestão e ao manejo dos recursos naturais. Os(as) jovens são filhos(as) de agricultores(as) que participam das capacitações realizadas pela Apacc. Entre as atividades mais desenvolvidas pelos(as) jovens agricultores(as) estão: a produção de mel, a criação de pequenos animais, a piscicultura, o manejo de açaiçais e lavouras brancas.

Além disso, a CFR possui áreas com implantação de sistemas agroflorestais, manejo de leguminosas para a recuperação do solo, produção e utilização de adubo produzido a partir de compostagem e criações de pequenos animais, buscando assim proporcionar um espaço de debate e reflexão com seus pais sobre a gestão de suas propriedades. A CFR já formou três turmas que somam um total de 57 jovens, tendo mais duas turmas com 47 jovens em formação. O espaço da CFR de Cametá também é utilizado para a Formação dos Multiplicadores(as).

No entanto, a CFR possui um grande desafio para sua manutenção institucional, tendo em vista que as relações de parceria com o governo municipal se baseiam em acordos informais e, portanto, sem segurança de continuidade das ações. A gestão financeira também aparece como um elemento de debate, uma vez que os recursos para a casa em parte vêm de apoios de projetos pontuais, da Apacc e das próprias famílias de agricultores(as).

Interface entre os saberes de agricultores(as) e técnicos(as): lições aprendidas

- *Valorização dos conhecimentos dos agricultores(as):* o trabalho de assessoria e de construção do conhecimento agroecológico desenvolvi-

do pelo Programa de Formação de Agricultores(as)-Multiplicadores(as) está pautado na valorização do conhecimento das famílias. Isso vem proporcionando a elevação da auto-estima das mesmas como agentes de transformação de sua realidade social e modificando a visão dos técnicos(as) em relação aos seus saberes acumulados: “A Apacc não trouxe nada pronto, ela foi produzindo junto com os(as) trabalhadores(as)”, declara uma das agricultoras-multiplicadoras em saúde (2006).

- *Resgate dos conhecimentos tradicionais*: O resgate de conhecimentos antes esquecidos pelos(as) próprios(as) agricultores(as) e que possuem alto grau de interface com os princípios da Agroecologia foi outra ação que proporcionou a troca de saberes. Nesse aspecto, a participação dos mais experientes tornou-se fundamental. As receitas de remédios caseiros, o manejo integrado dos sistemas de produção, a melhoria da fertilidade do solo a partir do aproveitamento dos restos culturais são exemplos de práticas resgatadas e que trouxeram o saber valioso das famílias para o debate sobre a construção do conhecimento agroecológico.
- *Pesquisas realizadas por agricultores(as) e técnicos(as)*: a experimentação conjunta colocou agricultores(as) e técnicos(as) no mesmo nível, possibilitando contribuições diferentes a partir de cada conhecimento acumulado sobre a temática pesquisada. No entanto, ainda está no campo dos desafios a compreensão das lógicas cognitivas de alguns agricultores(as) em relação às práticas ancestrais desenvolvidas e, ao mesmo tempo, a necessidade de simplificação de alguns experimentos propostos por técnicos(as) para melhor incorporação dos agricultores(as), sem perder de vista a possibilidade de generalização metodológica da mesma.
- *Metodologias participativas*: as diversas ferramentas utilizadas no programa de formação, como intercâmbios, experimentação, visitas, avaliação e planejamento, proporcionaram a participação efetiva dos agricultores(as).
- *Gestão participativa da propriedade com intervenções práticas das mulheres e discussões de gênero*: a introdução do debate sobre gênero ainda é um desafio para a ampliação da formação integrada de mulheres e homens. Entretanto, foram identificadas algumas temáticas que demonstraram ter grande potencial para proporcionar uma discussão reflexiva sobre o papel das mulheres e homens na melhoria das condições de vida das famílias envolvidas.

4. Conclusões

A experiência do Programa de Formação de Multiplicadores(as) de conhecimentos agroecológicos na região Tocantina proporcionou grande aprendizado para os(as) técnicos(as) e agricultores(as) que participaram do seu processo de construção.

A Agroecologia não foi introduzida desde o início como tema de debate, sobretudo com os agricultores e agricultoras da terra firme, que utilizavam bastante adubo químico em suas plantações, em função dos projetos de crédito. A discussão surgiu e foi motivada por questões concretas vivenciadas pelas famílias. Assuntos como a recuperação dos solos, os custos de produção, os papéis de homens e mulheres e a diversificação dos sistemas produtivos foram abordados a partir da condução e reflexão dos experimentos instalados. Somente após a construção de uma relação de confiança entre técnicos(as) e agricultores(as) é que iniciou-se um aprofundamento sobre a perspectiva agroecológica, à luz da realidade vivenciada pelas famílias. No caso da região das ilhas, a prática de resgate dos conhecimentos tradicionais mostrou-se extremamente importante para a discussão sobre os princípios da Agroecologia, tendo em vista que muitas famílias não utilizavam produtos químicos em suas propriedades.

Um outro aspecto importante na discussão dos princípios agroecológicos junto a agricultores(as)-multiplicadores(as) foi a introdução do debate de gênero e da valorização de todos os membros do grupo familiar (homens, mulheres, jovens e idosos), ampliando o espectro de visão na construção social dos atores envolvidos.

A primeira experiência de formação de monitores em Cametá realizada pela prelazia, por sua vez, não se mostrou bem-sucedida. A prelazia possuía uma metodologia de pagamento de todas as atividades que os agricultores(as) desenvolviam como *monitores(as)*. Chegou um momento em que os(as) agricultores(as) só desenvolviam o trabalho de assessoria nas famílias quando havia recursos para sua remuneração. Buscando aprender com o passado, a Apacc chegou à definição junto com os agricultores e agricultoras de que os serviços não seriam remunerados. A multiplicação dos conhecimentos agroecológicos passou então a ser realizada de forma voluntária. Às vezes, quando a comunidade que recebe o(a) multiplicador(a) pode contribuir com alimentação ou passagem, algum valor é repassado.

Esse fato deixa uma questão em aberto: qual a sustentabilidade do processo de multiplicação de conhecimentos conduzido pelos(as) agricultores(as)

de forma voluntária? Qual o papel da Ater estatal no apoio à continuidade da construção do conhecimento a partir da valorização dos saberes dos agricultores e agricultoras? São questões debatidas pela Apacc, mas que ainda necessitam de um aprofundamento. As potencialidades e fragilidades da manutenção da rede são reveladas quando a Apacc fala na sua saída efetiva do processo de assessoria em função da dificuldade financeira para manter a equipe. No entanto, propõe-se a continuação das discussões com os(as) multiplicadores(as) e a realização de encontros permanentes entre os mesmos, buscando assim garantir a atuação em rede, grande desafio da experiência em curso.

Um outro desafio percebido foi a apropriação das ações dos(as) multiplicadores(as) do ponto de vista metodológico pelas organizações sociais do município. Alguns problemas ainda persistem em função da divisão de grupos políticos, o que traz dificuldades na construção coletiva das ações e impede a ampliação dos resultados por meio das organizações de representação social.

Por fim, vale assinalar que os(as) multiplicadores(a)s começam a procurar outros serviços de assessoria e fomento na região, como a Secretaria de Agricultura Municipal, buscando articular e atender as demandas dos grupos que acompanham. Isso pode ser um indicativo importante da autonomia obtida com o programa da Apacc.

Bibliografia

- SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.
- COLMET-DAAGE, Sylvain. *Reflexões sobre o futuro do trabalho dos multiplicadores e da APACC em Cametá*. Cametá: APACC, 2005. (mimeo).
- APACC. *Metodologia de extensão rural (Ater) desenvolvido pela APACC na região do Baixo Tocantins*. Cametá: APACC, s/d. (mimeo).
- APACC. *Relatório final do projeto de desenvolvimento rural no município de Cametá (Pará)*. Cametá: APACC, 2005.

¹Engenheiro agrônomo e membro do Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia (GTNA).

²Socióloga e coordenadora geral da Apacc/Cametá.

³Coordenador de extensão rural e formação dos produtores familiares da Apacc/Cametá.

⁴A usina hidrelétrica de Tucuruí (município próximo a Cametá) represou o rio Tocantins, afetando profundamente o ambiente ecológico de toda região.

⁵Ao fim de três anos de projetos, foram instaladas cerca de 700 parcelas experimentais, contribuindo bastante com o processo de construção e reflexão dos conhecimentos agroecológicos.

⁶Doença causada por fungo que dizima rapidamente os plantios de pimenta-do-reino na região.

⁷Crédito concedido pelo Banco da Amazônia para atividades agropecuárias.

Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Pólo Sindical da Borborema

Paulo Petersen¹ e Luciano Silveira²

1. Introdução

O programa de desenvolvimento local conduzido pela AS-PTA no agreste da Paraíba concentra sua ação no apoio a processos de transição agroecológica em comunidades rurais dos 16 municípios que delimitam a área de abrangência do Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema (Pólo).

A estratégia do programa está orientada para apoiar o aprimoramento das capacidades técnicas, metodológicas, administrativas e políticas das organizações vinculadas ao Pólo – que atualmente conta com 16 sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), uma associação regional de agricultores ecológicos, 156 associações comunitárias e variados tipos de grupos informais –, para que elas atuem de forma articulada na elaboração, defesa e execução de projetos próprios de desenvolvimento local. Assim, ao exercer a função de instância articuladora de organizações locais da agricultura familiar, o Pólo promove a interatividade entre dinâmicas sociais emergentes que se estruturam e se capilarizam nas comunidades e municípios da região com o objetivo de promover a transição agroecológica dos agroecossistemas regionais.

O estímulo aos processos locais de inovação, bem como a interconexão entre eles, se dão mediante a ação de comissões temáticas do Pólo constituídas por lideranças da agricultura familiar diretamente envolvidas em atividades de experimentação agroecológica. Cabe a cada uma das comissões planejar e monitorar o avanço das redes sociais responsáveis pela construção e disseminação de conhecimentos inovadores relacionados aos seus respectivos temas. Já a coordenação do Pólo monitora e planeja o conjunto das ações e promove a expressão pública de seus resultados.

Assim operando, o Pólo vem sendo capaz de articular as ações de inovação, promovidas de forma descentralizada por famílias e grupos comunitários, em um processo sociopolítico de âmbito regional, que se consolida em defesa da agricultura familiar e da Agroecologia. Esse vínculo entre o



Agricultoras analisam a abrangência da ação da Comissão de Saúde e Alimentação do Pólo

micro e o macro se processa mediante a instituição de redes horizontais de interação social que, pouco a pouco, vêm mobilizando e articulando um crescente número de pessoas e organizações em iniciativas de promoção do desenvolvimento local. Cerca de cinco mil famílias estão envolvidas diretamente nessa dinâmica social de inovação agroecológica articulada pelo Pólo. O que confere unidade e vem assegurando a irradiação desses processos em rede é o fato de que eles se assentam e tiram partido das capacidades socioculturais e políticas em latência nas próprias comunidades (esse aspecto será aprofundado mais à frente).

Como todo processo social, esse movimento tem uma trajetória evolutiva oscilante e não-linear. Fatores internos e externos ao próprio Pólo e suas organizações influenciam decisivamente os ritmos e as direções nas quais as dinâmicas inovadoras se enraízam nos municípios da região. Não obstante esse seu caráter não-linear, essa trajetória evolutiva está longe de ser errante, ou seja, não se molda ao sabor das conjunturas. Ao contrário, esforços sistemáticos de monitoramento, planejamento e avaliação, realizados pela coordenação do Pólo e por suas comissões temáticas, têm permitido o contínuo amadurecimento e atualização da estratégia que orienta conceitual e metodologicamente os rumos trilhados até aqui. Como entidade de assessoria, coube à AS-PTA um papel destacado na construção dessa trajetória.

Procuramos neste texto apresentar os principais marcos dessa assessoria no que se refere às abordagens metodológicas empregadas e aos de-

safios que permanecem. Ele foi produzido a partir da síntese dos debates ocorridos em dois eventos organizados para avaliar o percurso do Pólo e identificar os principais obstáculos e oportunidades que estão colocados para a sua continuidade. O primeiro, ocorrido entre os dias 3 e 6 de abril de 2006, reuniu a equipe da AS-PTA e esteve centrado na avaliação da natureza e da qualidade da assessoria prestada pela entidade ao Pólo³. O segundo, realizado no mês seguinte, no dia 4 de maio reuniu lideranças do Pólo e teve como foco os processos metodológicos adotados para irradiar e consolidar as redes de agricultores-experimentadores no agreste paraibano.⁴ Além de realimentarem o processo local com novas reflexões e novos encaminhamentos, ambos os eventos foram organizados de forma integrada às atividades preparatórias para o seminário sobre construção do conhecimento agroecológico realizado no II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA).

Tanto quanto possível, o texto reproduz as falas dos participantes das reuniões e, por isso, são apresentadas entre aspas. As notas são complementadas com contextualizações, explicações e exemplos que situam e dão coerência às falas.

2. A trajetória da assessoria em três momentos

Em largos traços, a evolução do Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba pode ser periodizada em três momentos:

Difundindo tecnologias (de 1993 a 1999)

A AS-PTA inaugurou seu programa na região em 1993. Durante os dois primeiros anos, as ações da instituição estiveram concentradas em Solânea e em Remígio e foram desenvolvidas em parceria com os STRs de ambos municípios. Já em 1995, por demanda do STR de Lagoa Seca, a AS-PTA estendeu sua área de atuação para esse terceiro município.⁵

“Quando iniciamos nossa atuação na região, nos organizávamos por meio de programas de difusão e de experimentação. Nosso foco estava centrado em algumas técnicas inovadoras classificadas como: ‘prontas para a difusão’ e ‘em fase de experimentação’, ou seja, que ainda deveriam ser avaliadas localmente antes de serem difundidas.”

Essas técnicas inovadoras foram identificadas pela equipe de assessoria a partir da leitura crítica dos agroecossistemas regionais realizada por intermédio de diagnósticos participativos. Há documentos internos da época

nos quais se alegava a existência de uma baixa oferta de *tecnologias agroecológicas* para o semi-árido por parte das universidades e centros de pesquisa, em contraste com a situação que vivíamos simultaneamente no Paraná, onde também inaugurávamos um programa de desenvolvimento local.

“As visitas que fazíamos às comunidades e propriedades tinham o foco centrado na avaliação e no debate sobre o efeito dessas técnicas inovadoras. As atividades de monitoramento se condicionavam bastante por essa lógica: procurávamos saber quantas famílias haviam introduzido as novas técnicas e que impactos elas haviam produzido. Por exemplo: quantos agricultores haviam implementado o plantio em curva de nível, as espécies para adubação verde ou a catação do inseto ‘moleque da bananeira’”

“Nos relacionávamos com agricultores organizados em grupos de interesse que tinham a função de monitorar e planejar juntamente conosco o trabalho ligado a um determinado campo temático.⁶ Esses grupos eram compostos por agricultores dos três municípios e articulavam as experiências que vinham conduzindo localmente. Porém, o que unia os grupos envolvidos nos trabalhos com Agroecologia era o fato de serem assessorados pela AS-PTA. A iniciativa estava toda conosco. Não havia uma identidade própria sendo construída pelos(as) agricultores(as)-inovadores”.

“Logo percebemos que estávamos restringindo o alcance da transformação dos sistemas à aplicação das inovações que *nós* propúnhamos e às relações sociais que *nós* estabelecíamos. Ao procedermos assim, deixávamos de levar em conta as iniciativas de inovação dos próprios agricultores, que certamente existiam, mas que não vinham sendo socialmente valorizadas.”

Desde o início do programa, incorporamos a prática de realizar diagnósticos participativos sobre diferentes temas relacionados à estrutura e ao funcionamento dos agroecossistemas. Além do diagnóstico mais geral sobre o conjunto dos agroecossistemas, realizado em 1993, realizamos uma série de estudos nos anos subseqüentes nos seguintes focos: os ambientes agrícolas da região; a diversidade de feijões cultivados; os subsistemas pecuários; o uso social das frutas nativas; o emprego das plantas medicinais; a gestão dos *arredores de casa*; o manejo da biomassa nos sistemas; o impacto do uso dos agrotóxicos na agricultura familiar; o impacto das políticas públicas sobre a sustentabilidade da agricultura familiar em Lagoa Seca, entre outros. Esses diagnósticos, sobretudo os que abordaram os subsistemas pecuários e o manejo da biomassa, permitiram que a equipe da AS-PTA entendesse melhor o funcionamento dos agroecossistemas, em particular no que se refere às inter-relações entre os subsistemas. Foi a partir

dessa ampliação de percepção que pudemos compreender melhor que os sistemas produtivos representam a expressão de estratégias técnicas e econômicas das famílias agricultoras. Essa compreensão trouxe implicações decisivas para a reorientação da abordagem metodológica da entidade, como se verá mais à frente.

“Por mais que os diagnósticos evidenciassem que devíamos ampliar o foco centrado em inovações pontuais para passar a adotar uma perspectiva sistêmica de avaliação do funcionamento técnico, econômico e social das unidades produtivas, encontrávamos dificuldades metodológicas para fazê-lo. Afinal, essa reorientação implicaria necessariamente na quebra de rotinas já estabelecidas pela equipe técnica, na reestruturação dos programas operacionais da entidade, na reformulação dos orçamentos institucionais e, sobretudo, na repactuação de papéis com os grupos e organizações dos(as) agricultores(as) parceiras. Assim, por mais ricos que fossem em informações e análises, os diagnósticos e seus desdobramentos não conseguiam colocar em xeque a lógica centrada nas tecnologias pontuais e a perspectiva de ação difusionista. Por exemplo: embora já nessa época promovêssemos intercâmbios entre agricultores(as), essas atividades eram estruturadas com o foco fechado em inovações específicas e não na gestão técnica e econômica dos sistemas nos quais essas inovações eram introduzidas.”

Ou seja: os eventos eram excessivamente dominados pelo debate sobre as técnicas em sua dimensão instrumental (como fazer) e não sobre as múltiplas funções ecológicas, econômicas e sociais das técnicas nos agroecossistemas (por que fazer).

Durante esse período inicial de atuação da AS-PTA no agreste da Paraíba, a equipe realizou vários esforços para analisar criticamente suas abordagens de trabalho com vistas a aprimorá-las. Além do já mencionado efeito positivo dos diagnósticos sobre a percepção da equipe no que diz respeito à realidade em que atuava, as interações com outras instituições e com a equipe da AS-PTA do Paraná forneceram importantes subsídios para que as reflexões locais avançassem.

Desse ponto de vista, a primeira interação que merece destaque foi a viagem realizada em 1996 à América Central por uma delegação de técnicos e agricultores envolvidos nos programas locais da AS-PTA da Paraíba e do Paraná. Nessa oportunidade, pudemos conhecer os métodos empregados pelo *Movimento Campesino a Campesino* (MCaC), na Nicarágua, e as formas de integração de pesquisadores em processos locais de desenvolvimento

promovidas pelo *Programa de Reforzamiento de la Investigacion sobre los Granos Basicos* (Priag), na Costa Rica.⁷ Realçamos dois aspectos verificados nessa viagem: a) o protagonismo dos agricultores na condução dos eventos de formação agroecológica, estabelecendo relações horizontais de agricultor a agricultor; b) o papel exercido por uma organização de agricultores familiares (Unag) na coordenação nacional de ações de incentivo à experimentação camponesa. Posteriormente, por ocasião da visita do pesquisador Henri Hocdé, então coordenador do Priag, tivemos a oportunidade de aprofundar o debate sobre as abordagens metodológicas que vínhamos adotando no programa.

Outro momento de destaque nesse esforço de revisão crítica foi o seminário interno promovido pela AS-PTA em 1999, no Paraná, quando se colocou em debate os pressupostos subjacentes aos métodos de formação assessorados pelos programas locais.⁸ Além desse seminário, a equipe do programa local realizou um conjunto de reuniões com o propósito de reavaliar sua estratégia metodológica.

“Em 1999, fizemos um grande esforço para analisar nossos métodos de intervenção, ficando explícita a grande fragmentação gerada pela forma como nos organizávamos para atuar. Essas reflexões foram decisivas para reorientarmos o nosso olhar e implementarmos mudanças importantes em nossas abordagens metodológicas.”

Por meio de uma abordagem descritivo-funcional⁹, o que fizemos foi a reinterpretação das inovações pontuais que já vínhamos trabalhando nos processos de experimentação e/ou difusão. Esse exercício foi organizado em dois momentos: 1) a releitura da descrição e do funcionamento dos principais agroecossistemas da região, procurando identificar seus maiores problemas, bem como formular hipóteses para enfrentá-los; 2) relacionar as propostas técnicas inovadoras que vínhamos experimentando e/ou difundindo com as hipóteses formuladas.

O produto desse exercício foi um conjunto de *quadros de hipóteses* (um por tipo de agroecossistema) que encadearam, numa ordem lógica, os problemas identificados com suas respectivas hipóteses e propostas de solução (problemas – hipóteses – propostas). Esses quadros revalorizaram os diagnósticos anteriormente realizados, procurando integrar e sintetizar as informações neles levantadas em modelos explicativos gerais que passaram a operar como instrumentos de explicitação das estratégias técnicas entre os membros da equipe técnica e entre ela e os grupos de agricultores-experimentadores.¹⁰



Reunião de avaliação e planejamento do Pólo

Além disso, uma importante conclusão desse exercício tornou-se clara quando nos propusemos a inverter a ordem de estruturação dos quadros de hipóteses. Em vez de estruturá-los a partir dos *problemas*, o fizemos a partir das *propostas* (propostas – hipóteses – problemas). Essa inversão permitiu que visualizássemos o caráter multifuncional das inovações que já vinham sendo experimentadas. Em outras palavras: uma única inovação poderia responder, direta ou indiretamente, a diferentes problemas identificados durante a análise dos agroecossistemas. Adquirir essa percepção por meio de casos concretos de nosso trabalho foi importante para que pudéssemos reorganizar, com base no enfoque sistêmico, o conhecimento associado às inovações que difundíamos ou experimentávamos.

Esse momento da trajetória da assessoria significou *um divisor de águas* no enfoque metodológico do programa. A partir daí, passamos a concentrar nossa atenção nos problemas dos agroecossistemas e em suas hipóteses de solução correspondentes e não mais nas inovações pontuais. O exercício de formulação de hipóteses de trabalho evidenciou que o foco da atuação, quando centrado exclusivamente nas soluções técnicas, termina colocando à sombra o problema original que justificou a escolha dessa ou daquela inovação para a experimentação ou para a difusão. Deixou claro também que, para um determinado problema identificado, podem haver várias hipóteses de enfrentamento e, para cada uma delas, várias soluções (inovações). Essa constatação nos chamou a atenção para um aspecto estratégico-metodológico fundamental: mais importante do que difundir uma única inovação para muitas famílias agricultoras, como é próprio das estratégias difusionistas, é incentivar processos de experimentação capazes de mobilizar a criatividade dessas muitas famílias na busca de soluções adaptadas às suas condições específicas. Ou seja: em vez de difundirmos tecnologias deveríamos difundir a prática da experimentação.

Difundindo a experimentação (2000 a 2001)

“As mudanças implementadas no enfoque metodológico da assessoria permitiram desbloquear capacidades latentes que estavam incubadas nas

comunidades e organizações locais e que não conseguíamos identificar e valorizar. *Desbloquear*, nesse sentido, tornou-se uma palavra-chave no método que passamos a empregar. Isso porque percebemos que as capacidades criativas e políticas existentes no seio das famílias e comunidades deixavam de ser valorizadas nos processos de transformação social na medida em que o método que adotávamos era pouco sensível a elas. Nos ocupávamos essencialmente em levar aos processos locais novas tecnologias e deixávamos de valorizar os conhecimentos associados a práticas preexistentes no local ou, pior ainda, não considerávamos as capacidades locais de gerar esses conhecimentos a partir do convívio com os problemas e oportunidades comuns às famílias agricultoras.”

“Na prática, deixamos de fazer eventos sobre barragens subterrâneas e passamos a fazê-los com o foco nos sistemas de manejo dos recursos hídricos nas propriedades. Neles, não deixávamos de focar a barragem, mas tratávamos dos papéis (ecológicos, econômicos, sociais) que exercia no sistema como um todo e não exclusivamente na construção da infra-estrutura em si ou no seu método de manejo”. “Deixamos de trabalhar as plantas medicinais isoladamente e passamos a abordar o subsistema do *ao redor de casa* e o seu papel na saúde e na alimentação das famílias.” “Em vez de monitorar os consórcios com sorgo que visavam ao aumento da produção de forragem para os períodos secos, passamos a observar as variadas estratégias dos próprios agricultores para aumentar a produção global de biomassa forrageira nas propriedades.”

“Essa mudança de enfoque permitiu que a equipe técnica desbloqueasse o seu olhar e adquirisse maior sensibilidade para as inovações espontâneas que antes passavam despercebidas.”

Esse *desbloqueio* fez com que as experimentações deixassem de estar referenciadas por um leque restrito de inovações e passassem a se orientar pelo quadro de hipóteses para a solução dos problemas coletivamente definidos nas redes locais de agricultores-experimentadores. Dessa forma, essa substituição de foco criou condições para que interação entre a assessoria e os grupos de experimentadores evoluísse significativamente. Entre outros fatores, porque abriu-se caminho para que as práticas já adotadas na região (mesmo que isoladamente por uma única família ou pessoa) e que respondiam a problemas identificados, pudessem ser valorizadas nas análises coletivas e nas redes regionais de experimentação. Foi, por exemplo, a identificação e a sistematização da experiência de estruturação e manejo da faxina (quintal) da família de Dona Maria do Carmo em Solânea

o principal fator que desencadeou o desenvolvimento de uma linha de ação orientada para o aprimoramento dos arredores das casas dos agricultores. Exemplos como esse proliferaram-se fazendo com que, no decorrer dos anos seguintes, verificássemos a multiplicação, em ritmo exponencial, do acervo de inovações técnicas e sócio-organizativas em experimentação na região, em contraste com o limitado *cardápio* de alternativas inovadoras existente nos primeiros anos do programa.

A alteração na abordagem metodológica também nos chamou a atenção para a necessidade de clarificarmos a própria noção de *inovação* com a qual estávamos trabalhando. Adquirimos a nítida percepção de que inovação não é necessariamente aquilo que *vem de fora*, seja de agricultores de outras regiões, seja de técnicos. Pelo contrário, em geral ela brota do terreno do cotidiano local a partir da convivência dos agricultores com os desafios encontrados na gestão técnica e econômica de suas propriedades. Assim, embora os problemas sejam vivenciados de forma coletiva, as soluções para enfrentá-los costumam ser criadas por meio de iniciativas individuais ou de pequenos grupos. Em outras palavras: as inovações individuais surgem como resposta a problemas que não são somente do inovador, tendo, por essa razão, importante significado para a coletividade.

Outra característica que define a inovação, tal como passamos a concebê-la, é o fato de que ela não pode ser entendida como uma *técnica dura*, passível de generalização. Uma inovação pode ser simplesmente uma nova idéia (ou mesmo uma nova inspiração) para o manejo técnico ou para a organização do trabalho que vise à otimização dos recursos localmente disponíveis para os processos produtivos. Portanto, ela deverá ser sempre adaptada a situações específicas por meio da experimentação.

Esse novo enfoque tornou metodologicamente coerente a relação entre os diagnósticos participativos e a dinâmica social de experimentação. Os primeiros definem problemas e suas respectivas hipóteses, enquanto a última testa essas hipóteses na realidade concreta vivenciada pelos agricultores. Configura-se assim uma sistemática cumulativa de gestão do conhecimento fundamentada no permanente questionamento e revisão dos modelos de hipóteses.

“A construção de novas percepções pela equipe sobre a problemática técnica dos agroecossistemas foi o que permitiu a evolução nas nossas abordagens metodológicas. Passamos a interpretar as inovações a partir de uma visão mais integradora, ou seja, a partir de suas funções e impactos sistêmicos. Essa mudança nos ajudou bastante a compreender as racionalidades e estra-

tégias dos próprios agricultores e agricultoras na gestão de seus sistemas produtivos. Isso, sem dúvida, facilitou muito o diálogo com eles.”

O próprio conceito de *agricultor-experimentador* foi mais bem qualificado a partir dessa evolução no enfoque, sendo redefinido como todo e qualquer indivíduo que inova em suas práticas de manejo e que comunica os resultados de suas inovações aos seus pares. Nessa lógica, *experimentação* e *comunicação* passam a ser compreendidas como funções indissociáveis na gestão do conhecimento agroecológico que se processa nas redes de agricultores-experimentadores.

Com essa (re)definição, o papel do agricultor-experimentador deixou de ser percebido como uma posição social outorgada pela assessoria e passou a ser assumido como uma nova identidade social, auto-atribuída entre aqueles que se percebem integrados a um processo coletivo de inovação agroecológica. Foi exatamente esse sentido de pertencimento que, aos poucos, conferiu a esse processo os contornos de uma rede informal de agricultores-experimentadores na região.

Um aspecto de realce nessa nova compreensão estratégica, é que o enfoque do trabalho deixou de se orientar simplesmente para dinamizar novas redes de inovação e passou também a se ocupar da identificação e do fortalecimento de redes socio-técnicas que estavam inscritas nas normas de convivência social pré-existentes. Esse aspecto ficou particularmente evidente após estudo sobre o manejo da inovação em algumas comunidades com as quais trabalhávamos no município de Solânea. O estudo identificou que parte significativa das inovações introduzidas nas comunidades nas últimas décadas não é originária dos serviços de extensão rural oficiais e não oficiais e dos comerciantes mas sim das redes socio-técnicas que relacionavam as comunidades enfocadas com outras, inclusive de outros municípios. Esse é o caso, por exemplo, das práticas de tração animal e do preparo do solo no sistema xadrez oriundas de agricultores do Cariri e trazidas para o agreste por vaqueiros e trabalhadores diaristas itinerantes que vendiam seu trabalho a diferentes fazendeiros.¹¹

Cabe aqui destacar também que essa evolução foi responsável pela construção do próprio conceito de *Agroecologia* nas redes de inovação locais. Estando intimamente relacionado à noção de agricultor-experimentador, o conceito de Agroecologia associa-se à idéia de alternativa ao *modelo dos pacotes*, que, na percepção dos agricultores, foi trazido pela assistência técnica oficial. Segundo membros do Pólo, “o agricultor sempre esteve perto e exerceu a Agroecologia; já no outro modelo – o convencional – o agricul-

tor se especializa”. Trata-se, portanto, de um enfoque para o desenvolvimento que é baseado *na diversificação da produção e na natureza e não nos pacotes e nos venenos*.

Além de suas especificidades nas dimensões técnica (diversificação X especialização) e metodológica (inovação local X assistência técnica), o conceito de Agroecologia foi assimilado também como uma forma de produção que estabelece uma relação positiva entre a agricultura e o meio ambiente. É nesse sentido que a Agroecologia está diretamente associada à noção de *convivência com o semi-árido*, em contraste com a idéia de *combate às secas* apregoada pelos defensores do modelo convencional.

“Essas evoluções conceituais e metodológicas foram importantes na requalificação das funções exercidas pela assessoria e pelos agricultores e suas organizações. Novos relacionamentos foram aos poucos sendo estabelecidos, colocando em xeque os papéis tradicionais que os agricultores esperam dos técnicos e vice-versa. Por exemplo: a expectativa dos agricultores pelas visitas dos técnicos aos poucos foi mudando de natureza. Da expectativa por assistência técnica, eles passaram a se apresentar como expositores de suas experiências. Embora nunca tivéssemos adotado a *assistência técnica individual* como perspectiva de atuação, no início de nosso trabalho investimos bastante tempo no acompanhamento de algumas propriedades e/ou grupos de experimentadores. Esse fato, associado ao costume com a forma de atuar dos serviços oficiais de extensão rural, pode ter reforçado para alguns a noção equivocada de que o nosso papel também seria o de prestar assistência.”

“Do nosso lado, deixamos de depositar em alguns agricultores considerados muito inovadores a responsabilidade de atuarem como referências quase exclusivas para os demais. Passamos a compreender e valorizar o fato de que todo agricultor que domina o conhecimento sobre alguma prática inovadora que responda a problemas vivenciados nos agroecossistemas regionais deve ter a oportunidade de apresentar publicamente a sua experiência. A partir da incorporação desse entendimento, verificou-se a multiplicação do número de experiências sistematizadas e, de forma correspondente, do número de agricultores-experimentadores interagindo ativamente nas redes locais de inovação agroecológica.”

Esses novos conceitos e identidades incidentes na realidade regional mostraram-se essenciais para que pudéssemos associar as iniciativas de inovação agroecológica em curso com a reflexão sobre modelo de desenvolvimento. O estabelecimento desse vínculo entre a ação prática e o deba-

te no plano político foi o que permitiu mobilizar as redes de agricultores-experimentadores em torno a processos de análise crítica sobre o padrão socialmente excludente e ambientalmente degradador do desenvolvimento rural da região e, por analogia, do estado e do país.

As análises realizadas procuravam demonstrar que o modelo hegemônico não é o resultado de um destino inexorável, mas fruto de opções políticas que historicamente conduziram ao atual padrão de ocupação e uso da terra e seus recursos. Ao incorporarmos essa perspectiva histórico-processual nos debates dos grupos de experimentadores, tornou-se evidente que a generalização da opção agroecológica só se fará a partir do engajamento político dos mesmos na defesa das alternativas técnicas e sócio-organizativas que vêm sendo desenvolvidas na prática. Dessa forma, ao mesmo tempo em que defendem alternativas, os agricultores envolvidos nas redes locais de inovação agroecológica adquiriram melhores condições para questionar políticas públicas que reiteram o modelo hegemônico, como, por exemplo, a transposição do rio São Francisco, o uso de transgênicos na agricultura, a orientação dos projetos oficiais de crédito rural e o enfoque técnico e metodológico dos serviços oficiais de extensão rural.

Além disso, a incorporação da dimensão política nos debates realizados junto aos grupos de experimentadores fez com que a própria relação entre as organizações e as suas bases sociais evoluísse.

“Os sindicatos passaram a sair de trás do birô, onde se ocupavam essencialmente dos trâmites formais da previdência social, e passaram a divulgar os trabalhos de Agroecologia nas comunidades de seus municípios.” “Essa aproximação dos sindicatos com sua base social abriu espaço para que novas lideranças surgissem a partir de suas ações como agricultores-experimentadores.”

O novo papel dos STRs foi assim definido por uma das lideranças do Pólo: “Os sindicatos têm que descobrir os tesouros que estão escondidos nas comunidades”, referindo-se ao fato de que existem muitos agricultores e grupos comunitários que já possuem respostas criativas a muitos dos problemas vivenciados pela agricultura familiar na região. Essas iniciativas são os *tesouros* que precisam ser descobertos e valorizados e, segundo essa liderança, esse é um papel que cabe aos sindicatos.

“Com essa perspectiva em mente, os agricultores passaram a se afirmar como produtores de conhecimentos e hoje se colocam politicamente ao defender esse papel. Ao assumirem isso explicitamente, passaram a perceber de uma forma diferente o papel da assessoria.”



Comissão de Saúde e Alimentação do Pólo analisa experiências dos arredores de casa.

Os sindicatos parceiros começaram a assumir para si parte significativa das atribuições antes desempenhadas pela assessoria. Por exemplo, constituíram comissões compostas por agricultores-experimentadores para encaminhar os processos de inovação agroecológica em torno a alguns temas mobilizadores da experimentação. Essas comissões passaram a atuar como espaços autônomos de planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho junto aos grupos de agricultores-experimentadores nos seus respectivos municípios, deixando de contar tanto com a iniciativa da assessoria para que essas atividades fossem realizadas.

A evolução dos papéis exercidos pelas organizações parceiras e o aprimoramento de nosso enfoque metodológico também criaram condições objetivas para que pudéssemos dedicar maior tempo às parcerias com instituições de pesquisa científica, entre elas universidades (Federal da Paraíba e de Pernambuco), centros da Embrapa (Algodão, Caprinos, Semi-árido) e o Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad), da França. Pesquisadores de áreas distintas do conhecimento (das ciências agrárias e humanas) passaram a interagir regularmente com as dinâmicas sociais de inovação agroecológica na região, cada um a partir de seu ângulo analítico, tomando como referência geral os

quadros de problemas e hipóteses elaborados de forma coletiva nas redes locais de experimentação.¹²

“Essa intensificação das relações com instituições científicas refletiu, em grande medida, a evolução do papel de assessoria desempenhado pela AS-PTA: de geradora e difusora de inovações agroecológicas, passou a atuar mais explicitamente como assessora de dinâmicas sociais de inovação sustentadas pela revalorização dos conhecimentos dos agricultores e como articuladora desses conhecimentos com os da academia”.

De fato, a redefinição do objeto de intervenção da AS-PTA, a partir do emprego do enfoque sistêmico, trouxe para a entidade implicações imediatas sobre o seu método de ação, em particular no que se refere à forma de estruturar o trabalho da equipe e ao relacionamento com as organizações parceiras da agricultura familiar. Cada membro da equipe (nesse momento contávamos com cinco pessoas no campo técnico) passou a se responsabilizar por um tema mobilizador das dinâmicas de experimentação agroecológica na região (recursos genéticos, recursos hídricos, saúde e alimentação, criação animal e cultivos ecológicos).

Além dos técnicos dedicados aos temas mobilizadores da experimentação agroecológica, a equipe contava com dois profissionais responsáveis pela área de comunicação. Suas ações se orientavam fundamentalmente ao apoio à sistematização das experiências dos agricultores-experimentadores para que os mesmos pudessem apresentá-las a outros agricultores. Uma abordagem metodológica para a sistematização foi desenvolvida especificamente com esse fim. A principal idéia subjacente ao método desenvolvido era que os próprios experimentadores se apropriassem dos materiais de comunicação como instrumentos para a divulgação de suas experiências. O *boletim informativo*, um documento de duas a quatro páginas, geralmente ilustrado com fotos, foi um dos principais instrumentos desenvolvidos com esse intuito. Sua produção é realizada por meio de um processo relativamente rápido e barato, o que vem permitindo que grande número de agricultores-experimentadores e grupos tenham suas iniciativas sistematizadas.¹³ Até o momento, 130 experiências realizadas no agreste da Paraíba já foram sistematizadas no formato de boletins. Outros meios de comunicação vêm sendo igualmente empregados para auxiliar os experimentadores a divulgarem suas experiências na região. Entre eles, cabe destacar os vídeos (9 vídeos já produzidos), cartilhas (8 já produzidas), os painéis fotográficos e *banners*, as peças teatrais, a poesia, a música, etc. A produção desses materiais de sistematização em geral é realizada durante processos preparatórios de intercâmbios e encontros de agricultores-

experimentadores. Assim concebida e executada, a sistematização exerce papel decisivo como subsídio pedagógico na vinculação entre a prática local inovadora e a teoria agroecológica. Ao mesmo tempo, abrem espaço para que os diferentes mecanismos populares de expressão artística sejam exercitados e desenvolvidos.

A partir dessa configuração da equipe, cada subprograma da assessoria assumiu, juntamente com as comissões temáticas que haviam sido instituídas pelas organizações dos agricultores, a responsabilidade de elaborar e conduzir um processo de formação específico do seu tema correspondente. Passamos a compreender a 'formação' como um conjunto de ações funcionalmente integradas que articula em um só processo pedagógico o diagnóstico da realidade (temáticos), a elaboração de hipóteses para enfrentamento dos problemas identificados nos diagnósticos, o monitoramento da experimentação, a pesquisa científica, a sistematização de experiências e a realização de atividades de intercâmbio entre agricultores-experimentadores.

No entanto, a organização da equipe da AS-PTA em campos temáticos e a sua correspondência nas comissões que estruturam o trabalho dos sindicatos apresentavam o risco de fragmentação do olhar e da ação sobre a realidade. Estava claro que a ação não poderia se resumir ao somatório das atividades planejadas segundo os recortes temáticos, sob pena de perdermos progressivamente a capacidade de análise de conjunto. Foi exatamente para nos prevenirmos desse risco que estabelecemos métodos de monitoramento da transição agroecológica capazes de restabelecer uma leitura sistêmica, ao apreender o impacto da integração de inovações relacionadas às diferentes áreas temáticas sobre os agroecossistemas. Com isso, os exercícios de monitoramento, que passaram a ser realizados desde então, foram concebidos para informar em que medida os agroecossistemas em processo de transição tornavam-se mais sustentáveis sob as dimensões econômica, ecológica e sociocultural.

Para avaliar os impactos econômicos das inovações agroecológicas, a entidade desenvolveu uma metodologia específica que foi implementada simultaneamente pela equipe do programa local do Centro-Sul do Paraná.¹⁴ Já a dimensão social da sustentabilidade foi analisada com base em duas questões de fundo estratégico: a) em que medida as dinâmicas sociais de inovação agroecológica na região vinham sendo capazes de mobilizar, valorizar e empoderar as mulheres agricultoras?; b) em que medida essas dinâmicas vinham sendo capazes de mobilizar e dar respostas concretas às

famílias agricultoras mais pobres dentro do universo social abrangido pelos sindicatos parceiros? Essas questões foram abordadas por estudos específicos conduzidos em conjunto com grupos de agricultores e algumas assessorias especializadas, contratadas especificamente para esse fim.

Esses exercícios de monitoramento da sustentabilidade favoreceram a incorporação dos temas enfocados na agenda de debate regional a partir de experiências concretas sistematizadas na realidade imediata. A questão das relações sociais de gênero, por exemplo, passou a figurar como objeto de atenção permanente nas reflexões para o contínuo aprimoramento dos métodos de ação da assessoria e das organizações parceiras. Já os temas da geração de renda e da segurança alimentar puderam ser mais bem apreendidos como dimensões intimamente integradas nas estratégias econômicas das famílias agricultoras e não como assuntos mutuamente isolados, passíveis de serem analisados e enfrentados separadamente.

A evolução conceitual e metodológica alcançada nessa fase da trajetória do programa possibilitou a criação de diferentes formas de produzir, organizar e disseminar conhecimentos associados aos processos de transição agroecológica. Essa nova condição também influenciou decisivamente as relações de parceria entre a AS-PTA e as organizações da agricultura familiar, permitindo que papéis fossem redefinidos, em particular pelo fato de as últimas terem explicitamente assumido para si a responsabilidade de atuarem como protagonistas na promoção da Agroecologia. Uma nova inflexão, porém, se interpôs nessa trajetória evolutiva, colocando novos desafios metodológicos para a AS-PTA e seus parceiros locais.

O aumento de escala geográfica e social do programa (desde 2002)

“O avanço do trabalho nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca foi aos poucos chamando a atenção de organizações de agricultores de outros municípios do agreste paraibano, notadamente os STRs. As experiências bem-sucedidas no campo da gestão dos recursos hídricos e do manejo de estoques coletivos de sementes realizadas nesses municípios ganharam visibilidade após a seca do biênio 1998-1999. Desde então, a AS-PTA passou a ser seguidamente demandada por essas organizações para dar início a um trabalho de assessoria similar ao que vinha desenvolvendo nos três municípios pioneiros.”

“Essas demandas vinham ao encontro de nossa perspectiva estratégica. De fato, por ocasião da inauguração do programa, trabalhávamos com a hipótese de que a concentração do trabalho em alguns municípios seria

uma etapa transitória enquanto gerássemos referências técnicas, metodológicas, políticas e organizativas passíveis de serem posteriormente irradiadas regionalmente”.

Apesar da convergência entre essas novas demandas por assessoria e os nossos objetivos institucionais, para nós estava claro que não teríamos as condições necessárias de respondê-las caso mantivéssemos a mesma estratégia de ação. Não víamos, por exemplo, como aumentar a capacidade operativa da entidade (por meio da contratação de novos profissionais) e nem julgávamos que essa seria uma boa estratégia. Afinal, a manutenção de uma equipe reduzida e coesa vinha sendo uma das condições essenciais para assegurar a necessária flexibilidade institucional e garantir os ajustes estratégicos que foram implementados no curso do programa. O aumento da equipe poderia significar o engessamento do programa, na medida em que ele seria sobrecarregado com maior carga burocrática no campo da gestão (captação e manutenção de financiamentos, coordenação de equipe, etc.).

No entanto, uma razão de natureza estratégica era determinante em nossa decisão de não ampliar a capacidade operacional da entidade para responder às demandas: entendíamos que o processo de irradiação deveria ser o resultado da ampliação de escala de abrangência das redes de agricultores-experimentadores. Estávamos certos de que essa disseminação



Fenil: técnica inovadora para viabilizar a prática tradicional de armazenamento de restos de cultivo para alimentação animal.

deveria se processar a partir da ação das organizações da agricultura familiar e não com a reprodução em âmbito regional do mesmo tipo de trajetória de assessoria percorrida desde 1993 nos municípios pioneiros, ou seja, o estabelecimento de relações de parceria bilaterais entre a AS-PTA e as organizações agricultoras. Afinal, até aquele momento, embora atuássemos em três municípios distintos, não nos relacionávamos com um ator social orgânico capaz de articular as dinâmicas sociais de inovação em marcha. Era a própria AS-PTA que permanecia atuando como instância de mediação entre as organizações e processos sociais dos três municípios.

Sabíamos, contudo, que essa situação não teria sustentação e legitimidade sociopolítica numa atuação de abrangência regional, envolvendo organizações e processos de vários municípios. Portanto, a constituição de um ator regional capaz de assumir a coordenação política e metodológica dessas redes se colocava como condição fundamental para que o aumento de escala fosse assumido como um projeto das próprias organizações da agricultura familiar da região. Essa idéia já vinha sendo encubada desde o final de 2000, por ocasião de um seminário promovido pela AS-PTA e seus parceiros locais com o intuito de realizar um balanço dos sete anos de existência do programa e avaliar as perspectivas para a irradiação dos acúmulos até então alcançados. A principal conclusão das reflexões realizadas nesse momento foi a de que qualquer estratégia para o aumento de escala social e geográfica dos efeitos do programa deveria estar embasada em ações proativas das organizações locais no sentido de irradiar o alcance das redes de agricultores-experimentadores.

Uma tentativa anterior de construir uma articulação de agricultores com esse propósito já havia sido realizada junto à Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Paraíba (Fetag-PB), em 1996.¹⁵

Nessa ocasião o STR de Lagoa Seca convocou uma reunião com sindicalistas da região e com a direção da Fetag-PB para apresentar os trabalhos que vinha desenvolvendo no município. O objetivo seria o de sensibilizar os presentes para a necessidade de implementação de nova atuação sindical mais comprometida com os problemas do desenvolvimento. Porém, o enfoque convencional dos dirigentes sindicais da Fetag-PB, em geral bastante insensível para as questões relacionadas ao modelo de desenvolvimento, inviabilizou que essa iniciativa produzisse frutos.

Para avançar na criação de uma institucionalidade própria das organizações da agricultura familiar da região, apostou-se em um espaço de articulação preexistente: o Pólo Sindical da Borborema. O Pólo teve sua ori-

gem associada a uma mobilização realizada em 1994 por STRs da região com vistas a assegurar um espaço na Central de Abastecimento (Ceasa) de Campina Grande para a comercialização direta por parte dos agricultores familiares. Posteriormente, sua dinâmica de funcionamento foi estabelecida pelo compartilhamento dos custos da assessoria jurídica aos serviços de previdência social prestados por sete sindicatos. Foi exatamente essa articulação que se mobilizou durante a seca de 1998-99 para tornar públicas as experiências em Agroecologia desenvolvidas pelos STRs de Lagoa Seca e de Remígio, ambos já integrados ao Pólo.

Para colocar em debate a idéia de um projeto regional de promoção da Agroecologia assumido de forma articulada pelas organizações locais, foi realizado em 2001 o I Seminário da Agricultura Familiar do Compartimento da Borborema. Nessa oportunidade, estiveram presentes representantes de organizações de 14 municípios da região. O evento foi organizado de forma a colocar em evidência experiências concretas que vinham sendo desenvolvidas na região junto às comunidades, dando visibilidade ao papel desempenhado pelas organizações da agricultura familiar (STRs, associações e grupos informais) na promoção dessas experiências.

O resultado desse seminário foi o estabelecimento de um acordo, em que caberia à AS-PTA assessorar o Pólo para que ele concebesse e conduzisse uma estratégia de promoção do desenvolvimento regional assentada em um programa de formação estruturado em dois eixos: o primeiro teria como objeto os temas relacionados à inovação agroecológica e o segundo enfocaria o tema das políticas públicas, procurando extrair ensinamentos das experiências inovadoras em curso na região para formular e defender propostas de políticas voltadas à generalização da Agroecologia.

Um fórum constituído por representantes dos STRs foi criado para coordenar, avaliar e planejar as atividades na região. Rapidamente essa forma de organização se mostrou insuficiente para dar conta da complexidade da gestão dos processos de experimentação e intercâmbio que se irradiaram com rapidez nos municípios. Foi a partir da necessidade de aprimoramento de suas formas de organização interna que o Pólo constituiu comissões temáticas¹⁶, ficando cada qual responsável por conceber, executar e monitorar o avanço dos trabalhos de experimentação, sistematização e intercâmbio segundo seus recortes específicos. Além das lideranças sindicais, as comissões também incorporavam participação ativa de agricultores-experimentadores com acúmulos no seus temas respectivos. Os temas relacionados a políticas públicas concernentes aos seus respectivos eixos

temáticos também passaram a ser tratados no âmbito das comissões (por exemplo, a política de sementes do estado correspondia à comissão de recursos genéticos, enquanto a gestão do programa de cisternas correspondia à comissão de recursos hídricos, etc.).

O programa de formação em políticas públicas é direcionado para a coordenação do Pólo e enfoca o conjunto das ações a partir de uma perspectiva mais abrangente, integrando os debates feitos nas comissões temáticas. A coordenação do Pólo foi composta majoritariamente por lideranças também inseridas nas comissões temáticas e, portanto, está bastante vinculada às redes de experimentação agroecológica que se capilarizam na região.

As experiências bem-sucedidas realizadas na região e monitoradas pelas comissões temáticas são analisadas e contrastadas com as propostas para o desenvolvimento da agricultura propugnadas pelos diferentes instrumentos e operadores de políticas públicas (extensão rural, crédito, pesquisa agrícola, programas de distribuição de sementes, etc.). Por meio desse tipo de análise comparativa, o debate sobre modelos de desenvolvimento ganhou maior nitidez. Dessa forma, pouco a pouco, as redes de agricultores-experimentadores articuladas pelo Pólo se conformaram como espaços de articulação política em defesa de um projeto próprio para o desenvolvimento do território fundamentado no fortalecimento da agricultura familiar e da Agroecologia (portanto, contrário ao latifúndio e ao agronegócio).

Coube à AS-PTA assessorar o trabalho das comissões e da coordenação do Pólo. Os acúmulos no plano metodológico alcançados previamente pela entidade e suas parceiras locais foram determinantes na condução dos programas de formação responsáveis por promover o aumento de escala social e geográfica do trabalho com Agroecologia na região. Na prática, isso significou que a irradiação não se deu em um sentido unidirecional, ou seja, dos que *tinham* para os que *não tinham* experiências em Agroecologia (dos três municípios pioneiros para os demais).

Foi o princípio da *descoberta dos tesouros escondidos* que prevaleceu, permitindo a identificação de um conjunto significativo de experiências inovadoras promovidas por famílias ou grupos comunitários de municípios que ainda não tinham um trabalho de Agroecologia já formalmente articulado. Muitas dessas experiências *socialmente ocultas* se tornaram referenciais nos trabalhos das comissões. Entre elas, o banco de sementes comunitário existente desde 1972 na comunidade São Tomé, em Alagoa Nova; a prática tradicional do semeio semelhante ao *frijol tapado* na Améri-

ca Central, em Massaranduba; e as práticas de aproveitamento de plantas nativas para a alimentação animal no município de Soledade.

Para as organizações que vinham se incorporando à dinâmica do Pólo, a adoção dessa perspectiva de ação deixou claro que cabia a elas abrir espaço para que os potenciais políticos e criativos existentes nas suas próprias bases sociais pudessem se concretizar ao saírem do estado de latência em que se encontravam. Para tanto, deveriam atuar para superar o isolamento social das famílias e grupos comunitários ao promover a sua vinculação às redes de agricultores-experimentadores mobilizadas segundo os temas organizadores das comissões do Pólo.

Além disso, a articulação do trabalho na escala regional colocou para o Pólo a necessidade de construir uma melhor compreensão sobre as principais características dos agroecossistemas da região. Embora muitos diagnósticos tenham sido realizados anteriormente, eles não davam conta de recobrir o conjunto altamente diverso de situações existentes nos 16 municípios integrados ao Pólo. Essa foi a razão que justificou a realização de um diagnóstico de agroecossistemas de abrangência regional. Sua primeira etapa compreendeu o estudo dos diferentes ambientes e suas principais implicações sobre os agroecossistemas. A análise do mapa de molduras ambientais produzido forneceu importantes subsídios para as comissões temáticas planejarem suas estratégias. Entre outros aspectos, ele permite a visualização das

homogeneidades *intermunicipais* e das heterogeneidades *intramunicipais*. Isso significa que, do ponto de vista regional, as comissões temáticas devem considerar as continuidades e descontinuidades geográficas no planejamento da experimentação – um mesmo tipo de ambiente atravessa vários municípios. Já do ponto de vista municipal, os sindicatos devem levar em conta a existência de diferentes situações ambientais, não podendo, portanto, organizar suas estratégias para a transição agroecológica como se o município fosse um todo homogêneo.

Tendo exercitado sua estrutura funcional e suas estratégias de atuação durante três anos, o Pólo entendeu que precisava se institucionalizar juridicamente de



Agricultora em exercício de análise coletiva sobre o manejo de recursos hídricos.

maneira a assumir formalmente seus próprios projetos de financiamento. Até então, a mobilização e a gestão dos recursos necessários à operacionalização dos programas implementados na região vinham sendo atribuições exclusivas da AS-PTA. Assim, constituído como pessoa jurídica desde 2004, o Pólo conta atualmente com sede própria, serviços de secretaria e administração financeira, além de equipe técnica composta por dois profissionais.

Entretanto, cabe ressaltar que o aumento de escala do programa, por meio da criação e formalização do Pólo, ocorreu em uma conjuntura excepcional. Dois grandes eventos exteriores à realidade regional, mas diretamente incidentes nos processos locais de promoção da agricultura familiar e da Agroecologia colocaram novas oportunidades e desafios para o avanço dos projetos institucionais da AS-PTA e do Pólo. O primeiro foi a posse do governo Lula, em 2003, que estabeleceu uma nova perspectiva para a efetivação de parcerias entre as organizações da sociedade civil e o Estado na elaboração e na implementação de programas e políticas voltadas ao desenvolvimento rural. O segundo foi a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o fortalecimento da perspectiva agroecológica na Articulação do Semi-árido Paraibano e na Articulação do Semi-árido Brasileiro.

Essas emergências no contexto sociopolítico estadual, regional e nacional exigiram o reposicionamento estratégico da AS-PTA. De uma atuação essencialmente concentrada em três municípios durante oito anos, a entidade se viu diante do desafio de, simultaneamente, assessorar uma articulação de organizações de 16 municípios do agreste paraibano e favorecer a interação dessa articulação com redes similares que se estruturavam em todo o estado da Paraíba, bem como no conjunto do semi-árido brasileiro e no âmbito nacional.

Ao mesmo tempo em que essas interações em rede mais abrangentes aportaram variados e importantes subsídios (novos contatos, novas informações sobre experiências, etc.) ao programa local, absorveram significativa parte das energias institucionais, gerando uma competição por tempo e recursos entre as ações desenvolvidas nos níveis micro e macro. Com efeito, a postura francamente extrovertida da AS-PTA, com vistas a apoiar a construção de espaços de articulação do campo agroecológico mais abrangentes, comprometeu em certa medida suas capacidades de assessoria ao Pólo, embora essas articulações para fora da região tenham sido realizadas em conjunto e em comum acordo com o próprio Pólo.

Os projetos em parceria celebrados com o Estado¹⁷ abriram a possibilidade para o Pólo se viabilizar do ponto de vista financeiro. Por outro lado,

vieram acompanhados de exigências no campo burocrático desproporcionais às capacidades administrativas instaladas tanto no Pólo quanto na AS-PTA. Além da excessiva carga normativa, a rigidez dos procedimentos operacionais gerou em algumas situações profundas incoerências entre os projetos e as necessidades específicas do programa. Assim instituídas, essas parcerias com diferentes organismos estatais terminaram por absorver parte significativa das capacidades operacionais das equipes técnicas na gestão administrativa e financeira dos projetos. Portanto, como essas novas exigências no campo da gestão se apresentaram exatamente no momento em que o Pólo construía sua institucionalidade formal e suas estruturas administrativas, a AS-PTA teve de prestar assessoria específica também nesses campos.

A conjunção desses fatores intervenientes fez com que a AS-PTA visse reduzida sua capacidade de assessorar atividades-fim relacionadas ao aumento de escala pactuado com o Pólo. Em particular, comprometeram-se as ações vinculadas à gestão do conhecimento agroecológico nas redes de agricultores-experimentadores (diagnósticos, pesquisas científicas, sistematizações, monitoramentos da sustentabilidade, etc.).

Grande investimento em tempo e recursos permanecerá sendo demandado para que o Pólo mantenha as condições institucionais, administrativas, financeiras e políticas adequadas para assegurar sua vocação tanto como agente estimulador de dinâmicas sociais de inovação agroecológica quanto como ator político capaz de promover publicamente as proposições da agricultura familiar para o desenvolvimento do agreste paraibano.

Na continuidade do programa local, caberá ao Pólo e à AS-PTA encontrar, a cada momento, os equilíbrios adequados entre os investimentos de tempo e recursos alocados nas atividades-meio e nas atividades-fim. A excessiva concentração nas primeiras colocaria obstáculos ao exercício autônomo de análise e ação sobre a realidade. Nessa condição, o Pólo comprometeria progressivamente sua sintonia com os processos sociais que o instituíram, tornando-se, com o tempo, uma estrutura formal com pouca capacidade de dinamizar processos sociopolíticos de base. O descuido com as atividades-meio, por outro lado, poderia levar à corrosão das condições institucionais necessárias à sustentação material e política das redes de agricultores-experimentadores.

O aumento da sustentabilidade sociopolítica e financeira do Pólo dependerá também da postura que vierem a assumir as organizações nele integradas. Evoluções positivas nesse sentido já vêm sendo verificadas, na

medida em que diferentes STRs e organizações de âmbito comunitário assumem para si o desafio de replicar métodos e formas de organização do Pólo em suas próprias áreas de atuação. Fazem isso ao criarem suas próprias comissões temáticas, ao alocarem seus recursos financeiros para arcar com os custos de reuniões, atividades de intercâmbio, cursos comunitários e municipais, etc.

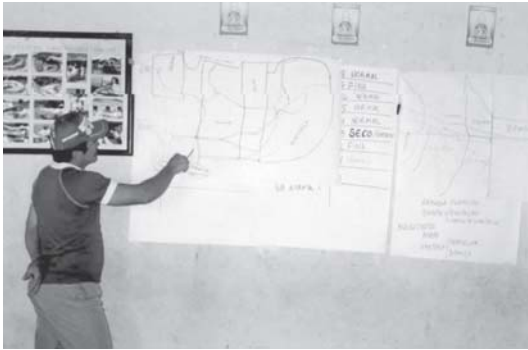
Independentemente das condições políticas ou financeiras que vierem a ser edificadas no futuro, a irradiação e a sustentabilidade das redes de agricultores-experimentadores na região só serão asseguradas se elas permanecerem fundamentadas em uma base ética que compreende o conhecimento como um bem a ser livremente partilhado para que seja continuamente aprimorado em benefício da coletividade. Esse princípio se contrapõe à noção do conhecimento como mercadoria que vem justificando, em outros contextos, a privatização do saber em benefício de estruturas de poder que sustentam as desigualdades sociais.

3. Alguns ensinamentos

A trajetória evolutiva do Programa de Desenvolvimento Local da AS-PTA no agreste da Paraíba é rica em ensinamentos relacionados ao método para a promoção da Agroecologia. No curso dos 14 anos de atuação, logramos exercitar na prática o que inicialmente estava presente unicamente em nossa retórica discursiva, ou seja, a necessidade de valorizar conhecimentos populares, de promover o diálogo de saberes, de apreender a realidade pelo enfoque sistêmico, etc. Fizemos isso ao escapar do positivismo lógico das abordagens difusionistas engendradas, em princípio, para modernizar a agricultura.

Se houvésemos que singularizar essa evolução em uma idéia sintetizadora, diríamos: *recolocamos as técnicas no universo histórico-cultural das comunidades*. Essa idéia-chave realça o caráter eminentemente instrumental das técnicas, ou seja, o fato de que elas são apenas *meios* para o alcance de *fins predeterminados*. Como produto da cultura, elas devem ser concebidas como o resultado de um processo de invenção local destinado a resolver problemas específicos e criar melhores condições de bem-estar em um determinado contexto histórico.

As abordagens difusionistas não fazem outra coisa que não esterilizar a criatividade local, levando as comunidades a uma situação de passividade frente à inovação que lhes chega pelas mãos de profissionais (ou agri-



Agricultor apresenta o sistema de manejo da água em sua propriedade

cultores profissionalizados) para isso designados. Dessa forma, a tecnologia passa a ser encarada como um fim em si, deixando à sombra os obstáculos que se antepõem à satisfação das necessidades efetivas das comunidades e à realização dos seus projetos de futuro.

As evidências que foram se acumulando no decorrer dos anos de convivência com os grupos de agricultores-experimentadores nos permitiram adquirir essa compreensão crítica sobre o equívoco fundamental que orientava originalmente nossas metodologias de intervenção. Desde então, ficou claro que deveríamos agir em benefício da canalização dos impulsos criativos presentes nas comunidades para que as mesmas pudessem se mobilizar para enfrentar seus obstáculos e realizar suas potencialidades.

Além de conduzir a mudanças significativas em nossas relações com os grupos de experimentadores, a incorporação dessa compreensão foi fundamental para que pudéssemos melhor operacionalizar o próprio conceito de Agroecologia em nossas estratégias. Por meio do enfoque sistêmico aplicado à descrição e análise dos agroecossistemas regionais, passamos a compartilhar com os grupos de agricultores-experimentadores a elaboração de estratégias para a transição agroecológica fundamentadas na valorização dos recursos localmente disponíveis, entre eles a inteligência criativa para gerar novas técnicas e formas de organização.

A construção dos fundamentos de um novo método de atuação pela equipe da AS-PTA significou um verdadeiro desbloqueio em nossa forma de perceber a realidade em que atuávamos. Essa nova percepção foi fundamental para que pudéssemos desenvolver na prática metodologias e instrumentos para a operacionalização desses fundamentos. Entretanto, essa trajetória não teria sido possível se algumas condições que dispusemos não estivessem presentes. Entre elas, cabe destacar:

- a) *Relativa estabilidade da equipe*: a maior parte da equipe da AS-PTA está integrada à entidade desde os primeiros anos de operação do programa. Uma equipe com alta rotatividade de seus membros dificilmente

haveria construído a coesão interna e o acúmulo de referências necessário para colocar suas estratégias de intervenção em constante questionamento.

- b) *Realização sistemática de diagnósticos e de análises críticas sobre as estratégias de intervenção*: ter dedicado tempo para descrever e analisar a realidade e a nossa intervenção sobre ela manteve a equipe em constante estado de *inquietação intelectual*.
- c) *Busca de referências externas*: mais do que responder às nossas dúvidas metodológicas, técnicas e organizacionais, as reflexões realizadas pela equipe nos ajudavam a sistematizá-las. Para respondê-las (ou pelo menos buscar pistas para as respostas) mantivemos, desde a inauguração do programa, uma intensa agenda de intercâmbios com outras organizações que desenvolviam ações em temas de nosso interesse específico. Essa foi a razão pela qual, ao longo de nossa trajetória, estabelecemos interações com muitas ONGs e instituições de pesquisa nacionais e internacionais.
- d) *Valorização dos acúmulos das fases anteriores nas estratégias das fases subsequentes*: nossa trajetória evoluiu sem rupturas, ou seja, sem mudanças bruscas nas rotinas operacionais que pudessem comprometer o caráter cumulativo do processo em construção. Para tanto, foi essencial valorizar nas práticas que abandonávamos os elementos úteis que seriam necessários para a renovação de enfoque. Por exemplo: dos *grupos de interesse* para as *redes de agricultores-experimentadores* mudamos a concepção da interação, mas não necessariamente a composição dos grupos. Dos primeiros, nasceram os últimos.
- e) *O financiamento do programa*: embora venham assumindo crescente importância em nossos orçamentos, cabe frisar que os financiamentos viabilizados por projetos rigidamente amarrados a matrizes *lógicas* e/ou a objetivos predeterminados pelos financiadores retiram parte importante da flexibilidade necessária para programas dessa natureza. No entanto, durante os 14 anos da trajetória descrita, a AS-PTA contou com parcerias importantes que viabilizaram financeiramente o programa. Os recursos institucionais relativamente flexíveis aportados por essas parcerias foi uma condição indispensável para que pudéssemos atualizar criativamente nossas estratégias de intervenção, de forma a nos mantermos sintonizados com as dinâmicas sociais que, afinal, justificam a existência do programa.

¹Engenheiro agrônomo, diretor executivo da AS-PTA.

²Engenheiro agrônomo, coordenador de Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba.

³As notas desse evento foram elaboradas por Paulo Petersen. Dele participaram os seguintes membros da equipe local da AS-PTA: Luciano Silveira, Roberval Silva, José Camêlo da Rocha, Marilene Melo, Paula Almeida, João Macedo e Francisco Nogueira.

⁴As notas desse evento foram elaboradas por Francisco Nogueira.

⁵As razões para a implantação do programa na região e a sua trajetória evolutiva inicial estão apresentadas em SIDERSKY, P. ; SILVEIRA L. Experimentar com agricultores: a experiência da AS-PTA na Paraíba. In: GUIMARÃES FILHO, C; ANDREOTTI, C.M. (Ed.). *Metodologias de experimentação com agricultores*. Brasília: Embrapa Comunicação para transferência de tecnologia, 2001. p. 33-58.

⁶Alguns grupos de interesse e as respectivas inovações experimentadas por eles são: a) grupo terra forte: cultivo em aléias com gliricídia e introdução de guandu no roçado como adubo verde; b) grupo de bananicultores: adubação verde nos bananais com crotalária, calopogônio, etc, e controle do *moleque da bananeira*; e c) grupo sobre alimentação animal: introdução de novas espécies forrageiras e novas formas de armazenamento de forragem (fenil, silo em tambor, etc.).

⁷O relatório dessa viagem está disponível no Centro de Documentação da AS-PTA e apresenta um conjunto de reflexões realizadas à época, em particular no que se refere ao significado das experiências visitadas para os programas locais da entidade.

⁸Para essa ocasião foi elaborado um texto de subsídio denominado *Gestão do conhecimento agroecológico: notas para reflexão interna* (também disponível no Centro de Documentação da AS-PTA).

⁹O exercício partiu da descrição dos agroecossistemas e de suas evoluções recentes para, em seguida, identificar as relações funcionais que respondem pelas suas racionalidades técnicas e econômicas.

¹⁰O método da modelagem é próprio para organizar conhecimentos de sistemas informacionais complexos, como são os agroecossistemas. O grau de subjetividade envolvido na elaboração dos modelos é tão grande e o método é reconhecidamente tão empírico que não há dúvidas quanto ao caráter provisório das conclusões dele advindas. Essas conclusões devem ser encaradas, literalmente, como *hipóteses de trabalho*, partindo do que *se sabe até o momento*, mesmo que isso possa significar muito pouco. Enfim, para que o método seja realmente útil, torna-se necessária a permanente revisão das hipóteses subjacentes aos modelos.

¹¹Para conhecer esse estudo veja Sabourin, E. Manejo da inovação na agricultura familiar do Agreste da Paraíba: o sistema local de conhecimento. In: Silveira, L.; Petersen, P.; Sabourin, E. Agricultura familiar e agroecologia; avanços a partir do Agreste da Paraíba. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2002. p. 177-199

¹²O livro *Agroecologia e agricultura familiar: avanços a partir do agreste da Paraíba* apresenta o conjunto de resultados de pesquisa obtidos até o ano de 2002. Apresenta também uma reflexão sobre os desafios e as oportunidades vivenciados no exercício de interação da pesquisa científico-acadêmica nos processos locais de inovação agroecológica.

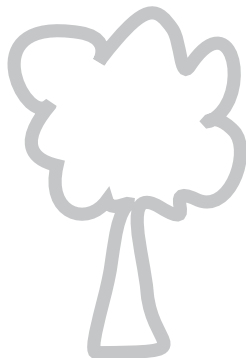
¹³Para conhecer em mais detalhes esse processo leia o artigo *A sistematização no fortalecimento de redes locais de inovação agroecológica*, publicado na *Revista Agriculturas*, v.3, n. 1.

¹⁴Algumas entidades de assessoria parceiras da AS-PTA também realizaram estudos com base no termo de referência metodológico proposto pela AS-PTA. Para conhecer mais sobre esses estudos e sua metodologia veja a *Revista Agriculturas*

¹⁵Nessa ocasião o STR de Lagoa Seca convocou uma reunião com sindicalistas da região e com a direção da Fetag-PB para apresentar os trabalhos que vinha desenvolvendo no município.

¹⁶Atualmente são cinco as comissões temáticas: recursos genéticos, recursos hídricos, saúde e alimentação, criação animal e cultivos ecológicos.

¹⁷As principais parcerias celebradas com o Estado foram as seguintes: Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), do Ministério do Desenvolvimento Social; aquisição de sementes agroecológicas de culturas alimentares e forrageiras para os bancos de sementes e aquisição de alimentos agroecológicos para a merenda escolar do Programa de Aquisição de Alimentos da Conab; Programa de Fortalecimento dos Fundos Rotativos Solidários do Banco do Nordeste e PRONAF Capacitação; e Pronat Território com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Promoção da Agroecologia na cidade: reflexões a partir do programa de agricultura urbana da AS-PTA

Denis Monteiro¹ e Marcio Mattos de Mendonça²

1. Introdução

Os antecedentes

A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) é uma organização não-governamental com sede na cidade do Rio de Janeiro. Há mais de 15 anos atua por meio de programas de desenvolvimento local nas áreas rurais do centro-sul do Paraná e do agreste da Paraíba e, desde outubro de 1999, deu início a um programa de agricultura urbana na zona oeste do município do Rio de Janeiro.

As ações do programa de agricultura urbana estão voltadas para o incentivo ao aproveitamento de pequenos espaços dentro da cidade para o cultivo de alimentos, plantas medicinais e criações de animais seguindo um enfoque agroecológico. O trabalho se desenvolve a partir do reconhecimento e da valorização das experiências espontâneas e dos saberes dos moradores das comunidades, bem como por meio da facilitação do acesso aos conhecimentos técnicos apropriados, do estímulo à experimentação e do apoio a variadas formas de organização local.

Embora os contextos socioeconômicos, ambientais e culturais encontrados na cidade sejam bastante diferentes da realidade do meio rural onde a instituição já vinha desenvolvendo suas atividades, as abordagens metodológicas desenvolvidas guardam muitas semelhanças por se orientarem por princípios comuns. Este artigo apresenta alguns ensinamentos desses sete anos de experiência de atuação da AS-PTA no meio urbano.

O contexto da região

Segundo dados oficiais, a zona oeste do município do Rio de Janeiro ocupa uma área de aproximadamente 590 km², dividida em 20 bairros, com cerca de 450 mil domicílios e 1.556.000 habitantes.

Os moradores dessa região vivenciam problemas sociais e econômicos gerados sobretudo pela ausência de políticas públicas adequadas nas áreas



Fotos: Arquivo da AS-PTA

Sr. Adão e D. Celina em sua horta urbana no Loteamento Ana Gonzaga

de alimentação, saúde, educação e moradia. Grande parte das comunidades é desprovida de serviços de saneamento básico, sendo comum o lançamento de dejetos diretamente nas ruas ou nos córregos e rios. A problemática social da zona oeste também está relacionada ao histórico de ocupação desordenada do espaço e às enormes desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira.

Muitas famílias que hoje vivem na região têm origem no meio rural. Migraram para as cidades por conta do intenso processo de empobrecimento das zonas rurais. No entanto, no meio urbano os índices de desemprego também são muito altos, assim como as taxas de subemprego e informalidade. Diante desse cenário, muitas famílias se mantêm com *biscates* e enfrentam restrições orçamentárias para a aquisição de alimentos, remédios, roupas, entre outros.

A insegurança alimentar e nutricional é, portanto, uma característica que se manifesta de forma recorrente em meio às famílias, o que se deve à combinação de dois fatores interdependentes: a dificuldade de acesso aos alimentos em razão dos baixos níveis de renda familiar e a tendência à homogeneização dos hábitos alimentares, em que prevalece a baixa quali-

dade nutricional das dietas, em geral carentes de vitaminas e sais minerais.

Apesar de ainda haver residências com quintais de terra e terrenos sem construções, a região em geral apresenta solos profundamente alterados pelos intensos processos de urbanização. Nas comunidades mais urbanizadas, as residências estão em terrenos muito reduzidos e sem solo. É recorrente a utilização dos quintais e espaços ociosos

para acúmulo de lixo, trazendo diversas conseqüências negativas. Porém, em alguns desses espaços são desenvolvidas práticas agrícolas, que adaptam traços da tradição rural ao ecossistema urbano. Elementos da herança cultural de diferentes regiões do país são observados nas diversas formas de uso de remédios caseiros à base de plantas e na diversidade de cultivos e hábitos alimentares presentes.

A cultura política local é fortemente marcada pelas relações de clientelismo e assistencialismo. Alguns exemplos de ações assistencialistas são as doações de cestas básicas e de refeições prontas (sopões) por parte de políticos, entidades religiosas e/ou filantrópicas, além dos programas governamentais de complementação de renda. Ademais, a sociabilidade comunitária é negativamente afetada pelo poder do tráfico de drogas e de grupos de extermínio.

Esse contexto dificulta a construção de formas ativas de organização comunitária orientadas para o enfrentamento dos problemas vivenciados coletivamente. Apesar disso, algumas famílias e organizações desenvolvem estratégias próprias e emancipadoras para fazer frente às carências às quais estão submetidas. Vale citar nesse sentido algumas organizações e grupos ligados a igrejas e algumas poucas associações de moradores.

2. Hipóteses e princípios metodológicos do programa

As metodologias desenvolvidas e testadas têm como base um conjunto de hipóteses relacionadas à leitura da realidade em que o programa se desenvolve. Em primeiro lugar, trabalha-se com a hipótese de que, mesmo nas comunidades mais urbanizadas, existem moradores e moradoras que têm conhecimentos relativos à agricultura e que desenvolvem espontane-



Grupo do Jardim Guaratiba aprofunda seus conhecimentos sobre plantas espontâneas

amente uma grande diversidade de iniciativas. Outra hipótese é que existem organizações locais que, se fortalecidas, podem desempenhar papel importante no fomento e incentivo à agricultura. Compreende-se ainda que existe potencial para a mobilização de pessoas que ainda não adotam práticas agrícolas, por meio da criação de dinâmicas de interação social baseadas na valorização e no intercâmbio das experiências e na busca de novos conhecimentos.

Portanto, a concepção metodológica do programa se fundamenta no reconhecimento e na valorização das iniciativas já existentes nas comunidades, a partir das quais são estimuladas dinâmicas coletivas de experimentação e intercâmbio de práticas agrícolas nos quintais domésticos e áreas coletivas. Busca-se também fortalecer o protagonismo tanto desses moradores-experimentadores quanto das organizações comunitárias.

Inicialmente, acreditava-se que a agricultura urbana teria um grande potencial para a garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) das populações socioeconomicamente excluídas da região. Entretanto, com a evolução do programa e a identificação e sistematização de iniciativas individuais e coletivas, percebeu-se que a agricultura cumpre diversas outras funções. Entre elas: o fortalecimento dos laços de sociabilidade, o vínculo com a cultura dos locais de origem dos moradores, o cultivo de plantas medicinais para uso em remédios caseiros, melhorias do ambiente e, inclusive, uma função terapêutica, pelo gosto e prazer de trabalhar a terra.

Ao adquirirmos essa percepção, entendemos que as ações estimuladas pelo programa não poderiam ser unicamente centradas no objetivo de promover maiores níveis de SAN, como originalmente concebíamos. Os efeitos positivos sobre SAN certamente existem, mas não explicam por si só o motivo pelo qual as famílias mantêm áreas produtivas em seus quintais e comunidades. Deve-se considerar, portanto, os impactos que a agricultura urbana tem em diversas dimensões das vidas das famílias e comunidades.

3. Histórico do programa

A primeira parceria estabelecida pela AS-PTA na região, em 1999, foi com o Instituto Metodista Ana Gonzaga (Imag), organização de caráter assistencial ligada à Igreja Metodista. A partir de um primeiro mapeamento da abrangência da atuação do Imag, foram definidas quatro comunidades para dar início às atividades do programa, a saber: Cantagalo, Loteamento Ana Gonzaga, Vila Esperança e Vilar Carioca. A decisão de começar a trabalhar nessas comunidades foi bastante influenciada pela identificação da

presença de um grande número de organizações sociais que ali atuavam, entre as quais algumas manifestaram, desde um primeiro momento, interesse pela idéia da agricultura urbana.

Nos três primeiros anos do programa, as principais atividades desenvolvidas nessas comunidades foram direcionadas às lideranças e organizações comunitárias, procurando reconhecê-las e sensibilizá-las por meio de visitas para conversar sobre a realidade local e sobre as possibilidades e potencialidades da agricultura urbana.

A partir do envolvimento com os grupos locais e das vivências nas comunidades, foram sendo estabelecidas novas formas de interação e articuladas redes informais como, por exemplo, a rede de desenvolvimento local do Loteamento Ana Gonzaga, que congregava diferentes organizações com atuação na comunidade. Além da intensificação de espaços de interatividade dentro das comunidades, as lideranças de diferentes comunidades passaram a se encontrar mais freqüentemente. Sentiu-se também a necessidade de conhecer melhor as práticas existentes, momento em que o programa entrou em uma nova fase, de identificação e maior aproximação com os moradores praticantes da agricultura na cidade.

Com esse intuito, foi realizado em 2001 um diagnóstico da agricultura nos quintais do Loteamento Ana Gonzaga. Essa atividade mobilizou as famílias que tinham práticas espontâneas e organizações com atuação local, principalmente o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, ligado ao posto de saúde, e a associação de moradores. Esse diagnóstico permitiu à AS-PTA entender melhor as diferentes lógicas da agricultura na cidade e apontar rumos estratégicos para as ações nos anos seguintes. Dos 1.200 lotes da comunidade, foram visitados 150 quintais que desenvolviam alguma iniciativa agrícola, com a predominância de plantas frutíferas, seguidas das espécies medicinais, das ornamentais e, em quarto lugar, as hortaliças e demais plantas anuais. Preocupações com a alimentação; o prazer e o gosto de plantar; o cultivo como forma de ocupação e terapia; e a questão da socialização foram as principais motivações manifestadas pelos moradores. A restrição de espaço e a baixa qualidade das terras são algumas das dificuldades citadas pelos moradores, além da baixa auto-estima de algumas famílias, especialmente as mais pobres, o que dificulta a participação ativa em dinâmicas coletivas e mesmo o interesse em cuidar do quintal e de espaços comunitários. O diagnóstico culminou com um seminário para apresentação e debate dos resultados e, entre alguns dos encaminhamentos, figuraram a realização de um curso de plantas medicinais e remédios casei-

ros na comunidade e a organização de um grupo para estudar e desenvolver uma horta coletiva.

Também em 2001 foi iniciada na comunidade Vilar Carioca uma parceria com a Pastoral da Criança, que já desenvolve, em todo o Brasil, uma série de ações no campo da educação alimentar e nutricional com as famílias mais pobres, como a pesagem das crianças para identificação de riscos de desnutrição, acompanhamento de gestantes, orientações às famílias e preparo e distribuição da multimistura como complemento alimentar. Com a parceria, a pastoral passou a incorporar em sua agenda o incentivo à produção para autoconsumo como estratégia para melhorar a alimentação das famílias, especialmente das crianças. No Vilar Carioca, foram realizadas trocas de experiências, oficinas práticas e mutirões de implantação de horta no terreno da igreja e de manejo dos quintais das lideranças da pastoral residentes na comunidade. Essas lideranças também tiveram um papel importante no incentivo às famílias por elas atendidas. Nesse sentido, a parceria, articulada com a coordenação nacional da pastoral, permitiu que, posteriormente, as ações do programa se irradiassem para diversas outras comunidades da região. A regionalização do programa, por sua vez, permitiu a criação de um fórum de discussão e de intercâmbios que envolvem atualmente líderes da pastoral de 20 comunidades.

Nessas diferentes comunidades, os princípios metodológicos voltados para o fortalecimento das organizações comunitárias, a promoção de intercâmbios e o fomento às experimentações foram colocados em prática de diversas formas, de acordo com a realidade local. Encontros de formação, mutirões, seminários e, principalmente, visitas de intercâmbio entre moradores praticantes da agricultura urbana são as ferramentas mais comumente utilizadas. Aliado a isso, um elemento fundamental para a comunicação das ex-

*Ao lado:
Troca de experiências, com
reconhecimento de plantas
no Complexo da Maré*

*À direita:
Sistematização da
experiência com plantas
medicinais do grupo da
Vila do Pinheiro*



periências entre os grupos, que fortalece a reflexão coletiva das práticas e metodologias adotadas, são as chamadas fichas de experiências. Trata-se de boletins curtos, de 1 a 4 páginas, elaborados pela equipe técnica da AS-PTA em diálogo com os próprios portadores das experiências, com linguagem simples, bastante ilustrados e que divulgam as experiências locais para um público mais amplo. Esses informativos permitem que as iniciativas concretas sirvam de referência para outras pessoas, além de valorizarem as inovações e serem, portanto, um forte incentivador, uma vez que trabalham o resgate da auto-estima das famílias envolvidas. As fichas são entregues em visitas, oficinas e cursos, além de serem distribuídas nos encontros e feiras.

O programa de agricultura urbana da AS-PTA tem atuado em diferentes níveis. Há ações locais nas comunidades Jardim Guaratiba/Praia da Brisa (Quadro 1) e Loteamento Ana Gonzaga. Há também ações na região metropolitana junto à Pastoral da Criança e aos grupos comunitários que trabalham com plantas medicinais organizados na Rede Fitovida. No plano estadual, a interação com os grupos que compõem a Rede Fitovida se estende a diversas regiões do estado (Quadro 2), além de existir um esforço para constituir uma articulação estadual de Agroecologia abrangendo todo o Rio de Janeiro. O programa tem ainda o objetivo de gerar referências teóricas e metodológicas para que seus ensinamentos possam servir para outras iniciativas em distintos contextos socioambientais do país.

Quadro 1

Formação e construção de conhecimento no Jardim Guaratiba

Nas comunidades vizinhas de Jardim Guaratiba e Praia da Brisa, vêm acontecendo encontros mensais com os moradores interessados na prática da agricultura nos quintais, a maioria dos quais com práticas muito diferentes entre si. O grupo realiza visitas a quintais na comunidade, conversando sobre as experiências e coletivamente sugerindo melhorias. Algumas pessoas do grupo mantêm uma horta comunitária, onde periodicamente ocorrem mutirões práticos e estudos sobre temas de interesse do grupo (por exemplo, como melhorar a qualidade da terra, o que plantar em cada época do ano e como plantar, identificação e cultivo das plantas medicinais, controle natural de pragas e doenças, etc.). Representantes do grupo participam de outros espaços de intercâmbio de informações, como o fórum de discussão da Pastoral da Criança, que congrega lideranças da própria pastoral atuantes em diferen-

tes comunidades; o banco de sementes, localizado num bairro vizinho; e diversas visitas a outras comunidades da zona oeste e de outras regiões do município. O grupo também tem recebido visitas de representantes de outras comunidades e vem contando sua história, repassando conhecimentos e trocando informações.

Nos últimos anos, principalmente em função da parceria com a Pastoral da Criança e com a Rede Fitovida, ambas as organizações com atuação em nível local e estadual, o programa tem investido em atividades de abrangência regional, propiciando a apresentação, discussão e intercâmbio de experiências entre moradores de comunidades diferentes. Como exemplos significativos, vale citar o *I Encontro de experiências de agricultura e saúde na cidade*, que reuniu 50 pessoas de mais de 15 comunidades, e o *Encontro de formação sobre sementes*, que aprofundou o debate sobre o acesso às sementes e mudas e sobre o funcionamento do banco de sementes existente na região.

Quadro 2

Resgate, valorização e troca de conhecimentos sobre plantas medicinais e remédios caseiros: a experiência da Rede Fitovida

Uma das iniciativas importantes que vem ocorrendo com o apoio do programa da AS-PTA é a Rede Fitovida de saúde alternativa, que articula 108 grupos comunitários que trabalham com plantas medicinais e práticas alternativas de saúde no estado do Rio de Janeiro. Todos esses grupos lidam com conhecimentos tradicionais sobre o cultivo e uso das plantas medicinais. A Rede vem batalhando para que esses conhecimentos sejam reconhecidos, respeitados e promovidos. Para isso, é adotado o princípio da partilha dos conhecimentos em todas as atividades, por meio de depoimentos, oficinas, grupos de discussão, palestras e cursos.

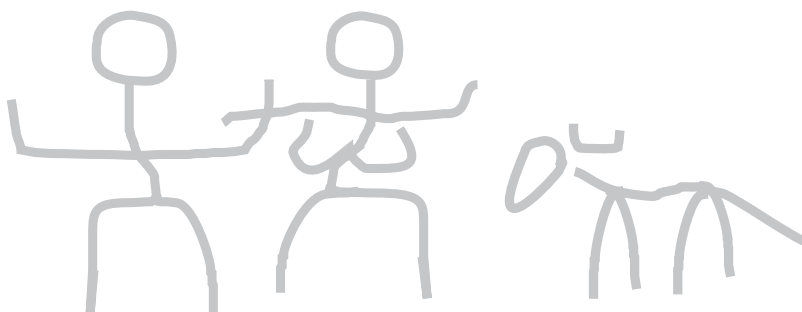
Nesse sentido, são realizados os chamados *encontros da partilha*, com participação média de 150 pessoas, em que membros dos diferentes grupos comunitários trocam conhecimentos sobre determinados assuntos (preparo de xaropes e de tinturas, cultivo de plantas medicinais, reconhecimento de plantas, etc.). Ocorrem também diversas articulações em rede, como visitas entre os grupos, apoio de um grupo a outro em momentos de formação e reuniões de avaliação e planejamento. Também são elaborados boletins informativos como instrumentos de sistematização das informações dos encontros, dos grupos e da rede como um todo.

4. Conclusão: lições aprendidas

A experiência do programa de agricultura urbana da AS-PTA na zona oeste do Rio de Janeiro tem levado a equipe da entidade e os parceiros locais a refletirem sobre a realidade da região. Percebemos que a agricultura praticada na cidade, embora existente e relevante, não está na agenda de debates das organizações da região, ou seja, a agricultura não é um tema em pauta. Além da grande fragilidade política dessas organizações sociais, existem ameaças constantes do tráfico de drogas, dos grupos de extermínio e da violência policial. Diante disso, uma preocupação central do programa é manter o conhecimento da realidade sempre atualizado, sendo revisto e problematizado junto aos atores locais.

Devemos considerar, entretanto, que existem muitas iniciativas autônomas nas comunidades e que, em função da grande variedade de atores sociais e conhecimentos presentes na cidade, elas são extremamente diversificadas entre si. Da mesma forma, as estratégias adotadas para o enfrentamento das dificuldades por parte das famílias e das organizações também são bastante diversificadas. A AS-PTA, por sua vez, tem buscado identificar essas estratégias, compreender suas lógicas, valorizá-las e potencializá-las. Com o tempo, constatamos que a construção de outras estratégias, inovadoras, deve ser estimulada a partir de reflexões conjuntas.

No que diz respeito ao impacto gerado pela atuação do programa da AS-PTA, observamos que a prática de agricultura nos espaços da cidade vem cumprindo uma série de funções na vida das pessoas: produção de alimentos frescos e plantas medicinais para o preparo de remédios caseiros; melhoria do ambiente na cidade; geração de renda por meio da diminuição de gastos nos mercados e da comercialização de parte da produção; surgimento de novas sociabilidades entre os moradores; promoção do resgate cultural e de novos valores na relação com a natureza. A agricultura



urbana pode, portanto, promover uma série de resultados positivos em diferentes dimensões da realidade das comunidades. Essa multifuncionalidade torna mais complexo o olhar sobre as práticas, e os métodos de trabalho devem tornar visíveis todas essas funções, num entendimento conjunto desses potenciais. Por outro lado, é preciso ter claro que grupos diferentes têm motivações diferentes para a prática da agricultura na cidade, o que muitas vezes demanda momentos específicos de reflexão.

Mobilizar pessoas e grupos requer a valorização dos seus conhecimentos e a elevação de sua auto-estima, principalmente daquelas pessoas socialmente marginalizadas. Um dos principais papéis que a equipe do programa de agricultura vem cumprindo é o de, ao valorizar as práticas existentes, dar asas à imaginação e ao exercício de experimentação. Com isso, cada vez mais pode ser observada a diversidade de formas e experiências relacionadas à prática da agricultura urbana (plantio em vasos e latas, hortas coletivas, ênfase nas plantas medicinais, verticalização dos cultivos, aproveitamento de lajes e recipientes não-convencionais, etc.).

As hortas comunitárias, muito comuns em programas de incentivo, não são espontâneas e exigem um grau muito elevado de organização e de entrosamento entre os participantes. Com efeito, tem sido observado que, quando não fazem parte da real estratégia dos moradores, as hortas comunitárias, incentivadas por diversos programas assistencialistas na região, não se mantêm ao longo do tempo. Contudo, o programa de agricultura urbana da AS-PTA vem encontrando exemplos positivos em grupos muito unidos e que possuem muita clareza dos objetivos das práticas coletivas.

Finalmente, cabe reiterar que a baixa auto-estima das pessoas mais pobres é um forte fator de desmobilização social e que leva à ausência de cuidado com o ambiente em que se vive. Isso restringe consideravelmente a participação dessas pessoas em dinâmicas coletivas voltadas ao desenvolvimento local. Nesse sentido, a experiência da AS-PTA tem ensinado que o reforço à sociabilidade por meio das práticas de agricultura urbana tem sido importante para resgatar a auto-estima e inserir pessoas e grupos em processos ativos de mobilização comunitária.

¹Engenheiro agrônomo, assessor técnico do programa de agricultura urbana da AS-PTA.

²Engenheiro agrônomo, coordenador do programa de agricultura urbana da AS-PTA.

O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e sua experiência com a criação e assessoria à Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão¹

Solange Monteiro de Souza²

1. Introdução

Nos meados da década de 1980, momento de efervescência de movimentos sociais e marcante intervenção do Estado na agricultura brasileira, surge o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) como um espaço de reposicionamento socioeconômico e cultural de grupos de agricultores e agricultoras do sertão norte mineiro. O CAA/NM nasce com o objetivo de propor e articular um projeto alternativo de construção de estratégias produtivas, sociopolíticas e econômicas, baseadas na perspectiva da Agroecologia, na convivência com as especificidades ambientais e

Fotos: Arquivo CAA



Experimentação participativa

socioculturais e na busca da sustentabilidade e solidariedade nos sertões dos Gerais.

As estratégias metodológicas do CAA/NM vêm se pautando em ações que possam promover sinergias em torno da produção agroecológica, do agroextrativismo, do beneficiamento e comercialização, buscando sempre respeitar e valorizar o conhecimento das populações tradicionais e estimular o debate permanente a partir do diálogo e aprendizado entre grupos de agricultores e agricultoras. Busca, também, romper com uma visão romântica de uma agricultura isolada, voltada apenas para si mesma e despertencida de territorialidade, apontando para uma compreensão de agricultura abrangente, que se articula com os ecossistemas e o conjunto da sociedade. Seus esforços são direcionados para a superação do imobilismo social e o envolvimento de parcerias com outros atores sociais e políticos que possam estabelecer centralidades e convergências entre as dinâmicas ecológicas e os circuitos de produção e consumo.

Portanto, os programas de trabalho do CAA/NM são orientados para a visibilização, valorização, autonomia e fortalecimento das iniciativas dos grupos, por meio da constituição de vínculos solidários entre os agricultores e de redes sociotécnicas para o desenvolvimento e acompanhamento de experiências agroecológicas.

Nessa perspectiva, o processo de criação da Cooperativa Grande Sertão, a partir de 2003, e a assessoria para a sua consolidação vêm constituindo-se como instrumento fundamental para a materialização desses propósitos e das estratégias de acompanhamento sociotécnico centradas na relação agricultor-agricultor, via grupos de agricultores e agricultoras inseridos em redes e em dinâmicas territoriais distintas.

A experiência aqui apresentada foi sistematizada e analisada buscando assinalar suas contribuições para a produção, afirmação e irradiação do conhecimento agroecológico, com vistas ao fortalecimento da agricultura sertaneja. Aqui também se procura apontar referências para a construção de uma política pública de assistência técnica e extensão rural (Ater) que seja sustentada em princípios agroecológicos.

2. Elementos contextualizadores

Do ponto de vista ecogeográfico, o Norte de Minas caracteriza-se como uma ampla faixa de transição, entre uma vegetação típica do Planalto Central brasileiro – os cerrados – e as formações que fazem contato com a



Acompanhamento sociotécnico via agricultor/agricultor

caatinga, vegetação típica do semi-árido nordestino. Como quem disputa o domínio da região, o cerrado e a caatinga se entrelaçam, configurando complexos e variados ecossistemas de transição. E, em função das mudanças de altitude e linhas de drenagem, formam-se áreas em que prevalece ora o cerrado, ora a caatinga.

Esse é um território de encontro entre as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo de Minas. Aqui, a ocupação humana foi, ao longo do tempo, por meio de um processo de coevolução homem-ecossistemas, gerando uma variedade de culturas, agroecossistemas e modelos de organização sociocultural, econômica e política, que confluem e ao mesmo tempo se confrontam, entre os quais: o *modus vivendi* dos habitantes da caatinga (os catingueiros), do cerrado (os geraizeiros), das veredas (os veredeiros), das ilhas e vazantes do São Francisco (os vazanteiros) e, ainda, dos remanescentes de indígenas e quilombos. Daí a conformação de diferentes sistemas cognitivos, que Gonçalves (2000) redefine como diferentes matrizes de racionalidade. Constitui, portanto, um complexo mosaico, enquanto substrato socioambiental, representativo das muitas contradições da experiência de Minas Gerais e, por que não dizer, brasileira, e de políticas para o desenvolvimento rural.

A agricultura familiar subsiste e permanece ocupando a maioria absoluta da população rural do estado. De dois milhões de pessoas que vivem no campo, cerca de 1,3 milhões encontram-se absorvidas pela agricultura familiar. Desse total, 250 mil estão na região norte de Minas (IBGE, 1995/96). No entanto, os programas de *ajuda ao desenvolvimento* conduzidos no semi-árido norte-mineiro desconsideraram por completo a existência de uma diversidade de populações rurais que, historicamente, desenvolveram estratégias sensíveis de manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento das potencialidades de distintos habitats, o uso de variedades genéticas de plantas desenvolvidas e adaptadas aos diferentes agroambientes e o aproveitamento das vantagens intrínsecas à biodiversidade presente na flora nativa. Pelo contrário, atingiram as bases de sustentação e de reprodução social dos grupamentos humanos, promovendo a expropriação da terra, a perda de seu bioma e a quebra de sua relação tradicional com o ambiente, na qual interpõem a lógica do capital. Designando esses grupos genericamente como *pequenos produtores rurais*, um dos braços que trabalhou (e continua trabalhando) com muita eficácia nessa concepção de promoção do desenvolvimento foi o sistema de assistência técnica e extensão rural estatal, que se adentrou pelo sertão, no afã de promover o *desenvolvimento das comunidades*.

É nesse contexto que, seguindo os caminhos trilhados pelo CAA/NM e seus parceiros, no sentido de recuperar, valorizar e fortalecer a agricultura



Pesquisa e desenvolvimento via redes sociotécnicas

sertaneja, o processo de organização em torno do beneficiamento e comercialização da produção agroecológica vem se desenvolvendo a partir de 1994. Desde então, o CAA/NM passou a incorporar em suas estratégias de ação demandas muito concretas dos agricultores e suas organizações por respostas econômicas e financeiras a serem obtidas pelos seus sistemas de produção.

Entre 1996 e 1997, foi feita a implantação de uma unidade de processamento de polpas de frutas do cerrado e da caatinga, juntamente com a organização dos grupos de agricultores agroextrativistas e a realização de pesquisas de mercado e testes de comercialização com as primeiras polpas produzidas. Em 1998, em parceria com a Incubadora de Empresas de Montes Claros (Inemont) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o CAA/NM apoiou a constituição de uma microempresa, a Grande Sertão Produtos Alimentícios Ltda., cujos sócios eram agroextrativistas da região.

Em 2003, a microempresa foi transformada em cooperativa, envolvendo diretamente trinta cooperados na gestão e na organização do trabalho de base junto aos núcleos de produção, distribuídos hoje em 26 municípios, 148 comunidades e abrangendo 1.556 famílias. Dessa forma, esses trinta cooperados, que também pertencem a essas comunidades e municípios, são responsáveis pela mobilização e coordenação das atividades locais, estabelecendo o elo entre o núcleo de produção e o núcleo gestor. Por sua vez, os núcleos de produção são formados por agricultoras e agricultores, jovens e idosos, que se organizam para garantir os processos junto à Cooperativa Grande Sertão e contam, no âmbito dos municípios, com o apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) e outras entidades parceiras.

A perspectiva da Cooperativa Grande Sertão é de continuar avançando na estruturação da produção agroecológica, bem como na gestão institucional, garantindo assim um processo consistente de incorporação gradativa de novos associados, bem como de formação na sua base social, tendo para isso o CAA/NM como importante parceiro.

3. A experiência em análise: a assessoria à Cooperativa Grande Sertão

A organização da estrutura de gestão, articulando sócios e agricultores em quatro núcleos, considerando as dinâmicas territoriais, logísticas e, principalmente, identitárias, foi um processo facilitador da inserção das

propostas da Cooperativa Grande Sertão e da busca de envolvimento dos locais nos arranjos produtivos. O quadro de cooperados e mobilizadores da cooperativa é formado, em sua maioria, por agroextrativistas, sendo muitos deles lideranças com representação local e regional reconhecida e que, portanto, desempenham um relevante papel de articulação e mobilização social.

Os agricultores e agricultoras mobilizadores estão inseridos desde a discussão de critérios para definição e incorporação de novos cooperados e mobilizadores, participando da sua gestão, nos mais longínquos rincões do sertão norte-mineiro, e exercendo uma função importante na mobilização, formação e articulação. Verifica-se com essa inserção um aumento expressivo do número de municípios, comunidades e famílias envolvidas nos arranjos produtivos e na ação da cooperativa. Em pouco tempo, a base social e territorial foi ampliada de forma significativa, formando-se uma trama de interações sociotécnicas que vem possibilitando a apresentação dos produtos da cooperativa em novas perspectivas societárias. Destaca-se nesse contexto a intencionalidade marcante de promoção da participação social, do estabelecimento de relações horizontais e de fortalecimento institucional presente nas estratégias de constituição de microrredes para acompanhamento sociotécnico via abordagem agricultor-agricultor, que se reflete nos seguintes aspectos:

- envolvimento integral das famílias;
- inserção mais ativa tanto de mulheres como de jovens;
- participação das pessoas envolvidas em outros processos de organização social;
- atuações em interação com equipes de técnicos, pesquisadores, além de outros circuitos, de forma a não ficarem circunscritos apenas a perspectivas institucionais, seja do CAA/NM ou da Cooperativa Grande Sertão;
- desenvolvimento participativo de estudos, diagnósticos e experimentação, ampliando o leque de grupos e organizações locais envolvidas nas atividades da cooperativa.

Analisando os instrumentos metodológicos e a postura pedagógica no cotidiano das ações da cooperativa, observamos que seus membros partem do conhecimento acumulado para a ação, permitindo um verdadeiro compartilhamento de saberes, o que anima e mobiliza todos os participantes. A relação agricultor-agricultor é um potente fator de mobilização jus-

tamente porque incorpora de forma plena a perspectiva do outro – elemento imprescindível nos processos educativos e formadores. Verifica-se, assim, a constituição de uma rede social realmente comprometida com a causa das populações nativas do sertão norte mineiro, uma vez que estão sendo ci-



Produtos da agricultura familiar inseridos no mercado com a marca Grande Sertão

mentadas relações pautadas num forte sentimento identitário, a partir de pessoas e instituições que se reconhecem nos processos em curso.

Ao observar as inserções sociais, vimos também que a maioria dos mobilizadores, além de ser sócia do CAA/NM, interage com diversas outras organizações sociais no âmbito local, regional, nacional e mesmo internacional. De uma maneira geral, todos os mobilizadores e mobilizadoras atuam em pelo menos quatro diferentes espaços de gestão social, em alguns casos até oito, sendo eles: associações, sindicatos, conselhos municipais, pastorais, conselhos diretor e fiscal do CAA/NM, conselho administrativo da Cooperativa Grande Sertão, comissões e comitês de gestão de políticas públicas e controle social.

Todos estão inseridos diretamente na produção camponesa e têm algum tipo de atuação na própria comunidade, assim como no município ou em espaços mais amplos, relacionados com o movimento social ou com a gestão de políticas públicas.

Assim, o mobilizador local se coloca em meio a um denso ambiente institucional e vai se apropriando de novos elementos e percepções, retroalimentando a sua própria atuação, inserindo-se de forma objetiva e concreta em uma rede muito mais ampla de diálogo e de possibilidades.

No entanto, as ações realizadas por eles vão além da organização da produção visando o processamento e comercialização pela Cooperativa Grande Sertão. Na ponta desse processo, vêem-se os mobilizadores indo até as feiras e contatando feirantes, visitando as comunidades e agroextrativistas nativos potencialmente aptos a entregarem seus produtos para a cooperativa.

Pode-se ver mais, tanto na ponta, como no meio e na base de sustentação dessa articulação, interconexões finas sendo feitas, a partir dos mobilizadores:

- nos espaços de discussão sobre o contexto local da produção, o mercado e as possibilidades de ampliação;
- junto a grupos sociais fragilizados, instrumentalizando as lutas sociais das populações nativas ou fortalecendo a organização sindical;
- em espaços de gestão de políticas públicas, prefeituras, secretarias de agricultura, câmara de vereadores, propondo novas ações ou projetos;
- junto a instituições de pesquisa e pesquisadores;
- com escolas, restaurantes, lanchonetes, consumidores locais; e
- com programas e projetos do governo federal, abrindo caminhos e trazendo para os locais novas possibilidades de investimentos que, além de viabilizar a compra e inserção dos produtos nativos no mercado, geram respingos para a construção de um projeto *camponês* diferenciado para a região.

Verificamos, ainda, ações no campo da pesquisa e desenvolvimento sendo formuladas e implementadas com enfoque agroecológico, constituindo referências para o reconhecimento da agricultura sertaneja como elemento fundador de um projeto de desenvolvimento rural alternativo na região.

Desde o seu início, a Cooperativa Grande Sertão pavimenta as bases de uma estrutura organizativa de agroextrativistas centrada no *know-how* acumulado no processamento de frutas nativas e oriundas dos quintais, com



uma clara intencionalidade de valorização das potencialidades dos biomas do cerrado e da caatinga.

Com um processo ousado de gestão do empreendimento, os agricultores, num primeiro momento, investiram na estratégia de marketing, rótulos, análises nutricionais, registros legais, etc. Em seguida, trabalharam para a melhoria das práticas de manipulação, associada à descentralização da unidade de beneficiamento (conta hoje com 12 unidades comunitárias), acenando com possibilidades concretas para as comunidades sertanejas.

Assiste-se a um vertiginoso crescimento na produção obtida com o beneficiamento de frutas nativas e cultivadas. Em 1999, seis toneladas de polpas foram produzidas a partir do beneficiamento de treze toneladas de frutas processadas. Já na safra 2004/2005, foram produzidas 71 toneladas de polpas a partir do beneficiamento de 250 toneladas de frutas processadas. Além disso, destaca-se a incorporação de outros gêneros presentes na pauta produtiva da agricultura sertaneja para serem comercializados pela cooperativa, oriundos da rica agrobiodiversidade dos sistemas nativos de produção no Norte de Minas, tais como: mel, rapadurinha, pequi congelado, polpa de pequi, óleo de pequi, sementes de feijão, milho, arroz, sorgo, entre outros.

Da mesma maneira, analisando o quadro social resultante do arranjo produtivo em torno do beneficiamento das frutas, verificamos um aumento expressivo, tanto em termos do número de famílias e de comunidades envolvidas, como no número de municípios, que saltou de oito, em 2002, para vinte, em 2006 (um aumento de 250% no período).

A inserção dos produtos da agricultura sertaneja nos mercados locais, regional e mesmo em Belo Horizonte é significativa, assim como tornou-se expressiva a produção destinada aos mercados institucionais. Em 2005, por exemplo, foram contratados 160 mil quilos de alimentos para atender creches, asilos, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e escolas, atingindo um público superior a 30 mil pessoas localizadas em cinco municípios da região.

Esses resultados conferem visibilidade e credibilidade aos gêneros oriundos da produção agroecológica, incentivando alguns municípios que, de forma direta e objetiva, já começam a despertar para uma nova forma de dinamizar sua economia, integrando produção local e consumo, gerando renda e criando uma imagem favorável ao consumo da produção agroecológica regional.

Além disso, a participação dos agricultores e técnicos inseridos nas redes sociotécnicas dos espaços de proposição de políticas públicas tem conseguido influenciar e direcionar programas públicos, como:

- políticas de abastecimento e segurança alimentar;
- o programa de desenvolvimento territorial da Serra Geral, protagonizando um palco de disputas de projetos diferenciados para o território; e
- lutas pela terra e reconversão agroecológica, nas quais a cooperativa é parceira fundamental na concretização desse projeto, atuando como ator responsável por traçar estratégias de viabilização econômica da produção agroecológica das comunidades na busca pela reapropriação de seus territórios.

Outro fator importante está relacionado com os esforços para a constituição de uma rede de pesquisa em torno dos potenciais do cerrado e da caatinga. Para tanto, está sendo articulado um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG (ICA/UFMG) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que vem desenvolvendo pesquisas e contribuindo com aportes técnico-científicos que servem de suporte aos trabalhos desenvolvidos pelo CAA/NM e pela Cooperativa Grande Sertão. Muitos desses pesquisadores passam a desempenhar papéis-chave na perspectiva de criar um ambiente favorável a essas iniciativas nas instituições onde atuam.

Projetos financiados pelo CNPq e pelo Banco do Nordeste têm permitido o desenvolvimento de pesquisas relativas ao uso e manejo da flora nativa e de plantas medicinais e frutíferas, além de viabilizarem a recente implantação de um laboratório de alimentos na Unimontes.

Concluindo esta breve análise, podemos afirmar que a experiência da assessoria do CAA/NM à Cooperativa Grande Sertão contém uma série de referências que merecem ser aprofundadas e consideradas na proposição de uma assistência técnica e extensão rural (Ater) pública, sobre a qual teceremos mais comentários nas considerações finais a seguir.

4. Considerações finais

A experiência do CAA/NM, tendo a Cooperativa Grande Sertão como instrumento concreto para os esforços de viabilização da agricultura serto-

neja, nos mostra que a afirmação das propostas agroecológicas tem muito mais possibilidade se estas estiverem inseridas em um contexto de densidade institucional, de interações sociais e técnicas, incorporando princípios que apontem para novas formas de vivência. O desafio é não dissociar os elementos políticos, culturais e sociais da dimensão técnica e econômica, o que exige um olhar para a produção que considere os sistemas nativos – os sistemas cognitivos das populações locais –, agregando novos e produzindo outros conhecimentos, construindo uma *inteligência e cidadania coletiva*.

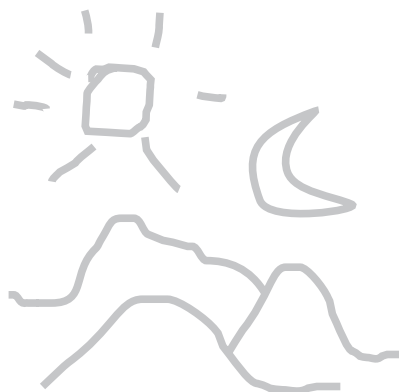
A mobilização de pessoas e organizações em torno da Agroecologia traz possibilidades de avançar de forma significativa na construção de uma sociedade sustentável, a partir de uma postura pedagógica que considere o conhecimento como fator em movimento e que consiga incorporar a perspectiva do outro. Dessa maneira, as relações agricultor-agricultor e agricultor-sociedade se apresentam como fatores potentes de mobilização para a ação.

Como nos aponta João Batista Costa³,

(...) A compreensão das populações com quem o CAA trabalha é uma compreensão extremamente complexa. Eles são capazes, qualquer lavrador que o CAA trabalha, qualquer membro que o CAA trabalha é capaz de discutir com intelectuais com eficiência, eficácia e lucidez tão grandes que os intelectuais têm ficado abastalhados como é que isso é possível. Essa é uma formação que não foi de um lado só, não foram só os lavradores e as populações tradicionais que se transformaram, foi uma transformação inclusive dos técnicos. Na antropologia, tem uma discussão metodológica, que o trabalho antropológico tem que ser feito no que se chama dialogia. Dialogia é permitir que você se deixe atravessar uns pelos outros, e o CAA faz isso. Teoricamente, na antropologia, quando um se deixa atravessar pelo outro e vice-versa, chama-se permitir um encontro dialógico. Ambos saem do encontro com outras compreensões do mundo...

Nessa perspectiva, uma lição que aprendemos diz respeito à insuficiência da formação e à maneira com que são conduzidos programas de assessoria sociotécnica, muitas vezes encerrados em si mesmos. Entendemos que a promoção do protagonismo dos agricultores nesses processos só é possível se os mesmos estiverem mergulhados em um ambiente de interações técnicas, sociais e políticas, onde os próprios aprendizados e as novas questões que forem surgindo sejam atualizados a cada momento, buscando saídas e propondo soluções.

Nesse sentido, a proposta da ação em redes sociotécnicas é bastante promissora e se revela uma experiência política transformadora, na medida



em que se constitui num esforço individual e coletivo para superação da cultura autoritária e centralista, por meio de um aprendizado permanente voltado para a construção de novas relações humanas.

Consideramos que a irradiação do conhecimento agroecológico construído e em construção depende de sua capacidade de inserção em redes cada vez mais amplas de diálogo e proposição compartilhada de alternativas ao

desenvolvimento. Daí a importância de espaços como a Articulação Mineira e Articulação Nacional de Agroecologia, bem como de tantos outros fóruns de debate já existentes, que precisam ser fortalecidos e instrumentalizados para ampliar sua contribuição para a consolidação desse projeto de sociedade.

Talvez agora possamos dizer que vemos essa possibilidade da ação em redes sociotécnicas como a questão que nos interessa debater enquanto política pública de Ater. Não no seu sentido convencional – essa Ater que considera o público rural como um público que precisa de *assistência técnica*, que precisa do técnico para estar mediando processos de desenvolvimento (tecnológico) rural. Trata-se de uma Ater dialógica, que promova interações consistentes e comprometidas com o desenvolvimento humano. Quando os *serviços de Ater* ocupam os papéis de mediação política, soterram a possibilidade de emergência de uma episteme a partir da agricultura, apresentando o mundo rural como um lugar social que a ideologia *civilizadora* cuida de subalternizar.

Outra lição aprendida com nossa experiência metodológica em assessoria sociotécnica é que seus processos não podem estar sujeitos a fragmentações e descontinuidades, como as que vivenciamos no exercício das políticas governamentais. A produção do conhecimento e a mobilização para uma ação cidadã promotora de uma sociedade sustentável requerem continuidade e compromisso ético com a base social de sustentação e retroalimentação dos processos educativos. A operacionalização de estratégias exige que aportes materiais e financeiros sejam garantidos de forma suficiente e perene para cumprir seus objetivos. Esses processos requerem a indissociabilidade da pesquisa com o ensino-aprendizagem e a irradiação

do conhecimento, bem como devem ter um caráter multidimensional. E, por fim, requerem políticas públicas multisetoriais que abordem integralmente os territórios e suas territorialidades.

Assim, quando apontamos a proposta do acompanhamento sócio-técnico a partir da constituição de redes, como um novo modelo de Ater para o Brasil e Minas Gerais, não podemos deixar de considerar a necessidade de estratégias de reposicionamento da agricultura, reconhecendo as manchas de comunidades e territórios rurais que teimam em subsistir, buscando compreender a natureza das suas territorialidades. Além disso, faz-se necessário construir uma nova plataforma para o planejamento de políticas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, para além da lógica econômica, com instrumentos efetivos e aplicáveis às realidades regionais, re- vendo o local que o espaço rural ocupa no imaginário dos formuladores e gestores de políticas públicas.

Bibliografia

- ARTICULAÇÃO MINEIRA DE AGROECOLOGIA (AMA). *Agroecologia, territorialidade, sustentabilidade: uma intervenção em rede em Minas Gerais – Articulação Mineira pela Agroecologia*. Belo Horizonte, 2004.
- CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS. *O Norte de Minas e a atuação do CAA/NM*. Montes Claros, 1999 (mimeo).
- _____. *Populações tradicionais do Norte de Minas: transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento territorial*. Montes Claros, 2005.
- CHALITA, Marie Anne Najm. Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo: v. 52, n. 1, p. 97-113, 2005.
- COOPERATIVA GRANDE SERTÃO. *Uma ação em rede entre agricultores sertanejos nos cerrados dos Gerais de Minas*. Projeto Heks. Montes Claros, 2004.
- COSTA, João Batista de Almeida. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. In *Revista Verde Grande*, v.1, n. 3. Montes Claros: Unimontes, 2005.
- D'ANGELIS FILHO, João Silveira. *Políticas locais para o “desenvolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local e supra-local*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desarrollo Sustentable, Universidade Católica de Temuco, Chile.

MARTINHO, Cássio. *Redes e desenvolvimento local*. Rede Brasil de Comunicação Cidadã, 2000.

MATTA, V.M. *Relatório de avaliação final do projeto "Agroextrativismo e Produção de Polpas de Frutas do Cerrado e Caatinga"* FUNBIO. Rio de Janeiro: Embrapa, 2005.

SABOURIN, Eric Pierre. *Viabilidade da agricultura familiar nordestina e globalização*. *Política e Trabalho*, n. 16, p. 25-39, set. 2000. Disponível em: <<http://www.geocities.com/ptreview/16-sabourin.html?20069>>. Acesso em: 23 out. 2002.

¹Este artigo foi extraído do documento *Sistematização da experiência do CAA/NM: gestão de territórios em redes socio-técnicas*, elaborado em abril de 2006, em parceria com Carlos Alberto Dayrell, com a colaboração das equipes do CAA/NM e da Cooperativa Grande Sertão, bem como de agricultoras e agricultores, colaboradores e parceiros do centro, a quem agradecemos muito.

²Bacharel em Ciências Sociais, especialista em Sociologia e Metodologia do Trabalho Comunitário e Social, assessora de programas do CAA/NM.

³João Batista Almeida Costa é antropólogo, pesquisador e professor da Unimontes.



A experiência do Grupo de Agricultores, Experimentadores e Monitores de Sistemas Agroecológicos no Vale do Rio Doce (MG)

Eugênio Martins de Sá Resende¹, Mariana Mafra Alves² e Rodrigo Pimenta Giacomini³

1. Introdução

O Centro Agroecológico Tamanduá (CAT)⁴ iniciou suas atividades em 1994 com a recuperação de áreas degradadas por meio de um ensaio de leguminosas no município de Capitão Andrade, onde não atua mais. Com a aprovação de um projeto pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, em 1995, a entidade conduziu pela primeira vez uma experiência-piloto para recuperar áreas com a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) no município de Periquito, comunidade de Ilha Funda. Em 1996, iniciaram-se experiências em outros três assentamentos e duas comunidades, além de Ilha Funda, todas por meio de um projeto de três anos financiado pelo Projeto Demonstrativo Tipo A do Ministério do Meio Ambiente (PDA/MMA).

A partir do acúmulo de conhecimento com essas experiências, criou-se, em 2001, o Grupo de Agricultores, Experimentadores e Monitores de Sistemas Agroecológicos (Grupo AEMSAS)⁵ com o objetivo central de planejar, experimentar, monitorar, avaliar e difundir sistemas agroecológicos no Vale do Rio Doce, tendo em vista a conservação e a recuperação ambiental, a segurança alimentar das famílias e a geração de emprego e renda com a venda dos produtos. Entre os princípios gerais da experimentação estão: obter material orgânico e produção com máxima densidade e diversidade, além de atingir máxima adaptação de plantas e dos sistemas aos locais.

Formado por agricultores e apoiado por técnicos, o grupo constituiu um espaço de construção coletiva do conhecimento, promovendo a reflexão e a análise crítica das ações e criando momentos ricos de debates e aprendizados.

As experiências do grupo se iniciaram em cinco municípios da região do Vale do Rio Doce de Minas Gerais (Governador Valadares, Periquito, Sobrália, Tumiritinga e São José da Safira). Nesses municípios, foram envolvidos quatro comunidades de pequenos agricultores familiares e quatro assentamentos de reforma agrária: em Periquito, a comunidade de Ilha Funda; em Governador Valadares, a comunidade de Desidérios e os assentamentos Joaquim Nicolau e Barro Azul; em Sobrália, as comunidades de Santa



Terezinha e Caixa Larga de Cima; em São José da Safira, o assentamento Formosa Urupuca; e em Tumiritinga, o assentamento Cachoeirinha. Foram definidas inicialmente nove famílias. Porém, no decorrer do processo, outras seis se juntaram ao grupo. Importante ressaltar que hoje o número de famílias que realizam experimentos é maior, embora muitas não façam parte diretamente do Grupo AEMSAS.

Além do CAT e das 15 famílias envolvidas diretamente no Grupo AEMSAS, tiveram papel fundamental o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sobrália (STR Sobrália) e a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Barro Azul (ACOPPRABA), cuja atuação foi importante para a mobilização local. Outras entidades também contribuíram nas trocas de experiências, como o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM) e a Associação Regional, ambos da Zona da Mata, a Embrapa/RJ e a Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores (ARMICOOPA), no Vale do Mucuri, entre outras.

2. O contexto da experiência

Na região do Vale do Rio Doce, a atividade econômica que sustentava e ainda sustenta a população é a agricultura de subsistência, não havendo atividade mercantil de grande relevância (ESPINDOLA, 2005).

Entre os fatores determinantes da grande degradação ambiental na região estão a extração da ipecacuanha (poaia)⁶ e a crença, nos séculos passados (ESPINDOLA, 2005), de que a mata escondia fabulosas riquezas minerais em ouro e pedras. Mais recentemente, foi a fabricação de carvão a partir da mata nativa, associada à estrada de ferro. Nos tempos atuais é a pecuária extensiva de leite e corte.

Como conseqüências, citamos a devastação da cobertura vegetal e a degradação dos solos por intensos processos erosivos formadores de voçorocas e pela alta incidência de formigas, o que dificultou muito a implantação dos experimentos.⁷

A situação era bem difícil, os recursos (financeiros e naturais) eram limitados para os trabalhos e para a produção, mas, como disse um agricultor, “quando se chega ao fundo do poço tem que se pensar em subir”. A idéia do uso de sistemas agroflorestais (SAFs) surgiu tendo em vista a possibilidade da recuperar essas áreas e de alavancar a produção, mas se deparava com certa fragilidade técnica devido ao grau avançado de degradação das áreas. Questionou-se também o considerável tempo do retorno financeiro/produtivo, assim como a alta concentração de mão-de-obra que os experimentos exigem. Portanto, a experimentação implicava os riscos de não conseguir o resultado desejado e de não obter um retorno para a mão-de-obra investida. Daí a razão por que esses trabalhos tiveram de ser incentivados e subsidiados. Foi o que fez o CAT, com a captação de recursos junto a diversos financiadores, como o Misereor/KZE e o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Sactes/DED), ambos da Alemanha, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), o Projeto PDA, Projeto Farma e Cáritas Brasileira.

3. O desenvolvimento da experiência

Quando o Grupo AEMSAS foi criado, o que mudou foram as pessoas e locais envolvidos nos experimentos realizados. No início, muitas pessoas manifestaram o interesse em participar do grupo. Porém, ao longo do tempo, observou-se que várias delas entraram apenas para conseguir mudas frutíferas para os seus quintais, sem participar das atividades e discussões.

Em setembro de 2001, foram criadas as primeiras *janelas*⁸, com 314m². Para que se produzissem diferentes aprendizados, foram definidas situações diversas, como áreas de baixada, de encosta, morros mais declivosos, morros menos declivosos, além de diferentes desenhos (em curva de nível, circular, xadrez, em linha) e espécies para os experimentos. Ainda naquele ano, alguns agricultores rea-



Fotos: Arquivo CAT

Situação dos solos na região do Vale do Rio Doce e implantação de um experimento.

lizaram visitas para conhecer unidades de SAFs na Bahia, o que fez com que ficassem ainda mais animados a criar e experimentar novas práticas.

Desde o início, decidiu-se priorizar a utilização de sementes nos experimentos em vez de mudas, de modo que houvesse uma melhor adaptação aos diferentes locais. A utilização de sementes de árvores nativas ocorreu em todos os experimentos e com isso as trocas de sementes entre os experimentadores eram constantes durante as atividades e encontros do grupo.

Com o passar do tempo, o grupo percebeu que não estava trabalhando apenas com experimentos adensados (SAFs), mas com sistemas agroecológicos mais amplos. A partir dessa percepção, decidiram se denominar como um *grupo agroecológico* e não apenas agroflorestal. Nesse momento, novas pessoas entraram no grupo, e começou-se a discutir formas de divulgação da experiência por meio de cartilhas, folder e vídeos.

No final de 2002, ocorreu o II Seminário do AEMSAS na comunidade de Santa Terezinha, em Sobralia. Definiu-se nesse seminário a estratégia de divulgação do grupo, por meio de oficinas regionais sobre Agroecologia, de um vídeo sobre a experiência e folder falando do grupo e de SAFs.

Com a definição em 2002 de que o AEMSAS não era um grupo só voltado para SAFs, e com o acúmulo do grupo na discussão sobre Agroecologia, identificou-se a pouca experimentação com animais na linha agroecológica. Em 2003, durante o III Seminário do AEMSAS, no assentamento Barro Azul, planejou-se a criação do projeto Experimentação e Difusão de Sistemas Agroecológicos, do Programa Mutirão Pela Segurança Alimentar e Nutricional (Prosan), para a compra de cabras com o objetivo de iniciar experiências com criação animal agroecológica. Nesse mesmo ano, aconteceu o I Encontro do AEMSAS sobre criação animal em Santa Terezinha, onde já havia experiências com criação de bovinos usando homeopatia.

O projeto para a experimentação com cabras foi aprovado e iniciado em 2005, quando foram definidas as cinco famílias do grupo que receberiam um lote de quatro cabras e um bode cada uma. Além das cabras, constava no projeto a compra de arame para cercas e cochos para alimentação. Dessas cinco famílias, duas já possuíam certa experiência com cabras, o que ajudou muito nas visitas de troca de experiências entre elas. Ficou estabelecido no grupo que as famílias que receberam os primeiros lotes de animais teriam o compromisso de repassar para outras famílias a mesma quantidade de animais (quatro fêmeas e um macho).

A perspectiva metodológica adotada foi a da *formação na ação*, em que a construção coletiva do conhecimento se dá por meio de processos contínuos de ação-reflexão-ação, partindo sempre do saber dos agricultores. As decisões a serem tomadas nas áreas de experimentação também são discutidas em conjunto com os agricultores do AEMSAS e técnicos do CAT. Isso faz com que se reflita e se critique construtivamente as ações, criando momentos ricos de debates e aprendizados.

Os encontros e atividades/mutirões do grupo são realizados sempre nas comunidades/assentamentos, onde estão situados os experimentos, o que contribui para a divulgação e a ampliação dos sistemas agroecológicos locais. Na maioria das vezes, as intervenções necessárias são feitas considerando o desenvolvimento do sistema, as chuvas, a época do ano e a garantia da máxima participação do grupo, o que muitas vezes não é fácil. Além disso, foram promovidas várias visitas e trocas de experiências junto a diversos experimentos na Zona da Mata de Minas Gerais, na Bahia e no Espírito Santo, sempre na perspectiva de trazer críticas para a realidade do Rio Doce e não para copiar o que era observado.

A estratégia metodológica

As janelas de 314m² são iniciadas por meio de visitas do grupo a diferentes áreas. A partir disso, a área experimental é medida e marcada, discute-se o seu desenho tendo em vista as características do local e definem-se as espécies a serem introduzidas. Para a definição dessas espécies, leva-se em conta o objetivo do experimentador para o uso daquela área e a facilidade em se conseguir determinada espécie. A implantação dos experimentos é feita, de preferência, no início das chuvas, sempre em mutirões e com a presença do máximo possível de pessoas do grupo, de modo que se obtenham melhores resultados e sejam geradas questões para discussão.

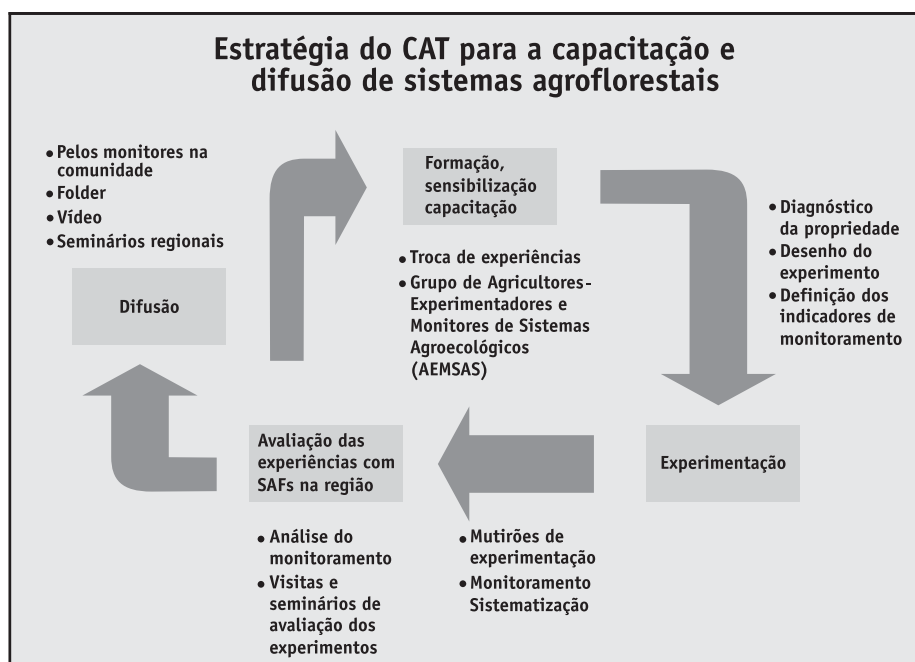
O acompanhamento das experiências é feito e relatado por meio de visitas do grupo aos experimentos, seminários nas comunidades e observações dos próprios experimentadores em suas janelas. Entretanto, esse acompanhamento hoje se apresenta como uma dificuldade, uma vez que não se conseguiu elaborar uma forma simples e eficiente de monitorar os experimentos.

Em 2002, um projeto realizado por uma parceria entre o CAT e a Universidade Vale do Rio Doce (Univale) definiu indicadores para se realizar um monitoramento e acompanhamento dos experimentos. Com a ajuda de um caderno e algumas tabelas, os dados eram sistematicamente anotados

pelos agricultores-experimentadores. Porém, segundo os(as) agricultores(as), foi um levantamento de dados feito por estudantes, utilizando planilhas e anotações que levavam muito tempo para serem registrados no caderno, e que não teve retorno concreto para eles. Como resultado, hoje existe uma resistência muito grande por parte do grupo para realizar esse tipo de trabalho com a universidade.

Assim, percebeu-se que, para conseguir sensibilizar e capacitar novos agricultores das comunidades/assentamentos para a adoção de princípios e técnicas agroecológicas, as referências devem vir dos dados monitorados, das observações visuais e, principalmente, dos experimentos conduzidos pelos próprios experimentadores e não de agentes externos. Afinal, a capacitação e difusão também devem ter como finalidade a verificação da aplicabilidade dos sistemas do ponto de vista cultural, social e econômico, a busca do envolvimento de mulheres e jovens e a comercialização da produção agroecológica.

Dessa forma, o processo permitiu a formação da opinião crítica do grupo relacionado com a região. A partir disso, os(as) agricultores(as) experimentadores exerceram o papel de monitores⁹ nas comunidades e assentamentos, ajudando outras famílias que queiram produzir agroecologicamente. A seguir, um esquema da estratégia do CAT para a capacitação e difusão de sistemas agroecológicos:



Relações de gênero

A questão da equidade de gênero foi discutida diante da constatação de que não havia nenhuma estratégia de inclusão das mulheres no grupo. Todos os trabalhos eram chamados de experimento do *homem*, e nunca da *mulher*.

Para alguns homens do grupo, o fato de as mulheres serem encarregadas das refeições ou dos afazeres domésticos durante os encontros era uma forma de participação. A falta de tempo das mesmas para acompanharem os experimentos devido às tarefas de casa também era uma justificativa dos homens.

A ausência do público feminino também era explicada pelo fato de muitas mulheres não se assumirem como trabalhadoras rurais. O próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por não reconhecer a mulher como trabalhadora rural, mas como doméstica, acaba por afastar mais ainda as mulheres.

Dentro do grupo, apenas dois experimentos foram iniciados por mulheres, embora outras duas acompanhassem os experimentos junto com os homens. Fazendo uma análise da participação/presença feminina (agricultoras, técnicas e estagiárias) nas atividades do grupo, observamos que para cada mulher existem dois homens participando (Fonte: Livro de acompanhamento do Grupo AEMSAS).

Mas a partir da discussão sobre relações de gênero, quando o folder do AEMSAS foi elaborado, as legendas das fotos dos experimentos traziam os nomes do marido e da esposa.

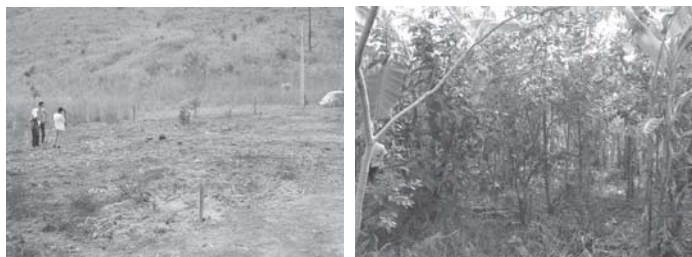
Os próprios agricultores do grupo hoje reconhecem a importância das mulheres nesse processo, e existem relatos da forte influência feminina nos sistemas que estão nos quintais, entendendo-se quintal como a área próxima das casas, onde a mulher está mais presente.

4. Conclusões

“Quando você erra com a intenção de acertar, vale a pena.”

Claudininho (Experimentador)

O grupo reconhece que houve muitos erros, mas isso faz parte do processo de experimentação e aprendizagem. Os agricultores tiveram um grande aprendizado com essa construção coletiva dos conhecimentos em relação ao manejo e utilização de espécies, assim como puderam absorver outros métodos alternativos, como compostos e caldas.



Antes da implantação do experimento no Assentamento Barro Azul / 4 anos depois.

Em alguns locais, como no assentamento Cachoeirinha e na comunidade de Ilha Funda, se priorizou e se investiu muito em algumas pessoas, fazendo com que outras que tinham interesse não participassem. Eram “(...) companheiros(as) que não queríamos perder”. Atualmente, percebe-se que todo esse investimento e tempo gastos não valeram muito a pena e o resultado nesses locais poderia ter sido melhor.

De qualquer forma, houve uma expansão de experiências sem a utilização de queimadas e venenos nas comunidades. Muitas pessoas que chamavam o grupo de *Grupo dos doidos* hoje estão produzindo com métodos mais ecológicos. Além disso, muitos experimentadores e experimentadoras que estavam desde o início no grupo, ou expandiram seus experimentos para os quintais, ou deixaram de experimentar para começar a implementar a Agroecologia em toda a propriedade. Mesmo aqueles que abandonaram os experimentos têm até hoje um grande carinho e sentimento por eles, pois foi com eles que aprenderam muitas coisas.

Cabe destacar que não havia disputas políticas e individuais dentro do grupo, até porque não era um grupo formalizado, com cargos a serem disputados. Houve época em que tentaram criar uma coordenação formada por três pessoas, mas nunca deu certo. Como uma agricultora do grupo disse: “O AEMSAS não tem dono”. Criou-se uma forma de cada pessoa ser responsável pelo experimento da outra, tornando todos responsáveis pelo conjunto de experimentos.

Uma consequência do trabalho do AEMSAS foi a criação da Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar Agroecológica (Cresafa), voltada para a venda da produção dos experimentos que se expandiram e que hoje está em processo de abertura de um ponto de comercialização na cidade de Governador Valadares (MG).

Por fim, essa experiência do Grupo AEMSAS foi importante para o crescimento da entidade no que se refere à construção do conhecimento agroecológico, tornando-a uma referência no Vale do Rio Doce e abrindo

caminho para a participação em outros espaços de articulação e construção do conhecimento em nível estadual.

Bibliografia

- ESPINDOLA, H. S. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005. 488 p. (Coleção História).
- CAT-GV. *Relatório do II Seminário do AEMSAS: Comunidade de Santa Terezinha, Sobrália, MG, 2002*.
- CAT-GV. *Relatório do III Seminário do AEMSAS, Assentamento Barro Azul, Governador Valadares, MG, 2003*.
- CAT-GV. *Relatórios das Reuniões do Grupo AEMSAS*, [s.l.], [20_ _].
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

¹Engenheiro agrônomo e técnico do CAT-GV

²Bióloga e assessora do CAT-GV

³Estudante de agronomia da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) e estagiário do CAT-GV

⁴No momento de sua fundação, o CAT se chamava Centro de Assistência Técnica, mas a partir de 2002 passou a se chamar Centro Agroecológico Tamanduá. Essa mudança reflete a evolução das abordagens metodológicas utilizadas, principalmente no que diz respeito à construção do conhecimento agroecológico e à forma de assistência técnica na região.

⁵O grupo chegou a ser rotulado como Grupo dos Doidos por pessoas que não acreditavam nos sistemas alternativos (agroecológicos).

⁶Palavra do tupi: *pênis de pato*. Erva da família das rubiáceas de longas raízes grossas e nodulosas, que fornece a emetina. O seu extrativismo e comércio foram os principais fatores de devassamento da região do Rio Doce.

⁷Esse fato fez com que se utilizasse formicida na implantação de um dos experimentos, e mais tarde plantas repelentes e /ou atrativas para o controle.

⁸Áreas onde eram realizados os experimentos.

⁹Os experimentadores são considerados monitores nos momentos da difusão de suas experiências.



Estruturação da cadeia produtiva da cana-de-açúcar com experimentação e gestão participativa

Vitor Hugo Hollas¹

1. Introdução

Desde a sua criação, em 1978, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa) trabalha com metodologias participativas, que possibilitam aos agricultores serem protagonistas dos processos coletivos de construção de propostas, mesmo estando sujeitos a erros e acertos. O Capa aposta na construção conjunta de saberes, tendo como fontes de inspiração o conhecimento dos agricultores e as informações geradas pela pesquisa acadêmica. Atualmente, o centro conta com cinco núcleos de atuação, localizados em diferentes regiões de três estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em meados dos anos 1990, o Núcleo Erexim iniciou um trabalho mais intenso com a cultura da cana-de-açúcar.

A partir da realidade dos agricultores familiares da região do alto Uruguai gaúcho e catarinense, onde houve uma forte descapitalização e degradação do meio ambiente em consequência da adoção da Revolução Verde, iniciou-se um processo de transição agroecológica. Eles foram estimulados não só a refletir sobre a forma como produziam e agiam, mas também sobre a forma como pensavam, buscando a mudança de paradigmas ao focar aspectos amplos e não apenas tecnologias limpas.

Além de repensar a matriz produtiva, verificamos que também era necessário ver as potencialidades locais, considerando a aptidão do solo, o clima e também o domínio das famílias sobre novas culturas. Era preci-



Fotos: Arquivo CAPA Erexim

Avaliação de cultivares de cana-de-açúcar consorciadas com feijão de porco em Alto Bela Vista (SC)

so mudar! Produzir grãos como matéria-prima e/ou convertê-los em proteína animal para aquelas famílias não era mais viável econômica, ambiental ou socialmente. A opção construída coletivamente foi partir para a exploração e domínio da cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Com o trabalho de assessoria utilizando a metodologia de planejamento estratégico participativo (PEP), cada grupo foi identificando seu próprio potencial. A aptidão pela cultura da cana-de-açúcar, o clima favorável ao seu desenvolvimento pela localização às margens do rio Uruguai – estando assim protegida do frio intenso –, aliada à prática comum nas famílias de imigrantes em cultivar a cana e dela retirar boa parte de seu sustento, fizeram com que alguns grupos decidissem pelo investimento nessa atividade como principal fonte de renda.

Em praticamente todas as propriedades da região, há o hábito de produzir e utilizar artesanalmente a cana-de-açúcar para alimentação humana e dos animais. Essa é, sem dúvida, uma alternativa viável em termos culturais, econômicos e na contribuição para o aumento e preservação da biodiversidade, uma vez que o manejo é ecológico e encontra microclima propício.

A partir da proposta de que as famílias de agricultores deveriam ter o domínio de toda a cadeia produtiva, que envolve a definição das formas de produção, pesquisa, agregação de valor e o acesso ao mercado, iniciou-se o aprofundamento dessas questões e a implantação das primeiras experiências nas unidades produtivas.

Este artigo é uma tentativa de explicitar a trajetória de algumas famílias de agricultores que passaram de meros executores de práticas agrícolas convencionais, que lhes tiraram o direito de praticar a agricultura tradicional, para uma nova concepção, onde a sustentabilidade passou a ser o principal objetivo. A partir daí, ações foram implementadas, como a construção coletiva do conhecimento a partir de espaços de formação e da pesquisa participativa, conforme aqui relatado.

2. O contexto da experiência

A região do alto Uruguai caracteriza-se por uma concentração muito grande de agricultores familiares dividindo espaços com a agricultura patronal que, via de regra, ocupa as melhores áreas do ponto de vista do relevo. Com isso, criou-se uma diferenciação clara entre pelo menos dois agroecossistemas: áreas de monocultivos de grãos produzidos de forma



Construção do conhecimento de forma participativa: colheita do experimento em Barra do Rio Azul (RS)

mecanizada e terrenos de relevos acidentados, na encosta do rio Uruguai, que apresentam uma biodiversidade um pouco mais preservada, voltada para a produção de alimentos e a criação animal, garantindo assim uma maior preservação dos mananciais de água. Esses espaços sofrem uma pressão maior da agroindústria em função da integração dos sistemas de criação animal (frango, suíno e leite) com o fumo, cujo cultivo tem crescido de forma marcante. Basicamente, são agroecossistemas que vêm sendo manejados há pelo menos 100 anos, quando teve início a colonização com imigrantes europeus, e que desde então vêm sofrendo os reflexos desse manejo inadequado.

O avanço da monocultura se tornou evidente e provocou o desgaste dos solos, a escassez de água, desmatamento, entre outros. Os sistemas produtivos, portanto, estão debilitados e altamente dependentes de insumos externos. Esses modelos foram implantados e executados basicamente por grandes cooperativas, que hoje se encontram falidas, deixando os agricultores em situação preocupante, necessitando de alternativas com relação à industrialização e ao mercado.

Para contornar os problemas estruturais, como a desagregação comunitária, a degradação ambiental, o avanço de monocultivos, a diminuição

da biodiversidade, entre outros, os agricultores familiares se mostram muito dispostos a implementar o processo de conversão, disponibilizando a mão-de-obra necessária.

No entanto, um dos entraves tem sido a escassez de recursos financeiros. Os agricultores encontram-se descapitalizados, sem capital de giro e sem capacidade de investimento, muito em função do envolvimento anterior com as práticas da agricultura industrial. Outros obstáculos têm sido a falta de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural, que deveriam ser supridas pelo poder público e voltadas para atender a realidade e as demandas da agricultura familiar, além da falta de organização e de apoio aos agricultores para construir coletivamente uma proposta viável.

Considerando essa realidade, o Capa passou a desenvolver ações utilizando sua estratégia de intervenção e tendo como elementos centrais:

- buscar a autonomia dos agricultores familiares;
- fortalecer a organização dos agricultores;
- trabalhar com grupos organizados para irradiar as ações;
- construir alianças e parcerias para potencializar as ações;
- considerar as diferentes perspectivas de gênero e de geração;
- influenciar as políticas públicas rumo à agricultura sustentável, como componente do desenvolvimento sustentável;
- proporcionar espaços de formação e buscar elevar o nível educacional; e
- promover o protagonismo dos agricultores familiares.

Hoje, as organizações dos agricultores, com base no controle social e na autogestão, estão se voltando para a proposta de conversão agroecológica. Com isso, essas organizações - que podem ser associações e grupos comunitários informais ligados aos movimentos sociais e a organizações sindicais, ou cooperativas locais e/ou regionais - , têm conseguido se fortalecer, criando novas estratégias de intervenção para o domínio completo das cadeias produtivas, como é o caso da cana-de-açúcar, e estabelecendo canais próprios e diversos de acesso ao mercado. Com a realização do planejamento estratégico participativo (PEP) nessas organizações, foi possível envolver toda a família, garantir o debate e a prática sobre questões de gênero e geração, e estabelecer missão, princípios e objetivos. Em seguida, foram definidas as prioridades e ações, assim como as responsabilidades dos sujeitos individuais sobre a execução do plano e sua monitoria. Além disso, registramos positivamente a presença de mulheres nas dire-

ções das organizações dos agricultores agroecológicos, resultado do trabalho realizado com as famílias.

Vale ainda destacar que a busca pela construção e aprofundamento do conhecimento acumulado, na região ou fora dela, foi garantida por meio da promoção de intercâmbios, assessorias sistemáticas e cursos de aprofundamento, voltados para os sistemas produtivos nas unidades de produção como um todo.

3. A experiência: discussão e análise

Partindo da lógica de que o desenvolvimento sustentável é participativo, ou seja, que não pode nem deve ser imposto de cima para baixo, as pessoas e comunidades envolvidas são capacitadas para assumir a responsabilidade pelo seu presente e futuro, ao identificar suas necessidades, planejar, implementar, monitorar e avaliar todo o processo.

Nessa experiência, portanto, optou-se pela pesquisa conduzida de forma participativa, desde a demanda por assistência técnica e extensão rural, até a definição de seus parâmetros, sua execução e avaliação, visando à construção coletiva dos saberes e levando em consideração a realidade dos agricultores familiares.

A pesquisa foi feita a partir de materiais existentes entre os agricultores, definindo as características desejáveis, bem como as áreas próprias para a implantação e o acompanhamento das avaliações. Hoje as famílias conseguem, a partir do conhecimento acumulado e da forma de gestão implantada, planejar e organizar todo o processo produtivo, tendo à disposição índices técnicos e econômicos e podendo avaliar a capacidade de produção, industrialização e preço, além de estabelecer metas e possibilidade de investimento.



Foto: Paulino Menezes

Pesquisa participativa desenvolvida junto aos agricultores familiares em Barra do Rio Azul (RS)

Desenvolvimento da Pesquisa Participativa

Para fazer a experimentação, sentiu-se a necessidade de melhor avaliar o material genético de cana que os agricultores possuíam. Depois de discutir de forma conjunta os objetivos da experiência, chegou-se à conclusão de que utilizaríamos as melhores cultivares identificadas entre as já existentes, mas também algumas oriundas de centros de pesquisa. A partir do resgate de 22 cultivares de quatro associações de agricultores e do Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar da EPAGRI, de Santa Catarina, foi implantada uma área experimental na Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos de Campo Alegre, município de Barra do Rio Azul (RS). Hoje essa associação é também uma filial da Cooperativa dos Agricultores Familiares Ecologistas Solidários (Cooperfas). A área experimental contém 10 blocos de cada cultivar, distribuídos ao acaso, para testar cinco épocas diferentes de corte durante o ano, com duas repetições em cada corte, sendo avaliados aspectos como: capacidade de rebrote; produção de massa aproveitável; rendimento de caldo; comprimento do entrenó; nível de sacarose; resistência a geadas; entre outros. Essas variáveis foram definidas pelos próprios agricultores como sendo importantes para melhorar a condução do canavial.

O acúmulo existente entre os agricultores, principalmente com relação à organização, facilitou muito a busca por soluções para os desafios impostos por questões tecnológicas de produção, industrialização e mercado, bem como de gestão. Para isso, foram realizados intercâmbios e troca de experiências com agricultores de outras regiões. No sudoeste do Paraná, por exemplo, procuramos assimilar os métodos de cultivo, de industrialização e seus equipamentos. Na serra no Rio Grande do Sul, nos interessavam os formatos utilizados na organização para a agregação de valor por meio da industrialização. Finalmente, em Minas Gerais, conhecemos melhores equipamentos, como moenda equipada com picador de resíduo e tachos de fervura com melhor desempenho.

De forma paralela, foram realizados cursos de aprofundamento, monitoramento e avaliação da experiência, qualificando de forma contínua os métodos de gestão das agroindústrias, do processo industrial e do acesso ao mercado.

A experiência é fruto das discussões realizadas com os agricultores interessados e suas organizações, grupos informais e associações, identificando seu potencial regional a partir do clima, solo, diversidade, capacidade produtiva, de mercado e principalmente do saber acumulado pelos agricultores e da sua opção pelo resgate desse saber.



Pesquisa participativa desenvolvida junto aos agricultores familiares agroecológicos em Barra do Rio Azul (RS)

É preciso ressaltar que a valorização da soberania alimentar foi mantida como prioritária por ser um aspecto relevante para a saúde da família, bem como uma ferramenta importante para o aumento da biodiversidade. Para isso, foi garantido o equilíbrio entre a produção em uma certa escala de produtos oriundos de uma única cultura e a diversidade necessária ao equilíbrio ambiental e à boa alimentação das pessoas.

O domínio da cadeia produtiva da cana-de-açúcar busca a sustentabilidade, baseada na produção e pesquisa agroecológica, na agregação de valor pela industrialização e o acesso ao mercado nas suas diversas formas, em âmbito local, regional e nacional. Quando se fala aqui em domínio da cadeia produtiva, não se está necessariamente falando de grandes extensões de cultivo, mas de áreas coletivas pertencentes a grupos de cerca de cinco famílias, com dez hectares de cana-de-açúcar em média.

A fabricação de açúcar mascavo, melado, schmier, pé-de-moleque, carrapinha, puxa-puxa foi, e ainda é, uma prática que visa a auto-sustentação das famílias que residem nessas regiões propícias ao cultivo da cana-de-açúcar. Entretanto, é importante resgatar essa cultura e, junto com ela, recuperar os métodos, as práticas, o conhecimento relacionado a características desejáveis na cultura, às épocas de colheita e à industrialização. Assim, o saber acumulado e passado através das gerações, bem como aquele esquecido com as pessoas mais idosas, foram fundamentais e, quando somados à disposição de organização e novos métodos de gestão, por exemplo, foram potencializados.

Existe também a preocupação de envolver todo o núcleo familiar – crianças, jovens, homens, mulheres, idosos –, garantindo assim diferentes visões e concepções, diferentes ângulos e perspectivas no planejamento, acompanhamento e na execução do trabalho. Nesse sentido, a questão de gênero deve ser encarada como um tema transversal, que perpassa toda a ação. As mulheres são envolvidas na gestão e na direção das organizações, na produção, industrialização e comercialização. O debate em torno da soberania alimentar (plantas medicinais e quintais), por sinal, baseia-se muito no conhecimento acumulado mais especificamente pelas mulheres. Dessa forma, assim como em todo o processo, a melhoria dos quintais, resultando na melhor qualidade da alimentação das famílias, bem como a venda dos excedentes, acontece a partir de reuniões, intercâmbios e cursos específicos, resgatando e trocando experiências acumuladas por todos os atores.

Portanto, vários foram os fatores que favoreceram a intervenção no sentido da construção de conhecimento. Podemos citar a disposição dos agricultores em construir novas propostas, a experiência até então acumulada e os resultados alcançados com a pesquisa, além da participação efetiva de todos os membros das famílias. Na medida em que se estabelece a construção do conhecimento de forma participativa, centrado na demanda e domínio dos envolvidos, passa a haver retorno do trabalho envolvido e do investimento empregado em sua estrutura produtiva, gerando emprego e renda, com justa remuneração.

Podemos mencionar alguns indicadores de sucesso da experiência: melhor remuneração da matéria-prima, que alcança, em média, o dobro do preço de mercado; a industrialização e comercialização estão organizadas de forma cooperativada e sua gestão é realizada a partir de métodos adaptados à realidade e condições dos agricultores; a organização social existente em torno da atividade; e a presença cultural por meio dos produtos industrializados e da maneira como são feitos, entre outros.

A capacidade de mobilizar pessoas e organizações está presente e foi sempre almejada no planejamento e execução, com o intuito de provar que o trabalho construído coletivamente é viável econômica, cultural e socialmente, produzindo resultados e agregando as pessoas em torno de uma proposta motivadora. Isso pode ser verificado na criação e fortalecimento de espaços de organização de agricultores, como cooperativas, e na inserção do produto no mercado, traduzido em volume comercializado.

Por possuírem uma maior capacidade de identificar elementos importantes e fundamentais, os agricultores definem demandas e executam pes-

quisas adequadas à sua realidade e necessidades. Realidade que muitas vezes o pesquisador, em um ambiente distinto e sem a real interlocução com o público-alvo, pode não perceber.

Mas a implementação de uma pesquisa participativa traz consigo uma carga de preconceitos científicos, fazendo com que seja questionada pela sua falta de *rigor*. Para aqueles que estão envolvidos na experiência e que se beneficiam dela, esse é um fato que não tem sido levado em consideração e muito menos tem desmerecido ou minimizado seus efeitos. No entanto, o domínio real dos processos de pesquisa por parte dos agricultores faz com que a relevância de detalhes técnicos possa muitas vezes passar despercebida, sendo às vezes encarada como desprezível. Em muitos casos, o rigor com relação ao método, na colheita, por exemplo, não é plenamente compreendido.

4. Conclusões

Podemos concluir que, se estamos de fato dispostos a construir algo em conjunto, é necessário ter como premissa que todos têm condições de contribuir com suas experiências individuais. É possível atingir níveis de sucesso satisfatório, conquistando acima de tudo comprometimento e responsabilidades mútuas a partir de um relacionamento coletivo pautado na construção de sujeitos sociais comprometidos com o desenvolvimento de suas comunidades e organizações.

Nesse sentido, a capacitação e a educação contínua são meio e fim para o desenvolvimento sustentável, que depende também da sustentabilidade da entidade assessora, na qual devem prevalecer valores éticos, tais como solidariedade, integridade, transparência administrativa e gerencial, pautada na honestidade e respeito pela comunidade.

Como avanços, podemos citar que os agricultores dominaram a cultura em todos os seus aspectos. Ou seja, hoje é possível afirmar que os agricultores têm uma boa capacidade de intervenção no debate e no processo produtivo, tendo condições de tomarem decisões seguras sobre seu futuro e sobre questões que vão desde a pesquisa, produção, industrialização, acesso ao mercado, bem como avaliação de índices técnicos, sanidade, manejo ecológico e avaliação de custos. Enfim, eles têm a gestão de todo o processo sob seu domínio e de suas famílias, envolvendo crianças, adultos, jovens e mulheres.

Aprendemos muitas lições no desenvolvimento do trabalho, sempre sob a perspectiva do monitoramento interno, avaliando e reavaliando mé-

todos, propostas e idéias, dando ao agricultor a oportunidade de intervir. Para isso, é preciso resgatar o acúmulo significativo de conhecimento que possui, devolvendo-lhe a segurança e a auto-estima.

Toda pesquisa realizada com e para os agricultores precisa de um maior detalhamento quanto às técnicas empregadas, já que, por não fazer parte do seu dia-a-dia, eles não possuem a clara noção pela demanda de tais procedimentos. Nesse sentido, foi necessário diferenciar bem os aspectos relevantes entre o conhecimento empírico, construído pela observação corriqueira e repassada através das gerações, e o conhecimento técnico-científico, cuja base está no saber acumulado, utilizando métodos previamente estabelecidos, observados, medidos e comprovados cientificamente pelos mesmos agricultores.

No caso da experiência aqui relatada, a industrialização está centrada na produção de açúcar mascavo, um produto sobre o qual os agricultores podem manter um debate amparado em sua experiência. Esses agricultores comercializam o açúcar mascavo no mercado local, regional e nacional com a marca *Seiva Ecológica*. As agroindústrias hoje são filiais da Cooperativa dos Agricultores Familiares Ecologistas Solidários, cuja origem foram as associações formais de agricultores familiares agroecológicos.

Finalmente, a experiência mostrou que a sustentabilidade do processo de mudança tecnológica na agricultura passa pela criação, no contexto local, de um ambiente social, cultural e econômico que possibilite aos agricultores se tornarem, individual e coletivamente, os protagonistas do processo de conversão.

Bibliografia

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR. *A prática agroecológica no Capa*. Porto Alegre, 2005.

¹Membro da equipe de assessoria do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa), do Núcleo Erexim. Técnico em agropecuária e bacharel em Ciência da Computação.



O Programa de Formação de Agricultores(as): uma estratégia para a construção coletiva de conhecimentos em Agroecologia¹

Eugênio A. Ferrari², Simone Ribeiro³, Breno Mello⁴ e Fernanda Monteiro⁵

1. Introdução

O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA) trabalha em parceria com organizações de agricultores familiares há 19 anos. Nesse período, as estratégias de assistência técnica e extensão rural desenvolvidas pela entidade foram praticadas como parte de um processo mais amplo, cujo foco é o desenvolvimento local e regional com base na Agroecologia, considerando os processos políticos, sociais, econômicos e culturais. Tais processos não se criam do dia para a noite, nem por esforços voltados apenas para a capacitação e difusão de tecnologia, mesmo que agroecológica. A experiência tem nos mostrado que dependem de um acompanhamento, apoio e incentivo a essas dinâmicas sociais. Isso significa operar em estreita colaboração com as organizações formais ou informais que as impulsionam. Trata-se de uma co-responsabilidade na execução de um projeto de desenvolvimento que vai se complexificando e ampliando ao longo do tempo.

O Programa de Formação de Agricultores e Agricultoras (PFA) é uma das várias estratégias adotadas pelo CTA para a construção coletiva de conhecimentos. O programa vem sendo desenvolvido desde o final de 2002, em parceria com a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), associações de agricultores familiares, alguns departamentos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). O objetivo é valorizar as experiências já acumuladas por agricultores e agricultoras envolvidos com sistemas produtivos agroecológicos e criar condições para que estes incentivem outras famílias a se incorporarem nesse processo de experimentação e busca de soluções.

A concepção de aprendizagem do programa se baseia na troca de conhecimentos, seja entre os(as) agricultores(as) ou entre estes e os(as) técnicos(as). A abordagem participativa tem sido o caminho adotado para construir, junto com o grupo, a estratégia de formação. A proposta não é só capacitar os agricultores para adoção de novas tecnologias, mas envolvê-



Família relatando sua experiência e apresentando sua propriedade aos demais agricultores do programa

los em atividades de experimentação e socialização de seus conhecimentos como parte do processo de aprendizagem.

2. O contexto da experiência

A Zona da Mata de Minas Gerais é formada por 143 municípios, dos quais 128 apresentam população inferior a 20 mil habitantes. Até o século XIX, a região permaneceu praticamente intocada, como território de povos indígenas como os coroados, puris e botocudos. Com o esgotamento das minas de ouro, iniciou-se um novo ciclo econômico com a expansão do cultivo do café em grandes fazendas, utilizando mão-de-obra predominantemente escrava. Assim, durante o século XIX e o início do século XX, o cenário foi mudando radicalmente, com as plantações de café tomando os espaços da floresta. Mas, ao longo do século passado, as grandes fazendas foram se dividindo, principalmente por partilha de herança, dando lugar a pequenas propriedades rurais conduzidas quase sempre por mão-de-obra familiar e onde se pratica uma agricultura pouco intensiva em capital.

No cenário atual, o café ainda prevalece como cultivo que gera divisas, mas também figuram como atividades produtivas importantes a pecuária

leiteira, a criação de pequenos animais e os cultivos voltados para o autoconsumo das famílias agricultoras, como o milho e o feijão. É uma região de grande degradação ambiental, em que os processos históricos de desmatamento e erosão dos solos se somaram ao uso intensivo de agroquímicos, principalmente nas lavouras de café e horticultura. Se por um lado esse quadro traz dificuldades à população, especialmente de baixa renda, por outro, representa uma oportunidade para o desenvolvimento de projetos de caráter mais horizontal, que articulem vários municípios e atores em uma abordagem territorial.

Como surgiu a idéia

No ano de 2000, o Conselho de Cooperação do CTA, que reúne as organizações parceiras de agricultores familiares, propôs um maior investimento da entidade no desenvolvimento de propostas para os sistemas de produção, beneficiamento e comercialização de café. Nesse sentido, foi construído o Plano Estratégico do Café Agroecológico, o PEC. O objetivo era buscar alternativas para a melhoria da produção – com redução de custos e aumento de qualidade –, assim como para a comercialização do produto pelas organizações de agricultores familiares.

No entanto, não conseguimos identificar uma possibilidade concreta de comercialização do café produzido em sistemas agroecológicos que atingisse um preço diferenciado em relação ao café convencional. A diferenciação que se obtém, tanto para o mercado interno quanto externo, é quando se trata de café *orgânico*, que não necessariamente segue as bases agroecológicas. Por isso, embora não fosse o que se buscava no início, alguns agricultores familiares da região procuraram enfrentar o desafio de implementar a produção de café orgânico.

Em dezembro de 2001, um primeiro grupo de 45 agricultores(as) iniciou o processo de transição para o sistema orgânico, em que o café passa a ser tratado sem produtos químicos. Em setembro de 2002, um novo grupo de 61 agricultores(as) aderiu ao processo, cuja duração média é de dois anos.

Uma das maiores dificuldades foi atender às necessidades de acompanhamento dos(as) agricultores(as), que durante o processo de conversão enfrentam muitas dúvidas e necessitam de apoio técnico constante. Isso porque havia apenas dois técnicos, um da equipe do CTA e outro da EPAMIG, para assessorar os(as) agricultores(as), distribuídos em dez municípios.

Pensando em minimizar essa limitação e valorizar as experiências acumuladas por vários agricultores(as) da região, foi formulado o Programa de Formação, que se iniciou no final de 2002.

A partir de discussões entre os parceiros, foram definidos critérios para orientar a seleção dos(as) participantes do programa (Quadro 1). Os critérios adotados levaram em consideração a equidade de gênero, a distribuição geográfica e a estratégia do CTA e parceiros para a expansão das experiências agroecológicas na região.

Foi também definida uma coordenação para o programa, composta por dois membros da equipe técnica do CTA e três representantes da Associação Regional dos Trabalhadores Rurais.⁶ A coordenação acompanhou a seleção dos participantes nos municípios, ajudando na discussão dos critérios e nos esclarecimentos sobre o programa. Desse modo, foram selecionados treze homens e sete mulheres de dez municípios (Araponga, Carangola, Divino, Ervália, Espera Feliz, Fervedouro, Rosário da Limeira, Guídoval, Paula Cândido e Tombos). No entanto, em vários municípios, os critérios não foram cumpridos integralmente, o que trouxe dificuldades, como se verá adiante.

Buscou-se disponibilizar as condições materiais para a participação dos(as) agricultores(as) selecionados em todos os encontros realizando o pagamento de diárias referentes aos dias de serviço *perdidos* durante o período de ausência das propriedades. Os parceiros locais e os(as) próprios(as) agricultores(as), por sua vez, deveriam arcar com os custos das atividades dos participantes do programa junto a outros grupos de agricultores(as) em seus municípios (visitas, reuniões e encontros organizados por eles).



Quadro 1

Critérios adotados para a seleção de participantes do PFA

- Estar interessado(a) em realizar experiências de produção, beneficiamento e comercialização de café orgânico, ou seja, acreditar nessa proposta.
- Assumir a responsabilidade de dividir o conhecimento com outros(as) agricultores(as).
- Ter facilidade de se comunicar e lidar com os outros(as) agricultores(as), além de gostar de transmitir suas idéias e propostas.
- Ser criativo(a), ou seja, conseguir adaptar o que for discutido nos encontros à realidade de seu município.
- Estar disponível para o trabalho e ter presença assídua nos encontros de formação.
- Ser dono(a) da sua terra ou ter autonomia, já que é necessário que a pessoa tenha liberdade para realizar as mudanças necessárias para a produção de café orgânico.
- Ser sócio(a) do STR, da associação local ou participar de grupos informais ligados ao movimento social.
- Ter afinidade com o trabalho desenvolvido pelo CTA.

A proposta inicial do programa foi elaborada pela equipe técnica do CTA e da EPAMIG, trazendo a sugestão de temas, conteúdos e metodologia para os módulos de formação, sua frequência, estratégias para a ação nos municípios, etc. Essa proposta foi apresentada aos parceiros e participantes no primeiro módulo preparatório, sendo então bastante modificada a partir da contribuição do grupo. No decorrer do programa, nos momentos de avaliação dos módulos com os participantes, novas mudanças foram incorporadas, tanto em relação a conteúdos como à metodologia. Ao longo desse processo, foram planejados outros 16 encontros (temáticos e de avaliação), realizados de dois em dois meses, com duração de três a quatro dias, durante dois anos e meio.

Em cada encontro, foi priorizado um tema. Porém, a dinâmica dos encontros, que aconteceram nas propriedades dos agricultores(as), demonstrou que, no meio da roça, é difícil e mesmo indesejável controlar os temas que são discutidos. Principalmente quando o grupo já se sente confiante e

percebe que não vai receber receitas ou indicações técnicas prontas. Nesse sentido, foi necessário preparar bem a equipe técnica que acompanhou o trabalho, procurando estimular a autoconfiança e a troca de experiências entre todos os participantes, inclusive em meio à própria equipe.

Durante os encontros, além das atividades de aprofundamento (atividades de campo, discussões, leituras, vídeos, visitas, etc.), houve momentos recreativos, de avaliação, planejamento e para discussão acerca da identidade e cultura dos(as) trabalhadores(as) rurais.

Quadro 2

Temas e conteúdos do PFA

- Colheita, pós-colheita e estratificação ambiental.
- Compostagem, biologia do solo, integração de sistemas (animal/vegetal) e amostragem de solo.
- Adubação verde e nutrição de plantas.
- Roçada, escolha, limpeza de área, manejo e conservação de solo, marcação de curvas, espaçamento, sulco/cova, marcação/construção de terraços, adubação/calagem para plantio.
- Gênese e biologia dos solos, análise de solo, interpretação de plantas indicadoras, nutrição de plantas.
- Planejamento das propriedades, integração de sistemas, monitoramento econômico.
- Sistemas agroflorestais (SAFs).
- Ecologia de insetos e microorganismos, controle de doenças e pragas, uso de biofertilizantes, caldas, homeopatia e agrotóxicos.
- Viveiro/formação de mudas (substrato, desinfecção, adubação), nutrição de plantas, sementes/variedades, transgênicos.
- Comercialização, armazenamento, beneficiamento, certificação (solidária/oficial), certificadoras, acompanhamento/visita de inspeção, selos, normas, modalidades.
- Classificação de café, prova de xícara, defeitos, peneira.
- Criação animal, integração de sistemas (animal/vegetal), produção de esterco limpo e homeopatia animal.



Atividades com as crianças durante encontro do PFA

Além dos temas descritos no Quadro 2, uma questão priorizada e que foi sendo abordada em todos os encontros foi a das relações sociais de gênero na agricultura familiar. Quando necessário, o grupo discutia e propunha atividades para a inclusão e melhor aproveitamento da formação por parte das mulheres. O tratamento desse tema também resultou no desenvolvimento de atividades com crianças, filhos(as) de participantes e de outras famílias das comunidades, originando o “PFAzinho”, desenvolvido em parceria com o Grupo Ecopedagogia, da UFV.

Nos intervalos entre um encontro e outro, os(as) agricultores(as) participantes do programa receberam visitas dos(as) técnicos(as) e de outros(as) agricultores(as) envolvidos na coordenação. Além do acompanhamento das propriedades de cada participante para conhecer suas dificuldades e avanços, as visitas rendiam observações que retornavam para os encontros de modo a fomentar as discussões e debates.

O programa produziu registros (relatórios técnicos ou síntese das questões principais) a partir de cada encontro para garantir aos(às) participantes uma memória dos eventos e facilitar o seu trabalho junto a outros(as) agricultores(as) nas suas respectivas localidades. Foram ainda produzidos informativos que sintetizam as experiências de cada um dos municípios envolvidos.

3. Discussão e análise da experiência

Os encontros temáticos

O investimento de tempo e dedicação no programa e a preocupação com a metodologia para garantir a participação de todos(as) foram muito importantes e facilitaram a aprendizagem do grupo. A valorização dos conhecimentos já acumulados pelos(as) agricultores(as) foi a base e o fundamento de todo o processo. A troca de experiências como princípio orientador contribuiu significativamente, assim como o fato dos encontros temáticos terem acontecido em propriedades dos diferentes municípios facilitou a reflexão e aprendizagem, por serem espaços de domínio e vivência dos(as) monitores(as). A adequação das atividades, na medida do possível, ao calendário agrícola também favoreceu o aprendizado e a realização de experimentos nas próprias propriedades.

A participação dos(as) agricultores(as) no redesenho do método, por meio das avaliações, permitiu que as estratégias metodológicas fossem se adequando ao grupo e criando uma forma própria, mudando o enfoque do programa, que no início era a produção orgânica de café e depois voltou-se mais para a transição agroecológica dos sistemas produtivos. Ou seja, deixou-se de lado a ênfase na substituição de insumos visando ao mercado diferenciado do café orgânico, para focar mais a diversificação da produção, a melhor utilização e conservação dos recursos locais, a segurança alimentar e a autonomia das famílias.

Místicas, dinâmicas, atividades de recreação e confraternização também facilitaram a formação, contribuindo para a integração do grupo e para o fortalecimento da confiança e da liberdade entre os(as) participantes. O ambiente dos encontros do programa era receptivo e acolhedor, tornando-se fértil para organização e construção de saberes. Cabe ressaltar também que o registro e a produção de materiais a partir dos encontros, com linguagem adequada, favoreceram a participação, a experimentação e o diálogo com outros agricultores nos municípios.

Estabelecer como condição a participação de mulheres foi uma medida essencial para a incorporação da perspectiva de gênero no programa. A complementação de olhares entre homens e mulheres, jovens e pessoas mais experientes, enriqueceu muito as discussões do grupo. Apesar de não ter sido pensada uma estratégia para lidar com a questão geracional, ela sempre esteve presente nas discussões de gênero, trazida pelos(as) monitores(as).

No entanto, se o “PFAzinho” possibilitou a participação de parte das mães nos encontros, as estratégias pensadas para integrar as gerações nos encontros, entre PFA e “PFAzinho”, não foram suficientes. Essa questão merece atenção em processos futuros da entidade. Além disso, embora as atividades com as crianças tenham se desenvolvido bem e possibilitado a participação de mães no programa, não se conseguiu ampliar os trabalhos do “PFAzinho” nos municípios.

O processo de experimentação

O processo de experimentação foi fundamental para a aprendizagem e disseminação da Agroecologia nos municípios. Os(as) monitores(as) não só adaptaram os conhecimentos à sua realidade como também criaram novas soluções para as propriedades, servindo de exemplo e facilitando a comunicação com outros(as) produtores(as).

O perfil inovador para desenvolver a experimentação também foi determinante e favoreceu essa comunicação. Aqueles(as) participantes que não tinham esse perfil não se tornaram referências em seus municípios, ainda que tenham mudado a matriz produtiva em suas propriedades. As práticas que não dependiam de investimentos financeiros foram as que mais avançaram na experimentação, e as mudas e sementes ganhadas ou trocadas nos encontros contribuíram tanto para a experimentação como para a diversificação da propriedade.

As visitas de acompanhamento foram valiosas porque permitiam trocas de experiências entre agricultores(as) e técnicos(as), gerando motivação para que os(as) monitores(as) avançassem na experimentação. Porém, inicialmente, foram menos construtivas, já que estavam muito condicionadas pelo debate sobre as normas de produção orgânica.

As famílias sem terra própria enfrentaram resistência dos patrões ou simplesmente falta de apoio financeiro para compra de insumos orgânicos, o que comprometeu muito a experimentação. As questões de gênero e geração também foram grandes entraves e constituíram um forte desafio para esse processo. Quando os envolvidos nessa situação eram jovens, especialmente mulheres, a dificuldade era ainda maior, pela descapitalização, falta de autonomia e de apoio familiar. A impossibilidade de realização de experimentos em função dessas dificuldades gerou, em alguns casos, desânimo e frustração.

Apesar dos entraves, o processo de experimentação foi fundamental para gerar reflexão e crítica sobre as dificuldades da produção e certificação

orgânica e possibilitou o redesenho do PFA. Além disso, fortaleceu a Agroecologia como opção mais apropriada para a agricultura familiar. Contribuiu ainda para a análise crítica acerca da exclusão social ocasionada pelos processos de certificação convencionais. Fez rever também os desenhos dos experimentos da EPAMIG, não condizentes com a realidade da agricultura familiar da Zona da Mata, por utilizar insumos orgânicos em grande quantidade e, muitas vezes, inacessíveis para os agricultores familiares.

A atuação dos participantes junto a outros agricultores e agricultoras em seus municípios

Ao final do PFA, a maioria dos(as) participantes se sentia mais capaz e segura para atuar em seus municípios. A metodologia dos encontros ajudou muito porque fez com que os(as) participantes ficassem mais à vontade para falar em público. A habilidade para socializar conhecimentos, a credibilidade em suas comunidades e municípios, o apoio financeiro e político dos parceiros locais e o contexto local foram determinantes para o alcance dos resultados dessa atuação nos municípios.

A ação dos participantes nos municípios, portanto, é variada, de acordo com a situação específica de cada lugar e de suas próprias habilidades. Pode ser, por exemplo, que se dê na forma de encontros para repasses dos conhecimentos adquiridos nos módulos ou assessorias diretas nas propriedades de alguns agricultores e agricultoras dos municípios. Esses repasses acontecem ainda em momentos não planejados entre os(as) agricultores(as) participantes do programa e sua comunidade, assim como em outras comunidades ao redor. Há casos de municípios vizinhos que não participam do programa, mas que demandaram a assessoria dos(as) agricultores(as) em suas propriedades, garantindo as despesas e diárias para os mesmos. Aliás, percebeu-se que, em geral, nos municípios onde houve demanda dos(as) agricultores(as), a comunicação foi melhor do que onde os encontros foram realizados sem haver uma demanda prévia. De qualquer forma, em todos os municípios, as conversas informais fizeram parte da atuação. Já encontros maiores para repasse não aconteceram em todos.

No entanto, o processo inadequado de seleção dos(as) participantes afetou a atuação junto a outros(as) agricultores(as), mais do que a experimentação, pois alguns menos comprometidos guardaram para si os conhecimentos acumulados. Havia também participantes com pouca disponibilidade para essa atuação.

Cabe ainda ressaltar que a discriminação existente na sociedade em relação à questão de gênero e geração teve reflexo no processo de comunicação nos municípios. O preconceito dificultou, especialmente quando estavam atuando mulheres jovens, a quem a comunidade não dava credibilidade. Também houve resistência porque a orientação técnica é historicamente considerada como uma função exclusiva dos técnicos. Leva-se tempo para que essa concepção mude e também para que a Agroecologia seja mais aceita e percebida como viável.

Além disso, a atuação dos(as) participantes nos municípios não foi, na maioria dos casos, abraçada pelos STRs e nem pelo CTA. A maior parte dos(as) monitores(as) sentiu falta de apoio dos parceiros locais para definirem juntos a estratégia de ação nos municípios e de uma presença política nos encontros de difusão para fortalecer a credibilidade e motivação dos(as) mesmos(as). O mal funcionamento da coordenação do PFA dificultou ainda mais essa participação dos sindicatos. Era necessária uma aproximação mais estreita entre os parceiros e o programa nos municípios.

As organizações parceiras (CTA, Associação Regional e STRs) não desenvolveram estratégias de ação com os(as) participantes do programa a partir do contexto ou dinâmica social específica de cada município. O que se fez foi tentar uma maior aproximação dos STRs com o PFA por meio dos encontros de avaliação anuais e aporte de recursos, por parte do CTA, para realizar alguns encontros.

Mas apesar de todas essas deficiências, como se verá adiante, as iniciativas coordenadas pelos(as) participantes do programa em seus municípios alcançaram um resultado significativo em termos do número de agricultores(as) que participaram e se beneficiaram dessas atividades.

Os impactos gerados pelo programa

O PFA gerou impactos em diferentes dimensões (socioeconômica, ambiental, cultural e política) e de acordo com o perfil e o contexto vivido pelos diferentes participantes e atores sociais.

Para os(as) agricultores(as) participantes, o programa gerou impactos nas dimensões pessoais, familiares, assim como nas propriedades. Eles relataram ter adquirido maior capacidade crítica e novos valores, relacionando-se com a natureza de forma mais respeitosa. Passaram a valorizar mais as experiências próprias e da família, a complexidade e a diversidade de saberes acumulados acerca dos processos e técnicas de gestão do meio



Agricultoras na UFV realizando atividade sobre vida no solo

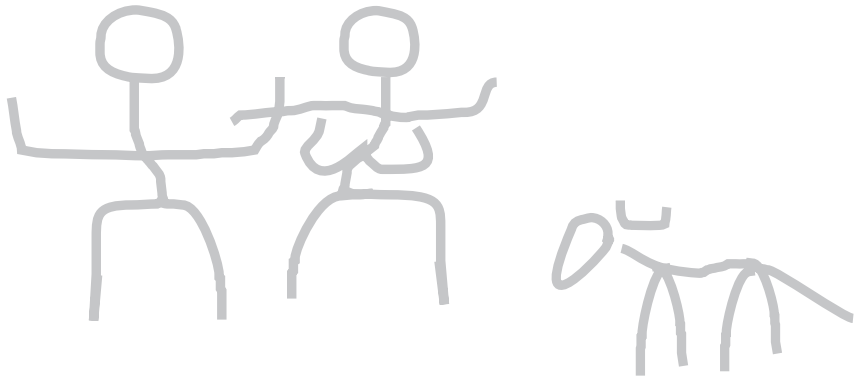
natural e da reprodução da fertilidade dos solos. Esses saberes foram a base da construção coletiva de conhecimentos agroecológicos.

Por meio da experimentação nas propriedades, os conhecimentos construídos foram colocados em prática, tornando as pessoas mais capazes e confiantes em si próprias e gerando mudanças nas suas unidades produtivas. Os agroecossistemas passaram a ser percebidos como um organismo único e, portanto, iniciou-se a busca pela integração dos subsistemas diversificados (cultivos e criação animal) e pela potencialização dos fluxos e ciclos naturais que favorecem o manejo produtivo.

A troca de sementes foi estimulada em todos os encontros, promovendo o resgate e a conservação de recursos genéticos, a diversificação nas propriedades e a autonomia das famílias. A partir de uma maior diversidade produtiva, não só a alimentação das famílias foi incrementada, mas também a renda agrícola e monetária. A qualidade do café produzido melhorou e aumentou seu preço de venda.

A família passou a ser vista como uma unidade que também deve estar integrada, buscando relações mais democráticas em que todos os membros participam das decisões. Em alguns casos, a divisão de tarefas foi redesenhada. Já em outros, conflitos relacionados aos papéis sociais na vida familiar foram acirrados e nem sempre resolvidos. Mas, na maioria das vezes, o diálogo e respeito aumentaram nas famílias e boa parte dos(as) jovens participantes do programa passou a ser levado mais em consideração pela família e pela comunidade.

Ocorreram também mudanças na disseminação da Agroecologia, protagonizada pelos agricultores e agricultoras participantes do programa,



com um total de 825 famílias abrangidas pelas atividades realizadas em seus municípios.

Em alguns STRs, não foram percebidos tantos impactos do PFA que repercutissem na estrutura interna das entidades. Mas em outros casos ocorreu uma divulgação maior dos trabalhos dos sindicatos nas comunidades e um reconhecimento por parte dos(as) agricultores(as), que começaram a considerar a entidade também como fonte de informação sobre práticas alternativas e não só como solução para problemas previdenciários.

Em relação ao próprio CTA, perceberam-se vários impactos. O PFA contribuiu no aporte de metodologias para a entidade que podem vir a ser utilizadas em processos futuros de formação. Com o programa, foram desenvolvidas metodologias mais adaptadas à realidade dos(as) agricultores(as), que permitem a construção coletiva do conhecimento agroecológico. O programa contribuiu ainda para a ampliação e revitalização da discussão sobre Agroecologia dentro do CTA e na construção de uma visão crítica sobre a estratégia da produção orgânica e do PEC.

O programa também consolidou a importância do intercâmbio entre agricultores(as), técnicos(as) e pesquisadores(as), fazendo com que o CTA pensasse metodologias para valorizar ainda mais o conhecimento que os(as) agricultores(as) já detêm. O PFA fortaleceu o envolvimento do CTA com a base, especialmente com jovens e mulheres, que tiveram sua participação ampliada em outras atividades da entidade.

No campo das políticas públicas, o PFA propicia argumentos para que o CTA tenha maior embasamento para discutir e pensar a promoção da Agroecologia no contexto nacional, estadual, territorial e local. A experi-

ência vem sendo apresentada em vários espaços de debates sobre pesquisa, formulação de políticas públicas, capacitação de técnicos(as) e também em espaços de discussão da questão de gênero.

Para os(as) professores(as) da UFV, o PFA refletiu na sua prática de ensino e extensão. Eles começaram a adotar algumas práticas diferenciadas com os(as) alunos(as) de graduação na sala de aula. Seus projetos de extensão universitária também foram influenciados pela metodologia do PFA. Além disso, os(as) professores(as) buscaram uma linguagem que se aproximasse mais da realidade dos(as) agricultores(as) e, a partir daí, começaram a formular, passo a passo, uma metodologia que permita uma construção coletiva de conhecimentos agroecológicos.

Alguns desafios que permanecem

- Definir o número adequado de participantes para esse tipo de formação permanece uma incógnita. No caso aqui descrito, houve um grande investimento em poucas pessoas, mas talvez teria sido melhor trabalhar com um número maior de pessoas para assim obter mais amplitude na difusão.
- Desenvolver processos de seleção mais eficazes que garantam a escolha de pessoas de fato comprometidas com o município e com capacidade de desenvolver o trabalho.
- Conseguir que a coordenação funcione, exercendo a função executiva e política que lhe cabe nos próximos programas de formação da entidade.
- Propiciar abertura para as pessoas colocarem suas opiniões e experiências em processos de formação mais curtos, pois, no caso do PFA, esse ambiente, que fez uma grande diferença na construção do conhecimento, foi construído no decorrer do programa, demandando tempo demais.
- Potencializar a experimentação agroecológica na região, principalmente considerando aspectos de gênero, geração e acesso à terra. Este último é um dos maiores desafios a ser trabalhado.
- Promover uma aproximação entre gerações nos eventos. Trabalhar essa questão (incluindo a reflexão sobre infância, juventude, velhice, etc.) em espaços de formação é tão necessário quanto desafiador.

- Construir espaços de diálogo contínuo com os parceiros.
- Fazer com que a prática de intercâmbios ocorra independente da assessoria, passando a ter uma dinâmica social própria, desafio que o CTA enfrenta em outros processos de formação.
- Continuar a difusão da Agroecologia mesmo após o término do programa. Os STRs não devem perder a oportunidade de, no momento final da formação, traçar estratégias para fortalecer e consolidar a Agroecologia nos municípios.
- Fortalecer politicamente os STRs até mesmo para que participem mais de processos como o PFA. Essas organizações estão muito presas a ações na sua própria sede e isso deve ser repensado.

4. Conclusões

A análise dessa experiência nos levou a questionar a visão de extensão rural convencional, em que um ou mais técnicos assessoram individualmente os(as) agricultores(as), ou grupos de agricultores(as), de maneira pontual, por meio de cursos e dias de campo sobre técnicas, sem uma continuidade lógica e uma integração entre os vários momentos em que se apresentam novos conhecimentos. A Agroecologia requer que os(as) agricultores(as) possam tanto mobilizar seus conhecimentos enquanto grupo social (e não apenas individualmente) como compreender princípios novos e aprender e adaptar tecnologias a seus agroecossistemas específicos. Mais uma vez, isso transcende o mero repasse de informação e exige uma permanente troca de aprendizados e práticas, por meio da socialização de conhecimentos, resultados e novas práticas.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental elaborar uma metodologia de trabalho que se constitua não como um fim em si mesma, mas como princípio formativo, em que saberes e fazeres cotidianamente vivenciados possam ser reinventados à luz das ações experimentadas, lidas e debatidas coletivamente, de modo a criar novas referências que superem a ação propriamente dita.

Algumas das lições que a sistematização dessa experiência nos propiciou podem ser assim resumidas:

- Um programa de formação que tem como público agricultores(as) deve ter seus objetivos e formato propostos por eles(as). As organizações parceiras locais devem estar envolvidas no processo, mas a definição

dos objetivos deve ser feita com base nas demandas vindas dos(as) agricultores(as).

- O enfoque do programa deve ser de acordo com a realidade local do público a que se destina. Cada município tem uma característica e às vezes é difícil traçar objetivos comuns para toda uma região. Apesar dessa dificuldade, um programa regional deve tentar incorporar essas especificidades, essas diferentes visões de mundo.
- O tempo de duração dos encontros e do programa constitui um assunto para reflexão, já que deve levar em conta o objetivo do trabalho. Mas é bom ter em mente que formar agentes de assistência técnica e extensão rural (Ater), neste caso os(as) agricultores(as), não se faz do dia para a noite. A formação não é mera transferência de conhecimentos e sim um processo continuado que requer tempo e conexão entre as idéias e pessoas. Em nosso caso, consideramos que o tempo do programa não deve ser superior a dois anos. Durante esse período, poderiam ser definidos intervalos menores de tempo entre os encontros. Da mesma forma, consideramos que o tempo de duração de cada encontro não deve exceder quatro dias.
- A definição do número total de participantes deve considerar dois fatores: a formação e a infra-estrutura dos encontros, especialmente quando são realizados nas comunidades, e o número de municípios que serão envolvidos. Ter um número maior de participantes por município ameniza problemas gerados pela desistência, ao evitar depositar todas as expectativas em poucas pessoas, e a conseqüente perda de referências no local. Além disso, obtém-se maior segurança e apoio entre os(as) representantes do mesmo lugar.
- Em um processo de formação, o papel das parcerias deve ser definido clara e previamente. Se houver a inclusão de municípios onde não existem organizações parceiras, é importante traçar estratégias para dar suporte às pessoas envolvidas. Vale ressaltar o quanto a realização de encontros nessas localidades fortalece esses sujeitos. A coordenação também deve ter seu papel claro, assim como seus membros devem ter tempo e condições asseguradas para participarem efetivamente. A coordenação deve ainda estar em constante articulação com os parceiros locais para o bom desempenho dos trabalhos nos municípios.
- É necessário prever momentos de avaliação entre coordenação e parceiros, evitando o distanciamento e a falta de diálogo. Afinal, a cons-

trução do programa deve contar com a colaboração dos parceiros locais.

- A seleção dos(as) participantes interfere em todo o processo. Por isso, ela deve ser criteriosa e realizada conjuntamente pelas entidades parceiras e comunidades. É importante haver uma mobilização junto às comunidades, selecionando pessoas interessadas e eleitas por elas. Um único encontro para identificar e selecionar os(as) candidatos(as) é insuficiente.
- Desde o primeiro momento, os(as) candidatos(as) devem ter completa compreensão do papel que desempenharão dentro do programa e das condições materiais para a viabilização do seu trabalho. Deve-se ter cuidado ao abordar questões financeiras, como o pagamento de diárias, e é interessante que estas acompanhem o preço pago na região para não atrair candidatos(as) interessados somente nos recursos financeiros.
- Deve haver critérios eliminatórios e classificatórios. É fundamental que o(a) monitor(a) tenha disponibilidade de tempo para participar do programa, vontade de realizar o trabalho de experimentação e difusão, comprometimento com o município e apoio dos parceiros no que se fizer necessário. Além disso, é interessante que seja ativo(a) e que tenha seriedade, receptividade na comunidade onde mora, espírito inovador, criatividade e facilidade para se comunicar.
- A falta de acesso à terra é um grande limitador, uma vez que implica a falta de autonomia, mas não é fator determinante para ser um bom agente de experimentação e difusão. O mais importante é estar interessado(a) em aprender, experimentar e compartilhar conhecimentos. Portanto, o critério de acesso à terra deve ser relativizado.
- Caso não haja candidatos(as) suficientes para preencher as vagas do município não é interessante forçar esse preenchimento. A seleção de casais não é desejável, uma vez que a participação de ambos pode ficar comprometida dada a dificuldade dos mesmos em se afastarem da propriedade e dos filhos por vários dias.
- Gênero e geração como critérios de seleção são fundamentais e necessários. As dificuldades em lidar com tais questões dentro dos diferentes elementos do método devem ser enfrentadas por meio de estratégias a serem desenvolvidas.
- As relações interpessoais devem ser bem trabalhadas para que haja receptividade, confiança e abertura entre os(as) participantes para ex-

pressarem suas idéias e opiniões sem receios. Propiciar espaços variados de integração e reflexão do grupo é uma excelente ferramenta para criar esse ambiente de interação entre participantes e saberes.

- É necessário ter um método pedagógico cuidadoso nos encontros, que devem ter objetivos claros e encadeados, possibilitando a integração entre os conhecimentos. O aporte de novas informações ao grupo deve ser feito sempre que necessário e tratado como um elemento a mais na troca de experiências. Porém, a forma de se apresentar essas informações deve ser planejada, já que muitas vezes não estão disponíveis no dia-a-dia dos(as) agricultores(as), ainda que façam parte de elementos de sua realidade. Além disso, a linguagem deve ser acessível.
- A metodologia deve dar conta das diferentes formas e tempos de aprendizagem dos(as) participantes. Para isso, deve-se observar bem o grupo e estar atento(a) às expressões de não-entendimento, parando e revendo as informações sempre que for preciso.
- Um caminho para estabelecer a construção coletiva de conhecimentos agroecológicos entre agricultores(as) e entre estes(as) e os(as) técnicos(as) é utilizar perguntas geradoras, levando à auto-reflexão do grupo para que sejam expressos e valorizados os seus conhecimentos. Outro fator que favorece é o planejamento dos temas dos encontros seguindo o calendário agrícola, permitindo a realização imediata de experimentação nas propriedades.
- A interação entre jovens e pessoas mais experientes, bem como entre homens e mulheres, é necessária e constitui-se em uma grande riqueza e complementaridade de olhares. Mas ela não acontece naturalmente na maioria dos casos. Portanto, metodologias devem ser desenvolvidas para inclusão de todos(as) no processo. É preciso sentir o desenvolvimento e maturidade do grupo sobre a temática de gênero. Depois de trabalhar a sensibilização para o tema e de se ter uma melhor compreensão do conceito, a estratégia de trazer o assunto para a realidade do dia-a-dia, por meio de dramatizações acompanhadas de reflexão organizadas pelos(as) próprios(as) participantes, facilita o tratamento da temática.
- A discussão de gênero e geração deve ser mantida de forma transversal, sendo necessário criar espaços pré-definidos para abordar essa temática nos encontros. As místicas se constituem em uma boa ferramenta para envolver os(as) participantes no debate e retratar opres-

sões vividas no dia-a-dia. No decorrer do processo, tais questões devem ser abordadas mais diretamente, criando situações que levem ao amadurecimento do grupo. Os conflitos muitas vezes precisam aflorar para que haja um amadurecimento e enriquecimento sobre essas temáticas.

- Quando parceiros ou assessores externos forem participar de alguma fase no processo de formação, é necessário contextualizá-los sobre objetivos, desenvolvimento e contexto do programa e do grupo naquele momento, fazendo com que se insiram melhor no processo e que a experiência seja valiosa para as duas partes. É fundamental também que a coordenação do programa e assessores ou parceiros construam juntos a metodologia do encontro a ser realizado, visando a harmonia na equipe e evitando problemas durante o evento.
- A experimentação exige autonomia. As maiores dificuldades são a falta de terra própria, de mão-de-obra e de recursos financeiros para investir. O programa deve pensar em como dar apoio e orientar a experimentação. A impossibilidade de praticar a Agroecologia pode gerar frustração nos(as) monitores(as). Diante disso, um aporte inicial de recursos financeiros e/ou sementes e mudas pode impulsionar a realização da experimentação, especialmente no caso de jovens e mulheres, que muitas vezes têm limites de autonomia financeira e falta de apoio familiar para implementar mudanças na propriedade.
- A experimentação deve contar com a troca de experiências. As visitas de acompanhamento aos experimentos dos(as) monitores(as) devem procurar envolver a família, sensibilizando-a para a importância da experimentação e do processo de formação. Tais visitas devem ser realizadas periodicamente e ter um caráter participativo de construção de conhecimentos e motivação entre agricultores(as) e técnicos(as) na busca de soluções. A experimentação deve ser planejada de acordo com as condições materiais e pessoais de que dispõe o(a) monitor(a) e feita aos poucos, primeiramente em pequenas parcelas da propriedade.
- A difusão também deve ter um caráter de construção coletiva de conhecimentos. Ela é influenciada pelo perfil e disponibilidade dos(as) monitores(as), pelo seu comprometimento ou não com a comunidade, pelas questões de gênero e geração (especialmente quando são jovens mulheres), pelo apoio financeiro e político dos parceiros locais e pela dinâmica social local (cultura, receptividade da comunidade, organização dos agricultores(as) no município, etc.). Cada caso é um caso e,

portanto, devem ser pensadas estratégias diferenciadas para cada realidade. Nesse sentido, é essencial o apoio dos parceiros locais para o planejamento conjunto da estratégia de difusão.

Bibliografia

- RIBEIRO, S; BARBOSA, W. Saberes agroecológicos: entrelaçando o popular e o científico. *Revista Ação Ambiental*. UFV: 2005.
- SELENER, D.; CHENIER, J.; JACQUES, A. *De campesino a campesino: experiências práticas de extensão rural participativa*. IIRR/MAELA/ABYA YALA/USAID. 147 p.
- SILVA, B. M.; FERRARI, E.; MONTEIRO, F.; IMACULADA, F.; LEITE, R; RIBEIRO, S. *Sistematização do Programa de Formação de Agricultores e Agricultoras em Sistemas Agroecológicos de Café Orgânico: relatório resumido*. Viçosa: CTA-ZM, 2006. 60 p.

¹Artigo elaborado a partir do documento síntese da sistematização do Programa de Formação de Agricultores e Agricultoras em Sistemas Agroecológicos de Café Orgânico, desenvolvido pelo CTA.

²Agrônomo, técnico do CTA, coordenador executivo

³Pedagoga, MS Educação, técnica do CTA, coordenadora do PFA

⁴Agrônomo, técnico do CTA, coordenador do PFA

⁵Agrônoma, assessora contratada pelo CTA para atuar no PFA



Construção participativa de um modelo de formação de educadores(as) comunitários(as) em segurança alimentar e nutricional e agricultura urbana

Rodica Weitzman¹

1. Introdução

Este texto apresenta a experiência da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede), organização não-governamental atuante em realidades rurais, desde 1986, e urbanas, a partir de 1995. O projeto em tela, conduzido entre 2002 e 2004, teve como principal objetivo a construção e a implementação de um modelo de formação em segurança alimentar e nutricional (SAN), direcionado para as áreas leste e nordeste da região metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais), com base no desenvolvimento de metodologias participativas de educação popular, para subsidiar os processos organizativos das comunidades e a relação destas com o debate e formulação de políticas públicas.

A construção metodológica observada durante o período de execução do projeto para desencadear um processo de formação desses(as) *educadores(as) comunitários(as)* implicou na inclusão de temas comuns e/ou transversais ao tema central (SAN). Em destaque, cita-se:

- a opção pelos princípios agroecológicos de produção;
- a análise das relações de gênero nos processos educativos e organizativos;
- o fortalecimento das parcerias com poderes locais, pela constituição de redes locais de desenvolvimento;
- o protagonismo de membros das comunidades, com capacidade de incentivar dinâmicas locais de aprendizagem, experimentação e criação coletiva de novas idéias, práticas e produtos;
- a maior autonomia dos educadores(as) comunitários(as) no processo de sistematização, avaliação e monitoramento dos impactos do trabalho e na divulgação dessas informações por vários meios de comunicação social; e
- a integração entre diferentes temáticas, na busca de um tratamento multidisciplinar.

O conjunto desses elementos e os resultados obtidos até então caracterizam o diferencial do projeto enquanto uma metodologia inovadora de formação que contribui para a construção de relações de parceria entre a sociedade civil e os poderes públicos, com o intuito maior de contribuir no debate, elaboração e implementação de políticas públicas urbanas.

2. Construção de projetos e políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN)

Diante do quadro de desnutrição e fome existente nas comunidades do campo e da cidade, a pergunta que hoje é colocada para os movimentos sociais e governo é: quais são os caminhos que devemos trilhar para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional? Para chegar à resposta, é importante entender como tem sido a construção e a apropriação do conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) por parte da sociedade civil e quais são as abordagens metodológicas utilizadas para tratar desse

conceito nos trabalhos educativos e organizativos.

Durante muitos anos, no mundo inteiro, o debate sobre o conceito ficou restrito ao argumento de que o aumento na produção de alimentos poderia combater a fome da população mundial, que não parava de crescer. Como consequência, o foco principal estava na preocupação com a capacidade de cada país para abastecer sua população. Ao longo dos anos, com o aumento de doenças carenciais e crônicas não-transmissíveis na população brasileira, os movimentos e organizações da sociedade civil começaram a discutir as causas dessas doenças, incorporando outros aspectos, tais como: acesso aos alimentos; condições de seu preparo; aspectos nutricionais, culturais e socioambientais. Assim, a interiorização e am-

Patrícia Antunes/REDE



Plantio na laje da casa da Rose, integrante do Projeto de Formação de Educadores(as) Comunitários(as) em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar e Nutricional no Bairro de Capitão Eduardo (BH/MG)

pliação do conceito de SAN por parte da sociedade civil e do governo têm provocado discussões sobre a necessidade de desenvolver projetos específicos que abordem as causas geradoras e estruturais da insegurança alimentar e nutricional, por meio de estratégias de conscientização e formação.

Se nosso objetivo é provocar mudanças nas comunidades em que atuamos, é importante incentivar momentos de análise coletiva das questões mais relevantes em dada realidade por meio dos processos educativos e organizativos. Como assessores(as) e educadores(as) populares, nossa função deve ser a de fomentar o cultivo de uma consciência crítica nos participantes, a partir de uma postura questionadora. Para esse fim, é fundamental que re-eduquemos nosso olhar sobre o tema de SAN, buscando compreender as várias dimensões desse conceito abrangente e suas conexões com outros temas geradores que têm importância na vida das comunidades.

As várias causas e facetas do fenômeno de insegurança alimentar precisam ser discutidas e analisadas para coletivamente construirmos alternativas que não simplesmente satisfaçam demandas imediatas, mas que estrategicamente busquem transformações na realidade vivida, a partir das percepções e vivências de cada ator social. Entre as alternativas apresentadas para o meio urbano, a agricultura urbana merece ser reconhecida enquanto um eixo central do desenvolvimento sustentável e da segurança

Foto: Patrícia Antunes/REDE



Uso de tecnologias alternativas para plantio na casa do Sr. Geremias no Bairro de Taquaril (BH/MG)

alimentar e nutricional e incorporada em projetos, programas e políticas existentes nas cidades.

Até recentemente, acreditava-se que a agricultura em geral e a produção de alimentos que abastecia as populações urbanas só eram realizadas no campo. Mas a agricultura urbana é uma prática antiga, embora só agora tenha despertado o interesse de pesquisadores, governos locais, ONGs e movimentos sociais. Hoje, tem-se detectado o fenômeno de um número crescente de moradores urbanos que se dedicam às atividades agrícolas, especialmente nos países menos desenvolvidos. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estimam que cerca de 800 milhões de pessoas se dedicam à agricultura urbana e desempenham um importante papel na alimentação das cidades em todo o mundo.

A hipótese de que a agricultura urbana possa ser uma estratégia eficaz para solucionar um leque de questões socioambientais tem sido a base para o desenvolvimento de experiências locais em SAN. Nesse sentido, as metodologias empregadas sempre procuraram estabelecer uma conexão mais estreita entre *as práticas alimentares saudáveis e a vivência da agricultura urbana*, como forma de *dar resposta* para as causas geradoras do estado de insegurança alimentar em que se encontram as áreas urbanas, onde existe um alto índice de fome, desnutrição e doenças crônicas-degenerativas. Para tanto, tem sido importante investir em processos de experimentação e monitoramento de tecnologias adaptadas para plantio em espaços urbanos que possam maximizar a produção de alimentos saudáveis e demonstrar os vários benefícios dessa prática no contexto das comunidades locais.

Dessa forma, a experiência de implementação de um projeto de formação em SAN e agricultura urbana no período entre 2002 e 2004 apostou no seguinte desafio: demonstrar a viabilidade dessa prática, tanto em termos tecnológicos (o uso de tecnologias adaptadas para espaços pequenos) quanto em termos metodológicos (o uso de metodologias de trabalho que possibilitem o protagonismo dos atores locais e seu engajamento em práticas inovadoras de agricultura urbana e SAN). Acredita-se que, a partir do momento que a agricultura urbana ganha credibilidade por ter experiências-piloto bem-sucedidas, o tema passa a ser uma força aglutinadora para os diversos movimentos sociais e setores de poder público, tanto em nível local quanto regional, estadual e nacional, possibilitando assim uma maior união entre diversos setores em torno de uma agenda em comum.

3. Relato de uma experiência-piloto: Projeto de Formação em Segurança Alimentar e Nutricional nas regiões leste e nordeste de Belo Horizonte.

a) Processo de construção do Projeto de Formação em SAN

Antecedentes

No ano de 1996, a Rede estabeleceu um convênio com a prefeitura de Belo Horizonte para implementar equipamentos chamados de Centros de Vivência Agroecológica (Cevaes) em cinco comunidades, uma proposta inovadora de desenvolvimento local e sustentável que teve como eixo principal o tema da agricultura urbana. No projeto Cevaes, estavam previstas atividades de educação ambiental e plantio em espaços urbanos, tanto em quintais quanto em lotes vagos e equipamentos públicos.

A intervenção da Rede nas comunidades urbanas teve como ponto de partida as redes locais de desenvolvimento, constituídas por órgãos públicos, ONGs e grupos organizados formais e informais, que se destacaram como espaços de socialização de problemas, dificuldades e melhorias, visando ao planejamento e desenvolvimento integrado de atividades e de construção de parcerias. Para possibilitar uma ação contínua e qualificada que abrangesse diversas demandas, optou-se por trabalhar locais determinados, chamados de “núcleos de desenvolvimento”, de forma intensificada e integrada.

Em 1999, nos bairros de Taquaril, Alto Vera Cruz e Granja de Freitas (da região leste), foram definidos quatro núcleos de desenvolvimento e, em 2002, nos bairros de Beija-Flor e Capitão Eduardo (da região nordeste), dois núcleos. Esses locais foram escolhidos pelos seguintes critérios: eram territórios nos quais existiam vários problemas sociais (tais como violência, desemprego, doenças, etc.), mas que, ao mesmo tempo, apresentavam iniciativas para enfrentá-los, por meio de diversas formas de organização comunitária. Enfim, os núcleos de desenvolvimento foram vistos como *experimentos-piloto* que pudessem demonstrar a viabilidade de realizar ações qualificadas em rede e, conseqüentemente, exercer um efeito irradiador em nível regional, sendo uma base para influenciar o desenho dos programas e políticas governamentais.

Contudo, no ano de 2001, a Rede encerrou o convênio com a prefeitura de Belo Horizonte e passou por um período de re-estruturação interna e de redefinição de suas estratégias de intervenção nas comunidades urba-

nas. Nesse momento, a entidade priorizou, entre todas as regiões que tinham os projetos Cevaes, as regiões leste e nordeste, por serem as que tinham alcançado um alto nível de organização, com redes locais de desenvolvimento consolidadas.

Assim, naquele mesmo ano de mudança estratégica e reestruturação, a Rede passou por um momento de avaliação dos resultados alcançados ao longo dos seis anos de intervenção, para que pudesse dar continuidade aos trabalhos locais. Observou-se que, apesar de a definição dos núcleos ser um passo no sentido de qualificar as ações educativas nas comunidades, era preciso construir estratégias complementares para que a formação pudesse dar uma resposta efetiva para a organização comunitária.

Nos Cevaes, durante o período de 1996 a 2001, a Rede realizou diversos cursos direcionados aos moradores dos bairros que abordavam um amplo leque de temáticas, tais como: técnicas de plantio; medicina caseira; reaproveitamento de lixo; alimentação alternativa; desenvolvimento local e sustentável. Esses cursos tinham como objetivo principal formar multiplicadores que pudessem contribuir no fortalecimento da organização das comunidades urbanas. Porém, apesar de as atividades de formação envolverem uma quantidade significativa de moradores ao longo de seis anos de intervenção da Rede, constatou-se que a maior parte das pessoas capacitadas nesses espaços formais (cursos ou oficinas) não conseguia colocar em prática esse rico aprendizado nos seus locais de moradia.

Nesse sentido, um dos fatores que precisa ser considerado nessa avaliação dos resultados das atividades de caráter formativa é a abordagem metodológica das mesmas. Os cursos eram visualizados como uma estraté-

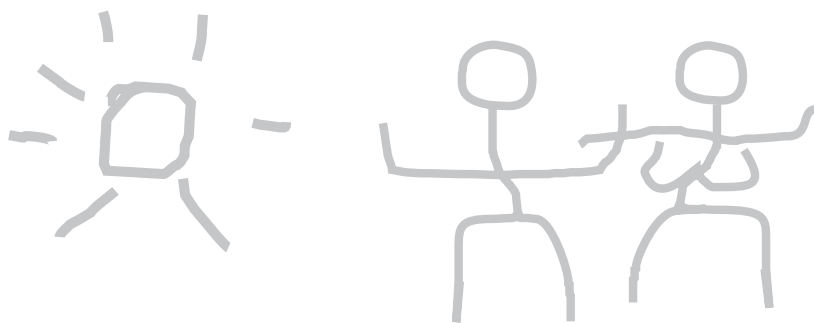


gia para formar *multiplicadores*, porém, apesar de utilizar metodologias participativas, não houve capacitação dos participantes no uso das metodologias de educação popular, para dar suporte ao trabalho de multiplicação nos locais de moradia. Além disso, ao apresentar diversos conteúdos para serem assimilados, supunha-se, de certa forma, que, ao dominar mais conhecimentos e práticas, os participantes teriam uma maior facilidade para *repassar* o aprendizado e se tornarem multiplicadores. Portanto, não foi proporcionado um espaço para a experimentação e avaliação da diversidade de instrumentos metodológicos que pudesse subsidiar esse processo de multiplicação, como também não houve discussão sobre o papel dos(as) multiplicadores(as) nos processos educativos e organizativos. Podemos concluir então que esses cursos não preparavam suficientemente os moradores para exercer sua nova função nas comunidades locais, enquanto *experimentadores(as)*, *multiplicadores(as)* e *educadores(as) comunitários(as)*.

Outra consideração relevante é que a figura de *técnico(a)* local, por ser de grande referência nas comunidades urbanas, enquanto *animador(a)* de ações locais, às vezes dificultava o protagonismo dos moradores que estavam se tornando lideranças comunitárias. Alguns moradores ficavam inibidos diante da *eficiência* dos(as) técnicos(as) para coordenar os processos locais e, por esse motivo, tinham receio de ocupar posições de liderança. Essa observação nos remete a uma reflexão mais ampla sobre a necessidade de esclarecer os diferentes papéis que devem ser assumidos pelos técnicos(as) e pelas lideranças comunitárias nos trabalhos comunitários. Como técnicos(as) das organizações sociais, se nossa função é incentivar o desenvolvimento da capacidade de liderança dos moradores das comunidades locais, é preciso ficar bem atentos(as) aos limites de nosso papel e observar, cuidadosamente, nossas formas de conduzir processos coletivos.

Criação de uma nova estratégia de formação

Em julho de 2002, a Rede chamou as lideranças das comunidades urbanas para participarem da elaboração de um projeto que pudesse superar esses obstáculos que já se apresentavam. A idéia era criar, de maneira coletiva e participativa, uma nova estratégia de formação. Isso representou um passo na construção da autonomia dos grupos locais, uma vez que o foco do projeto estava na consolidação de uma equipe de seis educadoras e três assessores comunitários, com capacidade de mobilizar os moradores em torno das temáticas definidas, assessorar tecnicamente a produção de ali-



mentos saudáveis, coordenar um curso de capacitação e articular o processo local com outras comunidades e grupos para influenciar na formulação de políticas públicas.

Os Diagnósticos Urbanos Participativos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar e Nutricional com Enfoque de Gênero, realizados em 2002 pelas redes locais de desenvolvimento, serviram como uma base para a execução do projeto de formação em SAN. As informações levantadas sobre os conhecimentos e práticas da população em relação aos temas enfocados foram fundamentais para nortear os conteúdos e metodologias a serem utilizados nas atividades educativas. Os diagnósticos também serviram como um momento de sensibilização das famílias nos núcleos de desenvolvimento sobre os temas a serem aprofundados no projeto.

Esse modelo, iniciado em 2003, teve como foco a formação de famílias das regiões leste e nordeste de Belo Horizonte, enquanto agentes de desenvolvimento local e sustentável, a partir de uma abordagem multidisciplinar, baseada na prática da agricultura urbana, interligada a outras temáticas: resíduos sólidos (lixo), plantas medicinais, segurança alimentar e nutricional e relações sociais de gênero. Esse projeto foi desenvolvido nos seis núcleos de desenvolvimento das duas regiões da periferia de Belo Horizonte, por meio da execução de um curso de capacitação (com oficinas práticas e teóricas), além da experimentação de tecnologias apropriadas nos quintais das famílias no período de um ano. A equipe de educadoras e assessores comunitários incentivou a troca de experiências e de conhecimentos, promovendo a interação entre as 60 famílias participantes. Também foram realizados intercâmbios com outras iniciativas em SAN e AU nas diversas regiões do estado de Minas Gerais, para reforçar o aprendizado e consolidar uma articulação entre experiências afins. Dessa forma, foram valorizadas e apoiadas as iniciativas já empreendidas pelas famílias, as suas experimentações de tecnologias e de receitas, além do intercâmbio com

outras experiências e participação em espaços de articulação fora das comunidades.

c) Protagonismo da equipe de educadores(as) e assessores(as) comunitários na construção de uma metodologia participativa de formação em SAN

Um grande diferencial desse modelo de formação, comparando com os anteriores, é a importância que foi dada à figura dos(as) educadores(as) comunitários(as), que foram selecionados segundo critérios construídos conjuntamente com moradores e parceiros das redes locais das comunidades. Essa mudança no foco dos processos locais, da figura de *técnico local* para *educador(a) comunitário(a)*, já representa um passo significativo para garantir a multiplicação do trabalho educativo. Ao reforçar o protagonismo desses(as) educadores(as), eles começaram a assumir uma postura de autonomia, passando a ocupar espaços e funções que estavam, até então, a cargo dos(as) técnicos(as). Ou seja, o simples fato de legitimar as pessoas que foram formadas na própria comunidade, incentivando-lhes a planejar, executar e avaliar as atividades educativas, sem depender da presença de um(a) técnico(a), automaticamente quebra o conceito construído socialmente de que o único saber que tem valor é o *saber técnico e acadêmico*. Além disso, para valorizar o papel desses agentes e viabilizar sua dedicação aos trabalhos educativos e organizativos, cada integrante da equipe recebia uma ajuda de custos. Assim, a Rede deixou de ser a executora e animadora direta dos processos nas comunidades urbanas e passou a exercer o papel de assessoria e apoio na formação e articulação da equipe de agentes comunitários.

A partir disso, as educadoras e assessores comunitários assumiram a responsabilidade de planejar e executar as atividades educativas, utilizando diversas metodologias participativas para incentivar a expressão dos participantes, valorizar seus conhecimentos em relação aos conteúdos trabalhados, entender as causas estruturais da insegurança alimentar e buscar soluções de forma coletiva. Ao mesmo tempo, essa equipe enfrentou o desafio de incorporar informações teóricas no processo de aprendizagem, tentando sempre manter um equilíbrio entre teoria e prática, reflexão e ação. O importante é que, nesse processo, foi se quebrando, aos poucos, a noção de que o saber técnico e acadêmico mantém um lugar privilegiado na construção do conhecimento. Instrumentos metodológicos e momentos de intercâmbio foram utilizados para justamente possibilitar a complementação entre conhecimento popular e conhecimento científico ou técnico, o que gerou *novo saber*.

Outro sinal do *protagonismo* dos(as) educadores(as) comunitários(as) foi o seu nível de envolvimento na criação de uma metodologia participativa de formação em segurança alimentar nutricional urbana com enfoque de gênero. Nesse sentido, a equipe teve que nivelar seu entendimento em relação à finalidade da educação informal, conseguindo chegar ao consenso de que o processo de aprendizagem não significa somente *adquirir* novas informações, mas também tem a ver com os sentimentos, atitudes, crenças, costumes e ações dos envolvidos. Percebe-se que é preciso mexer com as várias faculdades do ser humano, não somente lidando com o plano racional, mas entrando também no terreno da subjetividade, o que facilita a interiorização dos conteúdos por parte dos sujeitos. A visão da Rede e da equipe de educadores(as) e assessores(as) comunitários(as) é que as metodologias participativas não devem ser um fim em si mesmas, mas devem ser utilizadas para a *construção de consciência* no coletivo, tendo como princípio norteador o processo de formação enquanto projeto político.

Dentro da concepção metodológica, merece destaque o valor atribuído à experimentação e inovação. Os conteúdos trabalhados serviram como *insumos* do processo experimental e houve um esforço para manter uma relação de *retro-alimentação* entre as informações e conhecimentos trabalhados e a vivência. Nesse sentido, a preocupação não foi simplesmente *intercalar* prática e teoria, mas criar uma dinâmica de aprendizagem na qual a prática realmente alimenta a elaboração teórica. No caso da agricultura urbana, essa dinâmica foi visível a partir da experimentação das tecnologias apropriadas em pequenos espaços pelas famílias, tendo como bagagem sua própria intuição e os conhecimentos herdados por seus antepassados na área rural. As famílias trocavam entre si as tecnologias testadas nos seus quintais, mostrando assim a viabilidade das mesmas. Nas oficinas, essas experimentações serviram como ponto de partida para o aprofundamento teórico e conceitual.

d) Caráter multidisciplinar do modelo de formação

Outro diferencial desse modelo de formação é seu caráter multidisciplinar, já que aborda diversificado leque de temas, que vão desde plantas medicinais até as relações sociais (gênero, geração). Nos diagnósticos urbanos participativos, verificou-se que muitas famílias plantavam diversos alimentos nos seus quintais, embora seus hábitos alimentares não refletissem essa diversidade. Por isso, percebeu-se a necessidade de conduzir um processo educativo que não fosse simplesmente voltado para a produção



Produção de lanches caseiros pelo Grupo Comunitário de AU e SAN (CAUSA) no Bairro de Alto Vera Cruz (BH/MG)

agroecológica nos quintais, mas que também pudesse abordar questões ligadas às práticas alimentares.

Nas reuniões de planejamento com a equipe de educadoras e assessores comunitários, discutiu-se a importância de evitar a imposição de regras sobre nutrição humana, tendo o cuidado de sempre valorizar as tradições e costumes em relação a certas comidas e explorar seu valor simbólico no imaginário coletivo e no cotidiano de diversos povos.

Muitas vezes, um prato pode ser considerado saudável, ou seja, pode se encaixar nos critérios nutricionais, fornecendo todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento pleno do corpo e da mente. Porém, essa alimentação pode ser inadequada para um determinado grupo devido à sua cultura alimentar, fruto de um processo de construção histórica. Nesse sentido, buscou-se construir uma metodologia de formação no campo da segurança alimentar e nutricional que pudesse levar em consideração o fato de que as escolhas alimentares não são feitas simplesmente porque tal alimento é *mais nutritivo* ou mais acessível por sua produção massificada. A cultura, em um sentido mais amplo, determina as escolhas feitas sobre o

alimento, delimitando o que se deve comer. Portanto, os significados que os moradores atribuem aos alimentos que plantam e consomem a partir de suas vivências representam a base de qualquer processo educativo no campo de SAN.

e) Processo participativo de sistematização, avaliação e monitoramento dos impactos do trabalho

O terceiro aspecto que merece destaque é a maior autonomia das educadoras e assessores comunitários no processo de sistematização, avaliação e monitoramento dos impactos do trabalho, bem como na disseminação dessas informações. Para tanto, buscaram-se meios e formatos de comunicação que pudessem ser apropriados pelos agentes comunitários e famílias e que fortalecessem sua identidade, permitindo a expressão do seu olhar sobre os resultados alcançados, tais como vídeo e fotografia. Além disso, havia a prática do registro em *cadernos de campo*, ainda que o ato de escrever sobre as experiências vivenciadas, para uma população que teve formação escolar precária, tenha sido um grande desafio. Manifestações das próprias educadoras comunitárias revelam sua percepção aguçada sobre a importância do registro no processo educativo:

“Registrar é uma forma de apresentar e comunicar para os outros o trabalho que estamos fazendo. Tudo o que registramos pode ser transformado em cartilhas e vídeos.”

“Registrar é uma forma de avaliar nosso trabalho. É preciso registrar para lembrar depois e não repetir a mesma coisa.”

No ano de 2004, a equipe de educadoras e assessores comunitários conseguiu socializar os principais resultados e desafios do processo de formação com outras comunidades, organizações e espaços políticos. Esse exercício de *sistematização participativa* ajudou-os a extrair as informações mais fundamentais dessa experiência e a ganhar uma compreensão mais abrangente de suas implicações, o que, de certa forma, lhes preparou para uma participação mais qualificada nos cenários de articulação. Assim, ao longo do projeto, a equipe perdeu seu receio inicial de *ocupar* espaços políticos, como fóruns, conselhos e redes, conseguindo ampliar o leque de parceiros e influenciar na formulação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Percebe-se, então, a partir dessa experiência, a importância de fortalecer a relação entre os processos de formação e os ins-

trumentos de comunicação. Quando essas duas estratégias *andam juntas*, o maior engajamento dos agentes comunitários no campo de articulação política se torna uma consequência quase natural do processo educativo.

f) Sinais do êxito da metodologia utilizada no processo de formação

Cultivo de novos valores e atitudes a partir do processo de formação

A formação não serviu simplesmente para adquirir novos conhecimentos, mas também para criar novas maneiras de ser e estar no mundo. As pessoas capacitadas passaram por modificações visíveis no seu comportamento, nas suas relações familiares e de vizinhança e na sua inserção no contexto da comunidade. Ou seja, o processo de aprendizagem possibilitou o crescimento pessoal e coletivo, bem como o desenvolvimento de uma nova consciência em relação à realidade local. Como falou uma das famílias: *“O que estou aprendendo e vendo nesse projeto são valores que estarão comigo para o resto da vida.”*

A valorização do papel da educadora comunitária enquanto uma referência local

Um fator que facilita o processo coletivo de aprendizagem é quando ocorre a identificação entre os participantes e quem coordena o processo educativo. A partir do momento em que as educadoras e assessores comunitários começaram a ser protagonistas do trabalho, em vez dos técnicos(as) da Rede, as famílias se sentiram à vontade para assumir uma postura mais ativa nas ações e perceberam seu próprio potencial enquanto multiplicadores. Uma das participantes expressou sua visão da figura *educadora comunitária*: *“A educadora é aquela pessoa que leva e traz conhecimento para nós. Antes do projeto, eu já mexia com o quintal, mas depois de participar das oficinas, comecei a ter uma noção melhor e hoje sinto tanto orgulho de minhas plantas que eu chamo todo mundo para vê-las! E, sem a educadora, talvez eu não teria ficado tão animada assim.”*

A partir desse projeto, as educadoras se tornaram uma referência não só em nível local, mas também em nível regional, sendo chamadas para assessorar outras organizações na região metropolitana de Belo Horizonte na condução de metodologias participativas de educação popular e nos conteúdos de SAN e agricultura urbana. Essas assessorias prestadas têm servido como uma alternativa para a sustentabilidade desse grupo, além de reforçar sua identidade enquanto *educadores populares*, com ca-

pacidade de ampliar seu raio de atuação e contribuir em outros processos, junto a outros movimentos sociais.

Surgimento de novos grupos comunitários e o fortalecimento dos grupos já existentes na comunidade local

O processo de formação foi uma base para o fortalecimento da organização social, possibilitando o surgimento de formas organizativas comunitárias mais protagonistas e autônomas nos processos locais. Os *núcleos de desenvolvimento local* foram os centros irradiadores desse processo de multiplicação, uma vez que as famílias capacitadas em cada núcleo se agregaram em torno das temáticas que tinham sido trabalhadas, formando *empreendimentos comunitários*. Esse processo de formação também permitiu o surgimento de novas lideranças com uma percepção global de desenvolvimento sustentável. Porém, é preciso dar continuidade ao processo de capacitação junto a essas pessoas que têm perfil *multiplicador*, fortalecendo sua capacidade de dialogar com o poder público, articular parcerias e elaborar e gestar projetos.

4. Algumas considerações na construção de um modelo de formação em SAN

a) Aprofundamento sobre o universo cultural da população urbana

Como os moradores das grandes cidades vêm de diversos lugares, eles possuem uma riqueza cultural enorme e transmitem esses valores por meio de suas práticas. Ao longo dos anos, a Rede tem percebido que as motivações para a agricultura urbana também estão ligadas, principalmente, a uma questão cultural. As pessoas plantam pelo prazer de plantar e pela importância que dão aos valores e hábitos referentes à *vida na roça*. A prática de trazer mudas e sementes do interior, em suas viagens, e de trocar as mesmas com os vizinhos demonstra seus instintos de preservação de sua herança cultural. Porém, muitas vezes, em nossas intervenções, temos a tendência de *homogeneizar* as populações urbanas, passando por cima dessas sutilezas. É importante aprofundar o conhecimento sobre o universo cultural no qual essas pessoas estão inseridas e identificar os vínculos entre as práticas alimentares e outros aspectos presentes na vida das comunidades, como as expressões artísticas, as festas e a religiosidade.

b) Construção de uma estrutura descentralizada de formação, tendo como base áreas geograficamente definidas

No caso do Projeto de Formação em SAN, a opção por trabalhar em *territórios*, que chamamos de *núcleos de desenvolvimento*, com grupos de famílias selecionadas em cada local, possibilitou o fortalecimento da organização comunitária. A promoção de momentos de experimentação de tecnologias apropriadas ou vivências com alimentação no seu próprio quintal ou cozinha reforça o processo de *multiplicação*, já que, de certa forma, os(as) aprendizes já praticam o que estão assimilando de informação nova em seu próprio ambiente. O fato de realizar as ações educativas dentro do espaço privado dos moradores também favorece a interação entre as famílias e cria vínculos de amizade. Percebe-se que o processo de formação, realizado em territórios definidos coletivamente, também possibilitou o fortalecimento das relações de parceria entre os grupos e entidades locais, incentivando a realização de ações educativas em rede.

c) A comunicação como ferramenta valiosa para potencializar as metodologias de educação popular

Observamos que os instrumentos de comunicação social são fundamentais para qualificar e dar visibilidade às ações educativas, bem como para aprofundar a reflexão sobre *temas geradores* e valores, facilitar a circulação de informações no âmbito comunitário e envolver de maneira criativa um maior número de atores sociais em torno de agendas comuns. Contudo, é preciso evitar a simples *instrumentalização* dos meios de comunicação num processo de formação. A comunicação social deve adquirir significado na medida em que a concepção metodológica do dado projeto ou programa esteja clara e seja compreendida por todos os atores envolvidos.

Instrumentos de comunicação para verificar a eficácia dos métodos utilizados na estratégia de formação

Ao longo do processo de formação, o registro e a sistematização das mudanças ocorridas com cada participante tornam-se essenciais, uma vez que permitem constatar seu nível de aprendizagem e crescimento. Por exemplo, utilizar testemunhos (presenciais ou em vídeo) é um meio pedagógico extremamente valorizado e efetivo. Esse tipo de registro serve como uma forma de verificação da eficácia das metodologias utilizadas, demonstran-

do o nível de assimilação de informações técnicas e os efeitos do processo de aprendizagem no cotidiano das pessoas envolvidas. Além disso, esses tipos de instrumento de registro funcionam como um sistema de *retro-alimentação* do processo educativo, facilitando a identificação de lacunas existentes e embasando o re-direcionamento das ações formativas, caso necessário.

Instrumentos de comunicação para dinamizar o processo de aprendizagem

Nesse sentido, é interessante utilizar instrumentos de comunicação para incentivar a troca e intercâmbio entre experiências afins. Afinal, quando a condução e resultados de um processo de formação são *comunicados* para outras comunidades, certamente os trabalhos desenvolvidos localmente se fortalecem, pelo fato de cada um(a) de nós ser profundamente tocado(a) pelo que estamos vendo e percebendo no outro. As formas de comunicar são múltiplas: podem ser tanto presenciais, como intercâmbios e eventos de formação, quanto por meio de veículos como rádio, vídeos e jornais.

Instrumentos de comunicação para fortalecimento da articulação e construção participativa de políticas públicas

Sem dúvida, a comunicação é um instrumento eficaz para fortalecer a articulação entre movimentos sociais a partir de agendas comuns, qualificando a intervenção dos mesmos em espaços de formulação de políticas públicas. Da mesma forma, para que uma experiência de formação no campo de SAN chegue a influenciar as políticas públicas, é importante garantir o registro e a sistematização da prática, a análise dessas informações por meio de um processo de monitoramento participativo e, eventualmente, a conversão dessas reflexões em produtos para divulgação.

Nesse sentido, métodos de monitoramento participativo devem ser incorporados na metodologia de qualquer projeto de formação em SAN, possibilitando o envolvimento dos atores locais não somente no registro das ações desenvolvidas, mas também na avaliação de suas ações a partir das informações levantadas, permitindo uma socialização das lições aprendidas. Essas lições, por sua vez, devem ser disseminadas de forma criativa, por meio de diversos produtos de comunicação, contribuindo assim para dar uma maior visibilidade dessas iniciativas e de suas possíveis contribuições na construção de políticas públicas.

d) *Gênero enquanto um tema transversal dos processos formativos e organizativos*

As relações de gênero nas práticas de SAN e de agricultura urbana

Na agricultura urbana, reconhecemos que são as mulheres que geralmente cuidam do espaço dos quintais, sendo protagonistas na conservação da biodiversidade por garantirem a diversificação de espécies e a manutenção das variedades de sementes. No entanto, percebe-se que o trabalho realizado por elas, especialmente nos quintais, é visto como uma extensão de seu papel reprodutivo, enquanto mãe que *sabe cuidar*. Essa *naturalização* do papel feminino nesses espaços ocorre também porque, de certa forma, o quintal faz parte do espaço privado e doméstico, considerado o território *das mulheres*. Essa visão em relação à agricultura urbana, que coloca as mulheres como as que mais plantam e as que mais se preocupam com o ambiente, como se isso fosse um fator natural e não socialmente e historicamente construído, é o primeiro ponto que precisa ser questionado na re-orientação de nosso olhar sobre os processos e na implementação de projetos e programas de caráter formativo. Embora seja oportuno dar visibilidade e valor ao papel que as mulheres desempenham enquanto *cuidadoras* das hortas e quintais nessas comunidades, precisamos ficar atentos para não cair na armadilha do *essencialismo*, reforçando a idealização da mulher enquanto *protetora* e *guardiã* da natureza, dos filhos, idosos e doentes.

O segundo ponto que pode influenciar nosso olhar sobre as relações sociais de gênero é a diferenciação entre participação e poder nas práticas de agricultura urbana e de segurança alimentar e nutricional. Embora as mulheres desempenhem um papel ativo no cultivo dos alimentos nos quintais e nos espaços públicos, bem como na execução de empreendimentos relacionados com o processamento e comercialização de produtos alimentares, isso não necessariamente significa que elas detenham poder sobre tudo que envolve a agricultura urbana. Muitas vezes, na hora de participar dos espaços públicos e decidir sobre a gestão de recursos para finalidades comunitárias, o homem acaba sendo o *porta-voz* da comunidade. Portanto, é preciso buscar formas de valorizar as práticas das mulheres nos seus quintais, mas ao mesmo tempo devemos tirá-las da invisibilidade e incentivar sua participação plena nos espaços de discussão, debate e gestão de programas e políticas.

A importância de garantir um tratamento transversal de gênero

Sob nosso ponto de vista, a palavra “transversalidade” significa que as relações de gênero devem permear cada aspecto de um projeto ou programa, e não ser pensadas como um elemento adicional. Para garantir um tratamento transversal à questão de gênero no contexto do Projeto de Formação em SAN, foi preciso utilizar instrumentos metodológicos que identificassem e fizessem provocações em relação aos papéis masculinos e femininos, questionando a *naturalização* das relações sociais. Precisávamos buscar formas de quebrar a falsa divisão entre o mundo público (da produção) x mundo privado (da reprodução), mostrando que ambos os sexos estão envolvidos nos dois espaços e que suas tarefas no dia-a-dia se complementam e contribuem, conjuntamente, para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da agricultura urbana.

Qualquer projeto ou programa de formação que vise à incorporação desse olhar transversal de gênero deverá considerar os olhares femininos e masculinos na aplicação dos diversos instrumentos metodológicos. No caso do projeto da Rede, foi necessário que o tema perpassasse todas as ações e reflexões, assim como foi fundamental incorporá-lo em todas as etapas do processo educativo e organizativo (planejamento, execução de atividades, avaliação e monitoramento).

A transversalidade começa por um processo de *re-educar* nosso olhar e aprender a estarmos mais atentos para as diferenças sociais existentes em nossa realidade, muitas vezes vistas como *assuntos secundários* por conta da nossa formação, que reforçou uma fragmentação entre questões subjetivas e questões objetivas. Muitas vezes, durante o trabalho comunitário, as pessoas compartilham questões de sua vida pessoal e nós, educadores(as) populares e técnicos(as), temos dificuldade para lidar com isso. Achamos que não devemos *invadir* a vida particular das pessoas, nem desviar da missão, do ponto de vista técnico, do projeto ou programa de trabalho.

Abordagens metodológicas utilizadas para efetivar transformações nas relações sociais de gênero

Devemos entender que o foco da discussão sobre gênero não é tanto em relação a quem faz o quê. O importante é *quem* define o papel assumido pelo outro. Nesse sentido, é preciso assegurar que tanto os homens quanto as mulheres tenham escolha. Desta forma, o que nos orientou na tentativa de incorporar o enfoque de gênero em nossa abordagem metodológica era

a necessidade de dar visibilidade ao conjunto de trabalho realizado pelas mulheres (que, na maioria das vezes, é invisível), tendo o cuidado ao mesmo tempo de não reforçar os papéis tradicionais. Além disso, de nossa parte, sempre houve o seguinte questionamento: apesar de existir entre as mulheres uma vontade, ou desejo, de plantar, será que elas, ao exercerem a função de *porta-voz* dessa prática, não estariam acumulando mais uma função, mais uma responsabilidade no seu já atribulado cotidiano? Dessa forma, na hora de planejar as atividades do projeto junto com as educadoras comunitárias, considerávamos a importância de não sobrecarregá-las, buscando sempre levar em conta no planejamento questões que às vezes são vistas como subjetivas e extremamente pessoais, como o tempo para lazer e para cuidar de si mesmas.

Assim, na tentativa de incorporar o enfoque de gênero em nossa abordagem metodológica, nossa intenção foi criar estratégias para promover a maior integração entre homens e mulheres no campo da segurança alimentar e agricultura urbana. Quisemos aproximar os homens dessa prática, buscando incorporá-los nas tarefas para romper com o mito de que se trata de um *assunto das mulheres*. Por meio de um levantamento das atividades realizadas no campo de SAN e da agricultura urbana (no diagnóstico participativo), foi possível apontar as contribuições masculinas, mesmo

Foto: Patrícia Antunes/REDE



Família da Patrícia, integrante do Projeto de Formação de Educadores(as) Comunitários(as) em SAN e AU no Bairro de Beija-Flor (BH/MG)

sendo pequenas. Por exemplo, os homens, muitas vezes, traziam sementes e esterco para o espaço do quintal e ajudavam na construção de cercas. Ao longo do processo, procurávamos identificar e potencializar essas contribuições masculinas, incentivando sua participação mais plena nas outras atividades, para que pudesse existir uma certa unidade na realização do trabalho, em nível familiar e comunitário.

Visando a alcançar essa unidade, priorizamos a *re-significação* do quintal enquanto um espaço *familiar* em nossa abordagem metodológica, o que contribuiu para uma melhora significativa nas relações do casal. O valor do quintal cresceu simbolicamente no imaginário coletivo das pessoas envolvidas, e, conseqüentemente, as relações passaram por transformações. Em alguns casos, as atividades realizadas no quintal representavam os únicos momentos em que todos os membros da família se encontravam para fazer uma ação coletiva.

Dessa forma, questões que remetem à *saúde e meio ambiente* deixaram de ser preocupações exclusivamente femininas para serem assumidas, de fato, pela família como um todo. O quintal, por sua vez, começa a ser visto como um espaço de convivência familiar e comunitária. Diante disso, percebe-se que é necessário que todo projeto social que se desenvolva nesse campo de segurança alimentar urbana contribua para a *re-significação* do quintal, não somente enquanto um espaço de produção agroecológica, mas também enquanto um espaço voltado para a construção de *novas relações sociais*.

5. Desafios identificados

a) Conversão de uma experiência-piloto numa política pública universal

A Rede sempre teve como missão a intervenção em políticas públicas a partir de sua experiência em processos de desenvolvimento local e sustentável em comunidades urbanas e rurais. Enquanto o poder público tem a tendência de dar importância a resultados quantitativos nos projetos sociais, buscando formas de replicar experiências bem-sucedidas em uma escala *macro*, com populações maiores, os grupos comunitários e organizações não-governamentais têm acúmulo na construção de processos de formação em uma escala *micro*, com populações menores, cultivando a preocupação com as dinâmicas locais. Porém, a noção de que uma experiência desenvolvida em nível local, só por ter sido bem-sucedida, pode se tornar uma po-

lítica pública universal é um equívoco. A partir de nossa trajetória, temos constatado a dificuldade que é transpor a lógica de um projeto que se realiza numa escala menor para uma escala maior. Outra dificuldade está relacionada à adaptação de um modelo de formação multidisciplinar para uma estrutura fragmentada do poder público. O que fica claro com essa reflexão é a necessidade de desenvolver novas estratégias que nos permitam mostrar a viabilidade de nossas propostas enquanto alternativas para a construção de políticas públicas.

b) A relação com poder público

É importante trilhar caminhos para que uma experiência local de formação no campo de SAN possa interferir no desenho de programas governamentais, por meio da abertura de novas frentes de diálogo com diversos setores e instâncias do Estado (regional, estadual, nacional). Nesse processo de diálogo e articulação, as ferramentas de comunicação social têm bastante utilidade, pois as mesmas aumentam a credibilidade do trabalho desenvolvido e dos seus resultados perante os diversos âmbitos de poder público.

c) A sustentabilidade socioambiental e econômica dos processos locais

Podemos perceber que os agentes comunitários ocupam um lugar importante no desenho dos projetos locais. Porém, ao basear uma estratégia de ação no protagonismo das comunidades, devemos questionar a sustentabilidade socioambiental e econômica da proposta. A partir de nossa experiência, temos verificado que várias pessoas capacitadas nos processos locais acabam abandonando o trabalho comunitário em função de oportunidades de empregos formais e informais, ainda que em sua maioria rendam baixos salários. Isso nos leva ao seguinte questionamento: como o trabalho das(dos) agentes locais de desenvolvimento deve ser financiado?

A estratégia utilizada em nosso projeto de formação, a de garantir uma *ajuda de custos* para viabilizar o trabalho dos(as) educadores(as) e assessores comunitários, funcionou durante um certo período de tempo, mas não representa uma solução definitiva. Considerando que os recursos humanos são o alicerce dos processos educativos e organizativos, é necessário pensar em alternativas que possam garantir o envolvimento de agentes comunitários de forma continuada, sem criar laços de dependência.

Essa reflexão é fundamental inclusive para orientar o desenho dos programas governamentais, sendo nosso objetivo justamente contribuir para



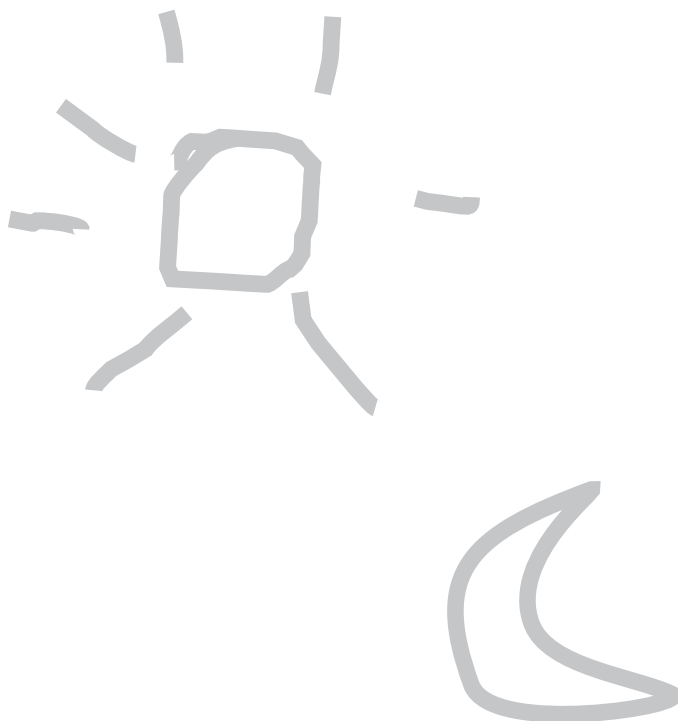
a construção de políticas públicas a partir de experiências comunitárias bem-sucedidas. Daí a questão: como *universalizar* um projeto local de formação em SAN, transpondo esse modelo para uma escala maior sem esbarrar nessa questão da sustentabilidade? Nesse sentido, a Rede tem provocado reflexões sobre a função *social* do trabalho dos agentes comunitários, mostrando que esse serviço exercido por eles deve ser visto como sendo comunitário e público. E, a partir dessa lógica de serviço público, surge uma certa cobrança em relação ao papel do Estado, no sentido de garantir o financiamento desse trabalho. Portanto, uma alternativa que se apresenta é a construção de projetos comunitários em parceria com o poder público, viabilizados por meio de convênios. Finalmente, não estamos propondo que as ONGs e grupos comunitários ocupem o lugar do Estado, exercendo funções que cabem ao governo. Acreditamos, isso sim, que é preciso definir claramente os papéis do governo e da sociedade civil na criação e execução de programas e projetos, buscando uma maior complementariedade entre ambas as partes.

Bibliografia

- ALMEIDA, Marcelo; WEITZMAN, Rodica. *Diagnóstico Urbano Participativo - Capitão Eduardo, Beija Flor e Beira Linha*. Documento interno da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Belo Horizonte, 2003.
- BUNCH, Rolando. *Duas Espigas de milho: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.
- INSTRAW. Entendendo o gênero: as palavras e seus significados. In: *Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento: uma abordagem básica*. Brasília: Ed. Conselho dos Direitos da Mulher, cap. 2, 1996. p. 15-20.

- PETERSEN, Paulo. *Gestão do Conhecimento Agroecológico*: subsídio para o Seminário Interno/ outubro de 1998, 2004.
- SILIPRANDI, Emma. *Políticas de Segurança Alimentar e Papéis de Gênero*: desafios para a mudança de modelos de produção e consumo. Caderno de Textos da II Conferência Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p. 28-32
- WEITZMAN, Rodica; MAGALHÃES, Marilda. *Diagnóstico Urbano Participativo em Segurança Alimentar Nutricional e Agricultura Urbana com enfoque de gênero*. Documento interno da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Belo Horizonte, 2002.

³Socióloga, assessora em formação e gênero da Rede e integrante do GT Gênero e Agroecologia e da Rede Economia e Feminismo.



Multiplicação de Sistemas Agroflorestais: a experiência do Centro Sabiá no agreste pernambucano

Alexandre Henrique Bezerra Pires¹ e José Aldo dos Santos²

1. Introdução

Esta sistematização é fruto da necessidade institucional do Centro Sabiá de refletir acerca de seus processos de atuação. O centro visa também organizar informações que permitam uma avaliação aprofundada da prática metodológica do trabalho, gerando conhecimentos e aprendizados para a equipe de técnicos e técnicas e para os grupos de agricultores e agricultoras envolvidos.

A forma como o Centro Sabiá assessora organizações de agricultores e agricultoras familiares se sustenta fundamentalmente na metodologia de multiplicação da agricultura agroflorestal, construída coletivamente e sendo apropriada pelos grupos de agricultores(as). Nesse sentido, esta sistematização surge na perspectiva de reforçar, apoiar e alimentar as dinâmicas locais das famílias agricultoras e suas organizações, servindo de subsídio para a contribuição institucional no âmbito das redes e articulações das quais a entidade participa.

Foto: Michelle Souza



Dona Zefinha, ao centro, em sua agrofloresta - Bom Jardim (PE)

A experiência de multiplicação da agricultura agroflorestal foi iniciada em meados dos anos 1990, quando o Centro Sabiá decidiu adotar a agrofloresta como elemento norteador das suas ações. A decisão surgiu com a compreensão de que esse modelo gera sustentabilidade econômica e ambiental, inclusão social e respeito à diversidade cultural. Além disso, pode ainda contribuir para a organização das famílias, de modo que assumam o papel de mobilizadoras e defensoras da Agroecologia como estratégia importante para o desenvolvimento rural sustentável.

A partir do trabalho desenvolvido com um grupo de agricultores e agricultoras familiares ligado ao sindicato dos trabalhadores rurais (STR) do município de Bom Jardim, no Agreste Setentrional do estado de Pernambuco, o Centro Sabiá começou implantando duas áreas de agricultura agroflorestal como experimentação. Aos poucos, o número de famílias que aderiu cresceu e acabou sendo criada uma sistemática de acompanhamento do trabalho em forma de mutirão.

Esse processo, do ponto de vista metodológico, consistiu na implantação de sistemas agroflorestais iniciados com pequenos roçados que, com o passar do tempo, foram sendo ampliados. Esse procedimento para a construção permanente e acúmulo gradativo de conhecimentos tinha o objetivo de favorecer a disseminação dessas iniciativas para famílias vizinhas e de outras comunidades e culminou com a fundação da Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim (Agroflor). A organização difunde as práticas agroflorestais por meio de seus associados(as) e do Grupo de Agricultores(as) Multiplicadores(as) ligado à Secretaria de Difusão, que defende a Agroecologia como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar.

Dessa forma, podemos afirmar que os conhecimentos obtidos a partir das práticas cotidianas e das experiências implementadas contribuem significativamente para que várias famílias da região adotem a agricultura agroflorestal como uma forma de gerar mais qualidade de vida para si e para outros, promovendo um ambiente fértil para trocas, elaboração e reelaboração dos saberes. Cabe ressaltar que a troca de experiências foi fundamental para a geração de conhecimento não só entre agricultores(as) multiplicadores(as), mas também entre a equipe do Centro Sabiá.

2. O contexto da experiência

Localizado na mesorregião do médio Capibaribe, o município de Bom Jardim é essencialmente agrícola, tendo 64% de sua população³ vivendo

na área rural e com predominância de atividades agropecuárias. Com uma superfície total de 294 km², apresenta a alta densidade populacional (128 habitantes por km²) característica do Agreste Setentrional.

A vegetação do município era originalmente formada por florestas densas, que foram progressivamente derrubadas para dar lugar às culturas comerciais, como café, algodão, laranja, banana e cana-de-açúcar; às lavouras de subsistência, como milho, feijão, mandioca, entre outras raízes; e à pastagem para a pecuária, desenvolvida principalmente nas pequenas e médias propriedades. Atualmente, não há mais floresta primária e a área rural está quase totalmente desmatada. Restam apenas pequenas reservas de vegetação, denominadas de capoeiras, localizadas nas partes mais úmidas e altas dos chamados brejos.

Na área agrícola de Bom Jardim, 92,5% dos estabelecimentos agropecuários são minifúndios, de até 10 hectares, embora a média seja de 2,4 hectares. Os agricultores familiares detêm menos da metade da terra agrícola total. A outra parte é controlada por apenas 7,5% dos estabelecimentos agropecuários de dimensões médias (até 100 hectares) ou grandes (mais de 100 hectares). Esses dados revelam, de um lado, a fragmentação do espaço rural em pequenas propriedades densamente povoadas e, de outro, a grande concentração de terras no município.

Contudo, é importante observar que, mesmo dispondo de menos terra, os(as) agricultores(as) familiares com menos de 10 hectares são responsáveis pelo maior volume de produção agrícola do município. Essa produção, além de servir para o consumo direto da população local, é destinada ao mercado interno e externo. Associada à produção agrícola está a criação de pequenos animais em pequena escala. Apesar disso, ressalta-se que a renda advinda das atividades agropecuárias não permite que os(as) agricultores(as) familiares possam acumular ou mesmo alcançar melhorias significativas nas suas condições de vida.

3. Conhecendo a realidade local

Com o objetivo de conhecer a realidade das famílias agricultoras do município e de identificar as organizações locais que poderiam ser parceiras na construção de ações voltadas para a agricultura familiar sustentável, o grupo de técnicos(as) e agricultores(as) envolvidos(as) no trabalho, propuseram a realização de um diagnóstico para dar conta desses objetivos.

A realização do diagnóstico apontou o STR do município como um parceiro potencial. O diagnóstico foi realizado como um processo de dis-

cussão e diálogo, com a participação dos agricultores e agricultoras e jovens rurais. Grande parte desse grupo, posteriormente, constituiu a Comissão de Agricultura⁴ do STR, com 26 integrantes.

O diagnóstico revelou também que as famílias agricultoras encontravam-se em situação delicada. As práticas de cultivo da terra eram degradadoras; agrotóxicos e adubos químicos eram usados de forma indiscriminada; os solos estavam degradados e improdutivos; havia um alto índice de insegurança alimentar e pouco estímulo para as atividades agrícolas. Naquele momento, embora o STR de Bom Jardim não priorizasse o trabalho voltado para a produção agrícola, o diagnóstico acabou despertando o interesse do grupo de agricultores(as) em continuar com as ações promovidas pela Rede Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, que realizava atividades de experimentação, intercâmbio de experiências e produção voltadas para a agricultura familiar.

4. Discussão e análise da experiência

Um momento de desafios

Situado em uma região de ecossistema de transição, o Agreste Setentrional localiza-se no semi-árido com influências e resquícios de vegetação da Mata Atlântica e um microclima de brejo de altitude. Essas características representaram, para o Centro Sabiá, um desafio, mas também uma necessidade, uma vez que era imprescindível aprender como seria a implementação da agricultura agroflorestal em realidades diferentes da Mata Atlântica, onde já havia experiência em curso.

Inicialmente, foi articulado um processo de formação dos(as) agricultores(as) para a implantação de experiências de referência⁵. A ausência de experiências agroflorestais no estado e a necessidade de aprendizados e acúmulo de conhecimentos sobre os sistemas, para a equipe técnica do Centro Sabiá e para o grupo de agricultores(as) foram os principais motivadores para a opção estratégica de construir experiências de referência em agricultura agroflorestal. Com o processo, as experiências serviram de referência para o Centro Sabiá e para outros agricultores e agricultoras que se sentiam sensibilizadas a implantar seus sistemas.

Para dar início ao processo, foram escolhidas duas propriedades: uma em ecossistema de brejo e outra no ecossistema do sertão. As duas famílias



Agricultora Fátima Lima (de pé), colhendo frutos da sua agrofloresta - Bom Jardim (PE)

envolvidas demonstraram disposição e interesse em experimentar a nova proposta para a agricultura familiar. Parecia propício, naquele momento, concentrar os esforços do Centro Sabiá no processo de experimentação nessas duas áreas. Entretanto, cerca de um ano depois, uma das famílias desistiu e apenas uma continuou sendo acompanhada. Esse fato colocou em dúvida a idéia de começar implantando poucas experiências para a construção de referências.

Nas áreas implantadas, trabalhou-se com vários elementos como: plantios para recuperação do solo; introdução de espécies frutíferas e plantas nativas; espécies e variedades agrícolas, etc. Nos anos seguintes outros(as) agricultores(as) que participaram do diagnóstico iniciaram a experimentação, utilizando-se dos mesmos princípios das experiências pioneiras. Com a implementação das primeiras áreas, seguiram-se as atividades de trabalho em mutirão, e as discussões e reflexões entre o grupo de agricultores(as) e os técnicos do Centro Sabiá.

A aprendizagem e o acúmulo dos conhecimentos gerados a partir da reflexão sobre as práticas de trabalho nas áreas agroflorestais foram os principais motivadores dos(as) agricultores(as) para a multiplicação dessas experiências. Esses avanços contribuíram para a constituição de uma organização que tivesse o papel de promover o debate da agricultura familiar sustentável na região.

Os processos de experimentação, intercâmbio e capacitação que se desenvolveram em torno às experiências de referência fortaleceram a Comissão de Agricultura do STR no que se refere à formação dos agricultores e agricultoras para desempenharem o papel de multiplicadores(as). Mais tarde essas pessoas constituiriam o Grupo de Agricultores(as) Multiplicadores(as) e logo depois fundariam a Agroflor.

A criação do Grupo de Agricultores(as) Multiplicadores(as) decorreu justamente da constatação de que os agricultores e agricultoras têm grande potencial para contribuir para a replicabilidade dos processos de experimentação. Isso ocorre em função do acúmulo de conhecimento construído a partir da prática cotidiana, como também da capacidade de convencimento de novas pessoas quanto às experiências que vivenciam, principalmente quando essas pessoas também são agricultores e agricultoras. As próprias famílias e suas organizações devem assumir o papel de animadoras dos processos locais de fortalecimento da Agroecologia e influenciar na construção de políticas públicas, de forma autônoma e coerente.

O papel dos agricultores(as) multiplicadores(as) é o de sensibilizar outros agricultores(as) para o desenvolvimento de práticas agrofloretais. Além da sensibilização, eles também contribuem na implantação e acompanhamento de novos sistemas, fazendo as atividades de planejamento e manejo junto com as famílias. Para desempenhar essas funções, os multiplicadores(as) não recebem recursos financeiros mas uma ajuda de custo para as despesas com deslocamento, ou recursos que contribuam com o desenvolvimento de seus próprios sistemas, tais como ferramentas, sacos para mudas, sementes, etc. Os recursos para esse tipo de compensação vêm de projetos que apóiam as ações de multiplicação da agricultura agroflorestral.

Trocando e construindo conhecimentos

A implantação de áreas agrofloretais se desenvolveu, desde o início, a partir da experimentação de desenhos e arranjos de subsistemas construídos conjuntamente por agricultores(as) e técnicos. O trabalho sempre foi conduzido por mutirões, de modo que pudesse despertar no grupo o sentimento de solidariedade e a compreensão do aprendizado mútuo dos agricultores(as) entre si e destes com os técnicos. Para o Centro Sabiá, esse foi o maior e mais complexo desafio: promover estratégias de mudanças na forma de trabalhar com a terra e ao mesmo tempo fortalecer e reconstruir laços de solidariedade e coletividade.

A Comissão de Agricultura do STR de Bom Jardim carecia de um processo contínuo de construção de saberes que desse conta da ampliação do número de famílias trabalhando com a agricultura agroflorestal. Diante disso, por meio de permanente diálogo e reflexão com o grupo, construiu-se um conjunto de estratégias para a sua formação, que consistia em intercâmbios, acompanhamento técnico, oficinas de capacitação, atividades de manejo e implantação das áreas agroflorestais por mutirões.

A estratégia de transformar as áreas já implantadas em áreas de referência para alimentar o processo da multiplicação⁶, com ênfase na aplicação de propostas sistêmicas e na necessidade de se ampliar a ação. Prosseguindo com a implantação das experiências, buscou-se alcançar resultados nos planos ambiental e econômico, a ampliação da segurança alimentar das famílias, a valorização das expressões culturais e dos conhecimentos das famílias e a influência política no município.

O trabalho abrangia, portanto, não só os aspectos técnicos, mas também um amplo espectro de questões relacionadas ao desenvolvimento local. Foi nesse contexto que o Centro Sabiá, juntamente com o Grupo de Agricultores(as), definiu como prioridade a multiplicação da agrofloresta.

Essa prioridade decorreu de uma avaliação do impacto limitado do processo, considerando que as organizações parceiras, no caso o STR do município, não priorizavam nem assumiam como atividade própria a multiplicação de sistemas agroflorestais. Os motivos eram vários: não havia recursos financeiros; eram poucas as pessoas que se envolviam no trabalho; o tempo era escasso diante de outras atividades do sindicato; pouca visibilidade na mídia; a agrofloresta se apresentava como um novo paradigma de intensa complexidade; as iniciativas eram em pequena escala; e ausência de parcerias com órgãos públicos.

No entanto, era notório que havia um potencial efetivo para a ampliação do trabalho, pela disposição e vontade dos agricultores e agricultoras que compunham o Grupo de Agricultores(as) Multiplicadores(as) em experimentar e inovar suas práticas agrícolas. O desafio estava em se aproveitar esse potencial, diante dos limites e dificuldades que se apresentavam. Nos momentos de planejamento coletivo, foi enumerada uma série de questões que exigiam maior atenção, tais como:

- conquista de espaços nos meios de comunicação local para divulgar a agricultura agroflorestal e a Agroecologia, sendo o rádio o principal veículo utilizado;

- prioridade para o trabalho de multiplicação a partir das relações com as comunidades;
- necessidade de se resgatar e avaliar a experiência, aprimorando a difusão a partir de uma proposta metodológica sistêmica.

Mantinha-se uma rotina de reuniões mensais sempre na propriedade de alguma família integrante do grupo. O objetivo desses encontros era avaliar, planejar e monitorar as atividades e capacitar os agricultores e agricultoras em determinadas temáticas que contribuíssem para as atividades de multiplicação realizadas pelos mesmos. Essa dinâmica também chegou a outro grupo de agricultores(as) no município de Triunfo, sertão do Pajeú, outra região de atuação do Centro Sabiá.

Cabe ainda ressaltar o intercâmbio de sementes, no qual cada agricultor(a) levava uma diversidade de sementes de sua região para trocar com os demais. Essa prática, conhecida como a Feira de Sementes, sempre foi um momento de bastante ânimo e estímulo entre os integrantes do grupo. A agricultora Lourdes Negromonte, da comunidade de Santa Cruz, Bom Jardim, chegou a receber o título “Rainha das Sementes”. O título era uma forma de reconhecimento da agricultora que mais se dedicava ao trabalho agroflorestral, à difusão da agroflorestra, à coleta de sementes e à manutenção de uma diversidade de espécies vegetais na propriedade, entre outros aspectos.

A Feira de Sementes contribuiu bastante para que os agricultores se apropriassem do papel de difusores e para a introdução de espécies nativas e agrícolas nos sistemas agroflorestrais, garantindo a ampliação da diversidade genética vegetal, o que sempre foi um desafio. Embora continue acontecendo durante os intercâmbios, essa prática foi diminuindo ao longo dos anos e com aumento do número de famílias. Atualmente o Centro Sabiá discute com as associações o resgate da troca de sementes nos encontros.

Essas dinâmicas sociais foram importantes para o aprendizado institucional, assim como para a criação de referências em agricultura agroflorestral, contribuindo fundamentalmente para a sensibilização e ampliação do número de famílias que adotam as práticas no município e na região. Os intercâmbios são considerados um importante instrumento nesse processo, favorecendo a construção de saberes entre agricultores(as)-agricultores(as) e entre agricultores(as)-técnicos(as).

A prática da multiplicação agroflorestal

Um dos passos mais importantes para o processo de multiplicação de áreas agroflorestais foi a discussão com o grupo sobre a forma de abordagem de outras famílias para esse tipo de trabalho. Foram apontados alguns princípios e compreensões que ajudaram o grupo, tais como: a importância e o papel do(a) agricultor(a) multiplicador(a); temas e conteúdos a serem trabalhados (diversificação dos roçados, aproveitamento da água, valorização das espécies nativas e das sementes crioulas); a metodologia; o planejamento e desenho das áreas; e os instrumentos a serem utilizados.

Nessa atividade, o grupo chegou à seguinte definição do conteúdo e da metodologia do trabalho de multiplicação:

“O conteúdo a ser difundido é o sistema agroflorestal. A implantação de sistemas agroflorestais deve sempre partir da realidade concreta de cada propriedade, das preferências e aptidões de cada agricultor. É importante respeitar o calendário agrícola e ter sementes e mudas disponíveis no momento certo.”
(Sabiá, 1999)

Essa definição foi incorporada pelo grupo de agricultores(as) multiplicadores(as) e pela equipe do Centro Sabiá, tornando-se o fundamento da ação institucional e expressando-se mais tarde em duas publicações: *Agrofloresta: um novo jeito de fazer agricultura* e *Agrofloresta ou Agricultura Agroflorestal*.

Para construir uma unidade no processo de multiplicação da agricultura agroflorestal, foram elaborados alguns referenciais dos objetivos, práticas de manejo do agroecossistema que deveriam ser trabalhadas junto às famílias e possíveis instrumentos a serem empregados. O quadro (pág 228) apresenta esses referenciais que, embora tenham sido elaborados no início desse processo, atualmente são seguidos pelos agricultores e agricultoras multiplicadores(as).

Para compensar o tempo que os(as) agricultores(as) deixavam de trabalhar em suas propriedades para se dedicar ao projeto, foi definido pelo próprio grupo que eles deveriam ser retribuídos com materiais que os ajudassem no desenvolvimento de seus agroecossistemas, tais como ferramentas (facão, ferro de cova, tesoura de poda, podão, pedra de amolar), mudas, sacolas, sementes, materiais apícolas e de construção de aprisco. Discutir conjuntamente essa compensação do tempo foi fundamental para a construção de uma relação de parceria com o Centro Sabiá, garantindo a independência e a autonomia do grupo na condução das atividades.

Os objetivos gerais do programa de <i>difusão</i> ⁷	As práticas de manejo dos agroecossistemas	Instrumentos
<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação do solo e dos recursos naturais • Diversificação e aumento da produção • Melhoria da renda e da situação econômica • Melhoria no aproveitamento da produção e economia de mão-de-obra 	<ul style="list-style-type: none"> • Não queimar • Não derrubar árvores • Plantio consorciado denso • Capina seletiva • Poda das árvores • Cobrir a terra 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas e intercâmbios • Treinamentos • Acompanhamento técnico • Mutirão/troca de dias

A comunicação nos processos de geração do conhecimento

Com o objetivo de disseminar o conhecimento sobre agricultura agroflorestal e Agroecologia no município e na microrregião, foram idealizadas campanhas de sensibilização. Essas campanhas têm o papel de estimular a adoção de práticas agrícolas que não agridam o meio ambiente e de mobilizar a sociedade em geral, principalmente agricultores e agricultoras familiares, para o debate sobre agricultura familiar sustentável.

A expressão *contra as queimadas e pela preservação da vida* é o eixo central das atividades de mobilização, tendo como exemplo a *Campanha contra as queimadas e por mais produção*. As mais diversas estratégias de comunicação são utilizadas para dar visibilidade às campanhas e informar a população: produção de materiais impressos, panfletos, matérias no boletim *Dois Dedos de Prosa*⁸, peças teatrais, apresentações de artistas locais e programas de rádio.

Entendendo as campanhas como um processo estratégico de mobilização, algumas atividades são desenvolvidas nas comunidades, como a realização de reuniões de sensibilização seguidas de atos públicos na sede dos municípios. Para conduzir esses momentos de mobilização havia uma articulação com STRs, Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, associações comunitárias e igrejas. Como estratégia mais per-



manente para incentivar o debate sobre a agricultura familiar sustentável foi idealizada a campanha *Plantando mais vida para um mundo melhor*, que traduz um sentimento de promoção da vida por meio de uma ação concreta: o plantio de mais árvores.

A construção dos objetivos da campanha partiu da demanda por uma maior diversidade de espécies vegetais, evidenciada nos processos de implantação das áreas agroflorestais. A campanha foi fundamental para que os(as) agricultores(as) constituíssem bancos genéticos de mudas, sementes e estacas em suas propriedades, contribuindo significativamente para a implantação de novas experiências e de uma maior consciência para a preservação da agrobiodiversidade nativa.

A distribuição de espécies resistentes e adaptadas à região do semi-árido – frutíferas, forrageiras e adubadeiras - , possibilitou o estabelecimento de sistemáticas de troca de sementes entre os agricultores(as) e o cultivo das espécies nativas. Inicialmente, o Centro Sabiá fomentou um fundo rotativo, financiando a compra de mudas de espécies nativas e/ou adaptadas ao plantio nessas áreas. O(a) agricultor(a) recebia uma determinada quantidade de mudas, estacas ou sementes de acordo com a sua demanda. Posteriormente, devolvia o dobro do material recebido para outras famílias agricultoras interessadas em experimentar a agricultura agroflorestal. Depois, as próprias associações assumiram a metodologia e a gestão dos fundos rotativos de recursos genéticos.

Com o decorrer dos anos, desde seu lançamento em 1998, a campanha tomou outras dimensões, passando a mobilizar não apenas agricultores(as) familiares, mas toda a sociedade, principalmente as escolas. A estratégia foi envolver as escolas dos municípios para que as professoras trabalhem

em sala de aula os temas definidos por meio das articulações e parcerias. Esses momentos culminaram com atos públicos durante a Semana do Meio Ambiente, quando agricultores(as) também são chamados(as) para participar. Em todo esse processo, são utilizados vários meios de comunicação para sensibilização e informação da população, tais como panfletos, cartazes, peças teatrais, apresentações de artistas locais e programas de rádio.

As atividades de mobilização das campanhas se configuram também com visitas dos estudantes, professoras e professores e dos demais participantes às propriedades agroflorestais das famílias agriculturas. Agricultores(as) agroflorestais também são chamados a dar depoimentos e expor seus trabalhos nos seminários e palestras promovidos pelas campanhas. Esses processos têm permitido a divulgação dos trabalhos e dos benefícios da agricultura agroflorestal para a população. Contudo, não tem dado conta ainda de sensibilizar o poder público local para a adoção de políticas e estratégias para estruturação de um modelo de agricultura sustentável na região.

Avaliando o processo e apontando desafios

A construção de áreas referenciais, embora tenha sido fundamental no processo de aprendizagem, não conseguiu se sustentar pela ausência de recursos destinados a esse fim nos projetos do Centro Sabiá. Surgiu então o desafio de aprimorar a metodologia e ampliar a captação de recursos financeiros para o fortalecimento e consolidação do trabalho de multiplicação da agrofloresta, como princípio da construção do conhecimento.

Ao longo do processo, algumas avaliações também apontaram para *deficiências na sistematização e na ampliação da agricultura agroflorestal* (Sabiá, 1999). Identificamos como causas a insuficiência, ineficiência e inadequação de alguns instrumentos didáticos empregados. Associado a isso, verificou-se que havia poucos dados sobre as experiências (produção, produtividade, mão-de-obra, renda, segurança alimentar das famílias), existia limitada elaboração de conteúdos sobre sistemas agroflorestais, o aspecto econômico era pouco integrado ao sistema de produção e a integração entre as agroflorestras e os subsistemas com culturas anuais era insuficiente. Esse quadro nos levou a afirmar que a demanda por sistematização de nossas práticas era um desafio a ser superado, mas também uma oportunidade para o Centro Sabiá e para as organizações de agricultores(as), uma vez que o registro e organização da prática levam a uma maior reflexão sobre sua atuação, permitem a orientação e re-orientação das ações e geram conhecimentos no campo agroecológico.



Agricultor agroflorestal, Pedro Custódio, ao centro, recebe visita de intercâmbio - Bom Jardim (PE)

município. Contudo, nesse momento, o aumento na demanda de trabalho do Centro Sabiá, com a ampliação da ação institucional, fez com que houvesse descontinuidade de uma ação mais sistemática de acompanhamento e reflexão com o grupo de multiplicadores(as).

Outras questões levaram o grupo a diminuir, como a pouca habilidade de alguns multiplicadores(as) no processo de sensibilização de novos agricultores(as); problemas pessoais; pouca disponibilidade de tempo; e uma maior necessidade de se dedicar a seus respectivos agroecossistemas. A maior demanda de trabalho na propriedade está relacionada ao crescimento das áreas agroflorestais, que começaram a ocupar espaços maiores, passando a exigir mais tempo do agricultor ou da agricultora.

Paralelo a esse processo, os(as) agricultores(as) começaram a pensar e discutir estratégias para o escoamento da produção excedente, em virtude do bom desenvolvimento dos agroecossistemas e das necessidades de abastecimento das famílias. Em 1997, foi criado, em Recife, o Espaço Agroecológico, onde agricultores(as) assessorados(as) por várias organizações, entre elas o Centro Sabiá, começaram a comercializar sua produção. O processo de comercialização trouxe alguns desafios para o grupo, como o planejamento da produção que contemplasse o mercado e a gestão do espaço, que desde o princípio foi feito pelos(as) próprios(as) agricultores(as). Esse planejamento deve considerar não só a demanda do mercado, mas também a produção voltada para suprir as necessidades alimentares da família. Trabalhar a introdução dessa lógica nos agroecossistemas ainda é um grande desafio para os(as) técnicos(as) e multiplicadores(as).

A necessidade de se influenciar o poder público, sobretudo no âmbito dos municípios, para a criação e desenvolvimento de políticas governa-

mentais voltadas prioritariamente para a agricultura familiar sustentável é outro desafio, que vem sendo superado a partir do estabelecimento de canais de diálogo com os governos municipais, embora as ações práticas ainda sejam pouco consistentes. Essa questão está estritamente relacionada com a capacidade de mobilização das organizações dos(as) agricultores(as) para gerar uma maior influência nos processos político-decisórios.

As parcerias e articulações nos municípios e em algumas regiões têm contribuindo para a introdução de um novo modo de pensar: construir ou reconstruir uma compreensão de desenvolvimento rural baseada nos princípios da Agroecologia. Imagina-se que a partir do momento em que organizações governamentais e não-governamentais e movimentos sociais assumam efetivamente a Agroecologia como o norte orientador das ações de desenvolvimento, poderemos verificar avanços na geração e gestão do conhecimento no meio rural.

4. Conclusões

Ter traçado como estratégia a construção de agroecossistemas de referência foi um importante acerto metodológico para a multiplicação da agricultura agroflorestal assim como para os aprendizados institucionais. Aprender os passos para a implantação de uma agrofloresta, as estratégias e conhecimentos acumulados a partir da prática e da observação da natureza com os agricultores e agricultoras continua sendo um passo fundamental para a formação da equipe e para a construção do conhecimento mútuo junto às famílias.

Ainda desafiadora, a opção pela multiplicação da agricultura agroflorestal toma outras dimensões com a afirmação e influência das organizações dos agricultores nas suas regiões. A partir de experiências que apresentam respostas do ponto de vista ambiental, econômico, social e cultural e de suas inserções em espaços políticos, tem se conseguido a adesão cada vez maior de agricultores e agricultoras familiares na adoção de práticas de manejo sustentáveis da agrobiodiversidade e do solo.

Já o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas associações por parte do poder público tem favorecido um diálogo mais constante entre sociedade civil e governo. Isso não significa mudanças imediatas nas posturas governamentais, mas expressa concretamente a atenção da sociedade para outra lógica de como pensar e tratar a agricultura familiar.

A comunicação deve ser vista como um instrumento fundamental nas dinâmicas que envolvem geração e gestão do conhecimento. Comunicar-se



por meio de rádio, cartilhas, boletins e outros veículos é essencial para que as idéias e experiências inovadoras sejam disseminadas. No entanto, o desafio de conciliar a assessoria às famílias e às suas organizações e de promover a sistematização das experiências requer uma atenção especial. É preciso perceber que a sistematização e a elaboração de instrumentos de comunicação fazem parte da construção do conhecimento e que, portanto, não podem ser desassociadas de uma ação-reflexão. Pelo contrário, esses instrumentos potencializam o caminho do agir e refletir sobre a ação.

As campanhas de mobilização e sensibilização são conduzidas pelas associações de agricultores(as) como estratégias para dar visibilidade e fortalecer suas ações, as quais se desenvolvem de forma cada vez mais autônoma e independente em relação ao Centro Sabiá. O intercâmbio é um dos instrumentos mais presentes nas estratégias de multiplicação da agricultura agroflorestal adotadas pelas organizações de agricultores(as). Isso reafirma o poder da interação e da relação que se estabelece entre os grupos para a construção do conhecimento. A intensidade de visitas de intercâmbio que agricultores e agricultoras agroflorestais têm recebido nos últimos anos pode ser um “termômetro” para essa afirmação, a exemplo do Sítio São João, em Abreu e Lima (PE), que recebeu cerca de 500 pessoas nos anos de 2004 e 2005.

Finalmente, a participação do Centro Sabiá e das organizações dos(as) agricultores(as), juntamente com outras instituições e movimentos sociais, em alguns espaços de articulação e redes tem conseguido influenciar o debate envolvendo a Agroecologia e a agricultura agroflorestal. A presença nos conselhos e espaços de elaboração e discussão sobre políticas públicas também tem contribuído para que organizações, movimentos sociais e setores do poder público se mobilizem e tenham um olhar mais atento à agricultura familiar sustentável.

5. Referências Bibliográficas

- CENTRO SABIÁ. *Relatório do planejamento estratégico do Centro Sabiá 1999-2001*. Recife: Centro Sabiá, 2001.
- CENTRO SABIÁ. *Relatório do seminário anual de avaliação e planejamento 2003-2004*. Recife: Centro Sabiá, 2003.
- HABERMEIER, K.; SILVA, A. D. *Agrofloresta: um novo jeito de fazer agricultura*. Recife: Centro Sabiá, 1999. 41 p.
- SANTOS, J. A. dos. *Agricultura familiar ecológica: construção e implantação de sistemas agrícolas sustentáveis, estudo de caso em Bom Jardim (PE)*. Recife, 2000. 114 p.
- SILVEIRA, L.; PETERSEN, P.; SABOURIN, E. *Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do agreste da Paraíba*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 355 p.
- SOUSA, J. E. *Sistematização da metodologia de difusão da agricultura agroflorestal – Relatório*. Recife: Centro Sabiá, 2004. 17 p.
- SOUSA, J. E. *Agricultura agroflorestal ou agrofloresta*. Recife: Centro Sabiá, 2000. 27 p.

¹Biólogo e coordenador técnico do Centro Sabiá.

²Agrônomo, mestre em Administração Rural pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e coordenador-geral do Centro Sabiá.

³O município tem 37.013 habitantes, sendo que 23.980 (64%) estão na área rural (IBGE – Censo Demográfico 2000).

⁴Grupo de agricultores e agricultoras que participaram das dinâmicas de capacitação, intercâmbios, experimentação e difusão.

⁵Experiências acompanhadas sistematicamente na perspectiva de sua consolidação nos aspectos ecológico e socioeconômicos, servindo para a construção de instrumentos de comunicação a fim de sensibilizar a sociedade e de contribuir no processo de multiplicação.

⁶Compreende-se por multiplicação um processo contínuo de capacitação, formação e intercâmbio de experiências, onde as dinâmicas acontecem a partir da vivência e da prática das famílias e da reflexão sobre as mesmas. É um processo coletivo de experimentação e construção do conhecimento.

⁷A expressão difusão agroflorestal foi usada durante alguns anos pelo Centro Sabiá nas estratégias de ampliação das áreas agroflorestais. Após alguns momentos de discussão e reflexão interna sobre o significado da palavra difusão, que é carregada de uma lógica de transmissão de conhecimentos, o coletivo da equipe decidiu utilizar o termo multiplicação agroflorestal, como uma expressão mais condizente com a prática institucional, que consiste em favorecer os processos de construção de conhecimentos junto às famílias e não apenas transferi-los.

⁸Periódico do Centro Sabiá que divulga as experiências e os trabalhos desenvolvidos por agricultores e agricultoras nas suas áreas de atuação. Sua produção foi iniciada no ano de 1989 e já está na 47ª edição.

Caminhos metodológicos para a transição agroecológica: a experiência na região de Sobradinho e do baixo Sul da Bahia

Marcelo Galassi de Freitas Paranhos ¹

1. Introdução

O Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (Sasop) é uma entidade da sociedade civil, criada em 1989, que vem contribuindo para a construção do desenvolvimento rural sustentável no estado da Bahia por meio do fortalecimento da agricultura familiar e da promoção da Agroecologia. Originou-se do Projeto Tecnologias Alternativas da Fase e tem investido no fortalecimento da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA). O Sasop organiza a sua atuação em três programas: o Programa de Desenvolvimento Institucional, o Programa de Desenvolvimento Local do Semi-árido (PDL-SA) e o Programa de Desenvolvimento Local da Mata Atlântica (PDL-MA).

A sistematização apresentada neste artigo aborda aspectos das práticas metodológicas dos dois programas de desenvolvimento local (PDLs), que acontecem, respectivamente, nos municípios de Campo Alegre de Lourdes e Remanso, na microrregião de Sobradinho, e no município de Camamu, no baixo Sul da Bahia. Esses programas procuram valorizar as potencialidades e as necessidades locais e visam a resgatar e construir o conhecimento agroecológico, incrementar a renda familiar, favorecer a segurança alimentar e fortalecer as organizações de agricultores familiares, que por sua vez devem protagonizar mudanças que tragam o resgate da cidadania e uma melhor qualidade de vida para as famílias agricultoras.

Programa de Desenvolvimento Local da Mata Atlântica (PDL-MA)

A intervenção do Sasop no ecossistema da Mata Atlântica se desenvolve na região do baixo Sul da Bahia desde 1997, quando surgiu o PDL-MA. O programa partiu das demandas apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camamu e Igrapiúna para a construção de alternativas sustentáveis de produção agrícola em meio à crise da lavoura cacaeira.

A estratégia inicial preconizava a implantação de áreas demonstrativas (ADs) de sistemas agroflorestais (SAFs) progressivamente implantados nas

propriedades dos agricultores. A idéia era melhorar os manejos tradicionais introduzindo maior diversidade de espécies frutíferas e de essências nativas, e ainda desenvolver sistemas agroflorestais biodiversificados visando a recuperação de áreas degradadas pelo desmatamento e uso inadequado dos solos.



Fotos: Arquivo Sasop

Devolução para as comunidades da rodada de intercâmbios sobre quintais

Logo no início do trabalho, o Sasop procurou uma experiência que servisse de referência para estimular o processo de experimentação no município de Camamu. A experiência escolhida foi a da Fazenda Três Colinas no município de Piraí do Norte, do suíço Ernst Gotsch, considerada na época um dos casos mais bem-sucedidos de manejo sustentável do ecossistema Mata Atlântica².

Em dezembro de 1997, um grupo de agricultores de Camamu visitou as unidades de SAFs assessoradas pelo Centro Sabiá em Pernambuco. Essa viagem de intercâmbio provocou grande motivação e incentivou os agricultores visitantes, que iniciavam suas experiências com SAFs. Embora acontecessem em outro estado do Nordeste, as experiências visitadas eram desenvolvidas no contexto da agricultura familiar, o que garantiu um processo de troca mais horizontal, de agricultor para agricultor.

Conforme a experiência foi se desenvolvendo, o processo de intercâmbios foi se intensificando. Grupos de agricultores saíram em visitas ao sul e extremo sul da Bahia, à Santa Catarina e ao Espírito Santo. Os integrantes desses grupos variavam para que um maior número de agricultores e agricultoras tivessem oportunidade de conhecer novas experiências.

Programa de Desenvolvimento Local do Semi-árido (PDL-SA)

No início da intervenção do PDL-SA no município de Campo Alegre de Lourdes, região de Sobradinho, o Sasop pretendia, com o conjunto das suas ações, “dinamizar o desenvolvimento das comunidades rurais a partir, basicamente, da diversificação dos sistemas produtivos, do apoio a atividades geradoras de emprego e renda e a outras atividades orientadas para melhorar o perfil alimentar e nutricional dessa população, com a preocupa-

ção de influenciar a formulação de políticas públicas no âmbito local e regional.” (SASOP, s.d.)

O ponto de partida para a definição dos eixos de trabalho foram os diagnósticos rurais participativos de agroecossistemas (DRPAs). Atualmente, os principais temas trabalhados no PDL-SA são:

- apicultura;
- caprinocultura;
- segurança alimentar e nutricional (SAN), que envolve quintais, educação alimentar e beneficiamento de frutas;
- acesso a mercados;
- fortalecimento organizativo; e
- gênero.

Mesmo antes da realização dos diagnósticos, já se identificava um grande potencial ambiental para a apicultura na região, embora o extrativismo predatório do mel ainda predominasse. O Sasop contribuiu com a capacitação dos grupos de apicultores e forneceu os equipamentos necessários para montar um apiário coletivo simples, por meio de um fundo rotativo (microcrédito)³. O trabalho visava inicialmente melhorar a segurança alimentar com a produção de mel para o consumo das famílias.

No caso da caprinocultura, a ação inicial esteve voltada para o controle de verminoses por meio de capacitações em manejo sanitário, além de melhorias na infra-estrutura (o chiqueiro e o aprisco). Para superar a carência de forrageiras em certas épocas do ano, foram realizados experimentos para produção de forragens (bancos de proteínas) e, com apoio do fundo rotativo, foram implantadas máquinas forrageiras e unidades de produção de raspa de mandioca para ração.

Os temas da educação alimentar e dos quintais compõem o eixo estratégico da intervenção do PDL-SA, que visa primeiramente à promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) das famílias agricultoras. Nesse sentido, iniciou-se em 2002 um trabalho de beneficiamento de frutas (principalmente o umbu), com o objetivo de evitar perdas e disponibilizar os produtos beneficiados (doces, geléias, sucos, etc.) para a alimentação das famílias nos períodos de entressafra.

Organizado a partir do diagnóstico de SAN/1998, o trabalho se desenvolveu por meio de oficinas de educação alimentar, valorizando os recur-

tos locais e estimulando a diversificação da produção de gêneros alimentícios (mel, carne, frutas, verduras, etc.). Com o intuito de ampliar o processo de capacitação, investiu-se na formação de monitoras nos temas de educação alimentar e beneficiamento. A idéia era mobilizar os conhecimentos em SAN das agricultoras e de outras entidades e irradiá-los para outras famílias agricultoras.

2. Os processos de experimentação e seus dilemas metodológicos

O Programa da Mata Atlântica contou com a participação efetiva de agricultores na condução dos experimentos, estabelecendo formas bastante democráticas no relacionamento com as comunidades. Apesar disso, o princípio metodológico adotado na implantação das áreas demonstrativas (ADs) não superou totalmente a relação de verticalidade entre os conhecimentos de técnicos e de agricultores que caracteriza as práticas do extensionismo convencional. Isso porque o Sasop, em parceria com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceploc)⁴, atuou como portador de uma proposta de manejo inovadora, mas que foi desenvolvida fora do contexto das comunidades.

O objetivo do projeto era disseminar a complexa proposta de implantação de SAFs em meio às comunidades rurais. Para tanto, era preciso demonstrar a sua validade para as famílias de agricultores. Com esse tipo de concepção, percebe-se a reiteração da prática de importação de soluções técnicas para os problemas vivenciados pelas famílias agricultoras. Embora o Sasop, por meio do PDL-MA, tenha evitado o mais corriqueiro sistema

difusionista empregado pelas empresas oficiais de extensão rural, esse tipo de procedimento não permitiu romper com a dependência dos agricultores em relação aos técnicos.



Oficina de teatro para jovens

Ao concentrar a atuação em ADs e mobilizar um universo social restrito, a metodologia originalmente implementada foi incapaz de apreender a realidade complexa de estruturação e funcionamento dos agroecossistemas e, conseqüentemente, estabelecer um diálogo mais horizontal com as famílias das comunidades onde se iniciaram os trabalhos.

A partir de 2001, a entidade ampliou o escopo temático de sua intervenção técnica ao incorporar novos eixos à ação do PDL-MA. O antigo eixo *difusão de sistemas agroflorestais* foi substituído por *manejo agroecológico do sistema produtivo*, apresentando uma perspectiva de intervenção mais integradora do ponto de vista técnico e menos convencional do ponto de vista metodológico.

Atualmente, os principais eixos ou temas que orientam a intervenção do programa são:

- manejo agroecológico do sistema produtivo;
- quintais (criação de galinhas, produção de alimentos e plantas medicinais);
- educação alimentar;
- beneficiamento;
- comercialização;
- educação;
- juventude;
- gênero; e
- articulações.

A mudança do olhar: da demonstração à experimentação

É importante ressaltar que foram os próprios agricultores que romperam as fronteiras das ADs, ampliando e aperfeiçoando o processo de experimentação. Novas experiências foram desenvolvidas a partir dos princípios agroecológicos apropriados pelos agricultores nas áreas de cacau, guaraná, quintais, financiamentos, etc. As práticas agroecológicas foram sendo adaptadas às condições de solo, aos cultivos locais, à disponibilidade de mão-de-obra e às demandas de cada família.

O processo passou, então, de uma experimentação mais formatada (área demonstrativa) para uma mais livre e sem limites. O discurso dos agricultores mudou de *a área do Sasop*, ou *o meu Sasop*, para *a minha área de manejo*, ou *o meu manejo*, ou ainda *a minha experiência*.

A partir de 2003, o Programa Local da Mata Atlântica deu início a um processo sistemático de reflexões sobre a sua abordagem de trabalho e procurou interagir com outras ONGs do campo agroecológico no Nordeste, em especial a AS-PTA⁵ na Paraíba, no sentido de conhecer outros enfoques de trabalho que vêm sendo desenvolvidos em contextos diversos.



Beneficiamento de plantas medicinais na comunidade Pimenteira em Comamu - BA

Pouco a pouco, novos princípios passaram a nortear as formulações metodológicas do PDL-MA, fundamentando-se e apostando na capacidade dos próprios agricultores e de suas organizações de gerarem e difundirem inovações técnicas e sócio-organizativas orientadas para a promoção de maiores níveis de sustentabilidade dos agroecossistemas.

Em vez de focalizar propostas inovadoras como produtos acabados passíveis de difusão, a abordagem se voltou para o processo social gerador de propostas, procurando sempre fomentá-lo. Em substituição à noção de difusão de tecnologias, introduz-se a noção de disseminação dos processos sociais de experimentação. Em vez da procura por soluções externas, procura-se incentivar a criatividade que se encontra em estágio de latência nas próprias comunidades rurais, por meio do estímulo à experimentação.

No Programa do Semi-árido, o Sasop iniciou em 2002 uma experimentação em torno de uma proposta inovadora de manejo da caatinga, que buscava aumentar a sua produtividade e assegurar a sua conservação. Para tal, foram implantados experimentos nos municípios de Campo Alegre de Lourdes e Remanso.

Partindo de diagnósticos específicos com foco na caprinocultura, foram conduzidas, em seguida, visitas de intercâmbio a outras experiências do Nordeste, com o Projeto de Informação, Disseminação e Treinamento (IDT)⁶. Também se realizou o Seminário sobre Manejo de Caatinga, que deflagrou um processo de experimentação nas comunidades. Novos intercâmbios foram feitos para conhecer experiências em outras regiões da Bahia,

como em Gentio do Ouro, Ipujiara e Oliveira dos Brejinhos, também com apoio do projeto IDT.

Além disso, os agricultores foram incentivados a empreender processos de experimentação em manejo de quintais para o aumento e diversificação de alimentos. No entanto, em outras linhas de intervenção, como no caso da apicultura, a estratégia esteve mais voltada para a difusão de propostas técnicas ou sistemas de manejo do que para estimular processos de experimentação.

Cabe assinalar que o fundo rotativo tem sido um elemento importante da metodologia no apoio aos processos de experimentação e de disseminação das experiências, tanto na Mata Atlântica quanto no semi-árido. Contudo, ainda é um desafio para o Sasop compartilhar a gestão do fundo com as comunidades e organizações dos agricultores, embora isso pudesse favorecer uma maior autonomia dos agricultores.

3. O importância dos intercâmbios

As visitas de intercâmbio e as trocas de conhecimentos e materiais genéticos (sementes e mudas) entre agricultores e agricultoras foram uma grande fonte de motivação para os processos de experimentação local. Os agricultores, ao retornarem às suas comunidades, traziam na bagagem novos conhecimentos, idéias, sementes e tecnologias que precisavam ser testadas e/ou adaptadas às suas realidades locais. Cada um desenvolvia, na sua propriedade, novas experiências que seriam mais tarde apresentadas aos seus vizinhos e a outros agricultores-experimentadores.

Os intercâmbios entre as comunidades e agricultores do município de Camamu, na Mata Atlântica, têm valorizado as experiências locais e proporcionado um espaço para o diálogo sobre os problemas e as potencialidades das experiências. Além disso, têm sido organizados a partir dos temas mobilizadores, ou seja, os temas não são escolhidos de forma aleatória.

Ao retornar das visitas, os agricultores socializam as informações e conhecimentos em espaços coletivos locais, sejam estes formais, como as reuniões da associação, ou mais informais, tais como os grupos de mutirão, rodas de amigos, feira local, festas e eventos religiosos. Os mutirões de trabalho, prática utilizada há décadas no município, constituíram oportunidades importantes para essa socialização, uma vez que na maioria das comunidades envolvidas os processos de experimentação e/ou reflexão eram conduzidos justamente pelos grupos de mutirão.

Já no semi-árido, a trajetória do programa local alternou momentos de intenso intercâmbio entre agricultores(as) e comunidades com momentos de intervenção mais focada nas capacitações e no apoio às infra-estruturas. A valorização dos intercâmbios se verificou de forma mais concreta no tema do manejo de caatinga e no trabalho de SAN (beneficiamento de frutas, educação alimentar e quintais). Houve processos de interação entre comunidades e municípios da região de Sobradinho, assim como intercâmbios com outras regiões da Bahia e do Nordeste, o que resultou na organização do Seminário da Diversidade Local, nos anos de 2001, 2002 e 2003, no município de Remanso, onde se reuniram diversas experiências do semi-árido baiano e nordestino. No entanto, esse seminário não se repetiu nos anos seguintes (2004 e 2005).

Apesar das evoluções metodológicas empreendidas e da crescente valorização dos intercâmbios, a entidade permanecia adotando uma perspectiva de atuação associada aos pressupostos difusionistas. No início da experiência em Camamu, na Mata Atlântica, um dos elementos da estratégia de difusão era a formação de agentes multiplicadores (ou monitores), que teriam o papel de apoiar e orientar o desenvolvimento de sistemas agroflorestais nas suas comunidades.



Encontro baiano de agricultores e agricultoras experimentadores

Da mesma forma, no semi-árido, houve um forte investimento na formação de monitores na apicultura e no trabalho com beneficiamento de frutas e manejo dos quintais (SAN). Embora esse investimento tenha favorecido processos de disseminação de conhecimentos num primeiro momento, ao longo do tempo o foco do trabalho nas monitoras de SAN começou a gerar problemas. A diferenciação criada (status e alguns privilégios) entre as monitoras e os demais agricultores e agricultoras estremeceu as relações destes com as comunidades e parceiros, passando a dificultar o próprio processo de disseminação de conhecimentos. Ocorreu também que algumas monitoras, ao assumirem esse novo papel, passaram a não se dedicar mais aos seus processos de experimentação, afetando o seu acúmulo de conhecimentos a partir da sua própria experiência. Além disso, elas começaram a criar dependência em relação ao apoio financeiro do Sasop e dos STRs.

O Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas (DRPA) realizado em Camamu (2002/2003) foi determinante para o Sasop perceber e valorizar os mecanismos de disseminação conduzidos pelos agricultores. Além de permitir a mobilização das comunidades envolvidas no diagnóstico, esse exercício possibilitou a identificação de outras iniciativas de inovação agroecológica conduzidas individualmente por parte das famílias nas comunidades, bem como proporcionou a intensificação das interações entre membros de diferentes comunidades por meio dos intercâmbios entre agricultores. Com o tempo, esses novos procedimentos criaram as condições concretas para que a entidade e seus parceiros locais substituíssem a noção de agricultores-multiplicadores pela de agricultores-experimentadores⁷ em suas concepções de trabalho.

Essa percepção advém da compreensão de que todo agricultor-experimentador é capaz de difundir a sua experiência. A tarefa de multiplicar está na natureza do agricultor, não havendo necessidade de delegarmos essa função para um grupo determinado de agricultores. Ao imprimir elementos de diferenciação do *multiplicador*, corremos o risco de contribuir para a criação de uma *categoria especial*, além de provocar o seu distanciamento dos semelhantes.

Assim, ao perceber o papel que os agricultores desempenham na disseminação de seus conhecimentos e experiências, o Sasop passou a apoiar os instrumentos de comunicação já utilizados por eles, tais como os depoimentos nos momentos coletivos (reuniões, encontros e assembléias) e as demonstrações in loco de suas experiências nas rodadas do mutirão ou nas visitas de intercâmbio.

A exemplo de outras experiências no Nordeste e no Brasil, foi lançado o Boletim da Agricultura Familiar, um eficiente instrumento de comunicação entre os agricultores. Esse material é resultado de uma sistematização simples de experiências conduzidas pelos agricultores e suas famílias, em que o foco não é



Apresentação de experiências comunitárias com SAF's durante intercâmbio

só a experiência, mas também os autores das mesmas. Os agricultores se identificam no boletim, que reflete a sua realidade, e a comunicação se torna uma poderosa ferramenta de resgate dos seus conhecimentos, da sua história e da sua cultura. Com essa publicação, as vozes dos agricultores ganham volume e eco.

4. Os processos de formação

No Programa Mata Atlântica, as experiências passaram a ser o ponto de partida para os processos de formação, em que os currículos e conteúdos não são predeterminados, mas vão sendo construídos pelas experiências e pelos processos de troca e reflexão coletiva das mesmas.

As capacitações pré-formatadas pelos técnicos, nas quais os agricultores tinham o papel passivo de receptores de conhecimento, foram sendo substituídas pelos intercâmbios entre agricultores e pelas leituras e análises coletivas dos agroecossistemas. Os intercâmbios passaram a ter destaque na formação dos agricultores, tanto em eventos específicos planejados para esse fim como durante as oficinas, as visitas de acompanhamento, os diagnósticos e as atividades de monitoramento.

As oficinas, por sua vez, tornaram-se ocasiões para o aprofundamento de questões levantadas, mas não muito bem trabalhadas, nos intercâmbios. Os temas abordados nas oficinas, portanto, passaram a ser determinados pelos processos de experimentação e pelos momentos coletivos de troca e reflexão sobre as experiências. Além disso, as oficinas também têm cultivado um espírito de momento de troca, em que são valorizadas as experiências locais e extraído destas os conteúdos para aprofundamento.



Reunião com as organizações parceiras em Campo Alegre de Lourdes

Assim, o processo de formação dos agricultores-experimentadores na Mata Atlântica contou não apenas com a dinâmica de intercâmbio e troca de conhecimentos entre agricultores, mas também com estudos, seminários e oficinas, sempre com o objetivo de aprofundar a reflexão e análise da realidade da agricultura familiar. E é sob essa perspectiva que foram conduzidos o diagnóstico participativo no município de Camamu, em 2002 e 2003, e os estudos de monitoramento do impacto econômico das práticas agroecológicas que, em 2001, começaram em duas propriedades e que depois, em 2005/2006, se estenderam para nove propriedades. O principal resultado desses estudos e momentos coletivos de reflexão foi a ampliação da capacidade de análise dos agricultores sobre a sustentabilidade dos agroecossistemas locais.

No caso da apicultura e caprinocultura, no Programa do Semi-árido, a capacitação tem sido um dos pilares da ação do Sasop. Para cada grupo novo de apicultores, por exemplo, foi feito um investimento em capacitação. Com o tempo, alguns dos eventos de capacitação tomaram a forma de intercâmbio, envolvendo, geralmente, visitas a outras famílias/comunidades. Esses novos procedimentos foram verificados mais claramente no trabalho com manejo de caatinga e nas ações de SAN, em que se concentrou esforços na formação de monitoras de SAN para capacitar outras agricultoras. Aqui houve, portanto, uma valorização das experiências e dos conhecimentos dos agricultores e agricultoras nos processos de formação.

Exemplo da vinculação entre os processos de experimentação, intercâmbios e formação:

O caso da criação semi-intensiva de galinhas como estratégia de diversificação dos quintais

No ano de 2001, foi realizado um diagnóstico de SAN no município de Camamu, onde foram identificados problemas de insegurança alimentar, mas também potencialidades para reverter esse quadro. Em seguida, foram conduzidas diversas oficinas de educação alimentar e plantas medicinais para os agentes de saúde e agentes das Pastoral da Criança, em um processo de formação de monitores. Durante a realização de estudos do impacto econômico das práticas agroecológicas (monitoramento) em 2001, houve uma forte valorização dos quintais como espaço estratégico para a segurança alimentar e para a economia familiar. O DRPA realizado nos anos seguintes (2002 e 2003) também reforçou esse olhar sobre o subsistema quintal e ressaltou a sua importância para garantir uma maior sustentabilidade dos sistemas de produção locais. Partindo da constatação de uma carência de proteína animal na alimentação das famílias, de uma dependência em relação aos mercados para aquisição desse alimento e de uma pressão sobre os poucos animais silvestres (caças) existentes nas comunidades, os grupos demandaram um processo de experimentação em torno da criação de galinhas como reforço na produção de proteína animal no sistema. Esse trabalho foi iniciado em três comunidades (Pimenteira, Dandara e Marimbondo) do município de Camamu. O ponto de partida foram as criações de galinhas já existentes (soltas) nas propriedades familiares. Houve, então, um rico processo de discussão sobre as experiências dos(as) agricultores(as), identificando seus problemas, potencialidades, tirando lições e construindo conhecimentos. Em seguida, os grupos se mobilizaram e foram atrás de outras referências de criação de galinhas em Camamu e em outros municípios da região. Ao retornar desses intercâmbios, os grupos intensificaram o debate sobre as diferentes formas de criação de galinhas e definiram uma proposta inicial para a experimentação de criação semi-intensiva de galinhas. O fundo rotativo foi um elemento metodológico importante no apoio ao processo de experimentação. O processo de experimentação trouxe lições sobre a criação de galinhas, incorporando inovações à proposta inicial, como

diferentes fontes de alimentação de galinhas, de dimensões dos galinheiros, de formatos dos bebedouros, etc. Ocorreram, então, novos intercâmbios entre os agricultores-experimentadores para reflexão e troca de conhecimentos sobre as inovações em curso. O acompanhamento dos técnicos acontecia principalmente nos momentos coletivos de troca (intercâmbios), trazendo outros conhecimentos para o debate e reflexão. Cada grupo comunitário (tema da criação de galinhas) tem dois responsáveis, que exercem o papel de animadores. Além disso, o processo de gestão do fundo rotativo, assim como a construção dos critérios, são conduzidos pelos grupos, embora os recursos ainda sejam centralizados no Sasop. O trabalho levou a uma forte valorização dos recursos locais na alimentação das galinhas no processo de experimentação. A partir da insuficiência alimentar das galinhas em algumas unidades familiares, foram deflagrados novos intercâmbios para refletir sobre essa problemática. Esse processo de análise foi importante para os grupos (e os técnicos do Sasop) voltarem o olhar para o quintal como um todo, assim como as suas interações com outros subsistemas. O debate que estava colocado era a produção de alimentos para as galinhas frente à produção de alimentos para a família. O monitoramento da transição agroecológica dos sistemas (2005/2006) contribuiu para aprofundar essa reflexão (enfoque sistêmico/análise de sustentabilidade).

5. O enfoque de gênero e geração

A estratégia de mobilização das famílias agricultoras em torno às iniciativas dos programas de desenvolvimento locais tem demonstrado crescente sensibilidade para os enfoques de gênero e geração. O desafio de incorporar esses enfoques no escopo do seu trabalho vem sendo enfrentado nos últimos anos pelo Sasop. No caso das relações sociais de gênero, o tratamento dado tem sido considerar a temática como transversal, num processo de incorporação paulatina de iniciativas práticas e de formulação teórica a respeito dessa dimensão.

O estabelecimento de sistemas de monitoramento, planejamento e avaliação sensíveis ao enfoque de gênero tem permitido aprimorar de forma contínua a intervenção do Sasop nesse campo. A realização de um estudo sobre o assunto no município de Camamu, na Mata Atlântica, contribuiu



Intercâmbio no município de Camamu sobre criação de galinhas caipira

para que a entidade pudesse entender melhor o seu contexto e formular estratégias para intervenção.

Os diagnósticos de segurança alimentar e nutricional (SAN), os DRPAs municipais e a construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Dandara dos Palmares (em Camamu) foram decisivos para promover e ampliar a capacidade de leitura da realidade, tendo as relações sociais de gênero como norteadoras dessa reflexão.

Na esfera dos trabalhos de campo, uma das estratégias adotadas pelo Sasop para a inclusão do universo feminino nas dinâmicas sociais tem sido o estímulo à participação paritária de homens e mulheres nas diversas atividades. O incentivo à participação dos jovens também é realizado com o mesmo intuito.

Com a proposição de abertura de uma linha de trabalho voltada para a intensificação produtiva dos quintais, espaços de presença predominantemente feminina, a interação das mulheres com as atividades dos programas locais do Sasop tem encontrado novos canais para ser exercitada. Avalia-se que os quintais estimulam a participação feminina porque geram ren-

da, embora signifiquem também sobrecarga de trabalho. Segundo o depoimento de uma agricultora, essa sobrecarga é recompensada já que “tendo recurso, tem mais poder de decisão na família”.

Atualmente, na Mata Atlântica, o fundo rotativo passou a priorizar os grupos de mulheres, uma vez que o crédito oficial na região tem historicamente privilegiado os homens e desvalorizado as atividades conduzidas pelas mulheres.

No semi-árido, as atividades do Sasop no trabalho com SAN também têm privilegiado os grupos de mulheres. Como esse campo de conhecimento é de domínio feminino, o processo de troca elevou a auto-estima e favoreceu o seu empoderamento nas comunidades. Suas experiências passaram a ser percebidas e valorizadas nos intercâmbios e nos processos de capacitação. No entanto, não se tem verificado essa mesma reação quando são abordados os temas da apicultura e caprinocultura, que privilegiam o público essencialmente masculino, com exceção do trabalho com meliponicultura, desenvolvido em parceria com a Rede de Mulheres.

Essa parceria com a Rede de Mulheres, que atua no município de Remanso e busca dar respostas aos problemas e anseios específicos femininos, é uma oportunidade para construir caminhos de superação das dificuldades apontadas.

6. Parcerias e articulações como estratégia para a disseminação de conhecimentos e experiências

Na sua estratégia de intervenção, o Sasop tem investido na construção de parcerias com as organizações da agricultura familiar e entidades de apoio, com o intuito de favorecer o protagonismo dessas organizações nos processos de desenvolvimento local, assim como potencializar a irradiação dos acúmulos e experiências agroecológicas para as escalas regionais, estaduais e nacionais.

Nesse sentido, ao longo da trajetória dos programas locais, têm sido estabelecidas articulações com os sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), associações comunitárias, cooperativas e grupos informais de homens, mulheres e jovens, além de pastorais e outras ONGs.

No Programa do Semi-árido, os principais parceiros têm sido a Paróquia de Campo Alegre de Lourdes, a Rede de Mulheres de Remanso e os STRs de ambos os municípios. Nos últimos anos, o Sasop investiu significa-

tivamente na criação e no fortalecimento da Cooperativa dos Pequenos Apicultores de Campo Alegre de Lourdes (Coapical), visando melhorar a sua capacidade de gestão. A preocupação principal, senão única, da Coapical é a comercialização do mel. Mais tarde, se formou a Cooperativa Agropecuária do Pólo Remanso (Coapre), que vem sendo um importante parceiro no trabalho com beneficiamento de frutas.

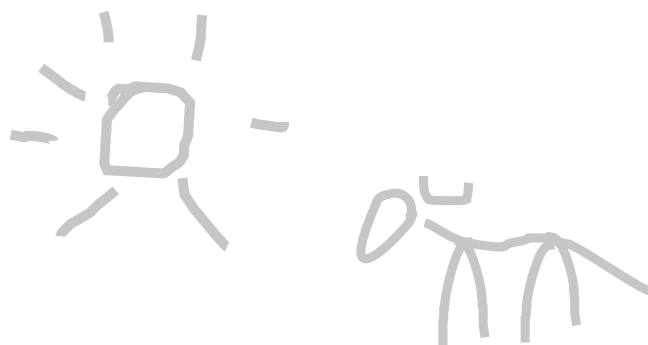
Apesar de o Sasop ter como estratégia o fortalecimento das organizações, não se percebe a mesma preocupação em fortalecer as estruturas formais existentes nas comunidades (as associações, por exemplo), quando comparamos com a atenção dada aos STRs, sobretudo com relação à Coapical no semi-árido. Cabe aqui refletir se o caminho é de fato apenas fortalecer as estruturas mais formais ou valorizar os processos organizativos desde a escala familiar, passando pela comunidade, município e região.

Na experiência de segurança alimentar e nutricional (SAN), houve um forte envolvimento do STR de Campo Alegre de Lourdes, por meio



Capacitação em apicultura para grupo de mulheres da Lagoa do Garrote

de suas secretarias da mulher e de SAN. No trabalho com beneficiamento de frutas, o sindicato assumiu a estrutura de beneficiamento, pois as comunidades não ofereciam condições (infra-estrutura e água disponível) para realizar a atividade. O STR assumiu também o transporte para buscar as frutas in natura. Da mesma forma, o STR de Remanso assumiu a gestão do processo de beneficiamento de frutas no município. A Coapre, por sua vez, se responsabilizava por receber esses produtos e estabelecer contatos com os mercados locais.



No trabalho de SAN, o Sasop, junto com outros atores, conseguiu articular uma rede de parceiros em torno do tema, como a Paróquia e o STR de Campo Alegre de Lourdes e o STR, a Rede de Mulheres e a Coapre em Remanso. Essa rede, ao interagir com outros atores regionais, criou a Comissão Regional de SAN (CRSAN), que passou a debater o tema tendo como referência as experiências locais e influenciando as políticas públicas locais, regionais e estaduais. A criação do Conselho de SAN (Consea) do estado da Bahia teve forte influência dessa dinâmica regional, por ser uma das principais referências de mobilização no estado. Nesse sentido, foram realmente estabelecidos os vínculos entre a ação local e as escalas regionais e estadual.

No âmbito da ação de SAN, a rapidez e eficiência com que ocorreu a disseminação do trabalho de beneficiamento de frutas na região sugerem que essa rede social de entidades, monitoras, comunidades e agricultores(as) teve papel decisivo na irradiação de conhecimentos. Os desafios que cabem agora são manter os estímulos que alimentam essa rede e aprofundar uma reflexão coletiva sobre quais os mecanismos (métodos) que têm favorecido esses processos de disseminação, sejam a partir das organizações, das assessorias ou das comunidades/agricultores.

No caso da apicultura, também se percebe uma forte disseminação da atividade na região, provavelmente impulsionada pelos grupos de apicultores e associações comunitárias, que foram o foco do trabalho na estratégia inicial. Entretanto, se essa hipótese for verdadeira, precisa ser explicitada. Ao voltar sua atenção, num período mais recente, prioritariamente para as estruturas organizativas, o Sasop pode estar deixando de registrar o papel fundamental exercido pelos(as) agricultores(as) no processo de

disseminação de conhecimentos e de irradiação dos acúmulos gerados pelas experiências.

A questão da autonomia dos agricultores e das suas organizações na condução dos processos de desenvolvimento local é outro ponto que merece um debate insti-

tucional mais aprofundado. De um lado, houve um processo de autonomia das agricultoras na condução das capacitações em beneficiamento e educação alimentar por meio da formação das monitoras e da valorização dos intercâmbios de experiências. Além disso, foram os dois STRs (Campo Alegre e Remanso) que assumiram a gestão desses processos, assim como a operacionalização do beneficiamento de frutas.

Por outro lado, as comunidades parecem ter mantido um certo grau de dependência em relação aos cursos realizados pelo Sasop (conhecimento), aos fomentos e equipamentos apoiados pela entidade e à presença dos técnicos. Em alguns casos, essa dependência também se revelou nas parcerias com as organizações, sendo que muitas vezes as demandas se concentravam nos recursos e na infra-estrutura, como no caso da parceria com a Coapical.

Sendo assim, é preciso resgatar os momentos *coletivos* com os parceiros, sobretudo aqueles de construção das estratégias e ações comuns. Vale destacar o Coletivo Campo Alegrense, que em vários momentos teve papel determinante na condução do programa no município. Podemos destacar também o momento em que o Sasop, a paróquia e o STR resolveram empreender, em parceria, um trabalho local de SAN. Outro exemplo importante foi o Fórum Regional de Entidades, que construiu o plano de desenvolvimento para a região e que foi decisivo na mudança estratégica do programa no sentido de irradiar os acúmulos gerados pelo trabalho em Campo Alegre de Lourdes para outros municípios, como Remanso e Pilão Arcado. Portanto, é preciso revalorizar espaços de reflexão coletiva, assim como incentivar espaços como esses também em nível comunitário.



Visita de intercâmbio entre agricultores de Camamu a uma experiência com SAF's



Na Mata Atlântica, houve uma crescente valorização das experiências locais na formação de agricultores e técnicos, estimulando o intercâmbio como uma prática essencial. Os intercâmbios vêm se constituindo também num poderoso incentivo aos processos de experimentação, que são cada vez mais definidos e conduzidos pelas famílias de agricultores. Portanto, podemos apontar que as comunidades, enquanto parceiro/ator coletivo, e os agricultores vêm ganhando autonomia nos processos de experimentação em relação à assessoria do Sasop.

Embora a equipe do PDL-MA venha reconhecendo e potencializando o papel dos agricultores e de suas comunidades na geração do conhecimento em Agroecologia e na construção metodológica do programa, ainda há pouca reflexão sobre a função que as organizações podem desempenhar na condução desses processos. Há, portanto, pouco investimento em ações que estimulem e potencializem a gestão dos processos de inovação agroecológica pelas organizações agricultoras. Há uma evolução metodológica do programa, embora seja focada apenas na escala comunitária. Sendo assim, é preciso explicitar melhor os fundamentos do método em construção para exercitá-lo nas relações de parceria e nos espaços de articulação municipal e regional. Há ainda uma fragilidade na construção coletiva da metodologia para irradiação das experiências agroecológicas para outras escalas (municipal e regional).

7. Considerações finais sobre a construção metodológica do Sasop

Percebe-se, nos dois programas, mesmo que em momentos e em intensidades distintas, uma tendência à fragmentação temática, uma vez que os temas assumem status de programas isolados e pouco dialogam entre si.

Ainda existem poucos momentos em que seja discutido o conjunto do trabalho na comunidade, o que faz com que seja muito difícil para os envolvidos (as famílias da comunidade e o Sasop também) terem uma visão mais integrada do todo. Portanto, um dos desafios já identificados é o de conciliar um trabalho que se *especializa* em linhas temáticas com uma visão *sistêmica*.

As atividades coletivas de leitura e análise dos agroecossistemas locais, como os diagnósticos, os intercâmbios, as sistematizações e o monitoramento, que recentemente têm acontecido de forma mais recorrente no PDL-MA, têm cumprido um papel fundamental para que os técnicos e os agricultores não percam essa visão do todo e percebam os impactos da ação temática no conjunto da experiência, permitindo, com isso, a incorporação do enfoque sistêmico na abordagem metodológica do programa.

Ao olharmos para os dois programas locais (PDLs), percebemos semelhanças na metodologia, o que revela a presença de concepções construídas pela trajetória do Sasop, mas também se verificam muitas diferenças nos processos de inovação metodológica e nos resultados alcançados. Esse fato pode significar, por um lado, descompassos nos processos de reflexão pelas equipes dos dois programas e, por outro, a influência das dinâmicas sociais dos diferentes contextos regionais, o que merece um aprofundamento na continuidade do processo de reflexão institucional.

Além disso, essa constatação aponta para a necessidade urgente dos dois programas refletirem conjuntamente sobre as suas práticas metodológicas. Os desafios de um podem ser encontrados nos acúmulos do outro, e vice-versa. Em alguns casos, nota-se que há diferenças de abordagem metodológica até entre os técnicos de um mesmo programa, como no caso do PDL-SA, entre a apicultura e o trabalho com SAN.

Cabe ressaltar, entretanto, que a apropriação de inovações metodológicas pelo conjunto da entidade vem acontecendo de forma crescente, por meio de ensaios e exercícios de novas práticas. Como exemplo disso, podemos citar o monitoramento econômico realizado em 2001 no PDL-MA, que agora vem sendo incorporado na rotina do programa como um enfoque metodológico (enfoque sistêmico). A prática da sistematização também vem se intensificando paulatinamente nos dois programas, embora ainda não tenha se constituído numa rotina institucional. Outro aspecto que deve ser considerado é a descontinuidade nos processos de inovação metodológica, o que ocor-

re freqüentemente, revelando a necessidade de uma melhor fundamentação do método em construção.

Apesar de algumas deficiências na implementação dos programas, o aumento paulatino das interações entre agricultores e agricultoras (intercâmbios) nos dois processos de desenvolvimento locais tem trazido resultados relevantes para a conversão agroecológica dos sistemas, além de evidenciar, para o Sasop, o importante papel dos agricultores no processo de inovação agroecológica e na geração do conhecimento em Agroecologia. A interação entre técnicos e agricultores também tem influenciado de forma determinante a construção metodológica do Sasop. A experimentação de novas práticas metodológicas tem provocado reflexões sobre a abordagem metodológica da entidade e sobre o seu papel de assessoria.

Por fim, os processos de interação com outras entidades do Nordeste, por meio das dinâmicas de rede como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Rede Ater NE⁸, têm sido decisivos na construção metodológica da entidade. A partir de 2003, essas redes de intercâmbios sobre as abordagens metodológicas das entidades se intensificaram, provocando esforços de sistematização e reflexão no Sasop sobre suas práticas metodológicas e promovendo profundas mudanças institucionais.

Bibliografia

- PARANHOS, Marcelo. *Sasop – Difusão de Princípios e Práticas Agroflorestais no Baixo Sul da Bahia*. Brasília: PDA/MMA, 2006. (Série Sistematização Revista III).
- PETERSEN, Paulo. *Gestão do Conhecimento Agroecológico*: subsídio para o Seminário Interno/ outubro de 1998. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004. (mimeo).
- PETERSEN, Paulo; OLIVEIRA, Olga Matos. *Relatório de Avaliação Externa – Sasop*. Salvador: SASOP, 2005.
- SIDERSKY, Pablo; LUCENA, Sônia. *Relatório de Avaliação Externa – Sasop*. Recife: SASOP, 2002.

¹Engenheiro agrônomo, técnico do Sasop, coordenador do Programa de Desenvolvimento Institucional

²Essa experiência inspirou, na época, uma proposta coletiva, em que a AS-PTA teria o papel de sistematizar, buscar desenhos mais adaptados à realidade da agricultura familiar e capacitar técnicos e agricultores em manejo de SAFs. Ao

Sasop e Terra Viva caberia difundir a proposta de manejo de SAFs nas regiões do baixo e extremo Sul da Bahia, respectivamente.

³Esse financiamento cobriu a compra das colméias, cera, fumigadores, vestuário apropriado e alguns utensílios.

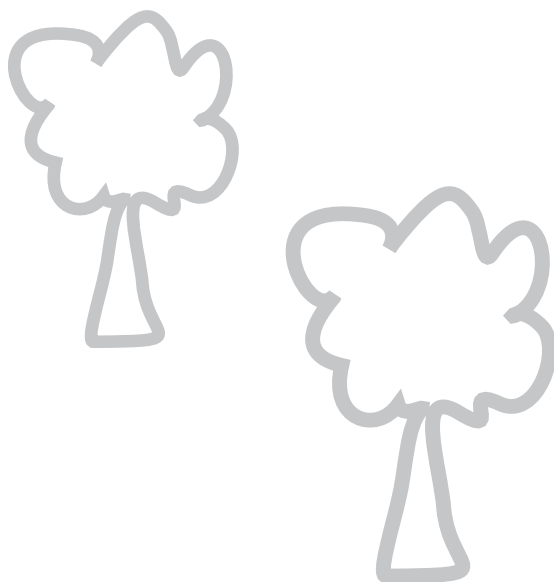
⁴A Ceplac é uma instituição pública responsável pela assistência técnica e pesquisa na região cacaueteira no sul da Bahia.

⁵Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

⁶Projeto coletivo de apoio a intercâmbios de experiências no Nordeste.

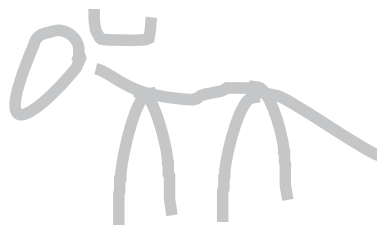
⁷O agricultor-experimentador é aquele que, a partir de um problema que afeta seus cultivos e criações, tem uma idéia sobre qual pode ser a causa desse problema e decide experimentar algo para solucioná-lo. Todo agricultor é, por princípio, um experimentador, sendo apenas preciso estimular seu espírito inovador. (AS-PTA)

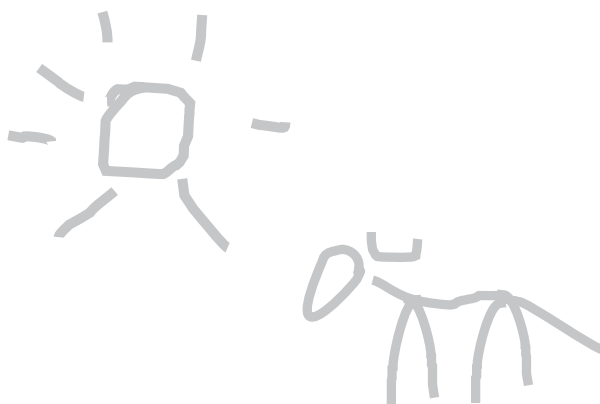
⁸Rede envolvendo 13 entidades do Nordeste vinculada a um projeto de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) junto a Secretaria da Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário.





Seção 3 - Artigos sobre educação





Educação do campo e Agroecologia

Simone Ribeiro¹, Ana Paula Ferreira² e Suely Noronha³

1. Introdução

O movimento para a liberdade deve surgir e partir dos próprios oprimidos, e a pedagogia decorrente será aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade.

- Paulo Freire -

Este artigo foi produzido a partir das principais questões levantadas na oficina *A perspectiva agroecológica na educação do campo: um desafio para os movimentos sociais*, realizada durante o II Encontro Nacional de Agroecologia (2006). Considerando a crescente discussão sobre a Agroecologia e sua importância para o desenvolvimento rural em processos gestados por camponeses(as), percebeu-se necessário o debate sobre iniciativas educativas que trabalhem esse conceito na produção, na organização e na escolarização de agricultores e agricultoras, visando uma proposta de educação numa perspectiva libertadora de emancipação política e social. Sendo assim, a oficina teve como objetivo propiciar a troca de experiências entre projetos promovidos pelos movimentos sociais⁴, nos quais a conjugação entre a educação do campo e a Agroecologia fosse um dos principais eixos de trabalho.

A oficina teve a participação de aproximadamente 90 pessoas das diferentes regiões do país e contou com a apresentação das seguintes experiências:

- Associação Regional Escola Família Agrícola Paulo Freire (Arefap) – Minas Gerais
- Curso agropecuário com ênfase em desenvolvimento e Agroecologia – Paraná
- Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro (Resab) – Bahia
- Escola Família Agrícola Marabá – Pará
- Projeto Semear – Bahia

Apesar de a oficina ter sido um ponto de partida, este texto não consiste num relato das experiências nem é literal na exposição das discussões ali travadas. Trata-se de uma reflexão das autoras sobre a temática, com base em suas vivências e trabalhos desenvolvidos junto aos movimentos sociais.

2. O que é Agroecologia

Hoje existem várias definições que buscam esclarecer o que é Agroecologia. Muitas passam uma noção ampla, outras uma visão pontual e até mesmo restrita. Alguns autores se referem à Agroecologia como uma ciência ou campo do conhecimento, outros como um enfoque. Há também quem a coloque como uma ferramenta metodológica ou como modelo de prática agrícola.

Acreditamos que todas essas concepções contêm elementos importantes, mas que precisam ser compreendidos de forma interligada. Portanto, por desejarmos contribuir para a reflexão coletiva sobre Agroecologia, oferecemos aqui uma abordagem holística e um enfoque sistêmico, em que a Agroecologia não seja entendida simplesmente como um jeito de cultivar a terra ou como a utilização de técnicas que não agridam o meio ambiente. Para nós, a Agroecologia deve ser encarada como um paradigma científico que agrupa várias áreas do conhecimento, com o intuito de perceber, estudar e interferir (enquanto sugestão) em processos sociais, políticos, organizativos, culturais, ecológicos e ambientais. O seu sentido é de orientar e propor uma ruptura com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado na monocultura, no latifúndio, no agronegócio e na exclusão social. Concebê-la dessa maneira implica entender e vivenciar a sua influência direta nos processos de mudanças de postura, de visão de futuro para o mundo e de atitude para com a natureza, assim como em relação ao ser humano. Enfim, é ter a compreensão de que a Agroecologia contrapõe-se em essência ao modelo capitalista de desenvolvimento.

3. Educação do campo

Por que a expressão *do campo*⁵? Essa expressão é um conceito político que diz respeito à luta popular pela ampliação, acesso, permanência e direito à escola pública, bem como pela construção de uma escola que, mais do que *estar* no campo, *seja* do campo, considerando as demandas, sonhos e desejos de sua população.

Estamos aqui tratando do campo enquanto espaço de vida, onde se realizam todas as dimensões da existência humana, contrapondo-nos assim à concepção de campo apenas como setor da economia, local de produção de mercadorias. O campo é o espaço geográfico e político onde os sujeitos sociais, tanto do campesinato quanto do agronegócio, executam seus projetos de vida para o desenvolvimento.

Infelizmente, o modelo que vem sendo privilegiado pelos governos nas últimas décadas é o do agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa. Nesse contexto, não só o campo, mas toda a sociedade, vive uma situação de grande exclusão econômica, social e cultural, necessitando buscar saídas.

Nessa perspectiva, a educação do campo, como resultado da luta dos povos, precisa ser compreendida para além dos processos formais de escolarização, abarcando os processos educativos que tenham um significado de libertação e de transformação da realidade.

Em seus princípios político-pedagógicos, os movimentos sociais que lutam pela educação do campo defendem:

- um projeto de sociedade que seja justo, democrático e igualitário, que contemple um modelo de desenvolvimento sustentável do campo e que se contraponha ao latifúndio e ao agronegócio;
- uma educação que ajude a fortalecer um projeto popular que valorize e transforme a agricultura camponesa e que se integre na construção social de um outro modelo de desenvolvimento sustentável, do campo e do país;
- uma educação que busque superar a oposição entre campo e cidade, que confronte a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano e que desfaça a idéia de que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural;
- o campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza e como cenário de

novas relações solidárias que respeitem a especificidade social, étnica, cultural e ambiental dos seus sujeitos;

- a elaboração de políticas públicas de educação articuladas ao conjunto de políticas que visem a garantia dos direitos sociais e humanos do povo brasileiro que vive no e do campo; e
- a criação de políticas que efetivem o direito à educação para todos e todas, sendo esse direito seja assumido como dever do Estado.

4. Educação e Agroecologia

Por toda essa discussão, é que a interface entre a Agroecologia e a educação do campo adquire extrema importância, uma vez que ambas, enquanto práticas pedagógicas, estão fundamentadas em um modelo alternativo de produzir e socializar conhecimentos. Tanto a educação do campo quanto a Agroecologia pressupõem transformação da realidade, levando em consideração um novo projeto de desenvolvimento do campo que rompa com a lógica da monocultura, do latifúndio e das demais formas de exclusão. Para isso, torna-se necessária a quebra das estruturas econômicas, sociais e políticas de dominação que existem há séculos em nosso país.

Assim, entendemos que a conjugação entre a educação do campo e a Agroecologia se apresenta como primordial para a construção de uma educação libertadora, proporcionando aos camponeses e camponesas uma melhor qualidade de vida. Uma ação educativa no campo, seja ela de elevação de escolaridade ou extensão, deve, portanto, necessariamente privilegiar a integração entre os princípios da educação do campo e a produção do conhecimento agroecológico, assim como das práticas e experiências dos(as) agricultores(as).

Segundo Arroyo (2004), é preciso educar para um modelo de agricultura que inclua os excluídos, que amplie os postos de trabalho, que aumente as oportunidades de desenvolvimento das pessoas e das comunidades e que avance no sentido de direcionar a produção e a produtividade para a garantia de uma vida mais digna para todos, respeitando os limites da natureza.

No entanto, o debate sobre Agroecologia e educação do campo não deve perder de vista que existem dois modelos de desenvolvimento para o meio rural em disputa, com reflexos diretos no meio urbano. Um preconiza a agricultura camponesa, o outro aclama o agronegócio. Não se trata de modelos complementares, nem tão somente diferenciados. São modelos

que nascem com interesses políticos distintos. Enquanto o agronegócio foi estimulado, apoiado, financiado, protegido e defendido, ao longo da história brasileira, a agricultura camponesa foi por diversas formas bloqueada, impedida, reprimida e inibida. O projeto de desenvolvimento dominante do campo, que nasce com uma lógica de mercado, tirou das comunidades o controle dos processos intimamente relacionados às suas vidas. Desconsiderando seus saberes, levou ao abandono dos métodos tradicionais de cultivo que garantiam a grande diversidade e a proteção dos solos, rios, nascentes, vegetações e animais silvestres. Enfim, provocou o fim do respeito ao meio ambiente. Foram erodidos os recursos genéticos, ao desaparecerem cultivares e raças de animais adaptadas pelo trabalho camponês durante milhares de anos. Os camponeses e as camponesas perderam sua autonomia, favorecendo interesses econômicos de poderosos grupos internacionais, além de serem levados a trazer prejuízos ao meio ambiente e risco a sua saúde e dos consumidores.

O processo de desconstrução dessa trajetória pode-se dar a partir da conjugação de diferentes contextos, teorias, projetos e sonhos que elaborem uma compreensão comum sobre a educação do campo e a Agroecologia. A base desse processo é mais relacional do que dual entre sujeito/objeto, natureza/cultura, homem/mulher, campo/cidade, rural/urbano, conhecimento acadêmico/conhecimento não-acadêmico, entre outros.

Nessa direção, Jesus (2006) ressalta alguns aspectos ligados a como os movimentos sociais concebem a produção do conhecimento, bem como as formas de organização e poder. Reconhece-se o conhecimento como um direito de todos e todas, seja ele historicamente produzido nos espaços acadêmicos ou construído pelos próprios movimentos. Em relação às formas de organização política e social, estas devem se orientar pelos interesses coletivos, visando a emancipação da coletividade, mas sem perder de vista o respeito às diferenças e à diversidade de idéias. E, por último, apesar de muitas vezes os movimentos não se entenderem pela variedade de projetos na qual estão envolvidos, é justamente essa pluralidade, característica desse processo de organização, que permite o exercício partilhado do poder. Esses aspectos estão diretamente relacionados aos paradigmas da educação do campo e da Agroecologia.

A construção da autonomia no pensar é um dos papéis da educação, que, na perspectiva da Agroecologia, não consiste em substituir modelos, mas em dialogar na construção de saberes, criar as condições para que os(as) agricultores(as) possam tanto mobilizar seu conhecimento enquan-

to grupo social (e não apenas individualmente), como compreender, aprender e adaptar novas tecnologias aos seus agroecossistemas específicos. Dessa forma, o que ocorre não é o mero repasse de informação, mas troca e socialização permanentes de aprendizados, práticas, conhecimentos e resultados. Se a monocultura agrícola é um risco à biodiversidade, a monocultura dos saberes restringe a capacidade criativa do ser humano, uniformizando as perguntas, as respostas e até as estruturas de pensamentos e sentimentos.

Sendo assim, a transdisciplinaridade do processo educativo deve ser inerente ao desenvolvimento da educação do campo, que, enquanto campo epistemológico, traz à tona a (re)discussão do *campo do sujeito*, contrapondo-se ao reducionismo científico da análise da realidade separada do indivíduo, da fragmentação do saber, buscando (re)encontrar a unidade do conhecimento.

5. Movimentos sociais e educação do campo

Se pensarmos a educação em sentido *lato* – e não meramente restrita à escola –, como prática social que visa contribuir para o processo de construção histórica das pessoas, veremos o quanto os movimentos sociais estão envolvidos. De acordo com Silva (2006), os movimentos sociais, como forças sociopolíticas e culturais constitutivas de sujeitos coletivos, têm uma dimensão educativa, na medida em que constroem um repertório de ações que demarcam interesses, identidades sociais e coletivas, visando a realização de seus projetos por uma vida melhor e pela humanização da sociedade.

Como não se pode conceber humanização sem autonomia, devemos ter um olhar especial sobre a necessidade de se discutir o problema da educação do campo a partir da perspectiva da população a que se destina, ou seja, dos trabalhadores(as) rurais, de maneira que deixem de ser receptores(as) para serem produtores(as) do conhecimento.

Esse olhar reforça a percepção de que a educação não se limita apenas ao espaço escolar, mas está também presente nas diversas expressões da luta social. E é justamente a participação nesses múltiplos espaços que cria as condições de produção e apropriação de um saber que permite uma compreensão transformadora da realidade. Assim, para avaliar as práticas educativas dos movimentos sociais e a visibilidade dos saberes gestados no seu cotidiano devemos partir da análise do percurso dos(as) trabalhadores(as) rurais na construção de sua identidade como sujeitos coletivos. Desse modo, são os próprios agricultores e agricultoras que, por meio



de sua organização política, tornam-se suficientemente visíveis para chamarem para si a atenção de todos os poderes públicos.

Nesse sentido, é preciso trazer para o centro da discussão as propostas alternativas de educação que incorporam os interesses dos(as) trabalhadores(as) rurais, uma vez que a disposição de aprofundar o conhecimento sobre novas práticas educativas nasce do contato com aquelas que já vêm sendo testadas. O caminho apontado para se redimensionar a educação do campo privilegia o(a) agricultor(a) (enquanto entidade coletiva na sua atividade real) como sujeito desse processo de reconstrução da educação e da escola. Dessa forma, ocorre um processo que visa a recriação da cultura mediante a apropriação do saber e a re-elaboração deste em função dos seus interesses. Interesses que identificam a necessidade de uma efetiva articulação entre a prática pedagógica e as práticas sociais camponesas, transformando a escola⁶ num instrumento que opere a vinculação do conhecimento sistematizado, dito universal, com os saberes que vêm sendo gestados em meio às lutas sociais.

Para concretização desse ideário, é preciso deslocar radicalmente os sujeitos e os propósitos da educação escolar de hoje, colocando no centro os usuários e seus interesses. Isso significa, em última instância, que a luta pela escola do(a) trabalhador(a) rural está intimamente vinculada à luta pela superação das desigualdades sociais. Essa iniciativa demonstra também que, embora a realização desse projeto político-pedagógico seja uma ação complexa, o próprio movimento social vem historicamente atuando na sua construção, tendo em vista que essa nova escola torna-se cada vez mais necessária como instrumento de apoio técni-

co, intelectual e político para a superação dos desafios que os(as) agricultores(as) enfrentam diariamente.

6. Políticas Públicas

Outro foco de análise bastante interessante é a discussão sobre a discrepância entre a educação do campo oferecida hoje pelo Estado e a desejada pelos movimentos sociais. Pode-se dizer que, nesse campo, as políticas sociais são precárias porque os recursos públicos dirigidos a esse projeto e sua reprodução são evidentemente limitados, em função de vivermos numa sociedade que se caracteriza pela exploração do trabalho. Isso não significa que as massas trabalhadoras não possam, exercendo poder de pressão, ampliar os seus direitos, embora as conquistas populares sejam cada vez mais restritas nesses tempos de políticas neoliberais .

Apesar dos limites colocados no contexto das políticas neoliberais, onde o Estado atua com uma responsabilidade menor ou quase inexistente em relação aos direitos básicos da população (saúde, educação, trabalho, etc.), os movimentos sociais têm conseguido alguns avanços importantes em relação à educação do campo. Na década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (9394/96), foi alcançado um marco legal importantíssimo, fundamentalmente em seu artigo 1º, que trata do conceito de educação para além dos prédios escolares, reconhecendo o papel educativo dos movimentos sociais: “A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

Seguindo esse raciocínio, temos, a partir de 2002, a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, onde se assegura a formação das crianças, jovens e adultos com ampla abertura para a construção dos projetos político-pedagógicos das escolas, assim como formação específica de professores(as), concurso público específico para educadores(as) do campo e a determinação do Estado como responsável pela implementação dessas políticas.

Convém também citar a existência de políticas como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e a criação da Coordenação da Educação do Campo no Ministério da Educação (MEC) como fruto da luta dos movimentos sociais do campo.

Entretanto, um desafio latente é fazer com que os movimentos sociais conheçam mais a fundo e se apropriem desses instrumentos legais para concretizar o projeto da escola desejada, pressionando os poderes públicos a implementarem suas propostas. E, ainda que não queiram e não devam assumir o papel do Estado, os movimentos sociais podem e devem lutar para que as experiências que estão dando certo sejam incorporadas como projeto político sem que percam sua autonomia ou sejam excluídas da gestão das políticas.

Finalmente, é imprescindível que o poder público assuma e se responsabilize pela manutenção dos projetos de educação do campo, onde o analfabetismo ainda é um grande problema. Assim como a falta de terra é um entrave para a construção da Agroecologia, o analfabetismo compromete o desenvolvimento da educação agroecológica.

7. Relação campo x cidade

Um dos desafios presentes é fazer educação do campo com os educadores que vêm da cidade, que se formam na cidade e que têm que construir uma nova identidade. Para ser educador do campo, popular, é preciso ter compromisso político e estar disposto a mergulhar na cultura das áreas rurais. Isso significa valorizar o que tem na terra, reconhecendo o valor do campo em si e não o valor do campo para a cidade.

Seguindo a trilha proposta por Paulo Freire (1975), temos que trazer à tona o problema da comunicação entre duas lógicas que se negam. O conhecimento produzido pelo urbano acerca do rural concebe a educação como um instrumento universal. Ou seja, parte do princípio de que educação camponesa não precisa ter características específicas. Uma visão que incute nas pessoas do campo um saber que não necessariamente lhes interessa ou do qual elas possam tirar pouco proveito nas suas práticas sociais. Essa concepção é completamente diferente de propostas alternativas elaboradas pelos grupos sociais a partir dos seus próprios interesses.

8. Considerações finais

Diante de tudo o que foi aqui exposto, entendemos que é fundamental considerar, no conjunto dos saberes historicamente produzidos, aqueles gerados pelos atores sociais em suas vivências produtivas e políticas, tendo em vista as especificidades que emergem em virtude das diversificadas condições de vida e de trabalho. Por conseguinte, diferentes formas de

organização criam variadas visões de mundo, nas quais novos processos educativos são permanentemente elaborados.

Nessa perspectiva, as reflexões sobre as práticas educativas têm apontado a importância de se averiguar os condicionantes estruturais e conjunturais que produzem e reproduzem as ações educativas, bem como os atores sociais das referidas práticas, lutas, representações e identidades.

É preciso que as escolas do campo sejam um espaço de relevância na continuidade da formação de trabalhadores e trabalhadoras rurais e não mais um local à parte, que não mantém relação com a vida, com o trabalho e com a luta dessas populações. E, para isso, os movimentos sociais têm que potencializar suas ações educativas e despertar para a importância desse espaço formativo (escola) na construção de novos sujeitos coletivos.

Sem pretensões de esgotar a discussão sobre educação do campo e Agroecologia, uma vez que as questões são tão diversas quanto as dificuldades postas, uma aprendizagem que tem sido fundamental para a concepção de escola do campo é que o ponto de partida da prática pedagógica é sempre o mundo humano em sua complexidade histórico-cultural, com suas contradições, ambigüidades e possibilidades (Silva, 2006).

Sendo assim, não se trata de inventar o ideário, como já dizia Caldart (2004). O desafio é abstrair das experiências e dos debates um conjunto de idéias que possam orientar o pensar sobre a prática e, sobretudo, que possam direcionar e projetar outras práticas e políticas de educação do campo.

Bibliografia

- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. (Org.). *Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Volume 5. Brasília, 2004.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. *Psicologia social e formas de vida rural no Brasil*. Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2006.
- DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. *Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- JESUS, S. M. S. A. As múltiplas inteligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais, estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicais do campo. In: MOLINA, C. M. (Org.). *Educa-*

ção do Campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, M. C. *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

RIBEIRO, S.; BARBOSA, W. *Saberes agroecológicos. Entrelaçando o popular e o científico.* Revista Ação Ambiental. Viçosa: Divisão de Extensão – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFV, 2005.

SILVA, M. S. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, C. M. (Org.). *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MEC/SECAD. *Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo.* Brasília, 2005.

¹Pedagoga, MS Educação, técnica do CTA.

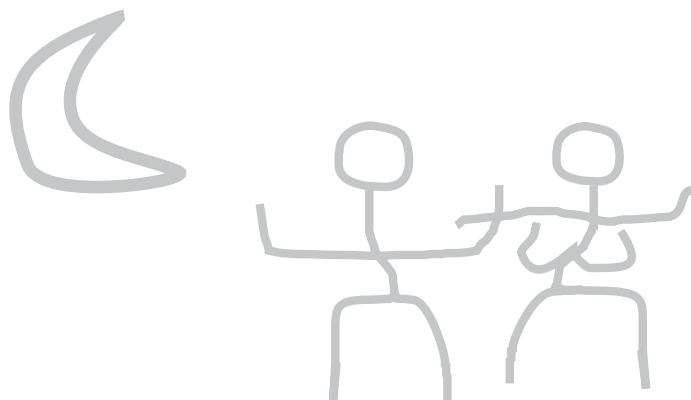
²Engenheira agrônoma, assessora da Fetraf-BA.

³Pedagoga, assessora da Amefa - Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas.

⁴O termo movimentos sociais usado neste artigo adota a conceituação de Souza (1999), que o define como grupos de pessoas com posicionamentos políticos e cognitivos similares, que se sentem parte de um conjunto, além de se perceberem como força social capaz de formar interesses frente a posicionamentos contrários de outros grupos. Pessoas que agem, afirmam posições e se sentem vinculadas. Expressam-se como correntes de opiniões sobre diversos campos da existência individual e coletiva, sobretudo dos segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados que passam a competir no mercado das idéias e do sentimento de pertencas (...) São força social atuante que se manifesta através de organizações e grupos de diversas e divergentes naturezas, amplitude e vigor.

⁵Embora o termo educação do campo seja recente, a luta pelo seu significado já vem sendo travada há mais de 30 anos por vários segmentos dos movimentos sociais.

⁶O termo escola, nesse caso, refere-se aos espaços educativos nos diferentes níveis de ensino, inclusive universidades.



Escola Família Agrícola Paulo Freire: iniciativas para vivenciar a Agroecologia na formação dos jovens

Tatiana da Rocha Vieira¹ e Vinícius Azevedo Machado²

1. Introdução

Neste artigo, temos o objetivo de refletir sobre como o cotidiano da Escola Família Agrícola (EFA) Paulo Freire vem se vinculando a vivências da Agroecologia na formação dos jovens, por meio da alternância educativa, das aulas práticas, das constantes reflexões sobre a prática e, principalmente, do suporte ao processo formativo oferecido pelo projeto de ensino de filosofia na EFA, conhecido como FinaEFA³, e pelo Estágio de Vivência Agroecológica (EVA)⁴. Além disso, as aulas ministradas pelos(as) monitores(as)⁵ têm dedicado maiores cuidados principalmente em relação às disciplinas de agricultura, zootecnia, associativismo e cooperativismo, agroindústria e construções e instalações rurais.

A EFA Paulo Freire, situada no município de Acaiaca (MG), é uma escola nova, que em 2007 completa o seu terceiro ano de funcionamento. Oferece o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio. É um estabelecimento público não-estatal, gratuito e de gestão comunitária. Foi fundada e é mantida e gerida pela Associação Regional Escola Família Agrícola Paulo Freire (Arefa), um grupo de famílias, pessoas e entidades associadas para possibilitar uma formação integral dos(as) jovens e adultos do campo em seu contexto sociogeográfico, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável e solidário do campo, em nível local e regional. Seu público-alvo é, prioritariamente, filhos(as) de pequenos(as) e médios(as) agricultores(as), uma vez que seu trabalho tem como referência a agricultura familiar, reconhecendo a sua importância social, econômica, cultural, política e ecológica. Os trabalhos da Arefap são mantidos por recursos oriundos de convênios com prefeituras municipais, órgãos do governo estadual e federal, parcerias e projetos com empresas, com instituições não-governamentais, assim como por doações e campanhas comunitárias.

Observa-se que, em se tratando de educação do campo, as EFAs têm encantado várias pessoas, direta ou indiretamente vinculadas ao desenvolvimento rural sustentável, por destinar terrenos e plantações para a implementação de princípios da Agroecologia, da produção orgânica e da



Estudantes da EFA no seminário preparatório para o EVA

valorização da agricultura familiar e ainda por disponibilizar o prédio e as salas de aula como espaços abertos para a oralidade dos estudantes, a interpretação da realidade, o jeito inovador de se construir o conhecimento. Com frequência se ouve dizer o quão prazeroso é aprender interpretando a realidade e a convivência em uma EFA. O que a educação dentro de uma EFA tem de especial? Qual o seu encanto?

No Brasil, as EFAs são consideradas no conjunto dos centros familiares de formação por alternância (Ceffas), tendo uma proposta de educação do campo construída e oferecida no meio rural. Institucionalmente, esses centros se organizam em EFAs e casas familiares rurais. As primeiras estão articuladas na União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab), enquanto as últimas nas Associações Regionais das Casas Familiares Rurais Sul, Norte e Nordeste, conhecidas como Arcafar. Em Minas Gerais, as EFAs estão vinculadas à Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (Amefa).

2. Mas como é uma EFA?

As EFAs constituem experiências dinâmicas, cuja formação se articula num complexo eixo de relações. Uma EFA é uma proposta alternativa de

educação para o campo realizada a partir do próprio campo, adotando a pedagogia da alternância como projeto político-pedagógico e método de trabalho. É alternativa em relação às propostas que historicamente vêm sendo apresentadas pelo Estado. A maioria das EFAs é fruto de associações de famílias, agricultores(as) e lideranças do meio rural, responsáveis pelo seu funcionamento e gerenciamento. Sendo assim, as EFAs são dos(as) agricultores(as), como se costuma dizer, que se unem para promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da formação dos(as) jovens, de suas famílias e de suas comunidades.

A pedagogia da alternância é utilizada como forma de resgatar a cultura de vida, ao voltar-se para os(as) jovens do campo, integrar as famílias de agricultores(as) no processo educativo e assegurar uma formação que favoreça a permanência no meio que lhes é próprio. Faz-se alternância geralmente por meio de períodos de quinze dias na escola e quinze dias na família, o meio sociofamiliar, com o intuito de que o conhecimento seja construído a partir da interpretação e mergulho na própria realidade e da práxis.

A alternância educativa está embasada no princípio de que a vida ensina mais que a escola, por isso o tempo escolar é alternado e integrado ao tempo familiar. O trabalho e as experiências no meio sociofamiliar fazem parte do currículo e constituem os conteúdos vivenciais básicos da ação educativa da EFA. Dessa maneira, a pedagogia da alternância conjuga momentos de aprendizagem em períodos e lugares distintos, ainda que ligados entre si, e permite que a escola seja a continuação da vida.

O sucesso da alternância nas EFAs está na utilização dos seus dispositivos pedagógicos, ou seja, os instrumentos da alternância, entre eles: o plano de estudos, o caderno da realidade, as viagens e visitas de estudo, as intervenções externas, o caderno de acompanhamento da alternância, estágios, visitas às famílias, cadernos didáticos e projeto profissional do(a) jovem. A cada estadia no meio sociofamiliar, o(a) estudante desenvolve uma pesquisa a partir de um tema previamente selecionado de acordo com o diagnóstico de sua realidade.

Esse conjunto de instrumentos, na perspectiva de um ciclo de aprendizagem, estabelece vínculos entre os processos da prática e da teorização. A prática é entendida como lugar da observação reflexiva, enquanto os encontros modulares são vistos como lugar da abstração, formalização e conceitualização. Daí a volta à prática, ou o retorno ao ambiente sociofamiliar, o meio da práxis, possibilita as experimentações ativas com vistas à transformação desse meio e de si mesmo.

3. EFA Paulo Freire: um pouco da história, relatos do cotidiano e reflexões sobre a prática

Em Acaiaca, o projeto que originou a EFA Paulo Freire começou a ser discutido em 1991, durante um encontro regional promovido pela Paróquia de São Gonçalo, que reuniu representantes das comunidades eclesiais de base (CEBs), lideranças religiosas, agricultores(as) e jovens rurais. A preocupação se voltava para a formação dos(as) agricultores(as) e dos(as) jovens rurais, o êxodo rural, as agressões ao meio ambiente, o uso desordenado de queimadas, de agrotóxicos e da pecuária extensiva. Em dois anos, a Frente de Mobilização originada nesse encontro demandou a construção de uma EFA na região, embora nesse momento não veio a se concretizar por falta de recursos. Essa Frente deu continuidade ao projeto e, por sua perseverança, no ano de 2002, foram intensificados os trabalhos junto às comunidades rurais, ao poder público e às entidades parceiras para a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, em que a construção de uma EFA foi colocada como uma das prioridades. Nesse mesmo ano, aconteceu a primeira assembléia regional envolvendo lideranças comunitárias, entidades, Igreja, poder públi-



Oficina do Finaefa

co, agricultores(as) e jovens rurais dos municípios de Acaiaca, Barra Longa, Mariana, Guaraciaba e Araponga. Nessa assembléia, foi constituída a Comissão Regional Pró-EFA, com o objetivo de realizar o trabalho de base e criar a associação. Assim, em 15 de dezembro 2002, foi realizada a Assembléia de Criação da Associação Regional Escola Família Agrícola Paulo Freire (Arefap), com sede na comunidade rural de Boa Cama, em Acaiaca (MG).

Em maio de 2003, a Arefap foi reconhecida como sendo de utilidade pública municipal pela Lei 376/2003, aprovada na Câmara de Vereadores de Acaiaca e sancionada pelo prefeito. Enfim, no dia 22 de maio de 2004, a Escola Família Agrícola Paulo Freire foi inaugurada e ofereceu o curso de Educação Profissional Básica em Agropecuária por Alternância para uma turma de 25 estudantes, embora não tenha sido possível legalizar o funcionamento do curso. Apenas no ano seguinte, com nova proposta, foi autorizado o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio. Hoje, a EFA Paulo Freire atende 20 municípios: Acaiaca, Abre Campo, Araponga, Barra Longa, Caparaó, Catas Altas, Congonhas, Diogo de Vasconcelos, Divino, Ervália, Espera Feliz, Guaraciaba, Jeceaba, Jequeri, Luizburgo, Mariana, Piranga, Ponte Nova, Sem Peixe e Simonésia.

Assim que foi possível obter a autorização da escola, ampliar a equipe interna e encaminhar atividades ligadas ao Conselho Gestor da Arefap, tornaram-se mais maduras as estratégias para qualificar o curso e estender o diálogo entre o meio sociofamiliar e a escola. Nesse cenário, tendo conseguido organizar a formação no que se refere à Base Nacional Comum⁶, o olhar se voltou para as disciplinas da Parte Diversificada⁷, principalmente aquelas ligadas mais diretamente à agropecuária. Em outras palavras, a preocupação se volta para a necessidade dessas disciplinas dialogarem com as situações e práticas desenvolvidas na propriedade, sua manutenção, os trabalhos em equipe realizados pelos(as) estudantes, as aulas práticas, as intervenções internas, os estágios, o plano de estudo.

Aqui ainda se fez uma outra descoberta, que, mesmo parecendo óbvia para o ensino nas EFAs, não o foi na prática: a necessidade de que as disciplinas da Base Nacional Comum dialogassem também com o cenário da agropecuária. Ora, aprendemos a não tratar apenas a Parte Diversificada como técnica, mas também as disciplinas da Base Nacional Comum. Mais que isso, compreendemos que os(as) técnicos(as) se formam na totalidade do curso, na capacidade de interação dos elementos da grade curricular entre si, como também entre as atividades extracurriculares. Mais complexo ainda é pensar essa articulação com a formação integral à qual o projeto

se propõe, prioritariamente na vivência da alternância. E mais, fazer com que a Agroecologia seja o impulso vital desse processo de formação. Para tanto, não basta apenas reformular a parte técnica, como se pensava, é preciso repensar o(a) técnico(a) na totalidade da sua formação. Daí emergiu a pergunta: como é esse(a) técnico(a)? Ou seja: como é o(a) técnico(a) formado(a) pela Escola Família Agrícola Paulo Freire?

Pode-se dizer que o(a) técnico(a) que desejamos formar está comprometido com a agricultura familiar, compreende o(a) pequeno(a) agricultor(a). Trata-se de um(a) técnico(a) que mergulha no cenário, na problemática, que considera o problema trazido pelo(a) agricultor(a) na sua totalidade, que dá conta de captar o seu eixo de articulações. É um(a) mediador(a) da agricultura sustentável. É o(a) que olha o cenário, enxerga, vivencia, considera a dinâmica de relações da problemática e lança as perguntas: como vamos estabelecer o vínculo com uma agricultura sustentável? Como vamos vivenciar aqui a Agroecologia? Como podemos ser mais agroecológicos(as)? Considera, assim, os saberes da agricultura tradicional, as especificidades do lugar desse(a) agricultor(a) e, portanto, é capaz de apontar suas particularidades.

“Vejo como um instrumento para o desenvolvimento [refere-se à EFA Paulo Freire]. Porém, como qualquer instrumento, para se ter boa música, depende muito de quem toca. Como o desenvolvimento é uma música para a orquestra, a EFAP⁸ é mais um instrumento como o STR⁹, o CTA¹⁰ e outras organizações dos trabalhadores da região.

Outra comparação: é quando o instrumento é tocado a várias mãos. Os músicos têm que ensaiar muito até alcançar a sintonia, o ritmo, a harmonia necessária. Assim é a EFAP: a associação [refere-se à Arefap] é formada por músicos que não conhecem bem a música e estão aprendendo a tocar agora. Mas só se aprende a tocar, tocando!

(...)

O ideal é que os estudantes se apaixonem pela música e pelo instrumento e que sigam tocando, que sejam promotores do desenvolvimento sustentável, da Agroecologia. (...)”

(Depoimento de uma técnica do CTA, que atua como monitora na EFA Paulo Freire)

Por tudo isso, as EFAs organizam um processo de formação baseado num complexo eixo de relações. É no dinamismo do que se experimenta na

alternância que se colocam os desafios da vivência agroecológica, principalmente no que se refere aos princípios da sustentabilidade, da solidariedade e da participação. Na EFA Paulo Freire, esses desafios têm motivado a transformação da prática. É esse lugar das transformações, esse lugar das descobertas que tem impulsionado um vigoroso processo criativo, fundamental para identificar, inclusive, como se pode ser mais agroecológico(a), como as descobertas na agricultura podem se tornar mais sustentáveis.

4. As iniciativas para vivenciar a Agroecologia na formação dos jovens

Essas reflexões em torno da Agroecologia têm orientado os trabalhos da EFA Paulo Freire nesse tempo. A preocupação com o conhecimento técnico vai ao encontro da consolidação da Agroecologia no projeto da escola e da associação, principalmente nos aspectos da participação e sustentabilidade. As conversas informais sobre a formação técnica e os diagnósticos realizados sobre o uso do espaço e sobre o impacto das disciplinas da Parte Diversificada apontaram que há problemas no processo de formação. Entende-se que a escola poderia explorar mais o espaço, planejar melhor a forma de utilização do terreno que ocupa e que a discussão da Agroecologia não sai da escola, não atinge as famílias. Ou ainda, identificamos que algumas práticas de cuidado com a horta, com os animais e no tratamento da água nem sempre seguem os princípios agroecológicos. A princípio, essas considerações montam um cenário preocupante frente ao principal objetivo do projeto: o desenvolvimento rural sustentável. Por essa razão, a EFA Paulo Freire vem construindo espaços formativos que objetivam discutir e refletir as práticas educativas no contexto da Agroecologia, buscando problematizá-las no contexto das vivências.

Nessa direção, vários têm sido os parceiros a contribuir. Um deles é o CTA-ZM. Parceiro desde a criação da Arefap, o CTA sempre reforçou a necessidade de se buscar a capacitação social e o desenvolvimento de sistemas de produção adequados à realidade, para enfrentar e superar as condições impostas pelo atual modelo hegemônico de desenvolvimento. Modelo este que prioriza a agricultura intensiva, com alta demanda de capital e insumos, gerida empresarialmente e submetida a um complexo industrial internacional. O CTA-ZM pode ser definido como uma *escola* de formação permanente, que busca a interação entre a teoria e a prática das questões relacionadas à agricultura familiar. Seu compromisso é ajudar na construção de um mode-



Prédio principal onde funciona a EFA Paulo Freire

lo de desenvolvimento sustentável, baseando-se nos princípios da Agroecologia.

Atualmente uma das ações que vem sendo construída é a articulação entre as iniciativas de Agroecologia implementadas pelos(as) agricultores(as) familiares e as demandas de formação da EFA. Foram realizadas palestras e oficinas sobre temas como produção de insumos na propriedade (compostagem, caldas, supermagro, biogeo), princípios agroecológicos, manejo agroecológico do solo, sistemas agroflorestais, etc. Essas palestras e oficinas têm sido ministradas pelos(as) agricultores(as) praticantes da Agroecologia na região. Apesar de atender a demandas específicas, essas atividades ajudam a promover a integração de grupos de agricultores(as), valorizando e refletindo o conhecimento adquirido nesses espaços de formação. Busca-se assim propiciar uma melhor compreensão dos princípios agroecológicos e o melhor uso de técnicas agroecológicas.

Outra atividade que se articula a essa parceria é o Estágio de Vivência Agroecológica (EVA). Esse estágio tem como objetivo proporcionar aos estudantes da EFA a vivência em pequenas propriedades rurais, cujas famílias busquem incorporar os princípios da Agroecologia, possibilitando aos estudantes refletir sobre o modo de produção, as relações sociais, culturais e econômicas. O EVA não compreende somente o período da vivência, mas extrapola esse momento estabelecendo um processo anterior de

sensibilização para a questão agroecológica. Utilizam-se oficinas como instrumentos para possibilitar a discussão e reflexão dos diversos saberes e experiências dos envolvidos nesse processo.

A essa construção, somou-se outro antigo parceiro, o Grupo Eco-pedagogia.¹¹ Por meio do projeto FinaEFA, em desenvolvimento pelo grupo na escola, ofereceram-se oficinas com o intuito de proporcionar aos(as) estudantes e dinamizadores(as) uma reflexão filosófica sobre a prática da escola e de seu processo formativo. Contraditoriamente às primeiras impressões sobre o contexto agroecológico da EFA, tais oficinas têm revelado que os(as) estudantes de fato levam as experiências vividas na escola para as suas casas e vice-versa. O desafio reside então na tendência a não levar em conta as conversas e observações de caráter mais informal, nas quais essas discussões têm se realizado mais efetivamente. Outro ponto interessante é a compreensão por parte dos(as) estudantes de que a escola não é *o lugar das coisas certas*, como dizem, mas é o ambiente do experimentar, como um laboratório, que congrega vários conhecimentos que precisam dialogar nesse espaço. Nessa perspectiva, o uso da propriedade e a qualidade das discussões nas disciplinas apontam para um caminho muito novo, que devemos trilhar aprendendo a vivenciar, a fazer descobertas e a levantar novas perguntas.

“Uma EFA é uma escola que tem a finalidade de formar e capacitar jovens do campo, em especial filhos de pequenos agricultores.

Através dos métodos de ensino adotados pela EFA, o estudante se torna um vínculo de troca de experiências e capacitação entre a escola e a comunidade. Gerando assim o desenvolvimento do meio em que o estudante vive e a si próprio.”

(Depoimento de estudante da 2ª série do curso técnico em agropecuária da EFA Paulo Freire).

“Escola Família Agrícola Paulo Freire é uma escola voltada para o meio rural. Tem como objetivo desenvolver a agricultura familiar, atender as necessidades e curiosidades do pequeno agricultor, formar cidadãos capazes de lutar na defesa de seus direitos e sonhos.”

(Depoimento de estudante da EFA Paulo Freire).

Certamente, as atividades que vêm sendo realizadas pelo EVA e pelo FinaEFA têm atuado como articuladoras desse despertar para a vivência em

Agroecologia. Constatase, inclusive, uma qualificação dos *bate-papos* informais e da própria alternância como espaços de reflexão sobre as *filosofias de vida*.

5. Considerações finais

A EFA Paulo Freire é um projeto de formação que constrói a autonomia dos(as) envolvidos(as). É sobretudo um projeto vivo, vigoroso, dinâmico e, portanto, complexo, por estar articulado a diversas outras experiências. Essas experiências têm trazido uma série de elementos para a prática educativa, que se volta cada vez mais para os princípios básicos da construção coletiva. Os espaços formativos construídos nesse contexto buscam compreender a concepção de uma educação diferenciada e comprometida com a realidade e com a forma de vida do campo. Surgem então elementos relacionados à própria educação do campo, à Agroecologia e ao desenvolvimento sustentável no cenário das práticas cotidianas.

É certo dizer que, a princípio, quando se pensava em melhorar a prática agroecológica na escola, tinha-se em mente uma reformulação da parte técnica, no seu sentido mais restrito. Naquele momento, as conversas informais tiveram um importante papel para ampliar o entendimento técnico do curso. Junto a essa transformação, o EVA e o FinaEFA potencializam todo o cenário propício à vivência em Agroecologia.

Por fim, é importante ressaltar que concebemos esse processo contínuo de construção de conhecimentos como parte da formação de todos(as) os(as) envolvidos(as). Essa postura tem nos possibilitado constituir espaços para pensar e repensar nossas ações rumo à construção de uma agricultura sustentável e, portanto, tem nos mostrado como podemos ser mais agroecológicos(as). Assim, pouco a pouco, vamos traçando os caminhos da nossa vivência.

Bibliografia

- ALMEIDA, Jalcione. *A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado*, 2002.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis*.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. *Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero*, 2004.

REVISTA DA FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, v.1, n.1, 2005 – semestral.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. *Relações de saber, poder e prazer: educação popular e formação de educador@s*. Florianópolis: Cepec, 2002.

MENEZES, Ebenezzer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Base nacional comum" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=187>. Acesso em 12/2/2007.

¹Estudante de pedagogia, membro do movimento ecopedagogia da UFV.

²Pedagogo e coordenador pedagógico da Efa Paulo Freire.

³Projeto realizado em parceria com o Grupo-Movimento Ecopedagogia (DPE/UFV), responsável pela disciplina de filosofia.

⁴Uma das atividades do Projeto Construindo o Conhecimento Agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais (Consagro), vinculado ao Departamento de Solos da UFV (DPS/UFV) e construído em parceria com o Centro de Tecnologia Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Viçosa (MG).

⁵Denominação dada pelo Movimento Escola Família Agrícola aos professores(as).

⁶Conteúdo mínimo estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira a fim de garantir um acesso de conhecimentos comuns em nível nacional: língua portuguesa e literatura brasileira; artes; educação física; história; geografia; matemática; física; química; biologia e língua estrangeira.

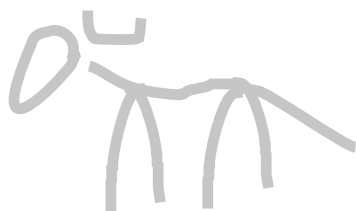
⁷Conteúdo que encerra conhecimentos complementares aos da Base Nacional Comum. As disciplinas são escolhidas de acordo com os interesses da escola. Nesse caso: informática; sociologia e extensão rural; filosofia; direitos e valores humanos; agricultura; zootecnia; agroindústria; administração e economia rural; construções e instalações rurais; associativismo e cooperativismo; legislação e gestão ambiental; empreendimentos e projeto profissional.

⁸O mesmo que EFA Paulo Freire.

⁹Sindicato dos trabalhadores rurais. Neste caso, o sindicato de Acaiaca.

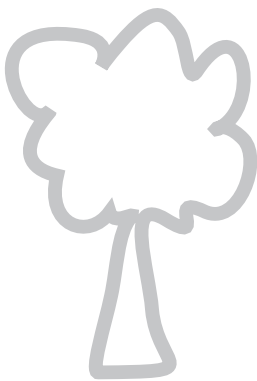
¹⁰Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, sediado em Viçosa.

¹¹Vinculado ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (DPE/UFV).





ANEXO



Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

A ANA é um espaço de convergência de movimentos, redes e organizações da sociedade civil envolvidas em experiências concretas de promoção da Agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões do Brasil.

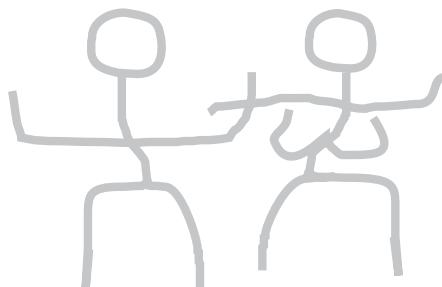
A atuação da ANA está ancorada em dois objetivos principais: de um lado, favorecer a ampliação e a intensificação dos fluxos de informação e intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de inovação agroecológica e de desenvolvimento local, integrando o esforço coletivo dos movimentos sociais e das redes locais e regionais.

De outro lado, fortalecer a capacidade do movimento agroecológico para sistematizar e refletir suas próprias experiências, de forma a extrair e socializar seus ensinamentos, bem como construir propostas de políticas públicas fomentadoras da expansão social e geográfica da Agroecologia.

Também integra os objetivos da ANA o combate ao modelo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente excludente que tem predominado no Brasil nos últimos 50 anos, baseado na chamada Revolução Verde, e que no momento atual vem se expressando politicamente no agronegócio.

O papel da ANA não é o de formular e executar estratégias de forma centralizada, nem o de substituir, se sobrepor, coordenar ou interferir na autonomia das diferentes redes e organizações. A existência da ANA se exprime e se justifica pela necessidade de interação e mútua fecundação entre essas redes e as organizações que delas fazem parte para que, juntas, possam construir crescentes capacidades de influência nos rumos do desenvolvimento rural no Brasil.

Isso implica a construção progressiva de sínteses e de uma identidade comum que seja, ao mesmo tempo, expressão da grande diversidade de identidades sócio-culturais e políticas dos atores sociais envolvidos na Agroecologia nos níveis local, regional e nacional. Por isso mesmo, autonomia, horizontalidade, sinergia e mútuo-fortalecimento são palavras-chave que



orientam o processo de construção da ANA, condicionando sua vigência como expressão de um projeto coletivo.

As organizações que participam da ANA desenvolvem ações concretas e buscam construir uma sociedade mais justa e democrática, com respeito à diversidade de realidades sócio-ambientais, com reconhecimento das formas tradicionais de conhecimento e de apropriação da terra e de outros recursos naturais. Lutam pelo resgate da dívida social no campo; pela democratização do acesso à terra, à água e aos recursos genéticos; pela equidade nas relações de gênero; pelo fortalecimento da produção familiar; pelo desenvolvimento local sustentável; pela geração e apropriação social do conhecimento agroecológico; pela participação ativa das populações na formulação e gestão das políticas públicas.

Os Grupos de Trabalho da ANA (GTs)

Os GTs se estruturam em torno de temas mobilizadores dos processos de inovação agroecológica e que fazem a ponte entre as experiências locais e o debate sobre as políticas públicas.

Eles são os principais espaços organizativos de articulação da ANA, pois colocam em contato as experiências existentes nas diferentes redes regionais e movimentos sociais, aprofundando análises e propostas sobre temas emergentes no campo de desenvolvimento rural brasileiro e influenciando no debate público em torno desses temas.

São constituídos por representantes de organizações e de movimentos sociais inseridos nas diferentes redes regionais e com experiências significativas nas temáticas trabalhadas.

Grupo de Trabalho sobre Construção do Conhecimento Agroecológico (GT-CCA)

O GT-CCA foi constituído em 2003 com o título de GT-ATER. Inicialmente o grupo focou suas atenções no acompanhamento e na participação nos debates que levaram à elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A avaliação realizada após o término desse processo foi que a ANA contribuiu na elaboração das concepções que foram finalmente consagradas no documento da política. Ao mesmo tempo, avaliou-se que o GT permaneceu articulado essencialmente a partir da agenda governamental, sem que tivesse estruturado uma agenda própria orientada para a valorização dos acúmulos no campo metodológico alcançados pelas entidades vinculadas à ANA. Foi a partir dessa constatação que o grupo

passou a se auto-denominar GT-Construção do Conhecimento Agroecológico e deu início ao processo de preparação do Seminário sobre Construção do Conhecimento Agroecológico realizado no II Encontro Nacional de Agroecologia.

Após o II ENA o GT reestruturou sua agenda de forma a garantir sua presença de forma articulada nos debates sobre as políticas públicas nos campos da Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agrícola e Educação. Simultaneamente, tem por objetivo manter uma sistemática permanente de sistematização e intercâmbio de experiências metodológicas de construção do conhecimento agroecológico desenvolvidas no âmbito das redes regionais e movimentos sociais.

Integram o GT-CCA as seguintes pessoas e entidades:

- Alexandre Pires - Centro Sabiá (PE)
- Beatriz Stamato - Instituto Giramundo (SP)
- Eugênio Ferrari - CTA (MG)
- Fábio Dal Soglio - ABA/Agroecologia (RS)
- Francisco Nogueira - AS-PTA (PB)
- James Frank - Fase (MT)
- Jaime Weber - Capa (RS)
- Jean Marc von der Weid - AS-PTA (RJ)
- João D'Angelis - CAA (MG)
- Liliam Telles - Rede de Intercâmbio (MG)
- Marcelo Galassi - Sasop (BA)
- Patrícia Mourão- Fase (PA)
- Paulo Petersen - AS-PTA (RJ) - Coordenação
- Romier Sousa - GTNA (PA) - Coordenação
- Sérgio Martins - ABA/Agroecologia (SC)
- Simone Ribeiro - CTA (MG)
- Vitor Hollas - Capa (RS)



Construção do Conhecimento Agroecológico
Novos Papéis, Novas Identidades

Articulação Nacional de Agroecologia

Secretaria Executiva da ANA

Rua da Candelária nº9 / 6º andar
20091-020 Rio de Janeiro – RJ
Tel 21 22538317
secretaria.ana@agroecologia.org.br
www.agroecologia.org.br

Construção do Conhecimento Agroecológico

Novos Papéis, Novas Identidades

Este livro é o resultado de um esforço coletivo de produção e socialização de conhecimentos sobre abordagens metodológicas empregadas por organizações vinculadas à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em suas ações voltadas à promoção do desenvolvimento local. Os textos aqui publicados foram produzidos pelos próprios sujeitos envolvidos nas experiências descritas e analisadas durante a preparação do II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA), ocorrido em Recife, em junho de 2006. Eles revelam a enorme diversidade de caminhos pelos quais as organizações vêm procurando aprimorar suas ações. Em vez de certezas metodológicas, os artigos ressaltam os avanços já alcançados e os obstáculos ainda enfrentados pelas entidades em suas trajetórias evolutivas. A riqueza do conjunto está justamente no fato de que há um claro sentido de complementaridade entre as experiências apresentadas, sobretudo porque os avanços de umas ainda apresentam-se como limitações a serem superadas em outras e vice-versa.

Realização: Articulação Nacional de Agroecologia

Secretaria Executiva da ANA

Rua da Candelária nº9 / 6º andar 20091-020 Rio de Janeiro • RJ • Tel 21 22538317
secretaria.ana@agroecologia.org.br • www.agroecologia.org.br

Apoios



Ministério do
Meio Ambiente

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Grupo de Assessoria em
Agroecologia na Amazônia



gtz

